DA MONARCHIA

PARA

A REPUBLICA

BERNARDINO MACHADO

DA MONARCHIA

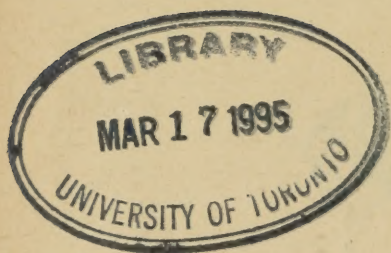
PARA

A REPUBLICA

1883-1905

COIMBRA

TYPOGRAPHIA F. FRANÇA AMADO

1905

Os soldados da liberdade

SENHORES! *

Antes de irmos tomar parte na festa portuense da liberdade, quizemos preparar-nos dignamente para ella. Por isso viemos aqui em piedosa romaria depôr, com esta corôa civica, as nossas homenagens sobre o tumulo dos que por amor da liberdade arriscaram tudo e tudo soffreram, até a morte. Que digo eu, Senhores? Elles soffreram a incomparavel dôr de se verem desconhecidos e de serem condemnados e executados pelos proprios a quem pretendiam revelar, com a liberdade, o segredo de toda a força, de todos os progressos.

* Allocução proferida no cemiterio do Prado do Repouso, junto ao tumulo dos martyres da liberdade, no dia 9 de julho de 1883.

Na luta com o obscurantismo, com os preconceitos, contra todas as fórmas da injustiça, elles foram vencidos, e o seu corpo baqueou na sepultura. Mas, ao morrerem, o seu sangue tingia com as purpurinas côres duma aurora o horizonte politico da nação, e para logo se levantou sobre ella, esplendoroso, incontestavel, o sol da liberdade. O espirito, pois, destes martyres não pereceu; triumphou, sobrevive.

Prometamos, Senhores, ser-lhe eternamente fieis; digamos a estes nossos queridos mortos que podem ficar em paz, porque sempre, no meio de quaesquer contrariedades da existencia, nos ha de guiar, como um pavilhão glorioso, o exemplo das suas virtudes.

E agora, Senhores, podemos ir á nossa festa.

Viva a liberdade! Honra e gloria aos martyres da liberdade!

SENHORES! *

A nação deve amparo e auxilio a cada um dos seus membros; é pela solidariedade de todos que ella se organiza e robustece. Mas quanto maior não é a sua obrigação para com os que lutaram pelo seu desinvolvimento, á custa de quem ella pôde lançar-se pelo caminho do futuro, desprendida das algemas com que o despotismo lhe embaraçava os movimentos!

Não esqueçamos, pois, nunca os esforçados campeões das nossas liberdades constitucionaes, e orgulhemo-nos de dividir com os que ainda restam, a prosperidade que devemos aos seus heroismos.

Animado destes sentimentos, tenho a honra de vos apresentar o seguinte projecto de lei:

* Projecto apresentado á Camara dos deputados em 1884.

Artigo 1.º Serão admittidos nas companhias de reformados todos os soldados que nas campanhas da liberdade pugnaram pelas instituições constitucionaes.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

A crise do Douro.*

Mandou para a mesa uma representação da commissão de defesa do Douro. Disse que o estado do paiz vinhateiro era angustioso. Proximamente 15:000 hectares do terreno se achavam esterilizados; e a consequencia era por um lado a falta de trabalho, a emigração e a diminuição do consumo, por outro o abatimento da industria e do commercio do vinho. Por isso não era só o Douro quem padecia, padecia com elle o paiz todo e o thesoiro.

A assistencia publica ao Douro já custava importantes sommas. Fôra preciso fazer deducções na contribuição predial, augmentar até ao dobro a verba para obras publi-

* Resumo dos discursos pronunciados na Camara dos deputados a favor da cultura do tabaco no Douro, em 1883.

cas, dispensar as camaras das despesas com a instrucção primaria. E tudo isto era insufficiente. Portanto valer á região duriense era favorecer a fazenda publica.

No Douro, além do tratamento dos vinhedos, havia que replantar de vinha os 15:000 hectares assolados. Eram já consideraveis as despesas com o tratamento; não havia capital que chegasse para a replantação, até porque o seu emprego não viria a produzir senão tarde.

Era necessario achar uma planta cuja cultura custasse barato e désse lucro em cada anno. Ora os proprietarios do Douro nas suas representações, e as estações officiaes anti-phylloxericas nos seus relatorios, estavam accordes em que essa planta era o tabaco.

Não se pretendia estabelecer definitivamente no Douro a cultura do tabaco; propunha-se como expediente transitorio, por meio do qual todos os annos os lavradores com os lucros auferidos se fossem habilitando a repovoar de vinha as suas terras. Não se pretendia abandonar uma cultura que faz parte da nossa tradição, que é um titulo de honra para a nação.

Havia que vencer duas difficuldades, mas era forçoso arcar com ellas, exigia-o um motivo de salvação publica. Era preciso fiscalizar para a cobrança do estado a cultura do tabaco, era preciso fiscalizá-la para que ella se não substituisse á da vinha. A fiscalização para o imposto far-se-ia como noutras nações; não tinhamos d'inventar. De resto, nenhuma fiscalização semelhante era facil, mas fazia-se por ser necessaria; e, sendo o tabaco bom e barato, o governo ganharia com a contribuição delle o que estava perdendo com o seu contrabando. A fiscalização da extensão da cultura ficaria a cargo da administração anti-phylloxerica, que a proporcionaria aos proprietarios segundo a beneficiação e a replantação dos vinhedos effectuadas por cada um.

E assim, durante este periodo transitorio da permissão regulamentada do tabaco, o paiz deixaria de exportar os centenares de contos com que comprava tabaco para fabricar.

Esperava ver presente na camara o sr. presidente do conselho para lhe perguntar o seu parecer e as suas intenções a este respeito. E mandou para a mesa uma

proposta para que a representação fosse enviada ás commissões reunidas de agricultura e de fazenda, que, ouvido o governo, trouxessem á camara um projecto de lei sobre a cultura do tabaco.

Lembrou que, quando pela primeira vez falara do estado lastimoso da região vinhateira do Douro, dissera que a questão do Douro não era sómente do interesse de alguns lavradores e jornaleiros, o que já seria importante como toda questão de propriedades e de vidas, mas que havia alli um capital de 15:000 hectares de terra, dantes productivo para todo o paiz e ultimamente paralysado. A prova de que assim era, de que se tratava de interesses para sustentar os quaes eram insufficientes as corporações locaes, estava nas representações dirigidas pelos municipios devastados, não á administração districtal, mas logo aos poderes do estado, estava na representação de proprietarios e negociantes do Porto, que tinha a honra de mandar para a mesa.

O Porto, cujo desenvolvimento proveiu em grande parte da cultura do Alto Douro,

sobresaltava-se, ao ver ameaçada na origem a sua riqueza e futura prosperidade. Discutia-se no parlamento um projecto de lei para dotar a cidade do Porto com o que ella só por antiphrase tinha tido, para lhe dar um bom porto. Era justo, era o cumprimento dum dever. Mas considerasse a camara que para pouco viria a prestar o porto artificial de Leixões, se o principal genero de exportação do Porto lhe fosse, cada vez mais, escasseando. E a ruina da segunda cidade arrastaria a de todo o paiz.

Disse que por então a crise do Douro representava um grave perigo economico, mas podia para mais tarde recear-se que se convertesse num perigo social. O problema social liga-se tão intimamente com o problema economico, que por toda a parte se pretendia resolvê-lo, resolvendo este. Tal era a politica de Gladstone, de Bismarck, de Waldeck Rousseau, e tambem a politica do nosso governo, que se preoccupava com a sorte dos proletarios em propostas do sr. ministro das obras publicas, e que pelo orgão do sr. ministro do reino nomeara uma commissão para estudar a questão da emigração.

Na verdade, nós ainda não tinhamos as difficuldades sociaes, mas tinhamos as difficuldades economicas, e temerosamente no Alto Douro. Esforçassemo-nos todos por debellá-las. Por emquanto o lavrador exautorado da sua propriedade e o jornaleiro sem trabalho submettiam-se á sua má sorte, emigravam — e a emigração, se é um mal fatal, que só pode procurar-se dirigir, quando consequencia da desproporção entre o augmento da população e o progresso industrial, é uma verdadeira calamidade quando resultante da fome —; accudissem porém os poderes do estado ao Douro, antes que as suas povoações se revoltassem, a final, contra a sua desventura.

Tornava-se necessario saber que não se falava só no Douro, que se trabalhava por elle, porque só assim o paiz esperaria com confiança, e porisso o orador provocava uma declaração do sr. ministro das obras publicas.

A reforma constitucional de 1885 *

Leu á sua moção:

« A camara reconhece que a proposta do governo traduz lealmente a reforma constitucional estipulada no acôrdo dos partidos, e que encerra um pensamento de incontestavel progresso politico, quaesquer que sejam as modificações que na especialidade importe fazer-lhe, e continua na ordem do dia. »

Disse que ia fazer a demonstração desta moção, começando por se occupar do acôrdo.

Recordou a unanimidade com que, havia muito, os partidos proclamavam a necessidade da reforma da constituição, e ao

* Contexto dos discursos proferidos na discussão parlamentar da reforma constitucional em 1885.

mesmo tempo a dissidencia que viera a manifestar-se entre elles quanto ao processo de se effectuar, entendendo uns que a devia realizar com as suas idéas, intransigentemente, o partido que estivesse no governo, entendendo os regeneradores que só devia realizar-se pelo voto unanime de todos os partidos monarchicos. O primeiro processo era sem duvida mais expedito; mas o outro era de certo mais prudente e seguro, tirava á reforma toda a feição partidaria, dava-lhe uma indiscutivel auctoridade.

Esta divergencia foi retardando a reforma; não a emprehendiam os regeneradores, e depois o partido progressista não se achou com força de a promover. Voltou, porém, ao governo o partido regenerador, e os factos das ultimas promoções de pares levaram-no ao reconhecimento de que não era possivel continuar o paiz a governar-se com a camara alta de nomeação regia. Assim se originara a ultima proposta regeneradora para a reforma constitucional.

A principio, os progressistas, surprehendidos, imaginaram-se roubados no seu programma, como se a idéa do senado de

origem mixta, de eleição popular e de nomeação regia, fosse privilegio seu, como se a missão dos governos fosse crear idéas e não applicá-las. Era o momento de applicar esta, sem inspirar suspeitas de interesse partidario, no manifesto interesse geral da nação. Em o discernir consistira o merito dos regeneradores. A opinião publica deu-lhes razão e elles mantiveram-se por conseguinte no poder.

A proposta regeneradora apresentava-se com uma formula que podia satisfazer á media das aspirações dos partidos. Era pouco menos que a proposta historica, adoptada pelos progressistas, e, se na formação do pariato era um pouco mais conservadora do que a dos constituintes, na organização do poder moderador era algum tanto mais democratica.

Por isso sobre ella se estabeleceu o acôrdo. O orador historiou então as estipulações dos regeneradores com os constituintes e com os progressistas. Mostrou como foram dignas de parte a parte, e poz em relevo por um lado as declarações ministeriaes e por outro as dos chefes dos outros partidos.

Assim se chegára á lei de 15 de maio, que declarou a necessidade da reforma constitucional.

Desde então havia já responsabilidades não só moraes, mas tambem legaes. Examinou-as.

Dessa lei decorreram duas obrigações: a do paiz eleger os deputados com faculdades constituintes, e a da legislatura constituinte não exceder, querendo usar dessas faculdades, os limites impostos á revisão pela legislatura precedente. A primeira obrigação era evidente. Para reconhecer a segunda bastava observar que a carta exigia para a sua revisão que duas legislaturas consecutivas concordassem na necessidade della. Este acôrdo limitava forçosamente o numero de artigos sobre que podia decidir-se a segunda legislatura. Senão, succederia alguma vez querer a primeira a reforma de um artigo, e vir a outra a reformar todos, menos esse. Mas tal limitação não coarctava, era claro, a liberdade de decisão da segunda legislatura sobre cada um dos artigos cuja reforma ambas julgassem necessaria.

Da lei de 15 de maio não resultava outra obrigação. Nem do mandato con-

stituinte que fôra conferido aos deputados por virtude della. Toda legislatura póde revogar uma lei ordinaria, e *a fortiori* aquella podia revogar a de 15 de maio. Podia, apesar do mandato constituinte, porque não é imperativo. Demais, ser necessario para a revisão o acôrdo positivo de duas legislaturas consecutivas sobre a sua necessidade é o mesmo que dizer que a segunda póde estar por elle ou não. Senão, o processo da carta, que tinha por fim dar tempo á reflexão antes que se fizesse uma reforma constitucional, de modo que em materia tão grave não decidisse logo o voto de uma legislatura, mas primeiro se formasse a opinião do paiz, e só depois os mandatarios da nação viessem exprimir o seu voto com verdadeira consciencia das necessidades publicas, este processo mallograr-se-ia, pois que a necessidade da reforma vinha a ficar decidida logo á primeira legislatura, e a segunda tinha de rever a carta, ainda que o não julgasse necessario. Não podia ser.

Entendia tambem que a lei de 15 de maio não impozera ao governo a obrigação

de apresentar uma proposta de reformas politicas, porque nenhuma lei ordinaria lhe podia tolher a liberdade de iniciativa, que lhe estava garantida na carta. Elle apresentara por dever do cargo e por se achar a isso obrigado moralmente.

Além das obrigações legaes resultantes da lei de 15 de maio, havia as obrigações moraes provenientes do acôrdo dos partidos. O partido regenerador contraira a de apresentar uma proposta vasada nos moldes do acôrdo; assim fez. Para o verificar bastava comparar a proposta com as anteriores declarações do sr. Fontes á commissão da camara dos pares, as quaes vinham notadas no relatorio do sr. Thomás Ribeiro. Este foi o procedimento leal do partido regenerador. Qual o dos outros partidos, ou antes do partido progressista e do chefe dos constituintes? O sr. José Dias Ferreira, que achava boa a reforma, se não optima, passou a achá-la pessima; os progressistas, que a tinham approvado na generalidade e affirmado que collaborariam nella até final, vieram por fim declarar que a não consideravam base séria para discussão. Pois o seu dever era dis-

cutir todas as propostas do governo, ainda que para isso não tivessem com elle tomado compromisso. Os deputados não tẽem só de votar, a propria palavra parlamento indica que devem discutir. Se não discutem todos e cada um, é porque estão distribuidos em partidos e não tem cada um sua opinião individual; mas cada partido tem obrigação de intervir nas discussões. Pretendia o partido progressista que o seu procedimento anormal fôra provocado pela dictadura inter-parlamentar do governo. O orador não attenuava a gravidade de tal acto, não era como o sr. José Luciano de Castro, que dava assento a esses abusos no nosso codigo politico. Não! Entendia que não só as dictaduras são anti-constitucionaes — a não serem para as provincias ultramarinas, em que as tolerava o acto addicional, ou para se suspender apenas alguma das *formalidades* que garantiam a liberdade individual, e isto nos casos de rebellião ou invasão de inimigos, e pedindo-o a segurança do estado —, que nunca é licito suspender a independencia do poder legislativo, a qual, como a de todo o poder, representava, na

expressão da carta, o meio mais seguro de tornar effectivas as garantias constitucionaes; mas entendia ainda que á legislatura não assiste o direito de conceder um *bill* de indemnidade a taes excessos do poder executivo. Onde estava consignado esse direito? A conclusão logica do acto dictatorial do governo, da praxe estabelecida das dictaduras, seria reformar ainda mais depressa a constituição e não a apotheose da dictaura, como a fez uma das vozes mais eloquentes do paiz, o deputado progressista, sr. Antonio Candido.

Em seguida o orador passou a demonstrar que o pensamento da proposta da reforma que estava em discussão, era de incontestavel progresso politico.

Disse que uma constituição era un codigo de direitos, desde os direitos communs até os direitos collectivos, até as duas especies mais culminantes destes, o direito de soberania, de intervenção da nação no seu governo, que é a fórma mais complexa do direito publico interno, e o direito de autonomia, de independencia da nação, que é já uma fórma do direito publico externo.

Afiançou então, em primeiro logar, que a proposta do governo tendia a declarar-se bem expressamente que a nação não obedecia a suzerania nenhuma estranha, nem temporal, nem espiritual, nem mesmo á da egreja: tal era o alto sentido do artigo do beneplacito; segundo, que, ao passo que então o rei tinha duas partes na representação nacional e o povo só uma, pela proposta viriam a tê-las approximadamente eguaes, e, emquanto que então, num conflicto entre o rei e as côrtes, o rei podia, contra o espirito da carta, prevalecer, depois prevaleceriam as côrtes, e seria a propria nação que resolveria os conflictos entre as duas camaras, visto que ambas iriam directa ou indirectamente restabelecer a sua harmonia ao sufragio popular, deixando a solução de estar, como então, dependente da conciliação sempre incerta do rei, que fazia as nomeações dos pares, com o povo, que elegia os deputados; e, finalmente, que a proposta asseguraria direito tão importante como o de reunião, tornando-o independente para sempre de auctorização prévia.

Demonstrou largamente estas proposições, insistindo sobretudo nos principios

seguintes introduzidos neste novo acto addicional: a camara dos pares escolhida não só pelo rei, mas tambem pelo povo; a impossibilidade do rei contrariar a vontade das côrtes, dissolvendo incessantemente a camara dos deputados e nomeando pares indefinidamente. Quanto aos conflictos possiveis de futuro entre as duas camaras, ponderou que, se até áquella data elles se tinham resolvido em favor da camara dos deputados com a promoção dum numero de pares inferior ou excepcionalmente pouco superior a vinte, havia todas as probabilidades de que de futuro se resolvessem com a eleição de cincoenta novos pares, e haveria até certeza, se, como tencionava propor, a camara dos dignos pares ficasse constituida metade de eleição e metade de nomeação, pois que aquellas probabilidades perfariam, sem duvida alguma, a maioria ao voto popular. Fez ver ainda como na proposta, declarando-se compativeis as funcções de ministro com as funcções anteriores de par e deputado, se consagrava para o poder executivo esta verdade do regimen parlamentar, que os ministros são da escolha do rei e do parlamento. Se é o rei quem os

nomeia, não deve exercer a sua prerogativa senão dentro da categoria dos homens que possuem a confiança do parlamento.

O orador foi, durante a sua demonstração, concatenando os artigos da proposta, de modo a convencer que toda ella obedecia a um pensamento fundamental, que todas as suas partes se ligavam systematicamente. Assim, da differença futura entre os pares, uns de nomeação vitalicia, outros electivos e temporarios, derivou a conveniencia de se declarar que todos elles seriam eguaes, que todos, assim como os deputados, seriam representantes da nação; da introducção do elemento electivo na camara dos pares lhe levantar o nivel politico resultava a necessidade de se elevar egualmente a auctoridade da camara dos deputados para lhe restituir a preponderancia, e o meio era tornar mais intima a sua communhão com o corpo eleitoral, reduzir o tempo da sua legislatura de quatro a tres annos, prazo sufficiente, segundo opinavam os nossos politicos, e entre elles o marquês de Sá da Bandeira, para os deputados legislarem proficuamente, com sequencia; e, depois, desta reducção, que podia, apesar de tantas

opiniões auctorizadas, induzir alguns deputados a transformarem-se em candidatos perpetuos, provinha a importancia de condemnar expressamente o mandato imperativo, não porque a palavra do legislador seja uma sancção perfeita, mas porque ainda tem força o respeito á lei, e para que ficasse este preceito a recordar que ha um limite minimo além do qual não é permissivel estreitar a temporalidade legislativa. Tambem se restringiu a prerogativa real do indulto e commutação de pennas, exigindo petição prévia de qualquer das camaras legislativas para ella se exercer em favor dos ministros condemnados por crimes commettidos no desempenho do seu cargo, porque ainda neste caso cumpria consignar a doutrina, que é o parlamento o supremo moderador constitucional.

O orador, tendo concluido a demonstração da segunda parte da sua moção, perguntou se reforma de tanta magnitude, supposto não fosse radical, não deveria contar com quatro annos de vida. Este prazo, julgava-o indispensavel para a nação disciplinar o seu desenvolvimento politico.

Se alguem, depois de feita esta reforma, tentasse logo outra, admittindo por um instante a hypothese inverosimil de que tivesse comsigo um numero consideravel de espiritos serios, precisaria para a propaganda das suas idéas, para uma legislatura ordinaria reconhecer a necessidade da nova reforma e para a legislatura constituinte a levar a cabo, pelo menos dos quatro annos.

Nem se dissesse que o poder legislativo não tem o direito de dispor do futuro da nação. Pois é-lhe licito ceder porções do territorio, contrahir emprestimos, alienar, em summa, a propriedade das gerações futuras, no intuito, é certo, de augmentar a riqueza publica, e não o seria disciplinar a liberdade dellas para assegurar a evolução juridica da nação! Mas nem disso se tratava, o prazo anteposto á nova reforma era apenas de quatro annos.

Havia quem pensava combatê-lo, argumentando por absurdo que, assim como iam ser exigidos quatro annos de experiencia constitucional em seguida á proxima reforma, se poderia exigir um grandissimo numero de annos. Era como se da facul-

dade que o poder legislativo tem de ceder porções de territorio, se pretendesse inferir que podia aliená-lo todo. Não. Aqui o numero não é elemento arbitrario. A pratica ensinava que a constituição, para se experimentar, exigia um certo numero de annos que não era possivel precisar, mas que com certeza não era inferior a quatro; e já não se fundaria nos factos quem lhe marcasse um periodo comparativamente muito longo.

Mas a doutrina contraria tende a destruir não só toda a fé publica, mas toda a fé dos contractos. Nenhuma instituição seria possivel. O deputado, por exemplo, eleito hoje, deveria ámanhã restituir o seu mandato, porque o corpo eleitoral varia continuamente, e até não se sabe se os proprios que o elegeram, não terão mudado de sentimentos para com elle. E ninguem acharia com quem tratar senão á vista, porque todo o pactuante teria o direito de rescindir sempre o seu contracto, quando lhe aprouvesse, fundando-se na sua liberdade de acção, que nunca deve ser coarctada.

O que é necessario, accentuou o orador, não é já outra reforma constitucional logo

depois desta, mas aproveitar esta para melhorar os serviços da administração.

Expoz em seguida desinvolvidamente a nossa situação, a importancia que tiveram os melhoramentos materiaes, reclamados já em 1820 por Fernandes Thomás como urgentes, para sempre titulos de gloria do partido regenerador, mas a sua insufficiencia, a immoralidade que occasionavam, e até a ruina que contra-producentemente delles podia provir, porque as estradas, os caminhos de ferro, que se fazem para proveito dos nacionaes, virão, se elles não se instruirem senão pela sua approximação, senão pela troca das proprias idéas, a aproveitar sim, mas aos estrangeiros, que facilmente os arruinarão com a sua superioridade intellectual na luta economica. Julgava, pois, inadiavel fomentar o desenvolvimento intellectual e moral do paiz. Este devia ser naquelle momento o programma do partido regenerador. E parecia-lhe que, assim como Rodrigo da Fonseca prestara ao sr. Fontes a sua auctoridade para a realização dos melhoramentos materiaes, assim então o sr. Fontes devia prestar a sua para a dos melhoramentos intelle-

ctuaes. Até viriam a ficar satisfeitos os mesmos que achavam insufficiente a lei em projecto, porque onde se fazem as leis não é tanto no parlamento como na eschola.

Sr. Presidente!

Tenho a honra de mandar para a mesa uma proposta, e, se v. ex.ª me dá licença, como o que tenho de dizer é pouco, di-lo-ei deste mesmo logar. A camara verá bem pela leitura da minha proposta qual a differença que existe entre ella e o artigo 2.º do projecto.

Proponho a seguinte emenda:

« Artigo 2.º A camara dos deputados será triennal, e as funcções dos pares electivos durarão em regra seis annos, mas expirarão para metade, no fim de cada triennio dos deputados, devendo esta renovação operar-se de cada vez por turno, ou, não o havendo ainda, á sorte. A duração

do mandato eleitoral contar-se-á sempre do primeiro dia de reunião de côrtes, depois de uma eleição geral de deputados e pares electivos.

« Haverá cada anno civil uma sessão ordinaria de côrtes, que nunca poderá durar menos de tres mezes.

« § unico. Fica deste modo substituido o artigo 17.º da carta constitucional.

O artigo 2.º do projecto começa por falar em legislatura. Esta palavra era bem cabida na constituição de 1822, que instituia sómente uma assembéa legislativa. Então podia dizer-se, por isso que uma legislatura era o tempo das funcções dessa assembléa. Com a carta de 1826, que nos rege, podia tambem dizer-se uma legislatura. Não havia já só uma camara, como todos sabem, porque, além da camara dos deputados, organizava-se uma camara de pares; mas, sendo os pares vitalicios, podia ainda dizer-se uma legislatura, significando este tempo o periodo entre duas eleições geraes ordinarias de deputados. Agora é que já não se póde dizer o mesmo, porque, depois do projecto em discussão se converter em lei, não continuarão electivos só os deputados como

até hoje, mas vão tornar-se electivos alguns pares, sem ficarem conjugados os dois actos eleitoraes. Daqui a seguinte pergunta: legislatura de quem? de deputados, ou de pares? Quando o projecto diz neste artigo que cada legislatura durará tres annos, refere-se á legislatura dos deputados? De certo que sim; mas, como não ha só essa, ha tambem a legislatura dos pares, parece-me que a expressão não é acertada, e preferia que se dissesse, ao modo da constituição de 1838, que a camara dos deputados terá uma duração triennal e a camara dos pares sexennal.

Na minha opinião, a camara dos pares deverá ser renovada, sempre que se proceder á eleição de deputados, isto é, normalmente no fim de cada triennio, e é o que consigno na minha proposta.

Preceitua-se tambem neste artigo do projecto que cada sessão annual durará tres mezes; mas, como adeante o projecto não delimita á corôa a prerogativa de adiar as côrtes, apesar de que entendo que seria um abuso o acto do poder real que transformasse o adiamento numa reducção de sessão, em todo o caso parece-me conve-

niente prevenir esse abuso, posto que simplesmente possivel. Por isso, em vez de se dizer, como no projecto, « a sessão deve durar tres mezes », opto por que se diga que a sessão não durará menos de tres mezes.

No paragrapho a commissão diz: « a sessão que durar menos de tres meses, não será contada para o acto da duração da legislatura, etc. »

A duração do mandato dos deputados, que até agora tem sido pela carta de quatro annos, passa a ser de tres. Ora não é sem preoccupações, sem receio, que alguns espiritos acceitam esta mudança. Eu já tive occasião de mostrar aqui o motivo que a determinou. Desde que se julgou necessario, e bem, levantar o nivel da camara dos pares, vinha a ser tambem necessario restituir a preeminencia politica á camara dos deputados, e o meio obvio que se indicava logo, era tornar a camara dos deputados mais intima com os eleitores, portanto reduzir o tempo da sua legislatura. Ha, porém, um perigo grave que todos prevêem. Os deputados, quando o tempo da legislatura se reduza excessivamente, podem transformar-se de deputados em candidatos perpe-

tuos; quer isto dizer que, em vez de porem acima de tudo os interesses do paiz, podem procurar principalmente satisfazer os interesses dos seus eleitores. Este receio domina hoje certos espiritos timoratos. A mim parece-me bastante para o desvanecer a opinião dos homens mais illustrados e experientes do nosso paiz, como, por exemplo, o marquês de Sá. A maior parte dos homens que têem passado pelo poder, os que têem presidido ás situações politicas, são de opinião, que, para o mandato dos eleitores se não tornar imperativo e os deputados se não converterem em candidatos perpetuos, basta que a legislatura não dure menos de tres annos. A commissão, concordando nesta opinião, realmente acceita pelo paiz, adoptou este prazo; mas é preciso que a reducção não vá mais longe, e o paragrapho está redigido de fórma que póde dar tal resultado. Diz-se que a sessão que durar menos de tres mezes, não se contará. Peço licença para observar que nós havemos de contar as legislaturas não por sessões, mas por annos civis. Quando estabelecemos no corpo do artigo que a legislatura dos deputados durará tres annos,

não quizemos contar a legislatura senão por annos, e o paragrapho não devia oppor-se a este principio, vindo dizer que a sessão que durar menos de tres mezes, não se contará para o computo da legislatura. Nós, a unidade que tomamos, não é a unidade sessão, é a unidade anno. Se a unidade fosse sessão, num só anno com duas sessões extraordinarias, cada uma das quaes durasse tres mezes, acabava-se logo a legislatura dos deputados. Ora ninguem deseja isso.

Eu sei bem os inconvenientes que a commissão quiz evitar com esta disposição, e qual foi o facto que lha suggeriu; mas quem encarar de frente o problema, reconhecerá que o que é necessario, é fixar o ponto de partida para as legislaturas. Isto faço na minha proposta. Entendo que as legislaturas se devem contar da primeira reunião das côrtes, depois de umas eleições geraes.

Não só me desagrada a fórma que a commissão deu á idéa principal do paragrapho a que me estou referindo, mas acho incorrectissima a redacção da sua segunda parte.

Parece que já estava tudo dito. Dissera-se: « A sessão que durar menos de tres mezes, não será contada para o computo da duração da legislatura ». Portanto, se se desse o caso aqui previsto, se fossem dissolvidas as côrtes e houvesse depois uma sessão de dois mezes, por exemplo, antes de janeiro, os dois mezes não constituiam uma sessão, e não se contava esse tempo para a legislatura. Era o que se inferia. Mas quiz-se estabelecer mais alguma coisa, que é inacceitavel. A commissão continuou, dizendo: « salvo havendo no mesmo anno nova sessão que dure o tempo preciso para completar aquelle prazo ».

Que significa isto de no mesmo anno haver nova sessão? Dar-se-á caso, que a commissão admittisse a hypothese de, reunidas as côrtes em seguida a uma dissolução, ellas funccionarem só dois mezes, por exemplo, haver decorridos elles um adiamento, reunirem-se o terceiro mez em nova sessão e assim se completarem tres mezes? É esta a hypothese que a commissão figurou? A commissão entende que a prerogativa real do adiamento poderá ter o effeito de obstar a um trimestre inteiro

de sessão consecutivamente a uma dissolução de ambas as camaras? Mas para que serviria em tal caso a disposição do artigo 7.º do projecto, que ordena a convocação das côrtes para se reunirem dentro de tres mezes a contar da sua dissolução? E' claro que se arriscava a ser sophismada pelo adiamento, que poderia suspender a sessão logo num dos dias seguintes ao de abertura.

E agora se apodera de mim uma apprehensão. Entenderá em these geral a commissão que o adiamento possa não só interromper, mas até encurtar qualquer sessão do parlamento?

Já sabem o que penso deste encurtamento. Quero porém mostrar a conclusão que se tiraria para a temporalidade legislativa. Inversa á de ha pouco. A legislatura, que, pela primeira parte do paragrapho, pecava por defeito, agora pela segunda parte vinha a pecar por excesso. Digo mais a v. ex.ª: se a prerogativa real fôsse tão discrecionaria, se o adiamento não fosse simplesmente uma interrupção das sessões, mas fosse tambem, ou pudesse dar em resultado, uma reducção dellas, sabe v. ex.ª quanto poderia durar uma camara de depu-

tados e a parte electiva dos senadores? Indefinidamente. No primeiro anno, passado um mez de sessão, havia um adiamento até ao anno seguinte, e não se contava esse anno; no segundo anno havia só um ou dois mezes de sessão, tão pouco se contava esse anno; e assim successivamente. Seria absurdo duas vezes. Os deputados eternizavam-se, e nunca tinham tempo para nada.

Todos estes vicios se deparam na redacção do artigo 2.º. Para os remediar, além de querer tambem incluir uma idéa que já apresentei a v. ex.ª, — que a parte electiva da camara dos pares seja renovada por metade no fim do triennio dos deputados —, organizei a emenda que tive a honra de ler.

Notarei, e para terminar, que, por inadvertencia, não ficou incluido entre os artigos sujeitos á nossa revisão o artigo 75.º § 1.º, da carta, que este artigo 2.º do projecto evidentemente altera.

Leu-se na mesa a proposta.

Foi admittida.

Sr. Presidente!

Pedi a palavra para mandar para a mesa esta proposta que se fundamenta com as considerações que fizeram alguns dos meus illustres collegas, e já se achava fundamentada com as que tive a honra de fazer durante a discussão da generalidade.

E agora bastará que eu mostre, muito rapidamente, que a razão para que os pares e deputados percam os seus logares, quando sejam nomeados ministros, não procede para os conselheiros d'estado.

A razão, que eu já adduzi, é que os ministros d'estado, ainda que a carta diga que são nomeados livremente pelo rei, a realidade é que são por elle tirados da categoria dos eleitos do parlamento. *(Interrupção).* V. ex.ª quer dizer que podem ser escolhidos dentre pessoas estranhas ao parlamento. De certo, mas pessoas que mereçam a confiança da maioria. Ha um exemplo recente dum illustre estadista que veiu a tomar parte num ministerio progressista,

sendo nessa occasião estranho ao parlamento. Não estou advogando agora o principio, que tem aliás por si muitas sympathias e a pratica quasi constante, de que todos os ministros sejam membros de alguma das camaras. O que affirmo, é que o poder moderador não pode escolher para ministros senão homens que mereçam a confiança do parlamento. Portanto, os deputados ou pares nomeados ministros não devem por este facto tornar-se suspeitos ao paiz. Passaram não por uma selecção exclusiva do poder real, mas por uma selecção simultanea do rei e do parlamento. Só lhes póde lançar tal suspeição a doutrina de que os ministros são da escolha pessoal do rei. Mas essa não é positivamente a nossa doutrina, não é de maneira alguma a da carta. O nosso regimen é de gabinete. Não é o regimen americano, em que os poderes estão completamente separados, em que o poder executivo é eleito ao lado do poder legislativo e os ministros são creaturas do chefe do estado. Em Portugal os ministros são não só nomeados pelo rei, mas tambem indigitados pelo parlamento. Esta indicação é implicita.

Se isto assim é, se é por esta razão que nós devemos incluir no actual projecto o principio que está no artigo 5.º, esta mesma razão não procede para com os pares ou deputados, quando nomeados conselheiros d'estado; porque, para esta nomeação, que é liberrima da prerogativa real, é que não intervem o voto do parlamento.

Era quasi desnecessario, para fundamentar a minha proposta, repetir o que eu já tinha dito.

PROPOSTA

Proponho que no artigo 5.º se elimine « ou de conselheiro d'estado ».

Foi admittida.

Começou por observar que lhe não era necessario combater o principio do pariato hereditario, visto que ninguem o defendia. É que, reconhecendo todos a força da hereditariedade, todos conhecem ao mesmo tempo que ella não é bastante para dotar

alguem com o saber e com a virtude, e estes são os unicos titulos que devem dar direito á entrada em qualquer das camaras. Ademais, perguntava qual era entre nós a classe que se pudesse dizer herdeira das tradições de governo, depositaria do espirito politico.

Disse que lhe era necessario, sim, combater o direito proprio ao pariato, que tantos espiritos cultos ainda sustentavam e até alguns que aliás se declaravam seus adversarios. Assim o sr. José Dias Ferreira, que nesse anno acabava de falar contra o direito ao pariato inherente a qualquer funccionario, no anno precedente opinara pela introducção na camara dos pares de membros eleitos por corporações do estado, como o Supremo tribunal de justiça, por exemplo. Pois dar a estas corporações o direito de eleger pares é essencialmente o mesmo que investir no pariato certos funccionarios publicos. O mesmo principio condemna um e outro destes suppostos direitos. Que principio é este? É que se não deve inverter a ordem constitucional, segundo a qual os representantes da nação formam immediatamente pelos seus delegados o

poder executivo; e dar o pariato a certos funccionarios ou a certas corporações executivas é derivar não o executivo da representação nacional, mas, ás avessas, derivar do executivo um ramo da representação nacional, é a confusão dos poderes, e a peor, porque é a absorpção de todos pelo executivo.

Sabia que se costumava allegar, em favor da elevação ao parlamento, por direito proprio, dos homens mais versados na pratica da administração, que assim se aproveitaria o seu saber feito de experiencia, mas respondia que o ministro não deve viver isolado dos funccionarios do seu ministerio, estes devem ser collaboradores que o cerquem das suas luzes, representando-lhe os vicios e as necessidades dos serviços, e que é portanto pela iniciativa parlamentar dos ministros que o paiz deve receber o concurso do executivo na elaboração das leis.

O orador, continuando, disse achar-se em presença de dois systemas, a organização da camara dos pares por nomeação regia ou por eleição popular, e das combinações que com estes systemas exclusivos se podiam fazer.

Julgava não ter que discutir os direitos da realeza e do povo. O que era certo, era que, á medida que o povo se illustrava, tendia a chamar a si uma parte maior da auctoridade, e isto pelo direito da razão, da consciencia humana. Por isso declarara na discussão da generalidade que um dos caracteres progressivos da proposta era que por ella viriam de futuro o povo e o rei a ter quinhões proximamente eguaes na representação nacional, emquanto que pela carta o povo tinha uma parte e o rei duas. Tal progresso não lhe parecia contestavel.

A questão era outra, era de quem escolhia melhor os pares, o rei eleitor ou o povo eleitor. Não havia hesitar. O rei não podia escolher. Tinha que tirá-los dentre os homens publicos; estes achavam-se agrupados em partidos, cada partido com os seus chefes naturaes no ministerio; e, como o ministerio vivia da confiança do rei e da maioria, não devia o rei fazer uma nomeação de pares com que, por pouco que fosse, afrouxasse essa confiança. Logo o rei tinha de nomear sempre os pares que ao ministerio conviessem, quer dizer, não os nomeava

o rei, mas os ministros. Isto era confirmado pela pratica, de todos conhecida. Só num caso o rei poderia exercer o direito de nomeação de pares, mas então não usava, abusava delle. Seria quando quizesse fazer governo pessoal, quando quizesse oppor-se á vontade das côrtes, porque, nesse caso, escolhia um ministerio seu e nomeava pares egualmente seus. Portanto por duas razões devia acabar, senão duma vez, ao menos gradualmente, o pariato de nomeação regia: porque o rei só podia abusar do seu direito de nomeação, e porque em geral eram os ministros que o exerciam, invertendo a ordem constitucional, que é que os ministros sejam indicados pelo voto do parlamento e não que escolham elles quaesquer membros da representação nacional. E aqui se manifestava a importancia do projecto. Até áquella data, o prestigio da camara dos pares tinha soffrido por causa da sua origem ministerial; desde então, ia levantar-se, concorrendo essa camara com a dos deputados para a formação dos ministerios. Além de que o rei não se acharia já com um direito constitucional de que lhe era possivel abusar em luta contra as côrtes. Todas estas

vantagens provinham da introducção do elemento electivo na camara alta.

E havia quem invectivasse o suffragio popular! Affirmava-se que o povo não sabia escolher os seus mandatarios. Assim succedia varias vezes. Mas a culpa não era sua. Era raro que o povo, só depois de ter visto como um homem administrava a sua casa, o elegesse para gerir os negocios municipaes, em seguida para a junta geral, e no fim de todas estas experiencias para o parlamento. Este seria um optimo processo, mas quasi nunca era praticavel. O processo pelo qual o povo elegia, era em geral synthetico. Os partidos constituiam, com os seus homens eminentes, jurys que conferiam o titulo de capacidade parlamentar a certos individuos, e era dentre estes candidatos propostos pelos partidos que o povo escolhia os seus deputados. Se escolhe mal, exclamou o orador, a culpa é fundamentalmente dos partidos que não lhe propõem os homens mais dignos, que, em vez de chamarem á politica, isto é, á mais alta situação do paiz, todos os grandes meritos, parece muita vez que se receiam delles. Era ahi que estava o mal, e delle se padecia!

O orador julgava ter demonstrado que a camara alta se deve originar no suffragio. Assim desejava que se fizesse a reforma. Mas encontrava os actuaes pares do reino, cuja collaboração se tornava necessaria para a reforma. Era necessario conservá-los nas suas funcções legislativas, do que resultava a composição mixta para a camara dos pares, com o elemento temporario e com o elemento vitalicio, principio que os actuaes pares do reino acceitavam. Transigia, portanto, para realizar um progresso possivel, afigurando-se-lhe todavia que a proporção dos pares electivos devia ao menos ser egual á dos pares de nomeação regia, já diria porque.

Como tivera occasião de expor durante a generalidade, o systema da proposta do governo era viavel. Não havia motivo para recear que os conflictos entre as duas camaras ficassem sem solução, porque até então se tinham resolvido em favor da camara dos deputados com a promoção de cerca de vinte pares, quando muito, e de futuro, a cada conflicto, entrariam na camara dos pares, logo que ella tivesse sido dissolvida, cincoenta pares. Estas probabilidades iriam

até á certeza, se o numero de pares electivos fosse egual ao dos pares de nomeação. As questões sociaes não são questões meramente arithmeticas. Não bastava dizer que os pares de nomeação regia em numero egual aos pares electivos podiam inutilizar o voto destes; nas sciencias sociaes não se encontrava ainda a maior parte das vezes um principio superior que désse a razão de certas affirmações, essa razão tinha que ser inductiva, experimental. Era com a constituição, tal qual estava, que, como já mostrara, os conflictos entre as duas camaras podiam ficar sem solução, porque esta solução dependia de que o rei que nomeava os pares, se conciliasse com o povo que elegia os deputados. De futuro, não. Seria só o povo quem, directa ou indirectamente, elegeria os deputados e os pares temporarios. Uns e outros haviam de inspirar-se nos mesmos sentimentos populares. O que era necessario, era assentar-se desde logo que tal seria a origem commum dos mandatarios electivos. O orador não admittia o pariato para a representação de classes; queria que nas assembléas primarias das eleições para pares votassem os mesmos

eleitores dos deputados, e opportunamente diria o processo eleitoral que preferia. Não via, pois, motivo para se recear a insolvencia dos conflictos parlamentares. O que julgava util, era preveni-los, e nesse sentido propozera já, quando se discutia o artigo 2.º, a renovação da parte electiva da camara dos pares no fim de cada triennio dos deputados, e entendia que ella deveria ser dissolvida sempre que o fosse a camara dos deputados.

Esta disposição só viria no seu logar, ao tratar-se do artigo 7.º. Diria, porém, desde logo que a dissolução é um appello ao paiz, que, se as duas camaras estão de acôrdo, deve-se appellar de ambas, se não, é inadmissivel a dissolução exclusiva da camara dos deputados, porque, ao consultar a opinião publica, não é de prever que ella seja favoravel á camara que a não reflecte directamente, e portanto na maioria dos casos terá de se proceder depois á dissolução tambem da camara dos pares. Era, pois, melhor tê-las dissolvido juntamente. Já reciprocamente se não podia affirmar outro tanto, e por isso achava bem que a dissolução pudesse recair exclusivamente sobre os pares electivos.

Exprimiria a sua opinião a respeito do numero total de pares do reino. Era grande, demasiado, o do projecto, mas não era possivel diminuí-lo por causa do numero de pares actuaes; senão, a parte electiva da camara alta seria, pelo menos nos primeiros tempos, tão pequena que então é que a dominaria talvez uma oligarchia de pares vitalicios. Acceitava, pois, proximamente o numero do projecto, não exactamente 150, mas 148, porque 148 é divisivel por 4, o que simplificaria a renovação dos pares electivos, tornando-a de metade exacta. Para o orador deveria haver portanto 74 pares electivos, isto é, em média, um por quatro concelhos do continente e ilhas adjacentes.

O orador terminou por examinar as propostas do sr. dr. Calixto e do sr. Coelho de Carvalho. A primeira tendia a constituir o pariato todo de nomeação regia, mas temporario. Ora este principio é peor que o da carta. Em vez de haver uma camara de pares formada pela sobreposição de camadas partidarias, que em summa sempre representava todos os partidos, haveria uma camara não só feita

pelo poder executivo, mas feita por cada ministerio á sua imagem, camara que não seria senão representante dum partido, e nunca da nação. E mostrou, em seguida, como este principio, além d'inacceitavl, não poderia applicar-se ao modo da proposta. Quanto á idéa emittida pelo sr. Coelho de Carvalho de serem os pares vitalicios escolhidos dentre os temporarios, declarou-se contra ella, porque, se era admissivel a origem mixta de cada par, como no Brazil, ou inversamente, como queria Garrett, já o não era a divisão da camara alta em duas classes, taes que duma se passasse para a outra como por promoção. Era indispensavel que os pares fossem legislativamente todos eguaes entre si. E, a proposito, advertiu que convinha inscrever na constituição o preceito das categorias tanto para os pares electivos como para os pares de nomeação.

Leu-se na mesa a seguinte

PROPOSTA

Proponho a seguinte emenda:

Artigo 6.º A camara dos pares compor-se-á de cento e quarenta e oito membros,

metade vitalicios de nomeação regia, e metade temporarios de eleição popular. Só poderão ser pares os individuos que estiverem comprehendidos em determinadas categorias, identicas para os pares de eleição e para os de nomeação.

A eleição de par do reino será indirecta, votando nas assembléas primarias a massa dos eleitores dos deputados. Tudo o mais se regulará por uma lei ordinaria.

§ transitorio. Os actuaes pares do reino continuarão a ter assento na sua camara: e, emquanto o seu numero se não reduzir a setenta e quatro, o rei fará a nomeação de um par por cada terno de vacaturas que elles forem deixando.

Fica por este modo substituido o artigo 39.º da carta constitucional.

Foi admittida.

Notou que a objecção que se acabava de levantar, não parecia fundada. Acto moderador é todo aquelle em que um poder ou

ramo de poder intervem na esphera d'algum dos outros poderes ou ramos de poder. Quando o poder real, — que é o unico que a carta denomina moderador, ainda que de facto haja outros poderes moderadores e em primeiro logar esteja o das côrtes, a quem cabe velar na guarda da constituição —, quando o poder real intervem na acção legislativa das côrtes, representa um papel moderador. É, pois, moderadora a funcção do rei, quando nomeia pares, ainda que deixe de os nomear em numero indefinido. O que naturalmente se tinha querido exprimir, era que para futuro o rei não exerceria a acção moderadora de resolver, com uma promoção de pares, os conflictos entre as duas camaras ou entre a dos pares e o ministerio. Assim viria a succeder; mas esta era uma das conquistas do projecto.

O orador, entrando na apreciação directa do artigo, disse que primeiro de tudo tinha que definir o poder real, porque só assim se tornaria possivel apreciar quando elle sai da sua esphera de acção e entra na doutro poder ou ramo de poder. O rei é no systema monarchico-representativo um dos representantes da nação; como o outro

representante, as côrtes, tem que exercer duas funcções, a funcção legislativa, sanccionando ou não o que as côrtes decretam, e a funcção de concorrer com ellas para a eleição do poder executivo, seguindo-se destas funcções a de inspeccionar e assegurar a execução das leis. Quando o systema funcciona harmonicamente, o executivo cumpre a vontade do legislativo sob as vistas immediatas e constantes do rei e sujeito á interpellação e ao voto do parlamento no tempo das sessões. Portanto, ainda que a carta declarava que o rei era o chefe do poder executivo, na realidade este poder tinha dois chefes, o rei e as côrtes, e quem propriamente o constituia, era o ministerio com todos os seus collaboradores.

Daqui se inferia logo que a carta abrangia no exercicio do poder moderador actos, uns dos quaes são, sim, do poder real, mas seus proprios — a sancção, a nomeação dos ministros —, não são moderadores, de intervenção sua na esphera alheia; e outros, que são actos executivos, do gabinete.

Pelos actos propriamente seus ha responsabilidades para o rei? Tanto como

pelos actos parallelos ha para os deputados e pares. Têem só responsabilidade moral. Cumprem os seus deveres? adquirem prestigio, fortalecem-se na opinião. Não cumprem? desacreditam-se. Ha uma differença, não entre o rei e as côrtes, mas entre os membros electivos da representação nacional e os membros vitalicios, em cujo numero se conta o rei, e é que aquelles conservam o mandato ou perdem-no, póde dizer-se que para elles existe uma responsabilidade e uma sancção politica, emquanto que os vitalicios são inamoviveis. Por isso as faltas destes são muito mais graves, ellas tendem a originar o descredito das instituições.

Quanto aos actos propriamente do executivo, como a suspensão dos magistrados, as commutações de penas, perdões e amnistias, de certo que devia tornar-se por elles responsavel o ministerio. São actos executivos, dos ministros, e era indevidamente que a carta os attribuia ao rei.

O orador insistiu nestas conclusões. Mostrando como, pela doutrina consignada no projecto, viria de futuro a discutir-se na camara a denegação da sancção, que,

segundo a carta, *tem effeito absoluto,* perguntou se, na intenção do governo e da commissão, isso era admissivel.

Passou em seguida a examinar as funcções realmente moderadoras do rei, descriptas no artigo 74.º da carta. Eram convocar extraordinariamente as côrtes, prorogá-las, adiá-las, dissolvê-las ; eram todas funcções de intervenção do rei, como ramo legislativo, na acção do outro ramo, as côrtes ; eram, em summa, funcções moderadoras de caracter legislativo. Como, pois, irrogar por ellas responsabilidade ao ministerio ? Do seu proprio caracter resulta que não ha responsabilidade para taes funcções, e ninguem póde assumir o que não existe. O orador rejeitava portanto a doutrina do projecto, de tornar responsaveis os ministros pelos actos do poder moderador. Só lhes pertencia responsabilidade pelos actos executivos que erradamente se achavam attribuidos no artigo 74.º da carta ao poder real, porque são do ministerio.

Tratou depois das reformas propostas nos diversos numeros do artigo, fundamentando as alterações que lhes fazia na seguinte emenda :

« Artigo 7.º O rei exercerá o poder moderador:

« 1.º Nomeando os pares vitalicios;

« 2.º Prorogando as côrtes geraes;

« 3.º Adiando as mesmas côrtes, comtanto que já tenham funccionado um mez em seguida a uma eleição geral de deputados, ou, quando não, de acôrdo com ellas;

« 4.º Dissolvendo a camara dos deputados e a parte electiva da camara dos pares, nos casos em que o exigir a salvação do estado, com as clausulas seguintes:

« Não poderá haver dissolução da camara dos deputados, emquanto ella não concluir a sua primeira sessão ordinaria;

« Quando a mesma camara fôr dissolvida, sê-lo-á simultaneamente a parte electiva da camara dos pares;

« O decreto da dissolução convocará as côrtes seguintes a reunirem-se dentro de noventa dias;

« 5.º Perdoando e moderando as penas impostas aos reus condemnados por sentença, á excepção dos ministros d'estado por crimes commettidos no desempenho das suas funcções, a respeito dos quaes só

poderá ser exercida esta prerogativa regia, precedendo petição de qualquer das camaras electivas.

« Ficam assim substituidos os §§ 1.º, 4.º e 7.º do artigo 74.º da carta constitucional ».

Já propozera que cada sessão ordinaria não pudesse durar menos de tres mezes. Neste logar julgava necessario prescrever que nunca, depois de uma eleição geral de deputados, o adiamento recaisse sobre o primeiro mez de sessão, a não ser com annuencia das camaras, pois que do contrario arriscava-se a ser sophismada a doutrina de que se haviam de reunir as côrtes no principio de cada anno, e especialmente no trimestre consecutivo a qualquer dissolução da camara dos deputados. A dissolução provém dum conflicto que é preciso resolver; mas, com o adiamento, o governo que preveja um voto contrario das novas côrtes, afasta essa resolução.

Não acceitava as palavras « bem do estado » em substituição a « salvação do estado » para definir os casos de dissolução. Preferia que não pudesse haver segunda dissolução senão depois das côrtes funccionarem uma sessão

ordinaria. Como já expozera, entendia que, dissolvida a camara dos deputados, devia sê-lo tambem a dos pares.

Acabou por observar á commissão que ella alterava não só os paragraphos, como por esquecimento só dizia, mas o proprio artigo 74.º da carta, e devia fazer-lhe referencia.

Leu-se na mesa a proposta.

Foi admittida.

Apresentou a seguinte

PROPOSTA

« Proponho o seguinte additamento:

« Artigo 10.º Todo o cidadão poderá apresentar por escripto ao poder legislativo e ao executivo as reclamações, queixas ou petições, e até expôr qualquer infracção da constituição, requerendo perante a competente auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores. O direito de reunião em toda a sua plenitude, bem como o de associação para a mutualidade de instrucção e de soccorros são egualmente garantidos.

A lei ordinaria regulará o exercicio de cada um destes direitos. »

Leu-se na mesa.

Foi admittida.

Sr. presidente!

Tomarei pouco tempo á camara.

O meu nome não assigna este projecto *, porque o convite para a sessão da commissão me chegou tarde.

Creio que estamos todos de acôrdo em que esta emenda é má, discute-se apenas se é mais ou menos má. Afigura-se-me tambem inconveniente. Não devia apparecer na occasião em que um partido tem andado a propalar que as reformas politicas são

* Ao artigo 6.º accrescenta-se:

« § 7.º Os immediatos successores dos pares fallecidos e dos actuaes, que existirem á publicação desta lei, terão ingresso na camara dos pares pelo direito hereditario, satisfazendo ás condições da lei de 3 de maio de 1878. Esta disposição em nada altera o que fica disposto no § 4.º deste artigo. »

insignificantes. Afigura-se-me ainda que se póde tomar como menos airosa para a camara dos deputados, desde que nenhuma das idéas que se apresentaram aqui á primeira votação, foi acceita pelo governo. Mas eu não terei duvida em votar a emenda, apesar de entender, como toda a gente, que ella é má, apesar de a reputar menos conveniente, se acaso fôr convencido do valor do sacrificio.

Das palavras do sr. presidente do conselho deprehende-se que esta emenda não era necessaria para fazer vingar a reforma, e que foi concessão espontanea sua. Se a acceitasse, o projecto, que já tinha voto da camara alta e da camara dos deputados, iria á sancção regia. Ora eu comprehendia que o governo e a maioria cedessem para fazer vingar uma parte ao menos do projecto das reformas politicas ; mas, visto que não foi para salvar as reformas politicas, o novo acto addicional, cuja efficacia demonstrei, e na qual ainda creio, careço de que o sr. presidente do conselho me diga qual a necessidade que o aconselha.

Esta emenda torna-se necessaria para que o ministerio se conserve? *(Apoiados da*

extrema esquerda). Entendo que não; e agora talvez que a opposição me não apoie. O actual gabinete tem o apoio leal da sua maioria *(Apoiados),* mas tem tambem a seu favor a fraqueza da opposição. A opposição ou não o combate, ou os seus combates são meramente de apparato. *(Interrupção dum deputado republicano).* Eu não me referi a s. ex.ª, refiro-me ás opposições que tẽem maior representação parlamentar.

Não ha governo nenhum que não procure nobilitar a sua iniciativa, trazendo ao parlamento projectos bons; em regra, os projectos que os ministros trazem á discussão do parlamento, tẽem sempre um fundo de utilidade; por isso a funcção essencial da opposição é fiscalizar a administração do governo, e eu vejo que a opposição está satisfeita com a nossa administração. *Uma voz:* Está enganado. — Ella está tão satisfeita, que é voz publica que na opposição progressista ha até luctas internas só para ver quem ha de merecer melhor as boas graças do governo *(Riso).*

Portanto não creio que fosse por o governo se recear da opposição que cedeu a esta emenda.

Mas supponhamos que foi, supponhamos que elle quiz contentar a certos elementos dispersos da opposição para tornar ainda mais facil a sua marcha politica. Pergunto: qual é o seu fito?

Eu tive occasião de dizer aqui, quando o sr. presidente do conselho não estava presente, e repito-o hoje, que considero a s. ex.ª o primeiro vulto da politica portuguêsa neste momento da nossa historia, e estou disposto a votar esta emenda, se effectivamente, como espero, o sr. presidente do conselho me convencer de que é preciso para que as reformas que s. ex.ª tem em mente e que devem ser proveitosas para o paiz, se realizem. Mas já defini o campo das reformas. Entendo que nós hoje não carecemos senão parcamente de melhoramentos materiaes. Estes melhoramentos constituem apenas os instrumentos, a ferramenta, nas mãos duma nação; torna-se necessario que o operario cultive a sua intelligencia para trabalhar com utilidade e produzir. Por isso eu, que admiro no sr. presidente do conselho o estadista que soube fomentar o desenvolvimento material do paiz sob a auctoridade de Rodrigo da

Fonseca Magalhães, desejaria que hoje uma politica no sentido do desenvolvimento da instrucção publica achasse o apoio e a protecção de s. ex.ª

Termino. Preciso saber qual o valor desta emenda para poder dar-lhe o meu voto. Estou, porém, certo de que o sr. presidente do conselho, com o seu alto tino politico, não podia acceitar uma proposta que não fosse de interesse publico, e espero por isso que as explicações que peço a s. ex.ª, me hão de satisfazer completamente.

Sr. presidente!

Resumirei perante a camara o meu discurso de hontem em muito poucas palavras.

Quando hontem se tratava da emenda que veiu da camara dos pares, declarei que, apesar de a achar má, como toda a gente, não teria duvida em votá-la, se valesse a pena o sacrificio. Eu não sabia

se valia a pena, esperava pelas explicações do sr. presidente do conselho. Que aquella emenda não fôra necessaria para que se completasse a reforma politica da camara dos pares, dissera-o o sr. presidente do conselho. Seria necessaria para o governo viver? E, a este proposito, disse que não me parecia que o governo devesse recear-se da opposição, — e referi-me nomeadamente á opposição progressista, que da opposição é a maioria —, que não me parecia que o governo devesse recear-se da opposição progressista, porque nesse gremio havia quem lhe estivesse roubando forças, solicitando as boas graças ministeriaes. Accrescentei ainda que, se era necessaria a emenda a final, apesar de tudo, para vencer difficuldades parlamentares, eu queria saber qual o programma do governo, qual o seu pensamento politico, porque, se estivesse completamente de acôrdo nesse pensamento, votaria a emenda, se não, não.

Eis muito simplesmente o resumo do meu discurso.

Podia ficar por aqui, mas quero dizer a v. ex.ª e á camara que eu tanto como o sr. Luciano de Castro, a quem muito prézo, e

a quem agradeço as palavras benevolas que ha pouco lhe foram ditadas pela sua fina educação e pela sua generosidade de animo, eu mais que o sr. Luciano de Castro senti que hontem lhe não fôsse possivel usar da palavra, porque me apressaria a satisfazer os seus desejos.

Quando aqui nesta casa o meu amigo, o sr. Antonio Candido, aventou uma vez que entre os partidos politicos da nossa terra não havia differença de principios, mas unicamente de processos, e que os processos adoptados pelo partido regenerador eram immoraes, eu não protestei contra essa phrase, porque sabia que evidentemente não se podia dirigir aos homens que no partido regenerador têem toda a vida pugnado pelo cumprimento do dever. Parece-me, pois, que hontem, quando me referi ao partido progressista, e disse, como ha pouco reproduzi, que no seu gremio havia alguns membros que não sabiam manter escrupulosamente a sua posição politica, parece-me que não se deviam interpretar estas palavras, como acabo de ver que as interpretou o sr. Luciano de Castro, e como já hontem presumia, porque, quaesquer que sejam as

accusações que recaiam sobre um partido que tem por chefe o sr. Anselmo Braamcamp, nunca essas accusações podem converter-se em ultraje para cada uma das suas individualidades. Eu censurei o partido progressista pelo que fazem alguns, não cada um dos seus membros, e censurei expressamente o partido progressista, como ha pouco disse, porque esse partido constitue a maioria da opposição monarchica. Exprimindo-me assim, julguei que não desacatava absolutamente nada os caracteres honrados que respeito nesse partido, mas muito pelo contrario provava a minha confiança nelles, porque appellava para a sua força moral dentro do seu partido.

Mas seria por ventura injusta a minha arguição? Porque é então que um partido, ao qual preside o sr. Anselmo Braamcamp, que tem ao lado do seu chefe um estadista tão instruido como o sr. José Luciano de Castro, que conta só nesta camara reputações tão merecidas como as do sr. Barros Gomes, Veiga Beirão e Ennes, que dispõe da penna do sr. Emygdio Navarro, que é o nosso mais vigoroso jornalista, e da palavra do sr. Antonio Candido, que é o nosso mais

brilhante orador, porque é que um partido que possue illustrações, como o sr. Alves Matheus, Simões Dias, Thomaz Bastos, Laranjo e Eduardo José Coelho, e tantos outros homens tão distinctos, porque é que o partido progressista, ao qual pertence o sr. Marianno de Carvalho, que só por si é uma notabilidade, porque é que este partido que devia ser forte e o paiz esperava que o fôsse, que devia exercer uma acção parlamentar sufficientemente energica para cohibir os abusos sempre possiveis da auctoridade e garantir á nação um bom governo, porque é que veiu a dar unicamente numa opposição de parada, espectaculosa, inefficaz, que nesta camara só tem palavras desoladas, de tristeza, de dôr e de luto, para chorar a decadencia do regimen parlamentar? Porque é que este partido dia a dia parece arredar-se cada vez mais do poder? O parlamentarismo decai, dizem os seus oradores; mas porque?

Quanto a mim, a causa principal é que dentro dos partidos monarchicos opposicionistas, além da parte sã que eu respeito mais que ninguem, ha elementos dissolventes, que os illaqueiam e enfraquecem

continuamente, elementos que só por si não valerão muito, mas que produzem damno incalculavel pela acção enervante que exercem sobre os proprios partidos, pela acção deleteria que exercem na politica portugueza. Perturbam immensamente as funcções dos poderes publicos do estado.

Foi contra esses elementos que por incidente falei, dizendo que elles andavam requestando as boas graças ministeriaes. São esses os elementos que eu condemno, foi por causa delles que censurei o partido progressista.

Quem são, onde estão? não tenho de o dizer. Basta que eu avise, se o meu aviso pode merecer consideração. Direi unicamente aos homens honrados do partido progressista que os procurem, e, se os encontrarem, que os arredem de si. Se não os encontrarem, achar-me-ão prompto a confessar o meu erro e a penitenciar-me da minha involuntaria injustiça. Mas, por emquanto, não cubram, por quem são, com a sua auctoridade moral individuos que a opinião publica aponta como indignos da sua camaradagem.

Termino, dizendo que é necessario que todos, membros duns e doutros partidos, nos empenhemos numa cruzada para expurgarmos a nossa sociedade politica da escoria que a envilece e desacredita, porque só assim se poderá realçar o prestigio tão empanado das instituições representativas, fóra das quaes não ha salvação para a nossa cara patria.

Sr. presidente!

Se alguma das minhas palavras foi ofensiva para a camara, v. ex.ª, pela sua auctoridade, retire-a.

Sr. presidente, das minhas palavras podia-se concluir que havia no partido progressista alguns individuos suspeitos. Mas no meu espirito estava o reconhecimento da honra e do brio dum grande numero de membros desse partido e dos seus illustres caudilhos. Já hoje o declarei.

Quer o partido progressista que eu me incumba da disciplina e da policia interna do seu partido? Não, de certo. Essa attri-

buição compete ao seu chefe, aos seus homens de mais consideração.

Eu, sr. presidente, entendo que a honra do partido progressista está bastante salva pelos altos serviços por elle prestados ao paiz e pela dignidade inconcussa de tantos dos seus membros, a alguns dos quaes já tive o prazer de me referir por varias vezes com a devida justiça na minha vida parlamentar. Não julgo que o partido progressista precise levar a sua defesa a todos os seus membros. Possuindo no seu seio muitos caracteres que o nobilitam, não precisa de fazer o rol dos seus membros para provar que todos, um por um, são tão puros como o seu chefe. Estimaria, porém, muitissimo que esta prova se pudesse dar. Pela minha parte só quiz fazer um aviso. É o que significam as palavras que entendi de meu dever pronunciar nesta casa; ellas não pódem transformar-se numa delação de ninguem (*Muitos apoiados*).

O sr. Presidente: — Tenho a fazer uma observação ao sr. Bernardino Machado. Já declarei que faço inteira justiça ás intenções de s. ex.ª; mas, desde o momento em que as explicações dadas pelo illustre deputado

ainda não satisfizeram os cavalheiros que pertencem ao partido progressista; e, desde que as phrases que offendem este partido, que está representado na camara, offendem a propria camara, eu não posso deixar de convidar de novo o sr. Bernardino Machado a retirá-las.

O orador: — Cedo aqui á imposição de v. ex.ª; estando prompto a reproduzir em outra qualquer parte as palavras que pronunciei nesta casa (*Apoiados*).

Vozes: — Muito bem.

Sr. Presidente! *

. . . .

. . . .

. . . . tratamos duma reforma politica, mas duma reforma ordinaria, não duma reforma constitucional.

Direi agora o que me parece do projecto.

* Palavras proferidas na discussão parlamentar dum artigo da lei das categorias para o pariato.

Quando a proposição da camara dos dignos pares appareceu nesta camara, eu já conhecia a sua rapida historia parlamentar; sabia que fôra apresentada por um membro da opposição d'aquella casa e que tivera a acceitação do sr. presidente do conselho, do governo, e naturalmente mais ainda, porque o governo, composto dos caudilhos e até do chefe da maioria, deve representar a maioria. Tinha provavelmente a proposta apresentada a acceitação do partido que está á frente dos negocios publicos. Surprehenderam-me, pois, os discursos que acabo de ouvir nesta camara, tanto por parte do sr. presidente do conselho, como por parte dos dois distinctos oradores da opposição que usaram da palavra.

Então ninguem quer este projecto, e, comtudo, foi um membro da opposição quem o apresentou com o assentimento, cuidava eu, do seu partido, e comtudo adoptou-o o governo!

Eu approvo este projecto, porque entendo que elle encerra um principio justo, qual é o de alargar a area onde se ha de proceder ao recrutamento para a parte electiva da

camara dos pares ; mas, como a camara vê bem, esta questão não é uma questão de justiça em absoluto, é altamente politica, interessa vitalmente aos partidos, porque não sei que os partidos dentro do regimen parlamentar tenham mais alta ambição do que a conquista dos logares nesta e na outra casa do parlamento para servirem o paiz *(Apoiados)*.

Como é pois que os dignos membros da opposição se mostram indifferentes a este projecto, que foi apresentado por um dos seus collegas na outra casa do parlamento?! Não tem importancia?! Tem-na, disse-o o sr. Luciano de Castro; é de elevado alcance, porque trata de nada menos do que traçar de novo a linha dentro da qual se ha de travar a luta dos partidos para a eleição dos pares de origem popular. Esta luta dos partidos é o acto mais grave, mais fundamental, de qualquer paiz que se rege pelo systema representativo.

O sr. presidente do conselho disse-nos que adoptava a proposta ; e eu, que conheço a historia de toda a vida publica de s. ex.ª, que lhe presto a homenagem da minha admiração, sei que, se s. ex.ª acceitou a

proposta, foi porque entendeu que o principio que se pretendia consignar na legislação, era equitativo, que os limites ali fixados para as contribuições predial, industrial e bancaria são taes que com egualdade os partidos poderão medir-se perante a urna a fim de terem logar na secção electiva da camara dos dignos pares *(Apoiado)*. S. ex.ª andou, quanto a mim, nobremente, acceitando aquella proposta; o que, porém, me doeu, foi ver ha pouco s. ex.ª, depois de ter sido acompanhado de todos os seus correligionarios politicos, dar uma tão pequena importancia á proposta, quando sei que na mente de s. ex.ª inquestionavelmente ella a tem consideravel, nem de certo s. ex.ª desejava o apoio da maioria para uma idéa, se a achasse insignificante.

Mas não é insignificante este projecto, nem para o governo nem para a opposição *(Apoiados)*.

Eu suppunha que o digno par do reino, quando apresentara a sua proposta, estava investido de todos os poderes para o fazer em nome do seu partido, porque, a não ser isto, a alteração da lei das categorias tomava uma feição pouco agradavel.

Podia suspeitar-se que se fazia um acôrdo, mas não clara, patente e solemnemente, como se fizera o outro que precedeu as reformas politicas. Podia o paiz suspeitar que se fazia agora um acôrdo, mas dissimulado; que o partido progressista, para que não se visse que fazia um novo acôrdo, mandava um dos seus dizer ao governo que achava conveniente a alteração da lei das categorias, e em seguida apparentava por outros membros uma completa liberdade de acção. Isto seria simplesmente medo á palavra acôrdo.

Eu, mais do que ninguem, estimarei que o partido progressista não só não deseje, mas não necessite viver em transacção com o governo (*Apoiados. Riso.*), mas declaro a v. ex.ª e á camara que para mim ha acôrdos nobres, e este seria um delles. Nem mesmo o sr. presidente do conselho o ajustaria, se não fôsse (*Apoiados*). Eu entrei no acôrdo que precedeu as reformas politicas, vim aqui defendê-lo com a minha palavra, porque me pareceu honroso. Pouco tempo depois, os partidos conservador e liberal da Inglaterra uniam-se para resolver a questão eleitoral. Os partidos, quando se

trata de interesses que devem estar acima das suas divisões, fazem em toda a parte acôrdos, e esses acôrdos em muita parte tambem se cumprem rigorosa e lealmente *(Riso)*.

Tive de me desviar um tanto do meu primitivo intento. O meu fim, ao pedir a palavra, era apenas significar ao sr. presidente do conselho e aos representantes da opposição nesta casa a necessidade de se dar á votação deste projecto a forma mais correcta. O sr. Luciano de Castro declarou que não gosta da forma por que o projecto veiu a esta camara. Nem eu. Desejo que dum e doutro lado se atteste solemnemente que se considera este projecto de utilidade para o paiz e de conveniencia geral para todos os partidos. Ninguem mais auctorizado do que o sr. presidente do conselho para fazer esta declaração em nome do partido regenerador, e ninguem mais auctorizado para a fazer em nome do partido progressista, visto não estar presente o seu chefe, do que os illustres deputados que acabaram de falar.

Era para exprimir este desejo que eu tinha pedido a palavra. Repito pois a

v. ex.ª que fiquei surprehendido com os discursos que ouvi. Então este projecto não estabeleceu compromisso para nenhum dos partidos?

Se todos os partidos não interessam com elle, volto atraz e não lhe dou o meu voto. Para que eu não tenha de proceder assim, espero que de parte a parte se reconheça desassombradamente que o projecto é com effeito de utilidade commum para todos os partidos e conseguintemente de interesse publico, e que nem por sombras o ponham em duvida.

Pouco depois, o auctor apresentava á Camara dos deputados o pedido de renuncia do seu mandato.

O ultimatum de 1890 *

Urge attender ás obrigações do momento. Pensar no passado e no futuro é bom, comtanto que não redunde em prejuizo do presente. Não é, recriminando-nos, que preparamos a nossa defesa; nem havemos de aguardar pelo nosso restabelecimento para então nos defendermos. O tempo não sobra para liquidar responsabilidades; e, para agenciar grandezas, não chega. Não compliquemos ainda este mau passo. As circumstancias apertam-nos. Já é demais que estejamos soffrendo as tristissimas consequencias das faltas commettidas; e praza a Deus que a crise que atravessamos, nos incuta, com o sentimento da nossa penuria,

* Prefacio dum volume publicado pela Academia dos estudos livres com o titulo *Subsidio para a grande subscripção nacional,* 1890.

o esforço pertinaz bastante para successivamente nos supprirmos. Ella deve marcar o termo dos nossos desvarios e o começo da nossa regeneração; mas é de per si mesma alguma coisa gravissima. Rompamos com os viciosos habitos inveterados e votemo-nos do coração a uma vida nova; mas é mister, antes de mais nada, encararmos com firmeza os azares deste transe, será necessario até que os defrontemos com heroismo. Que a dôr da nossa decadencia e a esperança de melhores tempos nos sirvam de estimulo para lutarmos pela patria, pelos nossos direitos, pela nossa honra! O momento é de luta. Apercebamo-nos para ella. Concentremos nella todas as energias. Quando a patria chama pelos seus filhos, cessam entre elles os resentimentos e não ha negocio que prevaleça á obrigação de lhe acudir.

Não nos irritem os erros do passado, que o sentir demasiado a fraqueza é signal de abatimento; nem, pela soffrega ambição de ventura, demos um feio espectaculo de pusillanimidade nesta hora angustiosa!

Do passado tomemos a proveitosa lição que encerram os annaes dos nossos desas-

tres, que têem sido tamanhos, e das nossas façanhas, que foram prodigiosas, para que outra vez rebrilhe em nós, acendrado e puro, o genio português. Mantenhamos vivos na memoria os vultos preclaros que souberam consubstanciar em si com toda a nobreza as idéas, os sentimentos e as aspirações da nossa gente. Foram elles que conquistaram os titulos que o estrangeiro nos disputa e intenta extorquir. Cobre-nos ainda a sua gloria. O seu exemplo nos dará inspirações para arcarmos com a adversidade até a suplantarmos.

O futuro ainda nos não descerra as suas portas. É cedo para contar com elle. Achamo-nos enfraquecidos de longa data e é preciso immediatamente fazermos das fraquezas força. Quando virá a operar-se a nossa restauração? Antes de merecermos a fortuna pelo trabalho, temos que a dobrar pelo valor.

*

Reconheçamos imperturbavelmente os melindres da situação.

A força militar das nações proporciona-se ao seu grau de civilização material e moral,

ao seu civismo e riqueza; e taes elementos não se improvizam. Uma nação, como um individuo, póde transfigurar-se pela paixão, mas só gradualmente se reforma. Aquella que descurou esquecidamente os seus direitos e interesses, não está apta para de repente restaurar a sua politica e as suas finanças. Carece duma instrucção e dum aprendizado, juridico e economico, que levam tempo. Ora nós, que temos felizmente poucos indigentes, que não temos grandes fortunas, mas tambem não temos grandes miserias, somos colectivamente pobres. Ora entre nós não ha privilegios odiosos e revoltantes, mas a autoridade não se acha distribuida tão equitativamente e o principio da autoridade não é tão prestigioso, que cada qual esteja no seu logar proprio e todos mutuamente se respeitem. Os nossos laços são frouxos. Se não ha secussões violentas no machinismo da sociedade portuguêsa, ha demasiadas resistencias passivas. Não possuimos, pois, como cumpria, a solidez de estructura que torna as nações robustas e temidas. Podemos vencer o nosso egoismo, mas não se desencantam logo a flux a riqueza e a ordem.

Não sonhemos com tesoiros que não amealhámos.

Havemos por isso de nos render?

Não. Subscrevamos com tudo que possamos reservar da nossa vida domestica, para occorrer ás necessidades da patria; empenhemo-nos até por amor della, comtanto que contraproducentemente nos não aventuremos em compromissos insoluveis, sempre indecorosos. Avigoremos o mais possivel as instituições, mas sem impetos revolucionarios de aperfeiçoamento. Quem se atreve a offerecer nesta occasião o elixir politico da fortuna? os pregoeiros da demagogia, que attribuem todos os males á pressão dos governos; ou os adoradores do despotismo, que os derivam inteiramente da anarchia das multidões? É preciso sacrificarmos as ambições, ainda as mais generosas, á lei suprema da salvação publica.

O aperfeiçoamento, tanto collectivo como individual, soffre sempre as restricções que lhe impõe a necessidade e o dever. Sejamos corajosos e prudentes. Evitemos cautelosamente novas causas de enfraquecimento. Poupemos e poupemo-nos. Tiremos da mediocridade das nossas condições politicas e

financeiras tudo que ellas podem dar-nos. O que está ao nosso alcance, bastará, querendo Deus.

Estamos fracos, não desfallecidos. A fonte das virtudes dum povo, da sua prosperidade, é o seu patriotismo. Brote elle nos corações, e a defesa nacional será fervente como a propria alma da patria. Faltam-nos recursos, mas achamo-nos decididos a todas as privações. A nossa constituição em pé de paz não nos põe logo em formatura para a guerra, não tem essa cohesão; mas no exercito iremos todos aprender a disciplinar-nos. A fonte das antigas virtudes portuguêsas pôde estancar algumas vezes, nunca secou. E os portuguêses d'hoje não regatearão o seu sangue para pagar religiosamente a sua divida filial. Não nos amedronta a guerra. Ha de ser uma lição cara, mas irrecusavel. E, se muito sacrificarmos, muito nos retemperaremos tambem. Sairemos della pobrissimos, mas economicos; cobertos de luto, mas intimamente unidos.

A lei de salvação publica

Sr. Presidente! *

Visto que a camara entende conveniente não tocar nas propostas financeiras em discussão, não enviarei para a mesa as modificações que desejava introduzir para restabelecer os direitos do professorado.

Duas palavras apenas. Voto estas propostas financeiras, e por ellas louvo especialmente o sr. ministro da fazenda **, cujos altos dotes ha muito admiro; voto-as, porque entendo tambem que, antes de mais nada, nos cumpre mostrar aos credores da nação o firme proposito em que toda ella está de saldar as suas dividas, custe o que custar.

* Discurso proferido na Camara dos pares, 1892.

** Oliveira Martins.

Mas a liquidação tem que ir mais longe. Deve egualmente ser a liquidação dos nossos erros politicos. Ora nada mais nefasto ao prestigio das instituições do que a confusão dos poderes publicos, invadindo o legislativo a esphera do executivo e reciprocamente. Por isso não posso, com magua o digo, conceder ao gabinete as auctorizações que pede. Não entraremos em vida nova, sr. presidente, emquanto se mantiverem os velhos processos!

Disse hontem o sr. presidente do conselho que necessitamos sobretudo de ter juizo e amor ao trabalho. De acôrdo! Mas não me parece que seja prova de juizo o reincidir nos erros por que estamos padecendo, nem é de certo convidar ao trabalho condemnar esta e a outra camara a uma degradante inactividade.

Comprehende-se ainda que a maioria parlamentar delegue o seu mandato num gabinete que com ella se consubstancia no mesmo pensamento governativo. No caso presente, é uma verdadeira abdicação! A que principios obedecerão as reformas da administração publica? Não ouvimos, ha momentos, o sr. José Dias Ferreira declarar

que dentro em pouco publicaria a reorganização dos serviços de ensino? e sabe porventura a camara em que espirito essa reorganização se está elaborando?

Allega-se que os ministros não tiveram até agora tempo para formular um systema completo de reformas. Não, de facto. Tão pouco os representantes da nação poderão exprimir de prompto os seus intuitos reformadores. Mas dahi não se segue para o gabinete o direito de assumir attribuições legislativas, nem para o parlamento o direito de as declinar.

O pedido das auctorizações não se fundamenta. Não tentou justificá-lo o relatorio ministerial, nem as breves considerações a tal respeito expendidas pelas commissões de fazenda importam uma justificação.

E repare-se, sr. presidente, que, votada semelhante concessão, nenhum merito advirá para o parlamento do bom uso que o gabinete della fizer; mas use della mal o gabinete, e as responsabilidades pesarão grandemente sobre o parlamento.

Não! Elevemo-nos todos á altura da nossa missão. As camaras têem as suas commissões: convoquem-se, funccionem;

vão ao seio dellas apresentar as suas idéas os membros do poder executivo. Unamonos estreitamente no mesmo empenho salvador! E o paiz bemdirá o patriotismo com que uns e outros cooperarmos para que a administração publica preste por cada um dos ministerios, e principalmente pelo da instrucção, os bons officios que, mais que nunca, nesta conjunctura lhe incumbem.

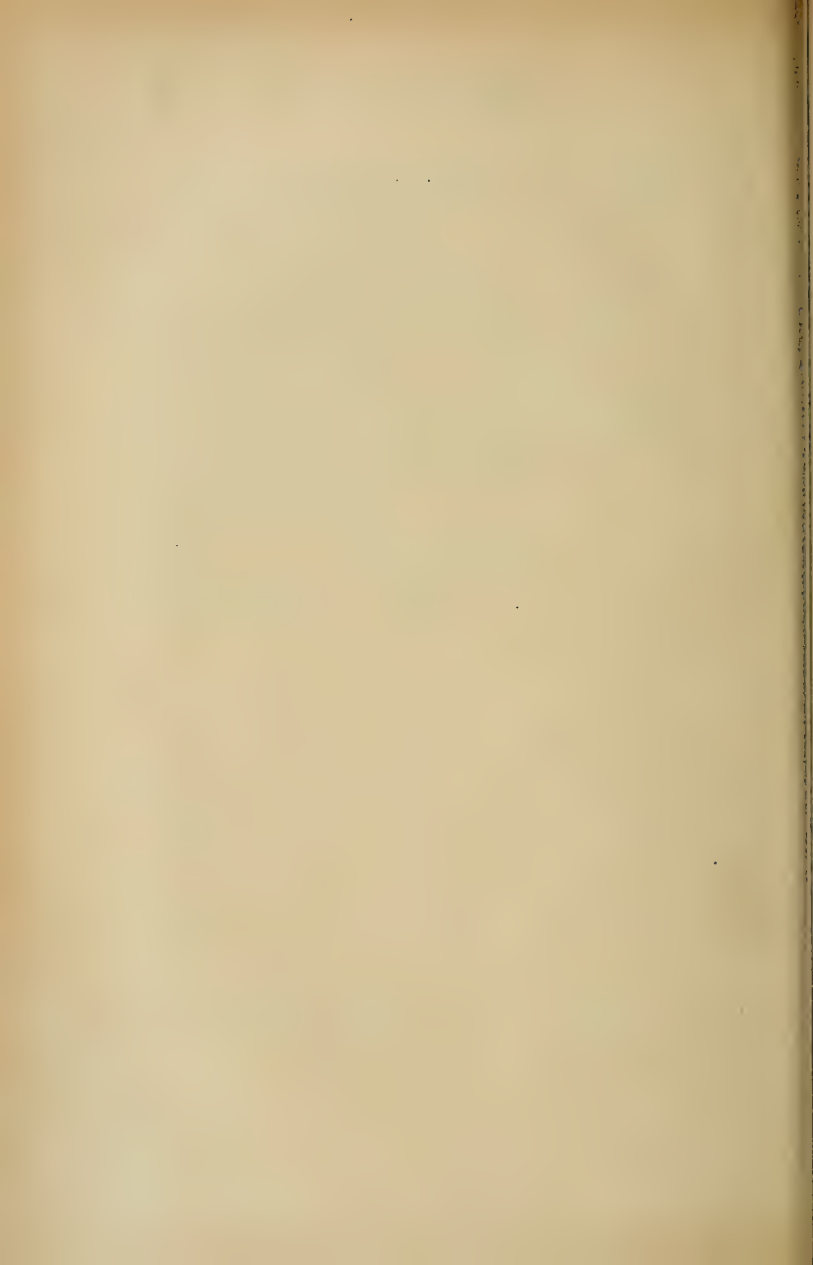
SENHORES! *

A lei de 24 de fevereiro ultimo no seu artigo 1.º eximiu da nova taxa de imposto que creou, os vencimentos inferiores a réis 400$000, e, sendo contradictorio a esta disposição o artigo 13.º da mesma lei, que denega a muitos professores de instrucção primaria e a outros funccionarios de tão

* Projecto de lei apresentado á Camara dos pares em 1892 para a isenção tributaria dos pequenos vencimentos.

modesta remuneração o augmento de vencimento por diuturnidade de serviço, quando mesmo com esse augmento não venham a perceber o total de 400$000 réis, tenho a honra de apresentar o seguinte projecto de lei, que submetto ao vosso esclarecido e recto espirito.

Artigo 1.º São exceptuados do disposto no n.º 2.º do artigo 13.º os augmentos de vencimento por diuturnidade de serviço que, sommados com o ordenado, não perfaçam o total de 400$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O ministerio de 1893 *

Declaração ministerial **

« Tendo o ministerio a que presidia o sr. conselheiro Dias Ferreira pedido a demissão, Sua Majestade El-Rei houvera por bem encarregar o orador de organizar um novo gabinete.

« Era este ministerio que vinha apresentar á camara.

« A par do seu collega do reino, que o paiz conhecia, não só como parlamentar, mas tambem pelos seus actos de governo, porque em differentes conjuncturas tinha dirigido importantes negocios publicos, apresentava

* Vide, do auctor, *A industria* (1898), *A agricultura* (1900) e *Os meios de communicação e o commercio* (em via de publicação).

** Feita ao parlamento pelo presidente do conselho de ministros, o sr. Hintze Ribeiro, em fevereiro de 1893.

cinco ministros que pela primeira vez vinham tomar assento nos conselhos da corôa.

« A auctoridade dos seus nomes e a aptidão e competencia de que em differentes ramos de administração publica tinham dado claras provas, eram titulos que os recommendavam á consideração da camara é a benevolencia e sympathia dos representantes da nação.

« O governo não tinha illusões ácerca das difficuldades que se lhe deparavam. Sabia bem quanto eram graves as circumstancias do momento actual, e quão profundamente ellas affectavam a economia e o credito do paiz; mas era precisamente numa conjunctura como esta que todos os homens publicos tinham o dever de concorrer com a sua dedicação, com a sua vontade e com a sua energia para que a Portugal se pudessem abrir novos horisontes no futuro.

« Em breves palavras diria qual o pensamento do governo.

« Era intenção do governo solicitar da corôa uma amnistia, não para os delictos eleitoraes, mas para os delictos politicos, com excepção dos que houvessem sido commettidos por chefes militares.

« O governo proporia uma remodelação da lei reguladora da liberdade de imprensa, de fórma a assegurar a liberdade do pensamento e a responsabilidade correlativa, estabelecendo-se para isto uma forma especial de julgamento que seja ao mesmo tempo uma garantia para a liberdade e um meio para se tornar effectiva a responsabilidade. Neste intuito, o governo solicitaria tambem da corôa uma amnistia para os delictos de imprensa que já tenham sido praticados.

« No mesmo proposito se inspirava o governo com respeito á liberdade de reunião.

« O governo apresentaria ás côrtes uma proposta de lei que definisse em termos claros e precisos a responsabilidade dos ministros pelos actos que pratiquem.

« Com respeito á administração, o governo proporia tambem a revisão das leis concernentes ao regimen das corporações administrativas, de forma a garantir e a promover o desenvolvimento da vida local, descentralizando os serviços, mas resalvando as necessarias restricções em materia tributaria e de recurso ao credito. Por esta mesma razão, declarava o governo que não

usaria da auctorização concedida por um decreto recente, no que toca á administração das obras municipaes por conta do estado.

« O governo dedicar-se-ía com desvelo aos serviços da instrucção publica, para que, com o aperfeiçoamento das instituições docentes e dos methodos de ensino, se possa attrahir a frequencia ás escolas, tendo em vista os largos e incontestaveis beneficios que deste facto emanam para a sociedade.

« O governo encontrava pendente uma questão sobremaneira importante, qual era a do pagamento aos portadores dos titulos da divida publica portuguêsa. Affirmava o gabinete o proposito em que estava, e que traduzia o sincero desejo do paiz, de que aos credores do estado se pague tudo o que caiba nos recursos do tesoiro. Para isto tinha o governo, primeiro de tudo, que se inteirar por completo do estado desta questão, das phases que ella tem seguido e dos elementos que a acompanham. Ao mesmo tempo precisava o governo de examinar a situação financeira nos seus elementos essenciaes, a fim de se habilitar a

propor com segurança a solução mais conveniente para a satisfação dos compromissos existentes, dentro das forças da nação.

« Com respeito á questão de fazenda, declarava o governo que não é sua intenção propor novos agravamentos tributarios, sem primeiro proceder a uma revisão escrupulosa do orçamento do estado, de modo que nos diversos ramos da administração publica se possam effectuar todas as reducções de despesa que as circumstancias do país instantemente reclamam. Era doloroso isto, mas era absolutamente essencial á regeneração financeira e á manutenção dos nossos creditos de nação honrada, como nos prezamos de ser. Não menos necessario era procurar na rigorosa arrecadação dos impostos e dos debitos ao tesoiro não só um meio de remediar as desegualdades que praticamente se dão, mas tambem um justissimo incremento nas receitas publicas. O governo declarava que não estava no seu proposito agravar os impostos de consumo, que vão ferir principalmente as classes operarias e menos abastadas.

« Proporia o governo uma remodelação das instituições bancarias, de forma a assegurar mais eficazmente a inspecção e a

fiscalização do estado nestas importantes entidades financeiras e economicas.

« Feitas as necessarias reducções de despesa e tomadas as imprescindiveis providencias no tocante á arrecadação das receitas publicas e dos debitos ao tesoiro, o governo proporia então as medidas mais convenientes em materia de augmento de receita.

« Eram estas as idéas do governo. Para as realizar contava com o concurso de todos os homens publicos, sem distincção de parcialidades politicas. »

Resposta a criticos

Ex.mo AMIGO E SR. *

Permitta-me duas observações ao artigo principal do ultimo numero do *Conimbricense*.

Sôbre pagamentos a empreiteiros e fornecedores, basta-me dizer-lhe que paguei

* Joaquim Martins de Carvalho.

centenas de contos por dividas atrazadas, e parte provavelmente para Coimbra. Se não paguei tudo, foi porque não pude.

Para o districto de Coimbra distribui para cima de 50:000$000 réis para estradas, cerca de 10:000$000 réis para edificios — Museu e Laboratorio chimico, Sé Velha, Santa Cruz e Santa Clara —, e uns 20:000$000 réis para obras hydraulicas, entre as quaes o alargamento do caes dessa cidade e as reparações das mottas do Mondego. Ainda ultimamente auctorisei 1:000$000 réis para desviar as aguas da egreja de Santa Cruz.

Algumas palavras a respeito de escholas. A Eschola agricola central « Moraes Soares » foi reorganizada, recebendo um ensino completo; a um seu alumno * que muito se distinguira na construcção de machinas, mandei-o ao estrangeiro aperfeiçoar-se na mechanica agricola para vir a ser o mestre da officina da sua eschola e nella realizar, em proveito da nossa lavoira, ensaios de machinas agricolas; e concedi aos seus alumnos a promoção para o Instituto de Agronomia e Veterinaria, mediante um

* O sr. Abilio Trovisqueira.

exame de admissão. A Escola « Brotero » aproveitou, como todas as escolas industriaes, o novo plano de estudos, e, como todas, ficou tendo o seu programma; muni-a de todo o pessoal e material necessario para as officinas de carpintaria e serralharia, o que importou em somma quantiosa; ordenei a installação da sua officina de ceramica; e auctorizei-a a subsidiar com um pequeno jornal os alumnos apprendizes.

Passou-lhe tambem despercebido que facultei a utilização do Choupal em beneficio da sericicultura nessa região.

Não falo dos serviços que prestei á lavoira de Coimbra com os decretos e contractos para o fornecimento de sementes, adubos, etc., nem dos que pude especialmente prestar á barra da Figueira da Foz, os quaes reflectirão no commercio de Coimbra. Não pretendo fazer uma enumeração, mas simplesmente registrar alguns dos actos da minha gerencia; e não os lembro com desvanecimento, pois não fiz a Coimbra nada que lhe não devesse.

Creia-me sempre de v. ex.ª amigo e admirador, *Bernardino Machado.*

Janeiro de 1894.

Meu caro amigo! *

Diz a *Tarde* de hontem que fiz taes córtes no orçamento das despesas do Ministerio das obras publicas, que eu proprio acabei por descrer da sua exequibilidade. A isto preciso observar: 1.º, que, assim como reduzi muitas verbas, tambem reforcei algumas; 2.º, que, á excepção das obras nos edificios publicos, que mal se podiam submetter immediatamente a um plano de economia, eu esperava que a maior parte dos serviços se cingissem ás minhas previsões, e os restantes se compensassem entre si; 3.º, finalmente, que a minha gerencia me persuadiu de que, com dedicada e escrupulosa administração, se deveria chegar nos annos seguintes a diminuir ainda mais os encargos do tesoiro, melhorando ao mesmo tempo a situação dos serviços e especialmente a dos pequenos empregados e do operariado.

* Urbano de Castro.

Acceite, com estas informações, as affectuosas lembranças do seu ded.º am.º, *Bernardino Machado.*

Janeiro de 1895.

MEU CARO AMIGO! *

Leio no *Diario Popular* d'hoje que reduzi sem fundamento a verba de conducção de malas do correio. Não é exacto. Está provado pelo trabalho dum dos mais competentes e zelosos funccionarios da repartição que essa reducção é perfeitamente legitima; e eu já tive em côrtes occasião de expôr o modo por que tentei effectuá-la. O Estado não me parece que deva dar ás localidades, além de estrada, carro.

E agora me lembra que o *Diario Popular* disse ha tempo que eu reduzira demais as verbas de conservação e de reparação de estradas. Tambem não era exacto. Consta já o contrario do relatorio do distinctissimo

* O sr. Marianno Prezado.

director; e eu não tenho culpa de que, depois de mim, essas verbas fossem desviadas do seu destino.

Pela publicação destas linhas se confessa desde já obrigado o teu ant.º am.º, *Bernardino Machado.*

Janeiro de 1895.

MEU CARO AMIGO! *

Sinto que o *Diario Popular* continue mal informado a meu respeito. Não é exacto que, durante a minha gerencia, eu apenas me importasse com os programmas das escholas industriaes, esquecendo-me dos professores necessarios para a sua execução.

No meio de tantas outras questões que me tomavam o tempo, pude iniciar a descentralização do ensino profissional, creando com a collaboração das corporações locaes e de particulares, varias escholas indus-

* O sr. Marianno Prezado.

triaes e commerciaes e uma officina eschola d'olaria, pude duplicar em Lisboa o numero das escholas industriaes, ampliando a antiga Eschola municipal Rodrigues Sampaio, que era apenas primaria superior, e dividindo-a, com o auxilio do sr. duque de Palmella e do sr. marquês da Praia e Monforte, em duas secções industriaes, uma no Poço Novo e outra no Rato; e, além de assim fundar a educação menor da classe commercial e diffundir a da classe industrial, além de abrir as portas de cada eschola ao dôbro da população trabalhadora por meio do desdobramento do ensino em diurno e nocturno, fixei o plano dos exercicios escholares, esboçado por mim em 1891, formulei os quadros dos cursos e decretei os programmas das aulas e das officinas, reforcei o material pedagogico das aulas, imprimi um largo desenvolvimento ao ensino officinal, apenas começado antes de mim, como se póde verificar aqui na capital, visitando as magnificas officinas que mandei installar, e dotei as escholas com os professores e mestres bastantes, aproveitando para o magisterio alguns empregados de obras publicas, addidos ou dispensaveis,

de reconhecido merito, ao mesmo tempo que reduzia o numero de professores contractados, e tendo a fortuna de, por contracto, recrutar pela primeira vez um artista português *. Nem deixei de pensar nos filhos de proletarios que revelassem aptidão superior, e para elles instituí pensões que lhes permittissem ascender á frequencia dos Institutos industriaes e commerciaes.

Depois que saí do ministerio, nomeou-se effectivamente contra lei um sem numero de professores; mas não eram necessarios, antes, pelo contrario, semelhante accumulação só póde prejudicar os alumnos, que mal dividirão o seu tempo por tantas aulas, e desacreditar perante elles as escholas, que assim mais parecem destinadas ao serviço dos professores do que ao dos alumnos. Nomeou-se, como se nomeou gente demais para tudo, ao acaso das pretenções. Eis a explicação do grande augmento de despesas.

Acceita as affectuosas lembranças do teu ant.º am.º, *Bernardino Machado.*

Fevereiro de 1895.

* O sr. Roque Gameiro.

Ex.^{mo} Sr. Redactor! *

Segundo o *Diario Popular* de hontem, ha nas escholas industriaes e commerciaes 31 professores provisorios, 9 dos quaes nomeados por mim.

Para evitar confusões, devo dizer a v. ex.ª que os que nomeei, foram os seguintes: 2 para dois logares vagos, interinamente, emquanto não se preenchiam por concurso; 2 conductores de obras publicas, 1 fiscal dos caminhos de ferro e 1 desenhador, desnecessarios nos seus quadros, cujas aptidões foram aproveitadas para o magisterio, indo dois para as novas escholas da Figueira da Foz e de Aveiro, e os outros dois para as Escholas Affonso Domingues e Fradesso da Silveira, onde a população escholar os reclamava; 1 monitor, que exercia funcções de professor na Eschola Affonso Domingues, e que, como era de justiça, recebeu o titulo de professor; 1 para a Eschola de commer-

* O sr. Marianno de Carvalho.

cio de Lisboa, creada por mim, o qual tinha de ser pago pela Associação commercial; 1 gratuito para o ensino da arithmetica e geometria na Eschola Affonso Domingues, onde esse ensino não existia e era de toda a conveniencia.

Lembro-me ainda de que chamei ao serviço 2 antigos professores da Eschola Rodrigues Sampaio, addidos ao Ministerio do reino, que não foram, comtudo, immediatamente perceber mais do que tinham na disponibilidade.

E fiz isto, creando novos centros de ensino no paiz, duplicando-o, póde-se dizer, pelas provincias, e quadruplicando-o na capital, e ao mesmo tempo que dispensava das escholas profissionaes um professor do lyceu, que nellas encontrara deslocado, e supprimia a despesa annual de 2:520$000 réis com professores estrangeiros contractados.

Peço a v. ex.ª o favor de dar publicidade a estes esclarecimentos. E sou, com toda a consideração, de v. ex.ª amigo e collega admirador, *Bernardino Machado.*

A armada nacional *

Senhor Presidente!

O sr. Carlos Lobo d'Avila fez-me o obsequio de me procurar para me prevenir de que não poderia talvez comparecer logo ao entrar-se na ordem do dia, por ter hoje recepção do corpo diplomatico. Não supponho, porém, que a camara queira por isso interromper os seus trabalhos, e, da minha parte, reservarei para o fim a pergunta que tencionava formular-lhe.

* Observações á phrase seguinte do discurso da corôa: «Não menos merecedora desses desvelos é a nossa marinha de guerra, cuja corporação tão bem sabe, *em regra,* manter o brilho das tradições herdadas...» Camara dos pares, 24 de novembro ee 1894.

Pedi a v. ex.ª a palavra, quando outro dia o sr. presidente do conselho, com a sua costumada correcção, acabava de affirmar que o ministerio era todo solidario nesta questão. A mim parece-me que a conclusão que se ha de tirar deste debate, é precisamente a opposta, e que essa conclusão se impõe inilludivelmente á consideração dum dos membros do gabinete.

Sr. presidente, associo-me de bom grado á moção de ordem mandada para a mesa pelo venerando chefe do partido regenerador, o sr. Antonio de Serpa.

Tambem me dou por satisfeito com as explicações do governo, porque estou certo que ellas traduzem fielmente os sentimentos do valente e brioso ex-governador de Moçambique, meu antigo collega, que dirige os destinos da armada.

E ninguem mais cordialmente do que eu rende homenagem ás altivas corporações, os exercitos de terra e de mar, tão estreitamente vinculadas ambas ás nossas gloriosas tradições, e que ainda agora mesmo vão com egual ardor, no cumprimento de um dever commum, acudir pelas armas ao nosso senhorio sobre um rincão dessas

remotas paragens que os nossos heroicos maiores descobriram e conquistaram para a civilização.

Mas, sr. presidente, as palavras arguidas do discurso da corôa não têem dois sentidos!

Póde o governo repudiá-las, póde e deve esta camara revoltar-se contra o seu significado; mas todas as declarações e protestos não fazem senão demonstrar uma coisa, e é que neste momento alguem no seio do gabinete se tornou incompativel com o parlamento e com o proprio governo. Esse alguem é o ministro que um jornal da sua intimidade deu a saber que fôra pelos seus collegas incumbido de redigir o discurso da corôa.

Sr. presidente, que haja entre nós estadistas que dissipem a fortuna publica, desacreditando-nos aos olhos do mundo como homens de negocio, é deploravel e nada mais contrario á laboriosidade honesta da nossa gente; mas que um membro do governo, do alto do poder e pela voz do chefe do estado, numa grande solemnidade constitucional, nos apregoe tão envilecidos que nem já sabemos, nos mares onde outrora dominámos, honrar sequer a ban-

deira sagrada da patria, eis o que é imperdoavel!

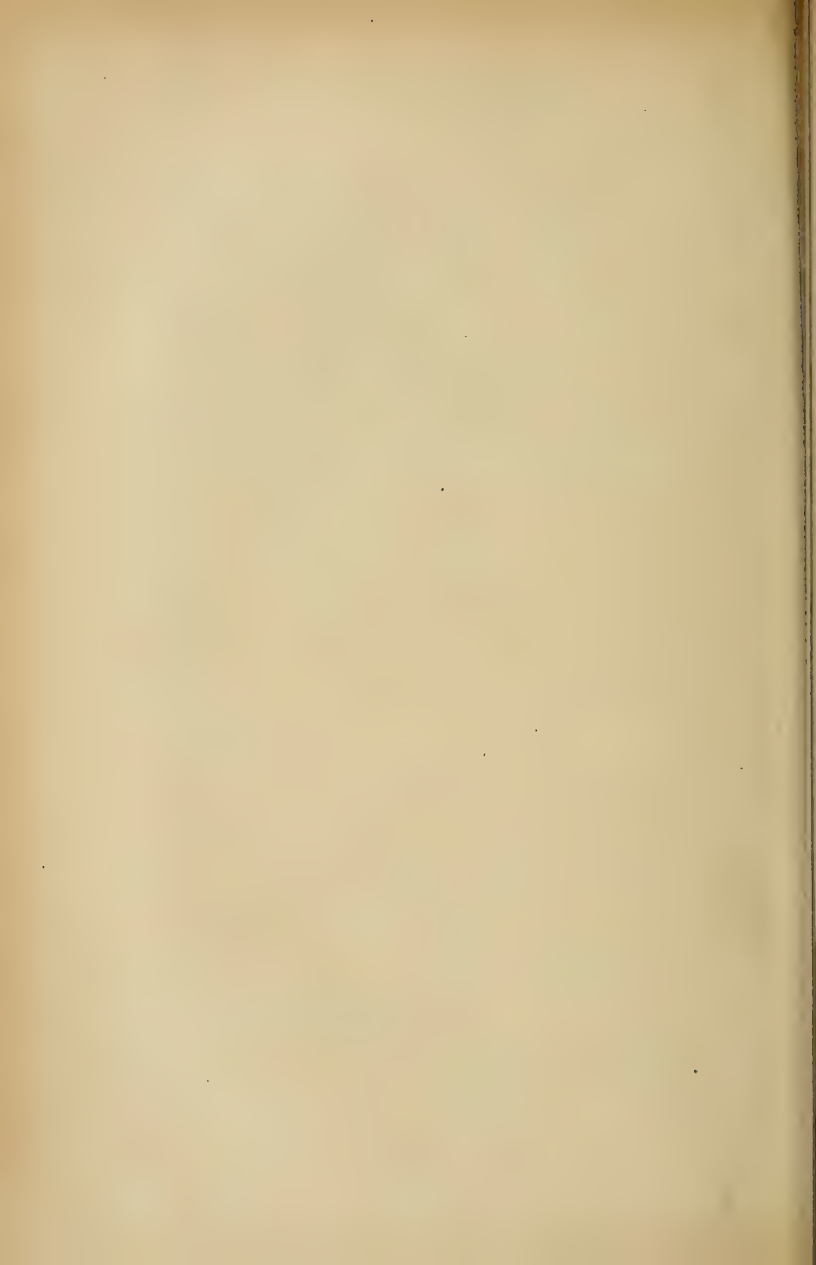
Um tal attentado não deve ficar impune. Mas, para isso, é necessario dissipar os equivocos que tolhem todo o effeito e sancção desta discussão.

Não ouviram na ultima sessão o sr. ministro dos negocios estrangeiros invocar o respeito do parlamento pelas instituições, para se acabar com esta questão? Mas quem foi que as atacou? Quem se poz em conflicto com o vivo affecto do nosso povo pela sua marinha de guerra? Pois imagina alguem que el-rei pronunciasse litteralmente o discurso da corôa, a não ser constrangido pelo seu escrupulo de constitucionalidade?

Não viram o sr. ministro dos estrangeiros sair em defesa dos seus collegas, e principalmente do sr. ministro da marinha? Mas as culpas são de todo o governo? É verosimil que a phrase insolita do discurso da corôa fôsse controvertida, pesada, e, só depois de maduro exame, escolhida pelo conselho de ministros?

Eu por mim já reputo demais que o governo se julgasse obrigado a dar explica-

ções que enfraquecem sempre o principio da auctoridade e da disciplina. E quem não reconhece que, se o sr. ministro da marinha se cala no assumpto, é positivamente porque elle não podia ser e não é, de facto, o auctor de semelhante attentado?

Mas quem é o seu auctor? Sinto que não esteja presente o sr. ministro dos negocios estrangeiros, para lho perguntar.

Guerra ao banditismo politico! *

Começou o conferente por notar que ia ali pela sua viva sympathia á Liga, á qual tributa o testemunho do seu apreço, e pelas suas cordiaes relações com o sr. conselheiro Fuschini, de quem foi companheiro desde os bancos da Universidade até ás cadeiras do poder, para onde entraram e d'onde saíram juntos.

Vivemos, ponderou, no momento mais admiravel da vida da humanidade: nunca a sua civilização foi tão brilhante, nunca o seu coração palpitou com tão effusiva ternura. Ao mesmo tempo, pungente contraste! Portugal atravessa hoje um dos momentos mais sombrios e amargos da sua historia.

* Extracto da conferencia pronunciada na Liga liberal em 26 de dezembro de 1894, segundo *O Seculo*.

8

Com uma população insufficiente, e quasi na sua totalidade inculta, temos por explorar grande parte das nossas riquezas nativas. Produzimos muito pouco. E já não é um excesso de força o que nos leva por esses mares para dilatar os ambitos da patria; o que hoje impelle os nossos compatriotas a emigrarem, é a miseria.

São males que veem de longe. Não se póde dar á luz da civilização um mundo novo sem perda de muito sangue, sem soffrer muitos sacrificios. A nossa população no seculo XVI pouco excederia um milhão de habitantes no continente. Estavamos exhaustos. Mas a nossa decadencia não póde invocar só motivos gloriosos. É o resultado tambem da accumulação de erros e culpas de que todos temos responsabilidade, mas sobretudo os poderes publicos.

Ia referir-se especialmente aos ultimos tempos.

Estamos no seculo das luzes, da sciencia e do trabalho, e comtudo nunca a politica portuguêsa foi mais fementida e esteril.

Mal exercemos os nossos direitos politicos. O suffragio é quasi um trafico, uma burla. A liberdade eleitoral é como em

certas paragens d'Africa o negocio de escravos que se acoberta com o euphemismo de resgate.

Sôbre esta base de torpezas não é possivel levantar um edificio de austera auctoridade. Legislatura e administração não são muitas vezes senão a organização da burla eleitoral para a exploração da maioria trabalhadora por uma minoria parasitaria.

E' este o regimen sob o qual temos vivido, ou, antes, sob o qual vamos morrendo.

E, para nos fazer perder a consciencia do aniquilamento, esta politica traz a seu soldo uma legião de falsos apostolos, que todos os dias espalham aos quatro ventos a fraude intellectual.

Ha ainda algum visionario que imagine que existe dentro deste regimen, como principio de vida, a luta dos partidos? E' uma illusão que se deve desvanecer. Os partidos conluiaram-se entre si.

São conhecidos os acôrdos eleitoraes, em virtude dos quaes os partidos conseguiram mais do que falsificar a eleição: supprimiram o eleitor.

Nas camaras as difficuldades de combater o governo proveem muitas vezes das pro-

prias opposições, por causa dos acôrdos parlamentares. Como exemplo, lembra a celeuma furiosa que se levantou ha um anno contra a nomeação dum certo ministro, e pergunta quem foi, em côrtes, com excepção do digno par Vaz Preto, que increpou o governo por essa nomeação. Já estavam perfeitamente entendidos com o mais insinuante dos ministros.

Os partidos chegaram ao cumulo de repartir entre si equitativamente o mando governativo. Hoje ha concelhos e districtos regeneradores e progressistas, com auctoridades da confiança duns e doutros, e não ha galopim que não tenha um quinhão na partilha do poder.

Para o acôrdo ser completo só falta regular a rotação dos partidos, os turnos ministeriaes. E não está isto ainda feito, porque a escolha dos ministros não depende da vontade dos partidos, é uma prerogativa regia.

Em conclusão, o systema que nos rege, tal como se pratica, é uma mystificação, razão por que ninguem se importa com elle.

Como se confundem entre si ministerio e maioria, se o ministerio pretende assumir

a dictadura no intervallo parlamentar, o rei e o paiz consentem, e ninguem estranha. Mais ainda! Como entre governo e opposição não ha discrepancias, caso o governo queira adiar as eleições das côrtes ou a sua reunião, ou mesmo encerrá-las antes de tempo, podem alguns ingenuos appellar para o paço ou para a praça publica, que encontrarão o rei e o paiz egualmente frios. Ninguem combate por apparencias!

Mas o que não é uma ficção, o que é uma terrivel realidade, é o despotismo das facções, que, lançando atravez de todos os partidos os seus tentaculos para sugarem a vida do paiz, nos empobrecem e aviltam.

E' contra este despostimo que nos devemos levantar!

Terá a nação forças para revindicar os seus direitos? Ainda que houvesse de ser vencida, deveria empenhar a luta. Mas entende que tem. Essas forças são: o rei, o paiz, isto é, as classes trabalhadoras, e os homens publicos independentes.

Deve-se ter confiança no rei, porque no meio dessa corrupção de acôrdos, elle é a unica auctoridade politica que por emquanto

soube conservar-se alheia a elles. Podem discutir, como quizerem, o seu procedimento, mas ninguem póde deixar de reconhecer a sua isenção. Os partidos não poderam supprimi-lo, como supprimiram o eleitor. E não se faça da sua virtude uma culpa, exigindo-lhe a responsabilidade de tudo. Elle não é, nem póde ser, como pretendeu um celebre jornalista, a unica força constitucional.

Podemos confiar na energia das nossas classes trabalhadoras? Podemos e devemos. Ha nada mais bello e animâdor do que o espectaculo que tem offerecido o paiz, que, atravez de todas as crises, conseguiu, á custa de tantos sacrificios, quasi alcançar o seu equilibrio e independencia economica? E quem attinge a sua independencia economica, está em vesperas de attingir a sua maioridade politica. Para signal deste renascimento politico lembra o congresso agricola de 1888, as recentes manifestações do corpo commercial e industrial de Lisboa e a multiplicação das associações de classe nos ultimos tempos. As classes trabalhadoras, organizando-se, mostram querer intervir nos negocios do paiz. E hão de

ser ellas que hão de vencer difficuldades não só internas, mas tambem externas, que se reputam insuperaveis. O trabalho, a producção e a força do genio expansivo do nosso povo hão de conquistar, com os mercados externos, as bôas relações internacionaes.

Póde a nação, finalmente, contar com uma pleiade de homens de bem, que não sacrificarão nunca os interesses publicos á veniaga politica, homens estranhos e pertencentes aos partidos, onde alguns se devem vexar de não fazer mais do que uma figura decorativa.

São bastantes estas forças para a nação vencer? Divididas, não. Nem o paiz deve entender que pode dispensar-se de eleger os seus mais puros espiritos, deixando o encargo de os descobrir exclusivamente á prerogativa regia; nem o rei, para por sua parte os escolher, deve esperar inertemente por todas as indicações dum paiz que, a tão duras penas, está elaborando a sua educação politica. E é indispensavel que os nossos homens publicos, mais capazes de servir a nação, não pretendam desculpar-se da indifferença ou connivencia

propria, accusando de apathia o rei e o paiz. Unam-se todas estas forças vivas, que da sua união brotará inelutavelmente a nossa regeneração politica!

Qual o programma desta regeneração politica?

Serão precisas reformas constitucionaes para assegurar a liberdade e a auctoridade? O que primeiramente é preciso, é desopprimir os eleitores do feudalismo politico, e fazer um governo de força, mas de força para o bem, para o serviço do paiz e não para o affrontar.

Ha necessidade duma lei de imcompatibilidades politicas? A verdadeira incompatibilidade é a do homem de bem com os corruptos. Que importa afastar um corrupto do parlamento, se elle puder impór alguem que lá o represente?

E' precisa uma lei de responsabilidade ministerial? O que, antes de mais nada, se torna indispensavel, é que todos os ministros tenham responsabilidade moral. Esses saberão sempre assumir a responsabilidade politica dos seus actos governativos.

São precisas reformas economicas? Sim! Mas o que é necessario, sobretudo, é repartir

equitativamente o imposto, desaggravando as classes desherdadas, e applicá-lo escrupulosamente ao pagamento das nossas dividas e aos serviços de genuino fomento nacional. O pagamento das nossas dividas é um ponto capital. Que importa multiplicar as vias de communicação e até mesmo instruir-nos, endividando-nos além de todos os nossos recursos? E' simplesmente apercebermo-nos para melhor servirmos os nossos crédores. E é necessario fazer uma politica de interesses, mas de interesses geraes e não de quaesquer individualidades poderosas, uma politica que leve um raio de alegria ao casal dos trabalhadores, emancipando da rotina o filho por meio da instrucção, fixando no lar domestico a mulher pela protecção ás industrias caseiras, e assegurando o futuro da familia contra os azares da invalidez, da decrepitude ou da morte do seu chefe.

Devemos, em summa, fazer uma politica patriotica, moral, que levante a consciencia publica, e faça passar pelas almas uma corrente de fé e sympathia.

Que divisões nos podem impedir de realizar esta politica? Não somos todos conserva-

dores e progressistas a um tempo, egualmente amantes da ordem e do progresso? Não deveremos ser todos socialistas, no sentido elevado e humano da palavra? Não é o socialismo a politica do coração, que a mulher portuguêsa nos está exemplificando, distribuindo a sopa economica aos pobres trabalhadores e instituindo dispensarios para o tratamento de seus filhos? Nenhuma crença, nenhum ideal nos divida. Unamo-nos todos, e seja o nosso unico grito de odio: Guerra ao banditismo politico!

O fomento viticola

SENHOR PRESIDENTE! *

Ainda que não fôsse representante de algumas corporações que se lembraram do meu nome, eu não faltaria neste logar. A Real associação central da agricultura portuguêsa projectou este congresso, quando eu tinha a honra de ser ministro das obras publicas, commercio e industria, e ella sabe perfeitamente o acolhimento cordial que lhe fiz *(Apoiados)*. Por isso eu não podia deixar de vir aqui significar a v. ex.ª, como representante da Real associação, as minhas congratulaçõs pelo exito feliz e completo de tão patriotico projecto.

* Discurso proferido no Congresso viticola nacional em fevereiro de 1895.

A questão dos vinhos é, sem duvida alguma, a nossa principal questão economica *(Apoiados)*. Não temos outro elemento comparavel de riqueza. E' o vinho o nosso principal artigo de exportação *(Apoiados)*; e precisamos de pensar não só em que os terrenos que já destinamos á cultura da vinha, promettem ainda uma producção maior do que a actual, mas tambem nesses largos tractos de terreno que desgraçadamente ainda hoje se acham incultos no nosso paiz *(Apoiados)*. A esses terrenos é da maior conveniencia levar a cultura da vinha. Todos sabem, e esta assembléa especialmente, que não ha cultura mais colonizadora *(Apoiados)*.

A necessidade colonizadora tem sido reconhecida ha muitos annos entre nós; e eu tentei satisfazê-la pelos meios que se me afiguraram mais praticos. Póde dizer-se que a colonização official se achava interrompida desde o tempo das nossas navegações e conquistas até ao decreto que publiquei, sendo ministro das obras publicas. Por esse decreto quiz que o Estado désse o exemplo colonizador. Infelizmente até hoje ainda se não fez sequer o arrolamento das propriedades na posse do Estado que eu

desejava que fôssem acoureladas para centros colonizadores; nem ao menos foi ainda convocada a commissão colonizadora que encarreguei de proceder a esses trabalhos, e que era constituida pelos srs. visconde de Chancelleiros, José Maria dos Santos, Sertorio do Monte Pereira e Antonio Isidoro de Sousa.

E' pois urgente, não só em face da nossa actual producção, mas na previsão do muito que devemos esperar da viticultura portuguêsa, que se cuide com todo o interesse da collocação dos nossos vinhos *(Apoiados)*.

Devemos pensar, antes de tudo, no primeiro mercado, que é o nosso proprio paiz *(Apoiados)*.

Evidentemente, pelo incremento das industrias, e portanto por um progresso na economia nacional, o nosso paiz deverá ser um consumidor maior do que é actualmente. Além de que o paiz não se restringe ao continente e ilhas adjacentes, a patria portuguêsa estende-se até ás colonias; e, se devemos contar com as colonias para a producção dos generos agricolas, inclusivamente o trigo, que tanto nos falta, devemos contar com ellas tambem para nosso

mercado de consumo, especialmente para mercado de vinhos *(Apoiados)*. Por mais que se cerceiem os nossos dominios, que ainda são grandes, apesar do muito que a voracidade estrangeira tem arrancado á nossa fraqueza, a verdade é que não devemos deixar de pensar na exportação dos nossos vinhos para as nossas colonias *(Apoiados)*.

Como assegurar, como desenvolver a exportação dos nossos vinhos para fóra do paiz? Eis logo depois a outra questão.

Não só os mercados para vinhos, mas os mercados, em geral, podem dividir-se em mercados de producção, como são os grandes centros novos, de trabalhadores, e em mercados de consumo, que são sobretudo as nações ricas, que teem já classes com riqueza bastante para se poderem dar gôstos mesmo requintados. D'ahi vem que os mercados se dividem naturalmente, uns para os vinhos de pasto communs, e outros, que são as nações mais ricas, mais poderosas, não só para vinhos de pasto communs, mas ainda para vinhos generosos.

Os nossos mercados são, para os vinhos communs, principalmente o Brazil, e, para

os vinhos generosos, principalmente a Inglaterra; o que está rigorosamente dentro da classificação que acabo de indicar á assembléa. Não nos póde ser muito difficil fortalecer-nos nestes dois mercados. Para nos assegurar o mercado inglês temos a primazia dos nossos vinhos; e para fornecermos o mercado do Brazil temos do nosso lado o patriotismo dos portuguêses que ali estão.

Mas, sr. presidente, não devemos tratar só de fortalecer-nos em mercados já conquistados; devemos fazer por levar os nossos vinhos de pasto a todos os centros de população portuguêsa espalhados pelo mundo, e por levar os nossos vinhos generosos á Allemanha e á Russia e, na America, aos Estados Unidos do Norte, e, atrás dos vinhos generosos, que são os introductores de todas as nossas mercadorias, levar tambem os vinhos de pasto.

Quaes os meios para realizar este *desideratum?*

Para conhecer esses meios, sr. presidente, é indispensavel conhecer quem são os nossos competidores. Não os temos para os vinhos generosos, Porto e Madeira. Para

os vinhos de pasto temos duas ordens de competidores, temos os que produzem muito e temos os que produzem bem. Os nossos competidores são, não falando senão dos principaes, quanto á perfeição, a França, quanto á abundancia, a Espanha, e tambem, pela abundancia da colheita e pelo aperfeiçoamento do fabrico, a Italia. Todos sabem o que a Espanha tem feito para a conquista de novos mercados. Ainda ha pouco, o sr. Moret, quando ministro, parecia estar tão seguro da conquista do mercado do Brazil, que se expressava em termos, a meu ver, de esperança desmedida em uma circular dirigida ás camaras de commercio espanholas. Mas, se os nossos competidores são estes, se temos competidores pela abundancia e pela perfeição, os meios de que devemos usar para a luta, não são senão produzir, sob o ponto de vista commercial, proporcionalmente mais do que a Espanha e tão bem como as nações que melhor produzem.

Achando-me no seio deste congresso, devo significar-lhe todo o meu respeito, toda a minha veneração pelos esforços que a iniciativa particular tem envidado neste

sentido, tanto para haver producção mais intensa como para haver aperfeiçoamento no fabrico do vinho. Sobretudo, sr. presidente, a luta sustentada pelos viticultores portuguêses contra os successivos flagellos da vinha é verdadeiramente admiravel! Nesta segunda metade do seculo tẽem-se succedido os flagellos tão de perto, que a cada um que sobrevem, parece que a viticultura portuguêsa vai succumbir; e ella tem-se sempre levantado, tem subido até á altura que demonstra este congresso! (*Vozes:* — Muito bem).

Isto pelo que toca ao ponto de vista, a que chamarei naturalista ou industrial. Mas ainda ha o ponto de vista social; quero dizer, a agricultura, como qualquer industria, precisa de se associar, e nestes ultimos tempos os comicios realizados em defeza do trigo e em defesa do vinho nacional provam bem o espirito de camaradagem da agricultura portuguêsa (*Apoiados*).

E a agricultura portuguêsa, sr. presidente, convenceu-se de que para o seu desenvolvimento precisava sobretudo de se instruir. São notaveis os progressos que a instrucção agricola tem recebido. Basta visitar algumas

propriedades, que são verdadeiros modelos em qualquer parte; basta ver a profusão de publicações que se occupam das questões agricolas, especialmente de viticultura. E nesta campanha pela instrucção agricola cabe incontestavelmente uma parte nobre e gloriosa ao Instituto de agronomia, cujos professores são continuadores dignissimos da obra encetada por Ferreira Lapa e Silvestre Bernardo de Lima (*Vozes:* — Muito bem).

Sr. presidente, durante a minha gerencia ministerial, entendi que devia acompanhar este movimento para fomentar a intensidade da producção, e fiz pela primeira vez a distribuição de adubos chimicos e de preparados cupricos garantidos. Seguindo o pensamento do meu illustre antecessor, o sr. visconde de Chancelleiros, eu pela primeira vez pude adquirir plantas exclusivamente dentro do paiz para a renovação dos nossos vinhedos; e accrescentei o numero de viveiros officiaes, ao norte e ao sul do paiz.

Para fomentar o aperfeiçoamento do fabrico, tendo visto os resultados obtidos pela Companhia vinicola do norte do paiz,

resultados realmente credores de todo o applauso, entendi que devia, ao sul, subsidiar uma outra companhia, tambem credora de todas as sympathias, a União vinicola e oleicola de Vianna do Alemtejo, para ella poder levar a effeito a construcção de um lagar e adega sociaes.

Egualmente dei a mão ao movimento associativo, e apoiei no parlamento e no meu ministerio a proposta para a formação de syndicatos agricolas, apresentada pelos srs. deputados Alfredo Barjona de Freitas e Diniz Moreira da Motta. Estimo devéras ter ensejo de prestar homenagem, deante dum, a ambos esses deputados, que foram os primeiros a exemplificar a importancia do principio associativo, organizando um delles um syndicato no continente e o outro um syndicato nas ilhas.

E, como a grande mola é a instrucção, eu, de mais a mais na minha antiga e nunca esquecida qualidade de professor, procurei impulsar o ensino agricola, reformando as escholas de viticultura, no sentido de as tornar verdadeiramente práticas para prepararem capatazes viticolas e mestres de adegas, e dotando o Instituto agricola com

mais tempo lectivo para o ensino da viticultura e com uma quinta annexa para campo de experiencias. Mas, — como o ensino não se faz unicamente nas escholas, e o ensino não é só para os adolescentes, é tambem para os adultos —, honrado pela collaboração dos srs. Jayme Batalha Reis e Cincinato da Costa, iniciei no paiz conferencias para a vulgarização dos melhores processos de cultura da vinha e de fabrico dos nossos vinhos, bem como das prescripções que os commerciantes devam seguir para a collocação dos vinhos no estrangeiro. E, sr. presidente, além do ensino dado na eschola, além do ensino dado pela palavra oral, pude fundar uma bibliotheca agricola, destinada a espalhar pelo paiz as melhores publicações agricolas, e portanto tambem sobre viticultura.

Infelizmente, depois que saí do ministerio, não sei que estas minhas iniciativas, que não eram mais do que um impulso com que cordialmente procurava cooperar para o desenvolvimento do paiz, não sei, digo, qua estas minhas iniciativas proseguissem. Já no ultimo anno não me consta que se distribuissem adubos chimicos e preparados

cupricos; parece que se desfez por fim o arrendamento que eu mandara fazer da quinta annexa ao Instituto agricola; e, que eu saiba, ainda ninguem poude aproveitar-se da bibliotheca de que acabei de falar, a bibliotheca agricola! Pois estes são os meios pelos quaes nós lograriamos ir-nos habilitando, cada vez mais, a arcar com os nossos competidores.

Assim habilitados, a nossa empreza reduz-se á propaganda dos nossos vinhos. Ora fazer a propaganda dos nossos vinhos não é senão instruir o estrangeiro sôbre as distinctas qualidades que caracterizam os vinhos portuguêses.

A iniciativa particular muito tem feito já para a propaganda dos vinhos portuguêses no estrangeiro. Ainda ultimamente é para citar com louvor a iniciativa da Associação commercial do Porto, que foi aos Estados-Unidos expôr os nossos vinhos no certamen de Chicago, onde elles obtiveram o galardão merecido. A imprensa patrocinou esta iniciativa, e o *Commercio do Porto,* orgão que honra a imprensa portuguêsa, fez uma publicação especial, que foi largamente espalhada, e que muito concorreu de certo

para o conhecimento dos nossos vinhos na America.

Eu, sr. presidente, tinha tambem o dever de acompanhar a iniciativa particular na propaganda dos nossos vinhos, e nesse sentido pensei, auxiliado por alguns homens competentes, em fazer a propaganda ao norte e ao centro da Europa. A propaganda consistiria na organização de exposições e de laboratorios junto aos nossos consulados, e em conferencias e publicações que despertassem a attenção publica e demonstrassem e puzessem bem em relevo as altas qualidades dos productos das nossas vinhas.

Depois de mim, pensou-se doutro modo; mas parece-me que se quiz fazer um *tour de force,* tentando quasi o impossivel. Nós, como já tive occasião de dizer, devemos tentar a collocação dos nossos vinhos de pasto nos mercados onde os vinhos generosos são os seus naturaes introductores, quero dizer, devemos levar os nossos vinhos de pasto á Inglaterra, á Allemanha e á Russia. Levá-los á America do sul, ás republicas espanholas, parece-me coisa tão difficil, coisa tão arriscada quasi, como se

pensassemos em levar a competencia á propria Espanha.

Não basta, sr. presidente, fazer a propaganda dos nossos vinhos...

Eu vejo que já passou a hora e não desejo por modo algum abusar da assembléa. Por mais que procurasse resumir-me, não consegui acabar. (*Vozes:* — Fale, fale).

Agradeço a manifestação da assembléa.

Não basta, sr. presidente, fazer a propaganda dos nossos vinhos, não basta demonstrar a sua valia, as suas qualidades; é indispensavel defendê-los dos nossos competidores. E' preciso defendê-los dentro do paiz e fóra delle. Estas duas questões, a questão da defesa dos vinhos dentro do paiz e a da sua defesa fóra delle, têem sido ultimamente agitadas.

Para os defender dentro do paiz temos um meio, que é o imposto de importação.

Como v. ex.ª sabe, durante a minha gerencia, pretendeu-se abaixar o direito de importação dos vinhos espanhoes. Por todo o paiz se reclamou contra semelhante pretenção; e, antes mesmo deste movimento geral da opinião, achando-me em Santarem com o professor em quem ha

pouco falei, o sr. Cincinato da Costa, eu declarava categoricamente que não seria com a minha assignatura que se franquearia a entrada dos vinhos espanhoes em Portugal. (*Apoiados. Vozes:* — Muito bem). E porque?

Os argumentos apresentados em favor da reducção do imposto de importação eram estes: primeiro... (O sr. *Manoel Pestana:* — O primeiro, se v. ex.ª me permitte, é que não havia lei que tal auctorizasse. —) Tem v. ex.ª razão. Mas o governo podia levar ás camaras uma proposta de lei nesse sentido. Não a levaria eu, e não a levaria, porque nenhum dos argumentos adduzidos me parecia convincente. (O sr. *Manoel Pestana:* — *Apoiado*). Dizia-se que precizavamos de assegurar a nossa clientela no Brazil. Mas a primeira condição para assegurarmos uma clientela é não nos desacreditarmos (*Apoiados*). Este era o argumento do presente. Falava-se tambem do futuro, e dizia-se que provavelmente o paladar se deshabituaria dos nossos vinhos e se voltaria para os vinhos espanhoes. E então iriamos pela lotação preparar a transição para esse futuro?! (*Apoiados*).

Depois, e era este para mim o principal reparo, havia o governo da nossa terra de decretar a falsificação dos vinhos portuguêses, porque outra coisa não era o que se pedia? *(Muitos apoiados)*.

O exemplo citado da França não colhe. (O sr. *Manuel Pestana: — Apoiado —*) Não queria mesmo que o imitassemos, porque não desejo nunca que o commercio deixe de proceder de boa fé. (O sr. *Manuel Pestana: — Apoiado)*. Mas, em summa, a França procurava os nossos vinhos para apresentar um producto que tem uma acceitação universal; e nós iamos desfigurar e comprometter os nossos!

O exemplo tambem citado da Espanha nos ultimos tempos não procede, egualmente. A Espanha abriu as suas portas, não a um vinho inferior aos seus, mas a um vinho francês para melhorar o seu producto. Não digo que façamos o mesmo, não acho bem que o vamos fazer. Mas era outra coisa.

E, quando afinal devessemos importar os vinhos espanhoes, era pelo menos preciso sujeitá-los a um regimen semelhante ao dos trigos, garantindo-se um preço ao vinicultor,

da mesma fórma que se garante ao productor do trigo.

Em summa, já disse o bastante, creio, para justificar perante v. ex.ª e perante esta assembléa a decisão que tomei como ministro das obras publicas.

E, já que falo neste assumpto, preciso denunciar á assembléa duas maneiras pelas quaes até certo ponto se póde sophismar a decisão que tomei contra a importação dos vinhos espanhoes.

Um dos sophismas é ir o negociante português a Espanha fazer lá a lotação. Para este não ha outro remedio senão o patriotismo, a educação moral. Eu confio no patriotismo da nossa gente o bastante para crer que um ou outro exemplo não se generalizará. Sair da patria para faltar aos deveres que ha para com ella, é procedimento de contrabandistas, porque a legislação que nos rege, não se restringe ao nosso territorio, estende-se a todo o territorio onde esteja um português.

Outro sophisma de que se póde lançar mão, é o abuso da liberdade de transito concedida aos vinhos espanhoes. Hoje ha depositos alfandegarios dos vinhos espa-

nhoes. Nesses depositos é prudente vigiar se o tratamento que se faz aos vinhos espanhoes, serve para que, tendo sido impedida pela lei a sua livre entrada, ella se esteja dissimuladamente effectuando.

A outra questão, a da defesa dos nossos vinhos fóra do paiz, é a questão dos tratados, e essa não me competia a mim. Lamento que se não tenha dado nesse caminho o largo passo que ao governo competia dar.

Quando a Italia vai pelos tratados conquistando mercados, quando a Espanha não só tenta esta conquista, mas até num acordo provisorio com a Inglaterra tambem já caminha abertamente nesse sentido, a nossa morosidade, a nossa incuria é verdadeiramente lamentavel (*Apoiados*).

Nós precisamos absolutamente de tratados! Não falo agora do tratado com o Brazil, que circumstancias dolorosas para o nosso coração parecem distanciar, mas precisamos de garantir tanto quanto possivel a entrada dos nossos productos na Inglaterra, e precisamos de tratados com a Allemanha e com a Russia, que instam da sua parte por negociá-los comnosco.

Sr. presidente, esta é a competencia leal, e é assim que teremos de nos defender della.

A competencia desleal são as falsificações feitas dentro e fóra do paiz.

O que, antes de mais nada, é preciso, é não levar por toda a parte a convicção de que já não temos senão vinhos falsificados. Cumpre-nos tratar este assumpto com discreção, e eu infelizmente não a tenho visto. Não se leve ao estrangeiro a idéa e a presumpção de que Portugal já não tem vinho bastante para o seu negocio e que o está falsificando.

Ha falsificações dentro do paiz? Punam-se, assim como todas as falsificações dos generos alimenticios, ou quaesquer outras.

Não é o governo que deve fazer a fiscalização, porque isso é uma chimera. Façam-na os particulares! Acho indispensavel que em cada districto haja junto do agronomo um laboratorio, para que qualquer individuo possa fazer a fiscalização por si. Esta é que é a verdadeira fiscalização efficaz. Concordo todavia com o relatorio em que se torna absolutamente necessario traçar um processo para a verificação das falsificações.

Quanto ás falsificações no estrangeiro, á venda de vinhos estrangeiros, e principal-

mente de vinhos espanhoes, com o nome de vinho português, isso está sob a comminação do tratado de commercio celebrado em Madrid em 1891, que eu como ministro tive a honra de levar o governo a ratificar. Do que precisamos, portanto, é de lançar mão delle; e não sei realmente como é que o não temos feito, porque este convenio foi sem duvida alguma a melhor arma defensiva que os representantes portuguêses, um dos quaes já fallecido, Oliveira Martins, podiam arrancar ao congresso madrileno. Parece que em frente da Espanha, que está exportando para o Brazil vinhos seus com o nome de portuguêses, nós cruzamos os braços, como se taes vinhos não fôssem lá fazer competencia comnosco. O governo espanhol, em documentos que tiveram toda a publicidade, referiu-se a essas falsificações, e nós pelos nossos agentes não procurámos saber o que havia a tal respeito para se applicarem as disposições do convenio!

Não desejo alongar-me mais. Esta magna questão dos vinhos é extremamente complicada; é tambem a de todas as industrias

subsidiarias, é a questão do alcool, a questão do vasilhame e a questão da navegação. E' mister que os governos se convençam da necessidade de proteger estas industrias, que são subsidiarias da industria dos vinhos; mas que haja todo o criterio no modo de as proteger, porque não é pelos meios que ás vezes se têem proposto no parlamento, que essa protecção se póde tornar benefica.

Finalmente a questão dos vinhos, como todos os problemas economicos, prende-se intimamente com a nossa situação financeira; e nós não poderemos resolver nem esta, nem nenhuma outra questão economica, emquanto pesar o onus incomportavel da tributação sôbre a economia publica. Com um imposto predial tão desegual, que tanto opprime a maioria dos agricultores, com as multiplas alcavallas do imposto industrial, e ainda por cima com o imposto de consumo sobre o negociante, repercutindo-se em todos os productores, não é possivel. Nem reciprocamente as finanças melhoram pelo excessivo aggravamento das taxas fiscaes. E' por isso que eu entendo que do seio deste congresso deve sair um brado

bem alto ao nosso governo, de que só ha um modo de vencer as difficuldades financeiras, e esse modo é administrar bem!

(Muitos apoiados. O orador foi applaudido com uma salva de palmas).

José Elias Garcia *

Meus Senhores!

Vindo por aqui ** em piedoso cortejo, nós fazemos hoje o caminho que em vida seguiu José Elias Garcia.

Professor, muito naturalmente ambicionou servir na sua carreira publica a profissão que tão nobremente exercia. Mas nelle havia mais do que a bem legitima paixão pelo seu mister; mais do que o profissional, havia o patriota, animado do santo ardor de cooperar para a felicidade da nação, para a sua ordem e para o seu progresso, pelo fecundo desinvolvimento

* Allocução proferida na commemoração civica de 21 de abril de 1895 celebrada pela população da capital.

** Por deante da Eschola primaria central n.° 1, de Lisboa.

dos serviços do ensino. Elle pertencia á pleiade generosa dos politicos educadores, que consideram a sua missão como um magisterio e põem todo o empenho em proteger e conduzir os humildes e os fracos para a sua emancipação. Na tribuna, como na cathedra, sorria-lhe o mesmo ideal de liberdade e de amor.

Eu, que o vi de perto sair á estacada, que fui por vezes seu companheiro nas lutas parlamentares, posso dar testemunho da grandeza do seu animo. Ninguem entre nós exemplificou melhor a bondade e a tolerancia, que são as supremas virtudes de todo o homem, mas principalmente do politico e do mestre. Rico de talentos nativos e levantado pela confiança dos seus concidadãos aos postos proeminentes, elle usou sempre da influencia e dos poderes da sua jerarchia, não com o soberbo desdem dos orgulhosos, que tudo lhes julgam devido e todos pretendem acorrentar ao carro dos seus triumphos, mas com a humana cordialidade de quem estremece de sympathia ao soffrimento dos outros e se julga obrigado a acudir-lhes na medida precisamente dos bens de que a natureza, a fortuna e o valor do

proprio esforço o investiram. Militar austero, a vida foi sempre para elle um campo aberto de acção civica.

Da sua bondade e tolerancia me lembro por mim. Unidos no mesmo culto da patria e nos mesmos ternos sentimentos de affecto pela infancia e pelo povo, divergiamos porém na nossa concepção das formas de governo, cujos progressos elle capitulava de indispensaveis á marcha da administração publica, emquanto que eu os esperava dos proprios progressos da nossa regeneração administrativa; e todavia, apesar desta divergencia, que tanto irrita os espiritos facciosos, foi com o concurso que elle espontaneamente solicitou de professores seus correligionarios, que eu pela primeira vez entrei á Camara dos pares.

Mas não fala em mim agora só a gratidão pessoal, só o antigo collega e o amigo. Tenho nesta solemnidade de recordar sobretudo o forte impulso que José Elias Garcia, o primeiro vereador do pelouro da instrucção, deu ao movimento escholar da capital, impulso d'onde saiu o valioso agrupamento de benemeritos trabalhadores que ahi illustram o nosso ensino primario; e de pedir a

Deus que a inscripção do seu nome sôbre esta bella eschola, edificada sob a sua gerencia municipal, defenda como um sagrado palladio a causa da educação popular em todo o paiz.

Meus Senhores! Collocando esta lapide, que vou ter a honra de descerrar, Lisboa rende uma homenagem intima de saudade a um dos mais queridos membros da sua familia. Nenhum tambem ainda lhe quiz mais, nenhum cuidou dos seus filhos com mais entranhavel devoção!

O governo do engrandecimento do poder real *

Um dos maiores successos dos ultimos dias foi o acolhimento feito ao novo ministro do Brazil, o dr. Assis Brazil. Membros duma grande commissão, constituida por delegados da imprensa e das classes industrial e commercial de Lisboa, fôram esperá-lo á fronteira; e na estação do Rocio, á sua chegada a esta capital, milhares de pessoas o saudaram, tendo á sua frente o presidente da municipalidade, conde de Restello. Esta cordial manifestação ao representante brazileiro, antes delle ser recebido pelo rei e desprendidamente da acção governamental, poz bem em evidencia o divorcio que existe entre o paiz e o

* Cartas politicas a « El Liberal » de Madrid. 1895.

actual gabinete; e foi ao mesmo tempo uma demonstração de força das associações da industria e do commercio, que o governo ha mais dum anno dissolveu, sem que até hoje lhes permittisse a sua legitima reconstituição. Egual significado teve o banquete offerecido dias depois ao dr. Brazil. Pareceu aos seus promotores que lhes cumpria convidar para elle o ministro dos negocios estrangeiros, e, apesar de lhe não destinarem a presidencia, a sua simples presença foi bastante para se retrairem individualidades preponderantes, enfraquecendo a importancia da festa. Notou-se precisamente que ninguem ousasse levantar um brinde ao membro do governo presente. Vê-se que o convite que lhe fôra dirigido, não passou do cumprimento duma mera formalidade de etiqueta, dado o caracter internacional do banquete, até porque nenhum dos outros ministros foi convidado, nem sequer o chefe do gabinete, que de certo folgaria com a feliz conjunctura de protestar o seu respeito, tão contestado, ás instituições vigentes do Brazil. Assim se pronuncia inilludivelmente o sentimento publico contra a oligarchia dominante.

Logo depois da chegada do ministro brazileiro, partia para o Rio de Janeiro o representante de Portugal, o illustre homem de lettras e estadista, Thomaz Ribeiro. Fôram a bordo do paquete dizer-lhe adeus grande numero dos seus amigos e admiradores. A sua escolha, feita pelo seu antigo collega, o actual presidente do conselho, quando ainda geria o ministerio dos negocios estrangeiros, mereceu os applausos geraes, e todos avaliam que só um forte motivo patriotico o determinaria a acceitar uma nomeação, que, embora offerecida por um amigo de caracter pessoal respeitavel, o liga a uma politica ominosa. Segundo consta, no Brazil preparam-se os maiores festejos para o receber, e tudo faz esperar que a sua missão na nova republica americana tornará ainda mais viva a sympathia que ali votam ao seu nome, que é uma gloria de Portugal. Portuguêses e brazileiros estamos bem precisados de que os nossos representantes officiaes saibam estreitar os antigos vinculos ethnicos e historicos que unem atravez do Atlantico os dois ramos da nossa familia; e de Portugal ninguem mais indicado do que Thomaz Ribeiro.

Eis quasi os unicos factos agradaveis de que lhes posso dar conta. Não falo da batalha das flores, cujos intuitos beneficos a não puderam salvar do seu desproposito no meio das preoccupações que pungem o espirito publico. Por isso foi duma frieza profunda. Nem se comprehende como, sem salões, sem habitos de convivencia affectiva, a cidade dum momento para outro improvize enthusiasmos florídos de familiaridade.

Factos tristes é que infelizmente não faltam.

Referir-lhes-ei primeiro a impressão que deixou a ultima recepção de gala no palacio da Ajuda, por occasião do anniversario da outorga da carta constitucional. Foi lugubre! Quasi toda a opposição progressista desertou, entendendo que, depois dos abusos dictatoriaes do governo, consentidos pela corôa, a celebração dos fóros constitucionaes era uma mystificação, a que ella não devia associar-se. Não approvo o seu modo de ver, porque o facto de o governo desacatar a lei fundamental da nação não póde servir de motivo para que os que desejam vê-la praticada em toda a sua pureza,

a não acatem tambem, prescindindo de solemnizar a sua promulgação; mas o caso é que a opposição conseguiu deixar em grande isolamento o chefe do estado, que, apenas teve ao seu lado, além das pessoas que lhe são particularmente dedicadas e das poucas que, não pensando como o partido progressista, fôram naquelle dia reiterar a sua adhesão aos principios liberaes, um certo grupo de pessoas sem valor ou peor do que isso.

É ainda mais triste, porque tem outro alcance, a resolução que, em vista das eleições, acabam de tomar o directorio do partido republicano e o partido progressista reunido em numerosos conclaves nos salões do seu chefe, o sr. Luciano de Castro. Resolveram uns e outros abster-se da proxima campanha eleitoral, com a allegação de que a luta não é airosamente possivel sob o regimen do ultimo processo eleitoral decretado pelo governo. Como sabem, o governo supprimiu a representação das minorias e as candidaturas de accumulação, identificando os circulos politicos com os districtos administrativos. Não me parece procedente a allegação. Á centraliza-

ção eleitoral devia responder um esforço maior das opposições pela sua representação parlamentar. Em que outro terreno se propõem lutar? appellam para a revolução tanto os republicanos como os monarchicos progressistas? E a consequencia provavel é que o gabinete, que tem feito tudo para se livrar do parlamento, aproveite a abstenção para o declarar inutil sem os elementos opposicionistas, continuando os desmandos desta opprobriosa dictadura até que uma rajada de indignação levante contra as instituições a onda popular.

Tudo faz prever que não está longe esse dia, que será de justiça, mas tambem, quem sabe? de vingança, de anarchia e de dôr. A corrupção politica cada vez mais exaspera a paciencia publica com os escandalos que successivamente veem á suppuração. Agora é o da companhia do Nyassa. Os seus directores dividiram-se e trouxeram a lume irregularidades que reclamam codigo penal. E comtudo havia, junto á companhia, um commissario regio para fiscalizar a sua administração. Não cumpriu o delegado do governo com o seu dever, ou foi o governo quem faltou a elle? Parece ter

havido o proposito de envencilhar esta questão. Um e outro defendem-se, mas sem se atreverem abertamente a accusar-se. Por um lado, o ministro da marinha commenta a exoneração concedida ao commissario com a declaração lançada no requerimento de que ella lhe seria imposta, mesmo que não fôsse pedida, e, por outro lado, um irmão do commissario, que era secretario do ministro das obras publicas, a despedir-se deste logar e do gremio governamental; mas nem o despacho do ministro da marinha é transcripto nos seus termos deprimentes no *Diario do Governo,* nem consta que o commissario rompesse as suas relações de intimidade com os ministros predominantes da situação. Ao mesmo tempo o orgão officioso do governo na imprensa, alludindo á defesa publicada pelo commissario, acha-a muito elucidativa. Tudo isto não passa, pois, dum processo de confundir responsabilidades, que ninguem quer para si. O peor é que, para ainda aggravar este feio negocio, accresce a circumstancia de que certos administradores da companhia fazem parte dos dignitarios da côrte e o proprio commissario

regio é administrador da casa real. O rei apressou-se a determinar para futuro incompativeis os cargos do paço com o serviço de companhias concessionarias do estado; mas em que posição moral ficam os personagens que provocaram esta determinação regia? Para bons entendedores ella equivaleria a um mandado de demissão.

O resultado é desauctorizar-se o chefe do estado, apesar de todos os seus esforços para sobrenadar acima deste charco de torpezas. E, para cúmulo, um dos periodicos mais estreitamente ligados com os politicos suspeitos á opinião, dá-se, ha tempos, ares de ser o orgão dos sentimentos pessoaes do rei. Tristissimo!

Continua a dictadura com todos os seus deploraveis effeitos.

Até os tribunaes de appellação já assentaram a doutrina subserviente de que o arbitrio ministerial é lei, emquanto sôbre elle se não pronunciar o parlamento!

Se a magistratura está assim, imagine-se o que não será a administração! Reina absolutamente o favoritismo, contra o qual muitas vezes nem os effendidos nos seus direitos protestam, porque elle deixa sempre o campo aberto a todas as esperanças. A anarchia alastra-se e chega até ás escholas, onde os alumnos protegidos alcançam todas as dispensas de estudo e se vão assim desmoralizando e perdendo.

Em volta desta politica dissolvente, proseguem os escandalos como o do Nyassa, que dá cada vez mais que scismar, porque o governo, depois de haver alardeado no seu orgão officioso que publicaria o parecer da procuradoria geral da corôa, logo que algum dos interessados o requeresse, reconsiderou, não deferindo até agora ao requerimento que nesse sentido lhe foi apresentado por um dos directores da companhia. Portanto só uma coisa é clara neste negocio, e é o proposito que ha de o obscurecer para a apreciação do paiz.

Entretanto o ministro especialmente encarregado da pasta das mystificações architecta novas peças de effeito que impressionem a imaginação popular. O ultimo caso

theatral, posto em scena para distrair do Nyassa e para enternecer o publico ingenuo, foi o duma tentativa de *chantage* de que elle ministro se apressou a fazer-se victima. Um jornalista mal reputado, que travara relações com elle, procurou-o amistosamente para lhe pedir dinheiro com o fim, segundo declarava, de lhe comprar o silencio do auctor de certas criticas depreciativas. Evidentemente nem o jornalista pretendia illudir o ministro, nem este se podia deixar illudir. O pedido não passava duma formula transparente de proposta de contracto. O ministro, em vez de o repellir, planeou tirar dahi partido para attestar a venalidade dos seus detractores. Convidando o jornalista para sua casa, captivou tanto a sua confiança, que o induziu a passar-lhe recibo da quantia pedida, e então, com attitude solemne, descerrado o reposteiro, atraz do qual se escondia o juiz de instrucção, entregou-o tragicamente á auctoridade policial, clamando: sr. juiz, cumpra o seu dever! O caso foi logo cantado em dithyrambos ao nobre ministro, acompanhados de tremendas objurgatorias aos seus infames accusadores.

O peor é que se não contou com a sensibilidade moral do nosso povo, e afinal a consciencia publica revoltou-se indignada contra a tramoia ministerial. Pergunta-se se outrem, que não fôsse aquelle ministro, inspiraria tão facil confiança ao solerte *chanteur;* pergunta-se tambem se é crime, em troca do silencio ou do favor jornalistico, pedir dinheiro, que saia do bolso do ministro, e já o não é pedir-lho, que saia dos cofres da nação, e se não será ainda maior crime offerecer o proprio ministro os empregos publicos, que valem dinheiro, aos periodistas e reporters para os calar ou bem dispôr. E não se admitte nem que um ministro da corôa converta uma tentativa de crime em facto criminoso, tornando-se a si mesmo cumplice do auctor; nem que tenha alguem o direito de atraiçoar seja quem fôr, ainda que seja um scelerado. Ha processos que repugnam!

Eis os commentarios que provocou a urdidura da peça, o que não quer dizer, bem entendido, que todos os orgãos da opinião os fizessem, já não falando nas gazetas ministeriaes, que celebraram com clangor de apotheose o seu pequeno *Deus ex-machina.*

Dos proprios periodicos chamados opposicionistas ou imparciaes, alguns só tiveram condemnações para o *chanteur,* sem ver nelle, além do criminoso, o miseravel joguete do ministro, e nem todos os outros sustentaram por muitos dias as increpações que no primeiro momento lhes arrancou a inqualificavel representação.

Não confiando inteiramente na efficacia destes lances patheticos, o governo recorre ás violencias e ao apparato bellico para amedrontar as gentes.

Foi demittido um professor do collegio militar, que, no ultimo congresso do partido progressista, orou vivamente contra os desmandos governamentaes. É mais um dos exemplos que o ministerio entendeu necessario dar para fingir de forte. Começou por demittir o secretario da Universidade de Coimbra e por se encolerizar contra varios professores do ensino superior que se encorporaram em commissões de propaganda republicana. Simplesmente as suas furias não attingem os funccionarios de maior vulto politico que ha muito veem demonstrando por palavras e obras o seu republicanismo; prudentemente escolhe para

dar os seus exemplos pessoas de exigua influencia publica.

Ao mesmo tempo, a pretexto de condecorar um sargento pela diuturnidade dos seus bons serviços, fez-se na Avenida uma parada das tropas da guarnição de Lisboa, com o rei á frente, tendo ao seu lado o ministro da guerra, e escoltado pela cavallaria da guarda municipal, que recebeu o cognome de guarda pretoriana.

Este alarde de força tem-se repetido, sempre que uma prepotencia ministerial ou algum escandalo rebenta e alvoroça a opinião. Pretende-se dest'arte conter-lhe os assomos de revindicação. Infelizmente o chefe do estado presta-se a estas exhibições; e até, nessas conjuncturas, é quando percorre ufano a cidade a cavallo ou em carruagem descoberta, como que a affrontar o sentimento publico. E assim o vai indispondo contra si e alienando sympathias ás instituições monarchicas!

As provas não rareiam. Como lhes disse, o novo representante do Brazil foi acolhido na capital com grandes manifestações de jubilo. A Lisboa seguiu-se o Porto; e, mais ainda do que succedera aqui, onde

os republicanos predominaram nos festejos, assenhoreando-se da sua direcção, as festas celebradas na segunda cidade do reino tornaram-se numa demonstração dos progressos das idéas republicanas. Já ninguem póde suppor que a provincia ainda considere a palavra republica como um synonymo de desordem e anarchia: por toda a parte, o nome do presidente da republica brazileira foi saudado affectuosamente, quasi se diria anciosamente. E não ha duvida que a presença entre nós do sympathico ministro do Brazil, dessa antiga colonia que é um prolongamento de Portugal, serve de familiarizar cada vez mais o nosso paiz com as instituições ali implantadas.

Nos festejos do Porto deu-se logo uma nota significativa, e foi que o Centro commercial do Porto, que tomara a iniciativa do convite ao dr. Assis Brazil, entendeu que, para melhor honrar a visita do representante brazileiro, devia solicitar o concurso oratorio dum dos mais prestigiosos caudilhos republicanos, deputado por Lisboa nas ultimas eleições *.

* O sr. Gomes da Silva.

Merece tambem registar-se que, á excepção do presidente da camara municipal de Lisboa e do vice presiaente da camara do Porto, que são membros do partido progressista, este agrupamento politico mal se manifestou como tal nos actos de congratulação pelo reatamento das relações com o Brazil. Parece-me abstenção demais!

A politica pessoal do gabinete e a abstenção da opposição progressista deixam innegavelmente o terreno livre para os republicanos, embora elles se digam tambem em abstenção, pois que, sem vida publica normal, o paiz vai acariciando a idéa de a procurar numa nova ordem de coisas.

A oligarchia, porém, que se apossou do espirito dos actuaes governantes, acha que tudo lhe corre ás mil maravilhas, e, tendo o ministerio na mão, inventa uma opposição do seu gosto para assegurar em seu proveito a rotação ministerial. Agora impera pela fraqueza do sr. Hintze Ribeiro, ámanhã mandará pela complacencia do sr. José Dias Ferreira. O presidente do conselho da precedente situação declarou que não se abstem da proxima (?) luta eleitoral,

quando elle é precisamente o vulto politico que parecia não necessitar de se abster, visto não ter neste momento no paiz quem o acompanhe. Mas tudo se arranjará para que elle não faça má figura de opposição. Infelizmente ainda ha gente de sobra para estes desdobramentos!

Quando terminarão todas as sophisticações? Bem merecia uma politica de verdade e justiça uma nação capaz dos maiores sacrificios, como os que ainda agora o nosso soldado está fazendo no ultramar para honrar o nome português e ali manter a nossa soberania. E graças a Deus que ao menos esses sacrificios são compensados pelos triumphos de que acabamos de ter noticia, alcançados em Lourenço Marques e Timor!

A maçonaria portuguêsa

Caros e respeitaveis irmãos! *

A virtude tambem precisa d'instituições que a celebrem, que a propaguem e defendam, e a maçonaria é a grande ordem secular onde commungam quantos, sem distinção de crenças religiosas ou d'opiniões politicas, lhe rendem um culto livre.

Não somos nem um partido, nem uma seita.

Respeitamos todos os crentes sinceros. O sacrario em que cada um abriga o seu ideal d'amor e d'abnegação, é para nós inviolavel. Queremos realizar o bem neste mundo, sem inhibir alguem de crêr na existencia dum mundo melhor. O nosso

* Discurso no acto da posse do malhete, em 3 de julho de 1895.

templo não se levanta sobre os escombros de nenhum outro.

Tão pouco nos insurgimos contra os poderes constituidos pela vontade nacional. A prova de que a nossa missão cabe dentro das fórmas politicas da sociedade moderna, é que á sua testa se acham egualmente monarchicos e republicanos. Passou o periodo revolucionario da maçonaria. Hoje a autoridade legal tem-nos de seu lado. Assim como ha associações que compartem os encargos administrativos do estado, importa que tambem haja quem o coadjuve na sua suprema funcção fraternizadora, e nós, com a nossa organização altruista, somos como uma guarda civica de voluntarios ao seu serviço.

A politica e a religião é que veem ao nosso seio receber inspirações generosas, porque fundamentalmente a mesma moral religiosa, como a mesma moral politica, aproxima os espiritos do nosso tempo; e é essa que professamos.

Nós professamos a benevolencia em toda a isenção. Sem nos determos em discussões academicas, arredando mesmo discretamente das nossas assembléas os assumptos litigio-

sos, cujo exame arriscaria a nossa cohesão e integridade, nós procedemos como gente d'acção, que está convencida de que muitas coisas indiscutivelmente bôas se podem fazer sem provocar animadversões nem desconfianças, mas que possue todo o entranhavel ardôr de bem querer e toda a hombridade para não recuar deante dos maiores perigos, quando se trate d'acudir pelos opprimidos ou de estender a mão aos infelizes.

E' vastissimo o nosso campo d'acção. A creança e o velho, a mulher, o proletario, o enfermo, o delinquente, e, para uma nação como esta, tão disseminada pelo mundo e tutôra de tantos povos incultos, o emigrante e o gentio, eis um sem numero d'entes que imploram a protecção social, e a quem por nossa parte a devemos.

E uma paixão sobretudo pretendemos insufflar a humildes e a poderosos, a da liberdade, que é o proprio timbre da dignidade humana. O mal só triumpha pela inercia das almas! Para o combater não basta tocar o coração dos que o praticam; é ainda indispensavel erguer os caracteres de todos que passivamente o consentem,

como se não fôsse uma ignominia contemplar-lhe os ataques sem um assomo de coragem para os repellir.

Queridos irmãos! A esta nobre campanha, incruenta mas de sacrificios, nos está appellidando angustiosamente a voz dolorida da patria, anhelante por uma atmosphera pura, onde a virtude floresça e a reacção e o vicio se desalentem e succumbam; e só uma profunda secussão moral será capaz neste momento de revivificar a consciencia publica.

Quão graves são, pois, as responsabilidades do grão mestrado a que vos haveis dignado exalçar-me com uma affectuosa confiança que captiva toda a minha gratidão! Mas, como em egual solemnidade exclamou José Estevão e Mendes Leal já repetiu, ellas não me acobardam, e atrevo-me a assumi-las, alumiado pelas lições dos meus antecessores, e fortalecido pela inquebrantavel unidade de sentimentos e aspirações que nada vingará affrouxar sequer entre nós.

Queridos irmãos! *

Reune-se a Grande Loja, quando ainda estão mal cicatrizadas as feridas abertas no coração da maçonaria portuguêsa pelos desmandos de alguns dos seus membros. Faço, pois, appello ao amor que todos lhe dedicais, para que desta assembléa, cujas tradições de tolerancia se impõem, saiam de novo revigorados os laços de intima fraternidade que nos devem indissoluvelmente ligar.

Um assumpto reclama instantemente os nossos desvélos: é a reforma da constituição maçonica. Não só é mister que a nossa lei fundamental se conserve sempre um modelo, para assim facilitarmos a administração interna, e, com as nossas praticas, nos auctorizarmos; mas neste momento não podemos deixar de abrir francamente os braços a muitos antigos irmãos que se não apartaram sem dôr do nosso gremio e anceiam por voltar a elle sem quebra das suas justas regalias.

* 26 de fevereiro de 1897.

Fortes com a nova constituição, cumpre-nos ter bem em vista o nosso fim supremo: imprimir á vida portuguêsa o cunho liberal que nos caracteriza. E oxalá chegue breve o dia em que a legislação nacional reconheça e consagre a legitimidade dos nossos esforços! Nesse dia, cessaremos de existir como instituição secreta, para gloriosamente nos confundirmos com os nossos concidadãos no seio politico da nação.

O segredo das nossas reuniões tornou-se tão anachronico com a civilização moderna, que muita gente lá fóra o não comprehende e aprecia com justiça, e a verdade é mesmo que nem entre nós se guarda fielmente. Este ar de mysterio que nos envolve, presta-se a todas as suspeitas e malsinações; e, como de facto nos não escondemos de ninguem, achamo-nos perante os poderes publicos numa situação tolerada que nos cerceia a liberdade d'acção, e, com ella, a nossa força e prestigio.

Eis porque julgo urgente empenharmo-nos pela legalização da maçonaria portuguêsa numa confederação de associações liberaes.

E' para isso necessario fazer uma campanha em prol do principio associativo?

Intentemo-la! O levantamento em massa das nossas hostes, na actual crise moral do país, será uma consoladora demonstração de que ainda ha felizmente por todo elle muitos corações devotados ao bem commum.

Queridos irmãos! *

Da faculdade concedida pela nossa legislação aos representantes das Lojas de fóra de Lisboa de transferirem o seu mandato a delegados por elles escolhidos entre os obreiros activos de qualquer Loja, resultou poder-se dar o abuso de não ser a Grande Loja senão quasi só a representação das Lojas da capital e de ser a sua maioria quem, pelo Conselho da Ordem, dispozesse em grande parte de toda a mais representação, da provincia, ilhas adjacentes e ultramar e do estrangeiro; e era fatal que, viciada assim na origem a autoridade dos

* 20 de maio de 1899.

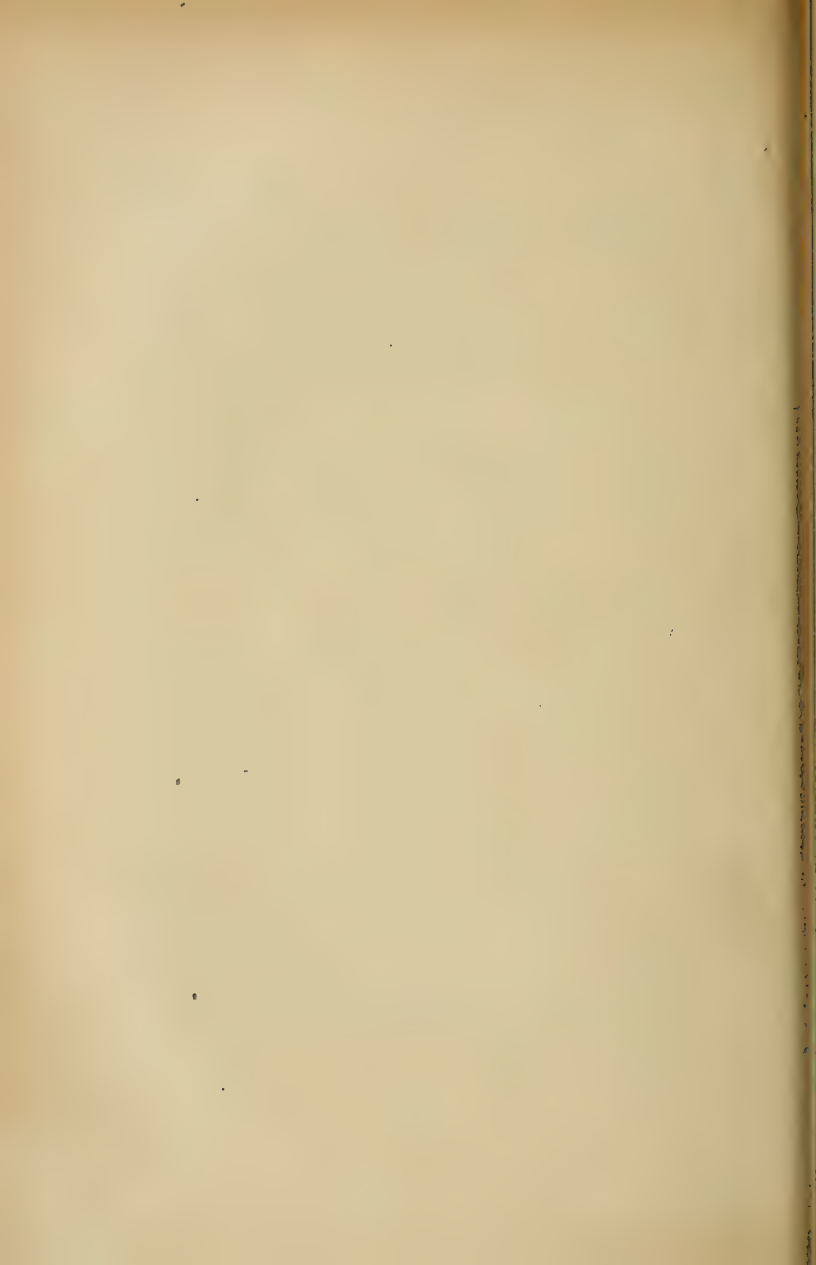
poderes constituidos, havia de chegar um dia em que, travando-se apaixonadamente a luta no seio da Grande Loja, a minoria, vencida, se rebellasse contra a maioria. Foi o que ultimamente sucedeu, com grave perigo para a unidade maçonica.

Chamado a intervir no conflicto, fui direito á sua causa eficiente, e aconselhei uma reforma da lei eleitoral * que tornasse genuina a representação da maçonaria na Grande Loja, e, como dignos corolarios, a dissolução da Grande Loja, — que me fôra lembrada pelo seu proprio presidente, e que ella, cuja legislatura é simplesmente annual, me podia propôr sem sacrificio de maior, ao encerrar-se a sua sessão ordinaria que estava a concluir —, e a exoneração do Conselho da Ordem, — que d'egual modo me fôra proposta pelo seu proprio presidente, mas que, isoladamente, não fazia sentido, visto que o mais provavel era a reeleição do mesmo Conselho pela maioria que o apoiava.

Tendo previamente combinado com o presidente do Conselho da Ordem, chefe

* Já está hoje em execução.

da maioria, este plano de elevada reconciliação, porque era sobretudo de moralização das nossas leis e costumes, communiquei-o tambem á minoria; e começou-se a dar-lhe execução, votando a Grande Loja a reforma eleitoral. Então manifestou-me o presidente do Conselho o desejo de tentar ainda um acôrdo para evitar a eleição da Grande Loja antes da epoca normal, no que annui, por lhe dar mais uma prova da minha confiança; mas a sua tentativa, fôsse pelo que fôsse, não vingou. E depois encontrei-me desacompanhado.

Portanto, não me sendo possivel continuar a desempenhar-me da minha missão de supremo arbitro dos partidos dentro da maçonaria portuguêsa, cumpre-me apresentar-vos a minha exoneração de grão-mestre. E faço-o, penalizado de certo, mas com a consolação moral de que vos presto ainda um ultimo serviço, em troca de tantos que vos devo, e é o de exemplificar dentro da nossa Ordem a obrigação que corre a todo o funccionario ou corporação de renunciar ás suas funcções, quando não possa no seu posto continuar a bem servir a sociedade que lhas confiou.

Concurso pecuario *

Meus Senhores!

Agradeço ao sr. presidente da camara e presidente do syndicato agricola o favor de hospitalidade que me permitte occupar este logar de honra, tão lisonjeiramente para o meu antigo affecto por Montemór-o-Velho.

Eu nunca passava por deante desta villa, que não me estivesse tentando a visitá-la a sua soberba figura, coroada pelos muros vetustos do seu castello, que lembram ainda grandiosamente os heroicos tempos de incertezas e de dôres da fundação da nossa nacionalidade; e anciava por admirar a belleza destes sitios, que inspiraram a Fernão Mendes Pinto a ardente paixão das viagens que o levou por esse mundo a

* Em Montemór-o-Velho, 1 de maio de 1896.

correr as aventuras tão vivamente dramatizadas nas suas *Peregrinações*.

Montemór-o-Velho, que encerra no seu seio o precioso tumulo de Diogo d'Azambuja, o valente fronteiriço d'Africa, póde sentar-se com orgulho nas margens deste patrio Mondego — cujo curso, á semelhança da nossa historia, vem desde a serra da Estrella, isto é, desde Viriato, até ao oceano, isto é, até ás nossas navegações e conquistas — porque varios dos feitos illustres dessa historia esmaltam o seu brazão.

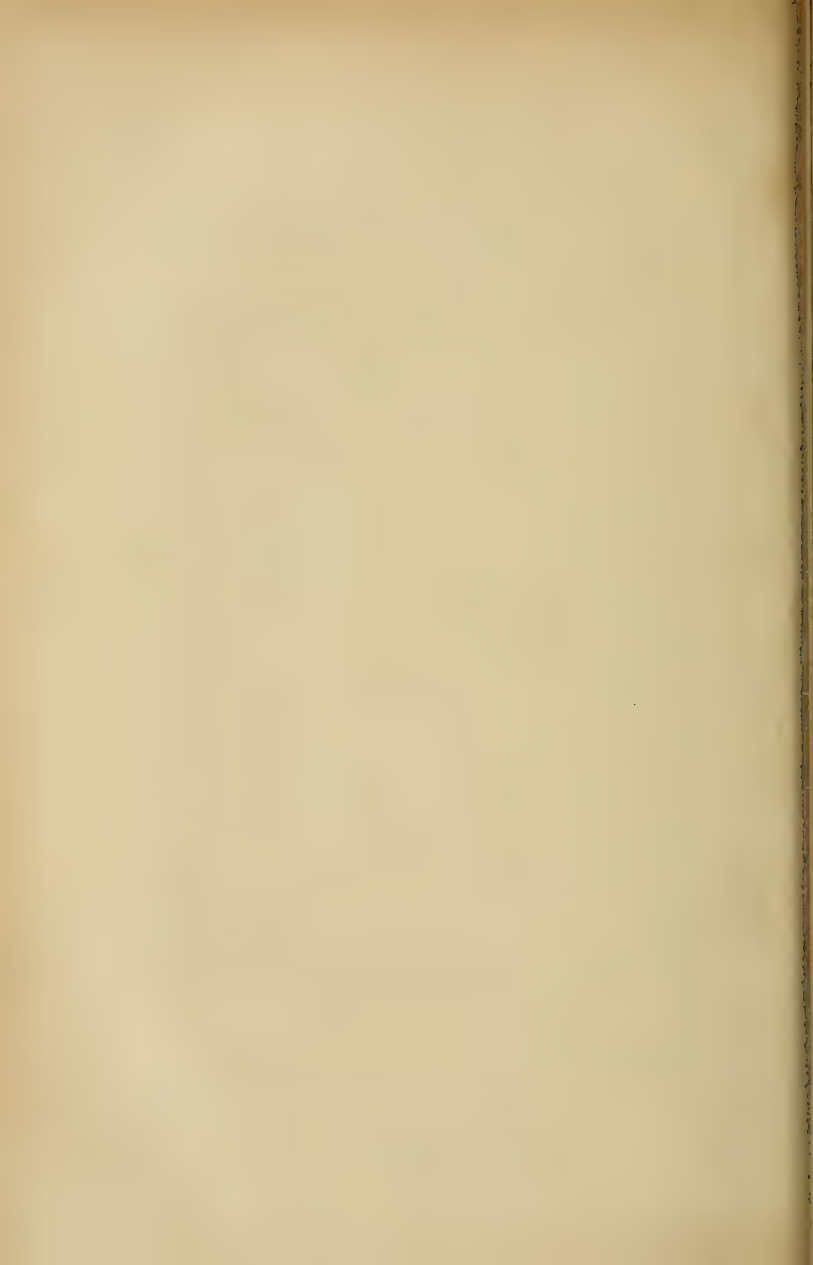
Mas não foram só as memorias do nosso passado e o meu amor pelas paisagens da nossa terra o que me trouxe aqui. Decidiu-me a vir hoje o convite do meu prezado amigo Alfredo Barjona, que me não perdoaria a falta á festa do syndicato agricola em que elle mais pensava, quando, com Diniz Moreira da Motta, iniciou em côrtes * a consagração legal desta ordem de instituições entre nós; convite a que amavelmente se quiz associar o digno presidente deste concelho e do seu syndicato agricola,

* Sendo ministro das obras publicas o auctor, que lhes prestou todo o apoio.

o sr. José Galvão. Eu não tenho quasi nunca outro meio de agradecer os obsequios, senão acceitando-os.

E agora cresce ainda o meu agradecimento, porque tive o gosto de conhecer de perto uma povoação que, respeitosa das suas nobres tradições, é sobretudo a continuadora das fortes gerações obscuras que, com o suor do seu rosto, amassaram o patrimonio territorial que usufruimos.

Aos technicos compete apreciar, com todo o conhecimento de causa, o certamen pecuario cujos principaes lidadores vamos premiar, e elles indicarão o sentido em que os creadores devam dirigir os futuros esforços para melhor os aproveitarem; a impressão, porém, que deste espectaculo se nos impõe a todos, é devéras consoladora, porque prova quanto póde a intelligencia e a vontade das nossas populações ruraes, ainda quando em luta com as inclemencias do tempo.

Eu saúdo os competidores e principalmente os vencedores deste torneio civilizador. E felicito o syndicato agricola pelo bom exito do seu commettimento.

Duarte Fava

Meus Senhores! *

E' sempre com lagrimas de dôr que vemos partir para a eterna viagem d'além-tumulo algum dos membros desta nossa familia portuguêsa, já de si tão pouco numerosa para as ousadias do seu genio; mas, quando esse membro realizava pelo seu caracter, como Duarte Fava, o perfeito modelo do cidadão, a sua perda fere intimamente a alma da nação no que ella tem de mais nobre, a sua sensibilidade moral. Com a morte dos bons, sentimo-nos enfraquecidos na nossa solidariedade social. Por isso é tão profunda a commoção que nos avassalla neste transe!

* Allocução proferida á beira da sepultura, em Lisboa, 10 de maio de 1896.

Duarte Fava era um destes generosos espiritos, cada vez mais raros, que sabem exemplificar pelas suas virtudes como se póde resolver dignamente o problema da vida, mesmo quando ella é tão difficil como entre nós se tem tornado a vida de todos que trabalham, mesmo quando ella é tão cheia de lutas interiores como a vida militar das nações atormentadas pelos desmandos da politica.

Meus Senhores! Neste logar sagrado pela religião de nossos maiores, todos que fomos amigos e companheiros de Duarte Fava, inspiremo-nos da sua memoria para proseguir corajosamente na obra patriotica a que elle de coração se devotou até expirar!

Rodrigues de Freitas *

Na crise tão dolorosa que atravessamos, quando o mal parece ter conquistado entre nós o reino deste mundo, mais que nunca se torna necessario que, ao menos na hora solemne do passamento, ao partirem para a viagem da eternidade, os homens de bem recebam a sua justa consagração.

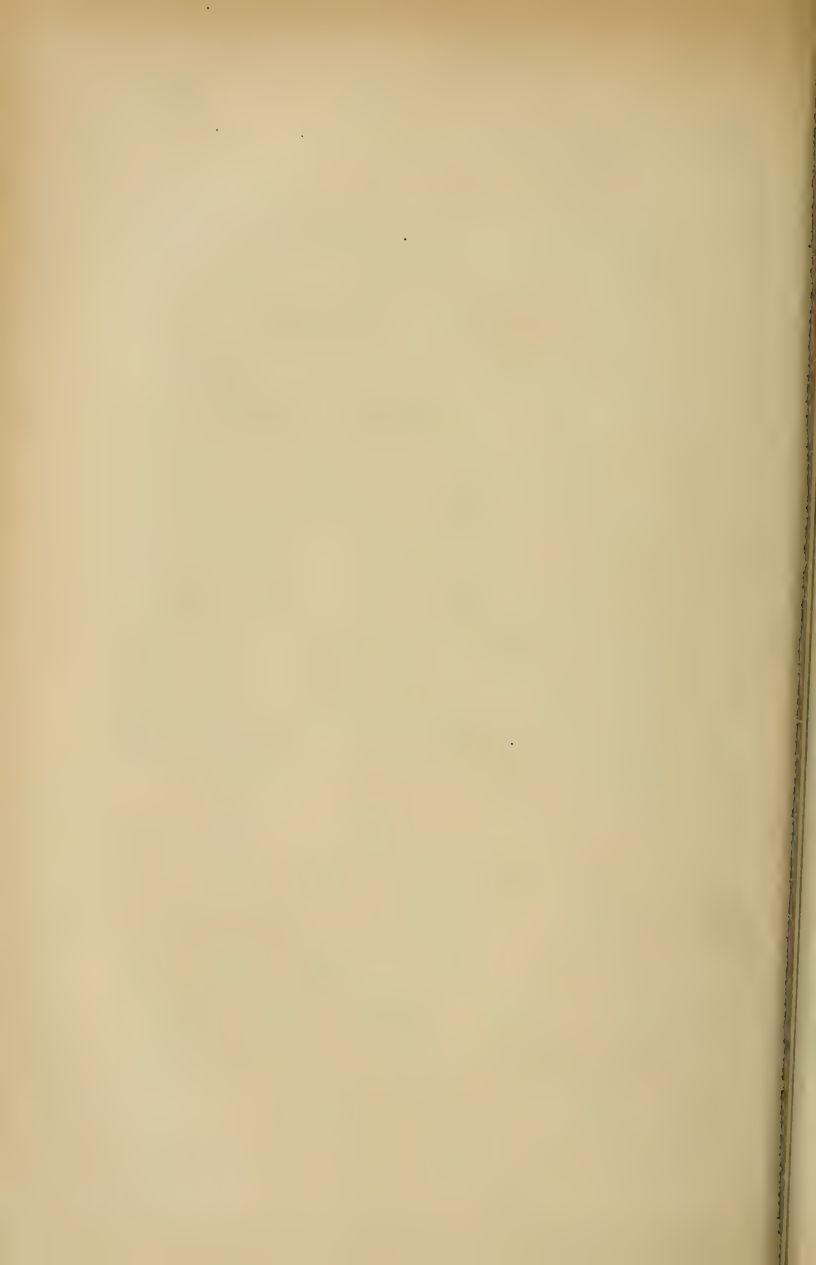
Morreu com Rodrigues de Freitas um dos caracteres mais nobres da nossa terra. Elle era um dos raros membros, infelizmente tão dispersos, da classe dirigente, cuja virtude ainda tem logrado confortar com o seu luminoso exemplo a alma nacional, guiando-a amoravelmente pelos caminhos já quasi perdidos da honra e da salvação. E em tão permanente communicação com ella estava, e tamanha era

* *O Instituto,* julho de 1896.

a auctoridade que ao seu saber prestava a logica da sua vida, que bem póde affirmar-se que o seu pensamento fazia parte integrante da consciencia publica. Como professor ou como jornalista e tribuno, a sua personalidade insinuava-se; mas, embora a sua palavra escripta fôsse tão persuasiva, para ter perfeita idéa das faculdades de irradiação sympathica que o animavam, era necessario conhecer o orador. Elle sabia alliançar ao aprumo da sua inquebrantavel firmeza de convicções uma doçura, uma tal complacencia de tom e de maneiras, que irresistivelmente se apoderava do seu auditorio. E, por isso, porque era um delicado, não se envolvia em todos os combates. Não o retrahia a doença, mas a sua terna sentimentalidade. Lutador indefesso, procurava comtudo tomar a posição donde os seus ataques, visando aos erros sociaes, não pudessem ferir o coração dos seus concidadãos, que tanto amava. A sua politica era uma politica de bondade, cuja formula elle ainda nos legou no seu testamento: « devoção pelos doentes e pelos fracos ».

Filho do Porto, foi sem dúvida nos ultimos tempos a sua encarnação mais pura; e

a falta que lhe faz, não póde ser medida. Tantas vezes á custa da sua precaria saude, não houve momento difficil em que a sua voz dedicada não soasse bem alto para que a cidade do trabalho, centro potente de iniciativa e de independencia, theatro de acções generosas na guerra e na paz, mantivesse sem desfallecimentos contra todos os assaltos a sagrada bandeira das suas tradições. E oxalá, na fragua dos negocios, ella não deixe nunca de ouvir o seu appello!

A mim a noticia da sua morte feriu-me como um dobre de finados pelo eximio patriota de que se vê desamparada a revindição da liberdade e da justiça em Portugal, e pelo amigo, cuja perda me alanccia o coração com os espinhos da mais amarga saudade.

O estudo do paiz *

Principiou por dizer o conferente que de nada soffria mais o paiz do que da nossa inconsciencia nacional, da ignorancia em que vivemos da terra e da historia da patria.

Citou, como caracteristico, o facto de nem sequer termos um mappa usual, authentico, de Portugal.. Só ultimamente se fez a campanha do estudo geographico dos Açores; se quizermos estudar a chorographia das ilhas adjacentes, havemos de recorrer ainda a mappas estrangeiros. Já temos alguns estudos apreciaveis das colonias, mas os estudos que os allemães têem feito das suas possessões ultramarinas são incompa-

* Conferencia na Academia dos Estudos Livres, em 19 de novembro de 1897, segundo o extracto de *O Seculo*.

ravelmente mais completos, superiores até, a muitos respeitos, aos que nós possuimos da metropole.

Falta-nos uma carta mineira que dê idéa das riquezas que o paiz encerra, e atlas que demonstrem a variedade da nossa flora e da nossa fauna.

Parece incrivel que, sendo nós um povo com os fastos mais brilhantes, mais grandiosamente épicos, não haja nenhuma grande obra original que os exponha integralmente, nenhum resumo fiel que os vulgarize. Para o seu estudo succinto são preferiveis os resumos estrangeiros.

Não quer isto dizer que entre nós não haja trabalhos valiosos de estudo do paiz.

Têem contribuido, sem duvida, para elles homens de grande vulto, occorre logo citar Herculano, e varios collaboradores modestos, como Anchieta, que sacrificou a sua vida ao estudo das colonias. Os municipios têeem dado alguns subsidios para esses trabalhos, creando museus regionaes, e os de Lisboa, Porto e Coimbra, procedendo ao estudo dos seus archivos. E o estado tem cooperado tambem, modernamente, nesse sentido, creando as direcções dos trabalhos

geodesicos e geologicos, compostas de homens de sciencia eminentes, para a arte fundando o museu de bellas-artes, e para o estudo das nossas tradições industriaes o museu ethnologico, da iniciativa do orador.

São certamente serviços importantes, mas são apenas fragmentos ; e desta insufficiencia e atrazo no conhecimento do paiz as responsabilidades pertencem sobretudo ao estado.

Na verdade, que tem feito o estado pelo estudo scientifico, artistico, industrial do paiz ?

Quasi não existem laboratorios officiaes de investigação ; os nossos museus e jardins publicos são poucos e mal dotados. Isto para o estudo do nosso meio. E, para o conhecimento do genio nacional e daquillo que ha de original no espirito português, que estudos existem? Nem ainda temos um diccionario completo da lingua vernacula, nem sequer sabemos a orthographia em que devemos escrever.

Não ha um inventario das riquezas astisticas que o paiz possue, e os artistas novos, tão sympathicos, clamam debalde contra a ruina dos monumentos e o desappareci-

mento das preciosidades que dia a dia se somem para ir parar a mãos estrangeiras. E' caracteristico o facto, apontado pelo sr. Ramalho Ortigão no « Culto da Arte », do governo ter recusado 50$000 reis para a impressão do catalogo da ultima exposição da arte sacra ornamental.

Num paiz agricola como o nosso, os estudos do solo são apenas incipientes, e sobre o nosso clima, tão variavel, mais importante ainda de conhecer para a nossa agricultura, nenhuns estudos se têem feito, apezar do orador os ter decretado. Tambem o orador ordenou a estatistica das producções agricolas, assim como a dos productos dos diversos ramos da nossa industria, e ellas ainda se não realizaram.

E que se tem feito para o estudo politico e economico da nação?

Não falando no censo da população, se temos para o commercio externo as estatisticas alfandegarias, para o commercio interior ha apenas, além da estatistica restrictamente bancaria, por elle mandada fazer, o platonico mercado de productos agricolas, e, para o serviço proprio dos ministerios, o centro de informações tambem

por elle creado, mas ainda até agora não aproveitado, a direcção de fornecimento de materiaes no ministerio das obras publicas. Para o conhecimento da sua vida politica e administrativa o estado nem sequer tem, como qualquer casa commercial, uma escripturação bem montada. Raro é o ministerio que tenha o tombo do seu material; e o material dos ministerios, como o material do paiz, corre o risco de se sumir.

O estado nem os elementos de estudo que tem, fornece á nação. Falou da falta que nos faz um mappa de Portugal para uso vulgar e das escolas; pois mandou-o elle fazer pela commissão geodesica, e esse mappa está prompto na pedra á espera de que um ministro auctorize a sua tiragem. Na maior parte dos museus não ha catalogos nem designações dos objectos expostos. As informações de que póde dispôr, o estado não as aproveita sequer para acudir ás crises do paiz; assim deixa, por exemplo, de fornecer pontualmente ao nosso commercio de vinhos as noticias sobre os mercados externos que lhe são enviadas pelos nossos consules. Nem mesmo se aproveita dellas para prevenir catastrophes que amea-

çam frequentemente o nosso paiz, e ainda até agora não cuidou de dar execução ao decreto de aviso das cheias e tempestades, referendado pelo orador.

O resultado de tudo isto é que o estado não só falta ao desempenho da sua funcção docente de elucidação do espirito publico; mas, não conhecendo elle proprio o paiz, não póde dirigi-lo. Esta a grande causa da sua má administração.

Sendo Portugal um paiz agricola e maritimo, encontra-se a braços com dois grandes deficits, o deficit cerealifero e o deficit da marinha mercante. E o estado que os desconhece, nada faz para os extinguir. Ha muito que a lavoira raclama adubos e sementes seleccionadas para a cultura intensiva do trigo, e não consta que fossem distribuidos senão durante a sua gerencia. Os nossos estaleiros, que ainda ha pouco tempo contavam dias festivos, vão-se tornando cada vez mais abandonados.

Como o estado não conhece os recursos do paiz, favorece industrias que poderiam viver por si proprias, descurando outras que necessitavam de ser protegidas. Exemplifica com a industria do ferro, industria por

excellencia, que era necessario crear com um impulso vigoroso, assumindo mesmo o estado a sua administração ; e com a industria dos edificios publicos, que o estado devia entregar á administração particular.

E, como na sua ignorancia das coisas do paiz o estado administra geralmente mal, as consequencias desta má administração são os excessivos impostos, os desastrosos emprestimos, e finalmente as suspensões de trabalhos que arremessam as classes laboriosas a taes extremos de miseria, que alguns operarios tẽem chegado a abdicar da propria dignidade, pedindo para serem enviados como vadios para as colonias...

Emquanto que por toda a parte se procura desenvolver as associações de classe, ha muitas pelas nossas provincias que nem sabem como hão de constituir-se, porque os governos ainda não publicaram para as orientar o modelo de estatutos que o orador durante o seu ministerio mandou fazer.

E como ha de o estado promover e dirigir a vida collectiva das localidades, se ainda ha pouco se romperam os vinculos historicos dos municipios, sob pretexto de

imaginarias economias? Ninguem mais do que elle, orador, é amigo da economia, mas não se deve ter uma concepção de chatins, despresando os direitos adquiridos pelas populações á custa dos maiores e mais prolongados esforços. Deviam-se respeitar todas as entidades locaes, a exemplo do que fazem a Allemanha e a Inglaterra, que têem augmentado mesmo o numero desses prestantes intermediarios administrativos.

Não é preciso, e é um erro, distribuir os mesmos encargos a todas as corporações de egual categoria. Proporcionem-se ás suas forças. Mas respeite-se a existencia de todas as corporações com direito a ella, porque são quasi as unicas escolas de socialização que ha espalhadas pelo paiz.

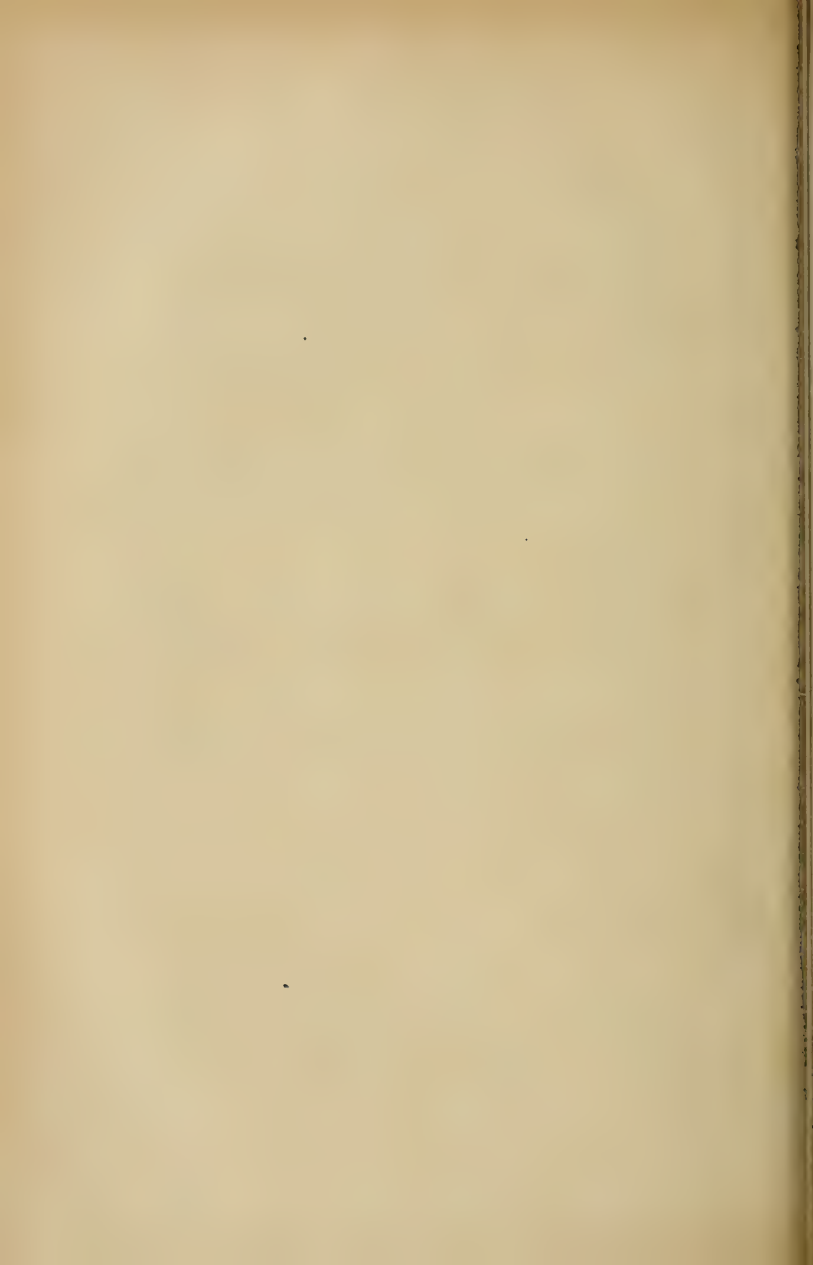
Fala-se em supprimir districtos. Trate-se mas é de resuscitar as nossas antigas provincias.

A vida politica do estado é instavel, porque se não funda no conhecimento do paiz. Por isso as leis se reformam continuamente e quasi nunca se cumprem.

Dahi a anarchia e a dissolução dos laços sociaes, que vai até ao ponto de se pensar no desmembramento da patria, na venda

das colonias, como se ellas fossem umas simples propriedades territoriaes e não representassem para nós tambem um sagrado encargo de almas, como se nós não tivessemos para com ellas de desempenhar uma grande missão historica civilizadora, que nos não é licito declinar.

E o peor é que todos estes males parecem irremediaveis, porque, como não ha verdade e publicidade na administração, como o paiz a não conhece, não póde fiscalizá-la.

Indigna a todos a idéa sequer duma fiscalização estrangeira. Portanto, termina o conferente, até pelo motivo supremo de amor á nossa soberania e de decoro e salvação nacional, votemo-nos todos ao estudo da nossa querida patria.

Mousinho d'Albuquerque

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES! *

Já se não póde agora dizer, depois das fulgurantes victorias do nosso exercito, que vivemos indignamente apenas dos reflexos do esplendor passado! A gloria de Mousinho d'Albuquerque não o illumina só a elle, mas a toda a nação, que, pelas assombrosas proezas dum dos seus filhos, acaba de revelar de novo ao mundo os inesgotaveis tesoiros de valor que o seu coração encerra. E' como a lamina daquella espada a rija tempera do caracter nacional!

Quem, ao vê-lo partir para a Africa, vaticinara as suas epicas campanhas? Pois

* Allocução pronunciada na presidencia da sessão solemne do Centro Commercial do Porto, em 17 de janeiro de 1898.

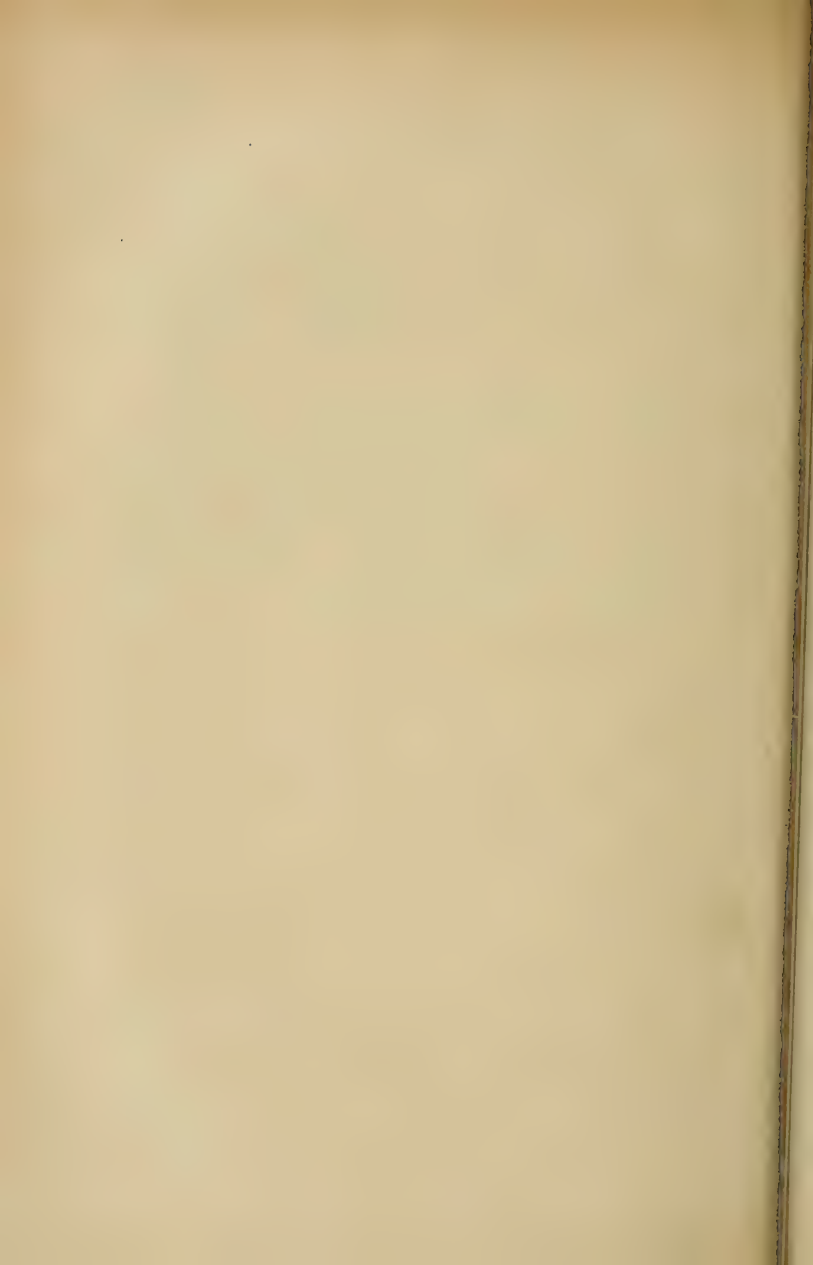
ninguem, neste lance de expiação, representa como elle, até na melancolia da sua figura, a alma da nossa gente, como elle torturada e sonhadôra, como elle ardente e ousada até ao heroismo!

Quantas dedicações obscuras não jazem ahi, anciosas por acudir com o seu braço e com o seu peito pela felicidade da patria? Chamem-nas, attraiam-nas; e do seio do nosso abençoado sólo brotará, como por encanto, uma formidavel legião de austeros batalhadores promptos a todos os commettimentos que possam revindicar-nos o nosso antigo pôsto na vanguarda da civilização.

A fôrça atavica dos nossos brios não se extinguiu! Sabem o que ha de sobrehumano no arrôjo de Chaimite? é a herança de honra dos antepassados, que se sublima de geração em geração até aos mais impossiveis prodigios! Por cada um dos seus membros que prodigaliza, esta familia Mousinho d'Albuquerque resuscita cada vez com mais arranque no indomavel denodo dos seus descendentes. Permitta Deus que assim succeda á grande familia portuguêsa!

Que é preciso para nos salvarmos? uma só coisa: que communguemos com os nossos

bravos soldados no mesmo espirito de nobre sacrificio, e sejamos tão bons cidadãos para o governo do paiz como elles se provaram na sua defesa. Eis a lição moral que, sobretudo, pretendo tirar dos nossos brilhantes feitos d'armas.

Senhor Joaquim Mousinho d'Albuquerque! Não tenho medalhas para lhe entregar; mas, se as trouxesse, seriam feitas do ferro luzente das nossas charruas e das nossas bigornas para bem fielmente lhe traduzirem toda a esperançosa gratidão do nosso povo.

Contra o convenio *

O comicio, explicou, era promovido por um grupo de patriotas que pelo paiz tem espalhado contra a conversão um protesto, já coberto de muitos milhares de assignaturas.

Como nem todos saibam o que seja a conversão, vai, em breves palavras, expô-lo.

E' da instrucção e educação politica do povo que ha de resultar a resurreição nacional. Quando elle conhecer os seus deveres, não será uma oligarchia quem nos reja, mas um verdadeiro governo de nação livre.

A concorrencia ao comicio é uma prova de que o povo assim o entende e corre a preparar-se para tomar o posto que lhe

* Allocução na presidencia do comicio de 6 de março de 1898 em Lisboa, segundo o extracto de *O Seculo*.

compete. Elle não é, como as classes dirigentes apregoam, indifferente ás questões publicas, e a ellas é que cabe a responsabilidade do amargurado transe por que se está passando.

Cessem as tentativas de governo pessoal. A dictadura é um enxovalho que a todos vexa com os seus desmandos, infamando-nos ante os estrangeiros. Não é no poder pessoal que reside a força da nação, mas sim na vontade collectiva de todos os cidadãos. O nosso primeiro inimigo é o inimigo interno. Vençamo-lo, e teremos força para arcar com as imposições estrangeiras.

A conversão da divida externa é uma questão importantissima para o paiz. Mas o que o governo planeia, não é uma verdadeira conversão, porque não se trata de reduzir uma divida noutra de menores juros. E' exactamente o contrario. E, compromettendo-nos num novo emprestimo, hypotheca-nos grande parte dos bens que ainda nos restam.

Não! Queremos viver dos nossos recursos. Queremos pagar o que devemos, e não accrescentar as nossas actuaes respon-

sabilidades, lançando-nos numa aventura, em que mais uma vez arriscamos os nossos creditos.

Muito temos já perdido do nosso patrimonio, mas o que ainda nos resta, não consentiremos que no-lo vão alienando pela hypotheca. A garantia dos homens de bem é a sua honra, e nós não queremos dar outra!

E iriamos offerecer não um penhor proporcionado á divida que se tenta contrahir, mas, montando os juros da nova divida a 6.000 contos, um penhor de 12.000 contos annuaes! Qual será então a garantia dos credores internos, que possuem papeis do estado, principalmente dos estabelecimentos de beneficencia, como misericordias, hospitaes, asylos, etc.? Coisa alguma.

Os rendimentos aduaneiros, que são os reguladores do trabalho nacional, vão ser hypothecados. E como de futuro o defenderemos? Como reformaremos os impostos de importação, ficando elles na dependencia dos credores externos? Não ha prisão individual por dividas; mas prende-se a nação e escraviza-se.

Para se avaliar do requinte de crueldade que presidiu á confecção da lei, basta dizer

que é preciso, ainda depois de promulgada, que os credores externos a acceitem. Crê não haver parlamento que sanccione um projecto tão desvairado, porque seria uma espoliação, a alienação dos nossos direitos constitucionaes.

Não são competentes para o discutir as côrtes ordinarias. Tenha o governo a coragem de convocar côrtes constituintes, e veja ahi se o paiz deixa passar o attentado. Ahi deveriam, para isso, ser transformadas as attribuições dos poderes do Estado, exarando-se que o poder moderador, chave de todos os poderes, é constituido pelo rei com os credores externos, que juntos exercem o poder executivo pelos seus ministros.

Na campanha contra o convenio, o auctor fez tambem no mesmo anno duas conferencias, em Coimbra e Aveiro.

Joaquim Martins de Carvalho *

Nada tão edificante como o espectaculo da ascensão moral do homem! Contemplando-o, reconhecemos, absortos, que, de todas as fôrças do universo, nenhuma póde medir-se com a da vontade. Não ha obstaculos que ella não vença; e, quando, cançado de a acompanhar na sua aspera carreira pelo bem, o organismo desfallece, ella ergue victoriosamente para o ceu a alma humana, que de lá fica para sempre illuminando as outras almas com o seu resplendôr.

Joaquim Martins de Carvalho foi um acabado exemplar desse inegualavel poder.

Pobre e desajudado, a si proprio se fez pela mascula energia do seu caracter. Era um mesquinho operario, e chegou a ser um dos nossos mais valorosos publicistas,

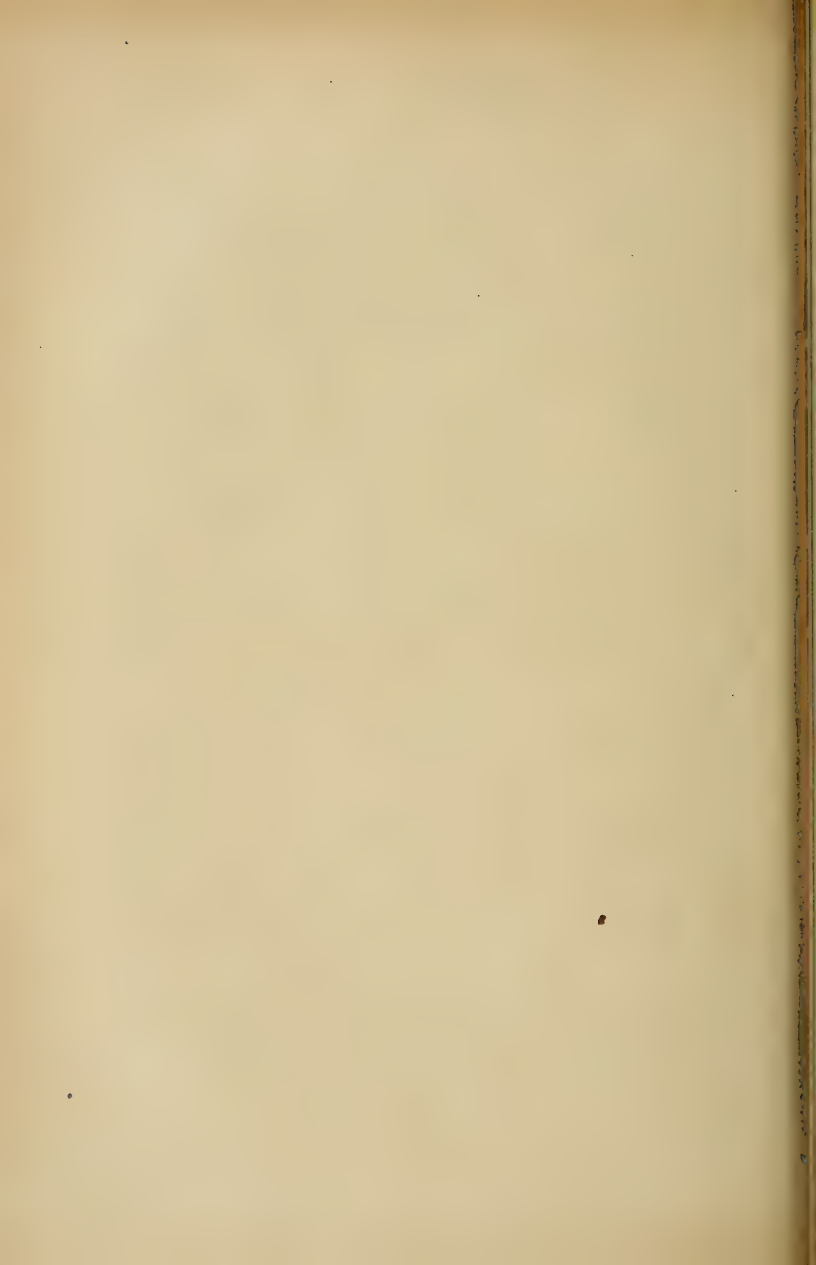
* *O Instituto,* novembro de 1898.

comprovando assim com o seu admiravel exemplo que não ha eschola que suppra a da vida, nem disciplina como a da adversidade. Já nos ultimos annos de existencia, agrilhoado pela doença á casa e por fim ao leito, a frescura do seu rosto testemunhava a todos o viço daquelle cerebro, que era uma maravilha de memoria e de erudição.

Trabalhador indefesso, os revezes da sorte infundiram-lhe o dom do sacrificio ; e a hombridade com que arrostou os maiores perigos nas lutas contra o depotismo, nunca mais esmoreceu no seu coração patriotico.

Elle fez da imprensa uma tribuna de propaganda ardente, donde sem cessar celebrava os feitos e as datas gloriosas ou infaustas da nossa historia, memorando piedosamente o nome de cada heroe ou martyr da liberdade e independencia nacional, e donde, com egual perseverança e com intransigente denodo, denunciou sempre os riscos que a democracia corria pela sua propria incuria ou pelas ameaças dos poderosos. E o prestigio do seu civismo communicava-se á súa palavra, que era por todos escutada com veneração. Tanto a

auctoridade moral se impõe, ainda em meio das sociedades scepticas e corruptas!

Esta cidade sobretudo deve-lhe um profundo amor, só comparavel ao que tambem por ella e pelos seus membros mais desvalidos teve outro filho do povo, Olympio Nicolau Ruy Fernandes; e o Instituto de Coimbra, — a cujo gremio elle pertencia, honrando as letras com as suas pacientissimas investigações —, do coração pranteia saudosamente o seu trespasse.

Centenario de Garrett

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES! *

Lembram-se de quando, ao saber casada em segundas nupcias a esposa, que o julgara morto em Alcacer-Kibir, D. João de Portugal, velho e desfigurado, á pergunta — Quem és tu? — responde, apontando com o bordão de peregrino para o seu bello retrato juvenil de cavalleiro — Ninguem. —?

Quantas vezes tambem, confrontando as magnificencias d'outrora com as miserias presentes, nós não temos soluçado o mesmo grito de desalento!

Não! A lei geographica que põe ao pés das mais soberbas eminencias os abysmos mais profundos, não se verifica no mundo

* Discurso proferido na presidencia da sessão solemne celebrada pelo Atheneu Commercial do Porto em 4 de fevereiro de 1899.

moral. Nós não estamos condemnados a expiar ignominiosamente a gloria deslumbrante dos nossos fastos. As grandezas historicas, se são como as altas montanhas, é porque, como ellas, pela sua fôrça de attracção, desviam da quéda os corações piedosos que fielmente se inclinam no seu culto.

Não! Não póde estar morto nem moribundo um povo em cujo peito palpita sempre viva a religião dos seus maiores! O que faz a fôrça das nações, é a sua cohesão, a sua cordialidade; e nós, reunindo-nos perante o altar da patria para celebrar com todo o fervor a memoria dos nossos queridos mortos, não estamos longe de estreitar indissoluvelmente os nossos vinculos sociaes. Commemorações, como esta, são efficacissimas escholas de civismo.

Dentre os genios bons da nossa terra, nenhum mais do que Almeida Garrett merece as homenagens posthumas dos seus compatriotas, porque ninguem contribuiu mais do que elle para a reviviscencia da sociedade portuguêsa.

A sua nobre figura destaca á frente da legião sagrada dos audazes campeadores

da liberdade entre nós. Não ha só a tyrannia das instituições e dos costumes, ha tambem, e é a sua alliada, a tyrannia dos preconceitos, das academias e dos classicos, da moda e da rotina; e, emigrado e soldado da nossa emancipação politica, pela qual se bateu dentro das linhas de defesa desta invicta cidade, Garrett foi ao mesmo tempo um dos principaes caudilhos da emancipação do espirito nacional. *Camões, Fr. Luis de Sousa,* as *Viagens na minha terra,* desferem golpes tão decisivos no absolutismo, como Almoster e Asseiceira.

E com que enternecido affecto elle se desvelou sempre pelos fracos e humildes! Tudo com o povo e pelo povo! exclamava. É que effectivamente não são só os sabios e os artistas que possuem o condão das idéas e das emoções originaes, como não só ás classes altas da sociedade pertence privilegiadamente o arbitrio do poder. Assim como aquella simples creada Brigida e até a pobre da mulata Rosa de Lima fôram as dôces collaboradoras de Garrett, assim o povo, ainda o das raças conquistadas para a civilização, deve ser discretamente chamado a collaborar com o seu voto no

governo da collectividade. No povo reside a inspiração profunda de todo o progresso, e é preciso consultá-lo.

Desta concepção resulta o grande principio moderno da democratização do ensino. Quantas observações que não têem podido desabrochar na consciencia publica por falta de cultura! e quantos sentimentos delicados e generosos se não perdem á tôa, que preciosamente se deviam engastar no oiro puro da lingua vernacula! Como havemos de ter sciencia, arte e industria, como havemos de respeitar a justiça, se não prepararmos cabalmente a massa dos operarios e cidadãos? Onde iremos recrutar os mestres e os magistrados? Onde acharemos publico para as nossas obras primas, onde apoio para a virtude? Por isso Garrett se dedicou tanto á causa do ensino, e publicou o seu tratado da *Educação* e ambicionava mesmo que toda a sua obra se diffundisse educativamente pelo povo. « A missão do literato, do poeta, disse elle, é revestir das fórmas mais populares o estudo dos factos, e derramar assim pelas nações um ensino facil, uma instrucção intellectual e moral que, sem apparato de sermão ou prelecção,

surprehenda os animos e os corações da multidão. »

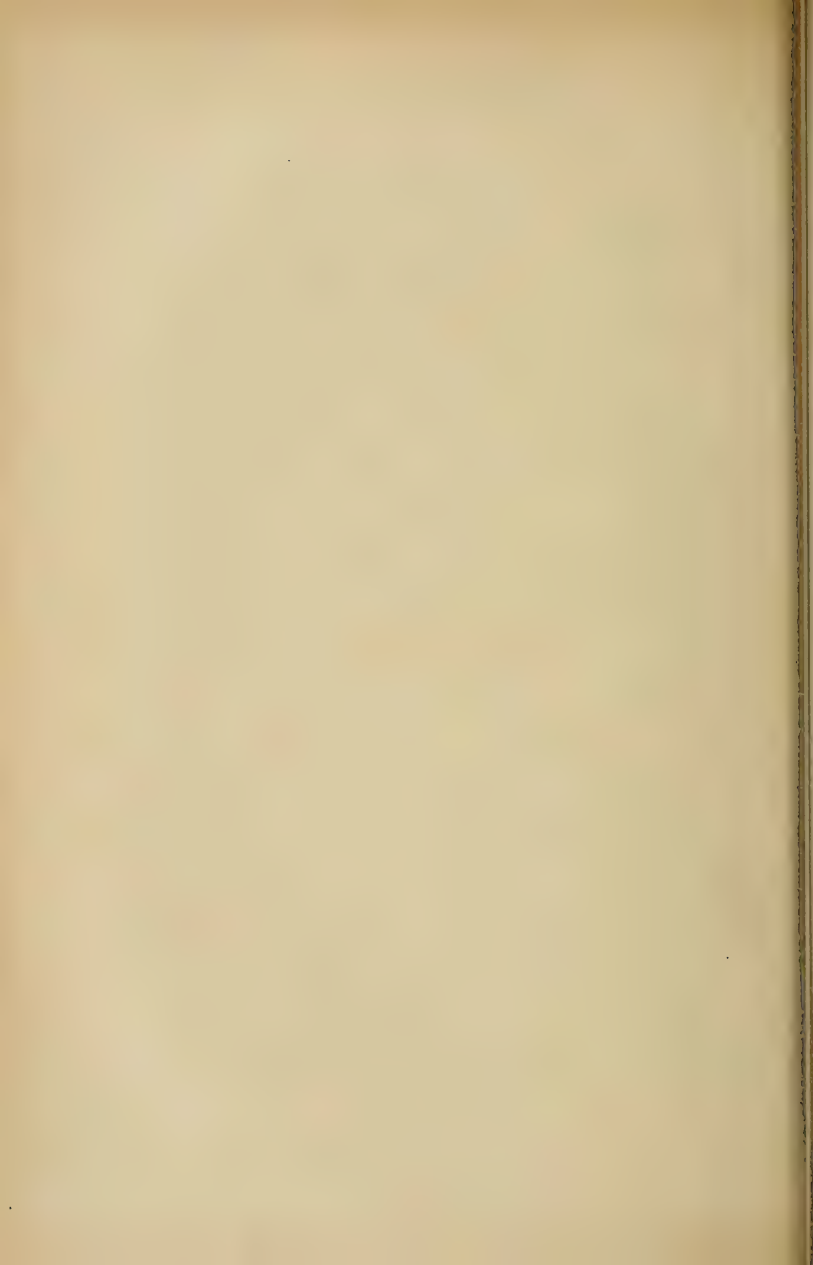
E não só a educação, mas toda a assistencia se deve ao povo. Neste sentido, o socialismo é uma verdade incontrastavel; e Garrett foi dos primeiros a proclamá-lo. Na camara dos pares, dos magnates, proferiu elle estas notaveis palavras: « A sociedade deve esforçar-se em fornecer trabalho ao que precisa trabalhar para viver; a sociedade tem obrigação de sustentar o que envelheceu e se impossibilitou no serviço della. » E accentuou: « Amparar o seu semelhante, valer-lhe nas afflicções, na pobreza, na doença, na morte, é innato desejo, é natural precisão de todo o homem social: o que será entre portuguêses! »

Quer isto dizer que Almeida Garrett fôsse um revolucionario? Foi-o, sobretudo, com a penna na mão; mas não que elle não preferisse que a evolução, que é a lei suprema tanto da sociedade como da natureza, se operasse serenamente entre os homens. Num prefacio do *Catão*, — tragedia que, com visivel intento, dedicou á sua terra natal, ao Porto, chamando-lhe

« illustre pelo sangue dos seus martyres » —, elle tracejava assim a literatura do porvir: « Da união da arte antiga com a arte moderna, da plastica com o espiritualismo, do bello das fórmas com o bello ideal, do consorcio da Helena homerica com o Fausto dantico, é que tem de nascer o bello Euphorion, o genio, o principio, o symbolo da arte regenerada ». E esta foi essencialmente tambem a formula do seu pensamento politico; queria conciliar o progresso com a ordem. Mas, para que na marcha das nações a evolução se realize ordeiramente, é mister que as classes dirigentes, a exemplo de Garrett, se inspirem com toda a lisura no bem publico, que é sobretudo a integridade e a honra nacional. Se os poderosos abandonam o povo, e elle se encontra apenas com um punhado de intransigentes para revindicar todos os seus direitos, direitos individuaes, direitos associativos e corporativos, direitos constitucionaes, todos, desde o direito de prover á alimentação e instrucção dos seus filhos até o direito de não vêr polluida nem infamada a bandeira augusta dos seus antepassados, que admira

que um dia estale novamente a revolução, com todo o seu infando cortejo de desastres e dôres? Num desses desesperados transes tambem Garrett teve de pegar em armas.

Procuremos evitá-lo, Senhores e minhas Senhoras. A todos me dirijo neste momento solemne. Façamos tudo por combater o mal sem ferir a ninguem; que, para afugentar as cubiças dos maus, bastará, — espero-o —, que sempre, como hoje, ergamos bem alto para o ceu, com inalteravel brilho, a chamma ardente do nosso patriotismo.

Em 19 de março de 1900 o auctor fez na Figueira da Foz uma conferencia em prol dos direitos da mulher, a convite da Associação educativa da mulher pobre, daquella cidade. Será incluida no livro « A creança, a mulher e o povo », em via de publicação.

Pela liberdade *

Duas fôrças sobretudo dominam o mundo, maiores que todas as outras, a liberdade, que é a maior fôrça singular, e a sociabilidade, que é a maior fôrça collectiva. Harmonizá-las, eis o problema. Unidas, dão a prosperidade e grandeza das nações e da humanidade: separadas, em conflicto, a sua decadencia e ruina. E tão condemnavel é a selvageria licenciosa que attente contra os laços sociaes, como a escravatura corporativa que suffoque as livres aspirações das almas.

Veja-se como o nosso tempo lhes presta indiviso culto!

O socialismo é um dos seus motes. E' o tempo da maior sociabilidade. A sociedade tem estendido a sua assistencia a todos, até

* Opusculo publicado em abril de 1901.

aos mais miseraveis. Póde mesmo dizer-se que é o tempo dos infinitamente pequenos tanto do mundo physico como do mundo moral. Da mais intima integração geral de todas as classes e dum immenso amor pelos fracos, pelos infelizes, — povo, mulher e creança, enfermos e degenerados —, é que tem sido feita a arte, a industria e a sciencia, a moral e o direito, toda a riqueza e toda a bondade que se encerra nos tesoiros da civilização hodierna.

Mas o nosso tempo é conjuntamente o tempo da liberdade. O liberalismo é o seu outro mote. Por toda a parte se arvora neste momento o pendão liberal: irlandêses e böers contra o imperio britannico, na Austria-Hungria os tchecas, na Allemanha as populações annexadas, na Russia a Polonia e a Finlandia, na Turquia a Macedonia e a Armenia, esses martyres armenios tão desamparados de todos. Que era ainda ha pouco a questão juridica Dreyfus em França e a questão eleitoral na Belgica, que é a actual questão partidaria na Italia, tão ardentes, senão questões de liberdade? Não é outra a questão religiosa que, agora, agita e perturba França, Espanha e Por-

tugal, e que não é só a questão religiosa com a egreja catholica, porque convulsiona ao mesmo tempo os animos tanto em S. Petersburgo como em Budapesth. E que é por todo o mundo a questão chamada social senão fundamentalmente uma questão de liberdade, de revindicação da liberdade de trabalho e da liberdade de economia? Vivem e progridem as nações que a honram, como a Suissa, de Guilherme Tell, e os Estados Unidos, de Washington, como o renascente Japão parlamentar; vacillam e desfallecem as que a injuriam e perseguem, como a Austria, de Metternich, a Espanha ultramontana, e a Turquia e a China despoticas.

Quem desconhece que o indefesso desinvolvimento da industria moderna assenta na conquista e senhorio cada vez mais amplo da sua liberdade? Já hoje, mercê de Deus! não é necessario a ninguem pedir licença para ter um moinho, um lagar, um fôrno. E que é a industria em si mesma senão a emancipação crescente, formidavel, da acção do homem perante as fatalidades naturaes? Pois todo o avanço, não menos prodigioso, da sciencia contemporanea se

assignala tambem inicialmente por uma libertação, e não só do homem, atè da propria natureza. Que são as descobertas physicas e chimicas de novos corpos e de novas forças e de tantas das suas radiações, anciosas de se resgatarem da brutalidade cahotica que a um tempo as esmagava e impellia para as conflagrações revolucionarias, que são senão a outorga da sua autonomia? Que é a biologia actual senão, antes de mais nada, a carta de alforria do organismo, que, ainda não ha muito, taxado de incapaz de se reger por si, electivamente, se submettia ao ferrenho despotismo da velha fôrça vital? E a psychologia, que pretende ella senão do mesmo modo arrancar as almas á usurpação e tutela degradante de toda a potencia sobrenatural ou estranha? Na arte a liberdade mudou todos os gôstos. Passou-se em cada uma das suas manifestações, na architectura, no arranjo interior das casas, na jardinagem, na grande e na pequena arte, duma arte symetrica, formalista, convencional, a esta especie de desalinho elegante, de rusticidade proposital, de desafôgo das coisas, que é hoje moda em tudo. Um simples ramo, em cuja es-

tructura geometrica dantes se contorciam inquisitorialmente as pobres flôres, hoje, para nos agradar, ha de enfeixá-las brandamente, como que negligentemente, deixando-as quasi no mesmo livre desplante com que se abraçariam no macisso natal. O artista moderno destaca pela liberdade da sua inspiração ; e, assim como a sciencia foi dando fóros de existencia a tantos seres e fôrças obscuras, assim tambem a arte foi descerrando de sob o desdenhoso e escarnento orgulho dos grandes toda essa elegia de dôres e de dedicações dos simples, que, mais que nenhuma outra, tem o dom de nos commover. A nossa moral é a moral da iniciativa, do esforço, do respeito pela personalidade de todos, homem ou mulher, adulto ou creança, seja letrado ou analphabeto, tanto do individuo válido como do doente, de todos, até pela personalidade do louco ou do criminoso. O nosso codigo de justiça é uma declaração de direitos ; e instituições politicas e economicas, umas e outras, tendem a constituir-se liberalmente, cooperativamente, pelo suffragio universal. A liberdade, diffundindo-se cada vez mais, vai até aos antipodas, onde já

investe as raças indigenas na faculdade de legislarem por si na sua propria lingua. Não atrophiem, não martyrisem os recem-nascidos com faixas! clamou amoravelmente Rousseau. E temo-las tirado a tudo e a todos.

Se o passado foi de tragicas lutas e o futuro se nos antolha de dôce e risonha paz, o grande, o glorioso e immortal vencedor de todas as eras, que nessas lutas tem vindo terçando sem esmorecimento por implantar para sempre a paz na terra, é a liberdade. Com ella triumphou a egreja, acolhendo no seu seio ainda os mais desherdados e abrindo-lhes accesso a todas as suas dignidades até á mais alta.

Amamo-la em tudo que no-la represente, na curva imprevista e fugidia duma azinhaga, esquivando-se pela encosta, na petulante moita de flores silvestres que de repente nos assalta dentre as fendas musgosas dum velho muro, no canto desgarrado do rouxinol ao desafio com o luar por noite serena de verão, na irrequietação, na chamma crepitante da alvorada infantil, que é toda ella uma aspiração, uma ancia de liberdade; e amamo-la sobretudo no que

grandiosamente a exemplifica, na larga atmosphera das montanhas, na vaga estuante da maresia, na alterosa envergadura da aguia, e, mais que tudo, nos rasgos patheticos de abnegação dos caracteres inquebrantaveis. Amamo-la tanto, que só a idéa de a perdermos nos tortura, e, achando-nos aprazivelmente em qualquer parte, venham dizer-nos que não podemos sair dali, no mesmo instante o receio se nos commuta em afflicção; tanto, que sempre uma empreza facil, que pouco exija de nós, nos deixa inertes e até nos dissabe, nem que fôsse uma affronta e violação intentada contra ella. Amam-na as creanças, que, ainda ao collo das mães, por ella logo estrebucham para que as deixem ir pelo seu pé; os rapazes, que nada julgam impossivel e têem todas as audacias, como se a encarnassem no seu ardor juvenil; e os velhos, como esse venerando ancião do Porto que, outro dia, rompendo por entre as alas dos cortezãos, a foi reclamar em frente do chefe do estado com o vibrante accento da mais arraigada convicção. E como não havemos de amá-la nós, portuguêses, se do seu amor é que nasceu e foi crescendo esta

nossa querida nacionalidade, se, pela sua paixão, é que os nossos maiores, em perigos e guerras esforçados, mais do que promettia a fôrça humana, da lei da morte se foram libertando?

Liberdade e sociabilidade são inseparaveis, uma é a condição e a lei suprema da outra. O progresso é sobretudo obra de cordialidade, mas é antes de tudo obra de independencia, de hombridade. Sem liberdade não ha verdadeira sociabilidade. A tyrannia juxtapõe; mas recalca, destece, não socializa. O socialismo, revista a fórma que revestir, leigo ou religioso, seja qual fôr o seu escôpo, ou ha de ser liberal, organizar-se liberrimamente, ou, mentindo ao seu nome, não passará dum absolutismo, condemnado pelo seu vicio organico a não attingir fim algum elevado e nobre. Os meios não são indifferentes ao fim. Justiça, riqueza, poderio, só podem firmar-se inabalavelmente sôbre a liberdade.

Mas, se todas as liberdades são legitimas, não é uma dellas a d'associação? Não poderemos associar-nos como quizermos? Sim! todas as liberdades são legitimas, menos a de a alienar. Temos o direito

de livremente nos associarmos, mas livremente! Pobres creaturas, consumidas e desvairadas pela febre do bem, sedentas de ideal, que, no arroubamento do seu sonho radioso, tudo sacrificam, até a propria liberdade! Como se illudem! Num coração escravo não póde vingar a sanguinea, a alegre, a triumphal flôr da virtude; e, se ahi mesmo, por um arrojo da natureza humana, que é quasi sempre da ingenita bondade feminil, ella consegue brotar e expandir-se, enfeitiçando-nos os olhos com as primicias das suas graças, ai! bem cedo a cresta e emmurchece o cálido vento do mal, o terror, a superstição.

O sacrificio da liberdade, não! Se nenhum outro sacrificio tem valor senão pelo que a retempéra e acendra, incutindo-lhe novos alentos! se esse valor não quer mesmo dizer senão que ella vale mais do que todos os outros bens! O sacrificio é a victoria da liberdado. Com ella, todos os outros bens se conquistam; sem ella, não ha nenhum que valha e seja puro e duradoiro. Nada nos deve levar a sacrificá-la, nem o amor da profissão, nem o da familia, da corporação, da patria ou da humanidade,

nem o amor de Deus, essa encarnação suprema do bem universal. Seria um desassisado amor. Sem ella, nada! Porque é que a cabeça de Christo resplandece sobre nós com tão celestial clarão? é porque vida, tudo, elle sacrificou á libertação das almas. E, se podemos crer que elle resuscitou no mundo, é porque a sua obra de libertação ficou.

Arte, industria, sciencia, são sem dúvida grandes, apeteciveis bens; mas apetecem-se sobretudo pelo poder, isto é, pela liberdade que dão ao homem. Mais que ao desenvolvimento da nossa intelligencia pela verdade, da nossa emotividade pelo bello e da nossa actividade pelo que nos é util, prezamos o desenvolvimento da propria liberdade, sem a qual nem mesmo ha, não póde haver, creações artisticas, invenções industriaes, descobertas scientificas, que todas são fructos só colhidos pela nossa iniciativa, pelo nosso desinteresse, pela nossa coragem, nos altos ramos dessa paradisiaca arvore do bem e do mal, radicada em cada um de nós, que, ás vezes, sacudida pelo erro ou pela dôr, infelizmente degenera, mas em cujos profundos vasos circula e palpita a seiva

vivificante dos mais abençoados heroismos. Arte, industria, sciencia, que fazem afinal senão evocar á liberdade, com as fôrças da natureza, as emoções, as idéas, as sensações e acções, que são as fôrças de que se compõem as faculdades da alma? Pela obra fremente do genio passa sempre um sôpro arrebatador, que estimula, aquece e alevanta os brios da humanidade.

Não falando dos paizes de maior civilização, onde o operario, como dantes o cavalleiro, já calça luvas, não para empunhar uma arma mortifera, em luta d'homem para homem, mas o martello, o escopro, o alvião, na luta com a pedra e com o metal, onde as classes trabalhadoras tēem palacios de reunião, e se professam cursos superiores de trabalho manual para ferreiros, carpinteiros, entalhadôres, etc., e se explica e commenta Homero e Platão aos mineiros, onde ha Universidades para a mulher estudar e Faculdades para se estudar a creança; porque é que estamos abaixo mesmo de povos, ha meio seculo ainda na barbarie, quasi ainda sem historia, que já ostentam tresdobrada producção da nossa? Porque é que quasi nada produ-

zimos de original, não temos monumentos modernos, e passamos a maior parte do tempo a decorar e copiar o estrangeiro? Porque ignoramos tanto os recursos do nosso sólo e do nosso clima, dos nossos mares e das nossas colonias, e nem conhecemos os nossos proprios recursos pessoaes, os preciosos dons atavicos de poesia, de experiencia e de aptidões transmittidos a cada um de nós pelos nossos valorosos antepassados? Porque temos inculta metade das nossas terras e a maior parte das nossas aguas, e quasi sem cultura o nosso espirito? Porque é que não possuimos bastantes estradas, caminhos de ferro, telegraphos, canaes e portos? Porque não possuimos marinha, nós, antigos navegantes e senhores dos mares? Porque não temos uma philosophia, uma moral? Porque não temos fôrça, riqueza e valimento? É, primeiro de tudo, porque não temos liberdade. De tudo necessitamos, mas de nada tanto.

Quem é livre em Portugal? O rei, os chefes, os grandes? Qual é delles o que mostra a liberdade de preferir os bons, de os chamar a si, de com elles fazer o governo da nação? São livres os ricos?

Quantos se livram da tentação dos prazeres grosseiros e sensuaes deste nosso meio, para fazerem a vida espiritual e social do homem civilizado? E' livre o pobre? Esse nem a liberdade tem de dizer do seu direito, e é a cada passo empurrado para fóra da sociedade. Ao requerimento dum desgraçado, que solicitava merecida protecção, um director geral poz textualmente este despacho inverosimil: *Para quando houver maré.* E' livre a mulher? Na familia, uma escrava; na sociedade, até se pensaria mal da que viesse pleitear as suas franquias. Quem é livre entre nós, onde tudo se faz por empenho e nada sem elle, tudo se trapaceia, e nenhum preceito tem fóros de cidade, nem o mais elementar preceito hygienico? Quem, individuo, corporação, tem aqui seguros os seus direitos? A provincia? Não ha. O districto? E' como se não existisse. São livres os municipios? Extinguem-se e dissolvem-se todos os dias as suas vereações discrecionariamente. Que liberdade temos? A da instrucção? Ha quatro milhões de analphabetos. A do trabalho? Quem tem entre nós a liberdade de seguir a sua vocação? quem garantido

o preço remunerador da sua lide, garantida a estabilidade, o dia seguinte do seu mister? O productor vive sob uma inquietante ameaça de arbitrios, de incertezas e de riscos economicos; o pequeno proprietario, desajudado, avergado de impostos, inveja a sorte nomada do simples jornaleiro, pobre, mas sem dividas; e o pobre jornaleiro, para ter a liberdade de trabalhar e de ganhar o pão para si e para os seus filhos, emigra. Temos a liberdade de palavra? Por toda a parte se abafa ao egoismo a voz da razão e da justiça. Prohibem-se as conferencias, apprehendem-se os jornaes. A de reunião? Está na mão da auctoridade. A de associação? Quantos são os que ahi livremente se associam? Tentam-no as classes laboriosas das cidades e dos campos; mas com que custo, se nem dizem aos operarios como elles hão de redigir os seus estatutos! Temos a liberdade de fazer o bem? Onde estão os meios? Que é do patrimonio nacional milagrosamente amealhado com tanta canceira e tantas lagrimas, mas com tão inquebrantavel intrepidez e perseverança, pelo nosso bom povo? Tudo se tem centralizado em Portugal: consti-

tuição, administração territorial, fomento, ensino, inclusivamente a caridade. O principio electivo, que, até para a formação da camara dos pares, já em 1837 era acceito ao conservador Garrett e que em 1885 era defendido e implantado por um gabinete conservador, a que presidia Fontes, vai sendo banido de toda a nossa legislação e desapparecendo por completo das nossas instituições. Encontramo-nos no regimen do estado-providencia; e o estado, que tudo absorve e por isso todos os apetites e cubiças desperta, tudo adultera e frustra e dissipa e aniquila.

Quer isto dizer que fôsse chimerica toda a portentosa campanha dos nossos constitucionaes, e fallazes as liberdades que nos legaram? Não! Ainda que a houvessem perdido, e ainda que nenhuma houvessem conquistado, bastava o seu magnanimo exemplo para nos edificar. O que isto significa, é que desaproveitámos a herança e a temos calcado aos pés. Herdámos os principios, mas não os respeitamos e mantemos; e, quando expressamente os não derogamos, infringimo-los pelos nossos costumes, voltando a reger-nos pela lei con-

suetudinaria da velha relaxação e solercia.

Em nada affirmamos a dignidade d'homens livres. Veja-se o ensino: a reforma mais urgente que ha a fazer nelle, é dar-lhe liberdade. No primario é preciso refazer a obra democratica de D. Antonio da Costa e de Rodrigues Sampaio. O secundario, é preciso abri-lo rasgadamente á educação da classe media, ainda hoje sem logar nos nossos lyceus. No superior é indispensavel começar por proclamar, como direito supremo, sem o qual não ha sciencia nem auctoridade no magisterio, a liberdade do pensamento, hoje amordaçada por um obsoleto juramento religioso e politico, que nem a visinha Espanha já exige; e depois dar a Lisboa e Porto o direito de organizarem tambem em centros universitarios as suas aulas, dar a cada Universidade, com toda a autonomia, o direito de escolher o seu reitor e os seus decanos, dar a todo o homem de comprovada competencia o direito de professar nos estabelecimentos officiaes, e ao professor, quer official, quer officioso, o de fazer trabalho original, especializando-se dentro do seu programma, e

dar ao alumno o direito de escolher a sua Universidade, o seu professor e as disciplinas do seu curso, e o de trabalhar ao lado do professor, dispondo, como elle, dos livros, exemplares, apparelhos e instrumentos publicos. E é preciso que em todos os graus e ramos, o ensino, deixando de ser uma catechese, como hoje é geralmente, tanto em religião como no direito, como na mechanica e na engenharia, se ministre de modo que a instrucção, em vez dum apprendizado de servidão e de ociosidade, seja, como deve ser, o genuino apprendizado dos officios sociaes, que só se póde fazer, não esqueça! praticando-os. E' tudo questão de liberdade. Diz-se que não emprehendemos reformas, porque nos falta o dinheiro. Ahi estão todas essas, que não custam um real. O que primeiro nos falta para as emprehender, é o espirito livre de emprehendimento.

Nós não temos sequer a liberdade de viver, porque o não é viver sem honra, vilipendiado por todos, que de toda a parte arreiam a nossa bandeira, um dia inglêses, outro dia allemães, outro francêses; diminuidos pela nossa nacionalidade, a ponto de termos a cada instancia de córar deante

dos estrangeiros, que não duvidaram mesmo recentemente, á força de nos vituperarem, calumniar a nossa inexcedivel, proverbial e nunca desmentida hospitalidade, assacando-nos o infame intento de atraiçoarmos a fé dum nosso hospede illustre * para venalmente o entregarmos aos seus inimigos. Como somos desprezados lá fóra, até quando lá vamos render vassalagem, que o diga essa peregrinação de devotos que fizeram a visita de Roma o anno passado, á frente da qual um patriotico prelado ** teve de rememorar solemnemente os direitos historicos de Portugal á consideração da grande metropole catholica. Liberdade de viver? Quem é português e não ouve o immenso estertor da nossa raça, agonizando aos pedaços por todo esse globo que ella encheu e assombrou com as immorredoiras proezas do seu genio civilizador? Ai! de Honolulu, de Demerara, os nossos irmãos estendem-nos em vão as mãos supplicantes; e, em Malaca, na Malaca d'Affonso d'Albuquerque, theatro de nossas glorias, os descendentes de heroes, esses

* Krüger.
** O bispo de Coimbra.

restos que lá existem abandonados, esquecidos da sua estirpe, nem já sabem a que familia humana pertencem, nem nos conhecem já, — mais miseraveis que os proprios indigenas, extinguem-se —.

Falta-nos, mais que nenhuma, a liberdade para a qual todas as outras convergem e da qual todas ellas irradiam, aquella em que todas se concentram e a que todas a final se reduzem, a liberdade moral, base de todas as liberdades publicas, e coroamento da liberdade do trabalho, artistico, industrial, scientifico, que ainda se desdobra nas liberdades de sentir, de proceder e de pensar e na liberdade de viver.

A superstição, este fetichismo egoista dos que, tentados por enganosas miragens de felicidade, imaginam alcançá-la, fazendo a côrte aos poderosos que dispensam ou recusam as graças desta ou doutra vida aos seus eleitos ou reprobos, como se houvesse outra felicidade senão a de praticar o bem, e como se o bem fôsse uma coisa nossa e não de nós para os outros, a superstição enreda as suas cegas malhas ás faculdades do nosso espirito e paralysa-lhe todos os sãos anhelos. Levando-nos a vontade,

leva-nos tudo mais. E' a maior escravidão; e a reacção que a promove e sustenta, o nosso maior inimigo, quer tente impôr-se, invocando o poder de Deus, quer o poder da fortuna, secular ou clerical, não importa! Deus, palavra santa, que se não deve sacrilegamente converter em grito desalmado de colera, de odio e de perseguição; brado glorioso dos livres corações, que, ainda á custa de tudo, posição, riqueza, saude, bemdizem a vida, se podem espalhar em torno a si um pouco do calor, das scintillações, das caricias, da fé, do divino sol do amor!

Fanatizados pela idolatria das falsas divindades terrenas ou dum Deus sobrenatural, feito á imagem dos peores tyrannos, sem integridade moral, como havemos de ter liberdades publicas?

Vimos debatendo-nos, ha annos, sob uma oppressão, dia a dia mais incomportavel, das classes dirigentes, que, fortes da nossa fraqueza moral, descarregam com mão desapiedada golpes sôbre golpes ao nosso pundonor, não lhe tolerando sequer os mais leves assomos. E, ou erga ao lado da nossa, que ainda lhe parece demasiadamente liberal, uma egreja autocratica para nos

submetter o coração ao nuto jesuitico, ou jogue na tavolagem financeira a nossa autonomia economica, curvando-nos a liberdade d'acção á avareza dos argentarios, ou esmague na sua marcha ovante todas as nossas franquias politicas, — individuaes, associativas, locaes, geraes —, é sempre a mesma oppressão ignobil, que a cada instante nos entrega, manietados e quasi sem acôrdo, ás violencias e ás injurias do estrangeiro, porque do despotismo interior resulta sempre o exterior, e não ha governos mais fracos do que os governos chamados de fôrça, que não tēem por si a verdadeira fôrça que todos os adversarios cança e reprime, que tudo ousa, que é a vontade, a decisão, a fôrça de animo dos governados, pelos governantes pisada e amortecida. Uma nação que se rebaixa a si mesma pela servidão, não pode ser acatada de estranhos, e fica á mercê de qualquer audacioso invasor.

Reparem. Quasi á mesma hora, somos affrontados pelo escandalo proselytista da tentativa de rapto da filha do consul Calmon, pela viagem aventureira dum filho do pretendente, e pelas intimidações da plutocracia enthronizada num gabinete francês.

E' a onda que de fóra cresce sôbre nós. Theocratas catholico-romanos, monarchicos protestantes, inglêses e allemães, democratas francêses mais ou menos livres pensadores, todos se identificam no mesmo descaroamento com que nos desprezam, nos véxam e ludibriam. E porque? porque nos tẽem visto tão apoucados e abatidos, que não só não protestamos contra os aggravos dos nossos proprios governantes, mas até, como uns doentes scismaticos e credulos, para todo curandeiro e feiticeiro nos voltamos, confiando-lhe o governo, sem que desastre algum nos desengane de que não é possivel fazer-se o milagre duma vara torta dar uma sombra direita. Ah! o poder duma nação não é nunca o duma autocracia ou duma oligarchia; uma nação necessita de ser um centro organico d'acção, fortalecido de todos os lados pelo inconsutil valor moral de cada um dos seus membros. Quando provarmos que o nosso coração não parou para o mutuo respeito de nós mesmos, então e só então é que daremos signal de que ainda somos uma nação e somos capazes de pugnar, com toda a nossa altivez e todo o nosso sangue, imperterritamente,

pela independencia da patria. Convençam-se quantos ainda procuram palliar, transaccionar: se uma grande revolução, a maior que se póde fazer, que é a que se deve operar em cada um de nós todos, não vier de prompto restituir-nos os antigos espiritos, os absolutistas, que, esses, não se levam de concessões, em breve attestarão sôbre as ruinas das nossas liberdades publicas que nenhumas os fizeram esquecer-se dos seus soberanos *legitimos*. Com elles não ha meias medidas! Se realmente queremos levantar comnosco a honra e os creditos nacionaes, vamos! desalojemos o inimigo de todos os seus postos. E' indispensavel que o nosso brio se revolte contra todos os falsos salvadores a que temos prestado ouvido e obediencia, quer elles se arregimentem nas clientelas sectarias que hypocritamente se appellidam batalhões sagrados da fé, quer nessas, senão tão compactas, não menos insolentes e nefastas, legiões pretorianas das clientelas financeiras e politicas. Nem covardes perante os problemas da outra vida, nem perante os desta!

Seremos liberaes demais? o nosso liberalismo irá até ao anarchismo? Não! Não

nos faz má sombra ser governados, sendo-o por nosso inauferivel querer. O que repellimos, não é o governo, é a prepotencia. Hoje obedece-se ao mando, não ao dever. Uma sociedade elege ahi os seus corpos gerentes? Regateia-lhes depois e nega-lhes os meios de governar. Os directores são seus eguaes, clamam os consocios. Vem uma auctoridade *superior,* e intima esses mesmos rebeldes, tão susceptiveis, a um procedimento indecoroso: rendem-se logo. E' que o liberalismo não se confunde com o individualismo. Não! não somos pela indisciplina. Queremos de certo governo, mas governo liberal, queremo-lo mesmo para que governe a liberdade, sem prejuizo e quebra de nenhuma.

Tres poderes governam o homem, o religioso, o economico e o politico; e todos tres são legitimos. Cada um se esforça por absorver e exercitar os outros dois, e a sua luta dilacera ainda a sociedade contemporanea.

Um segue a arte, e tem tido para os povos mais cultos o seu centro principal na Italia, em Roma; outro segue a industria, e tem-no hoje em Londres; outro, a

sciencia, e oscilla actualmente para a Allemanha, que não é a Allemanha do chamado direito da fôrça, ha pouco consubstanciada no chanceler de ferro e theatralmente personificada agora pela atrevida figura de Guilherme II, symbolos só apparentes e passageiros dum poder bem mais profundo, um tanto transviado ainda por barbaras tradições feudaes do recto caminho da sua missão bemfazeja, o poder da intelligencia humana, representado brilhantemente por uma constellação augusta de espiritos superiores, que assumiram de direito a hegemonia do pensamento e quasi já tambem a do sentimento e a da acção contemporanea. Esta é que é a incontrastavel fôrça politica da Allemanha, e não a outra, a fôrça bruta, que só servirá para lhe minar e derruir a auctoridade e o prestigio. O imperialismo germanico governará reis e côrtes, alastrando-se como um morbus contagioso pelas classes dirigentes das outras nações até á liberal Inglaterra, até mesmo aos republicanos Estados-Unidos; mas não captiva a alma generosa das multidões. O que nos fascina nos allemães, não são os seus mavorcios capacetes, nem mesmo o vistoso

figurino do gentilissimo espadachim do seu imperador; é alguma coisa bem differente, bem mais magestosa, é a soberana philosophia dos seus venerandos pensadores. Berlim governa, porque é a capital intellectual, e emquanto o fôr.

O poder religioso ha de ser sempre de quem fôr mais tocante para nos commover o coração; o economico, de quem mais destramente utilizar os nossos serviços; e o politico, dos que melhor souberem convencer-nos da sua opinião. Tambem tivemos a nossa vez no primado da humanidade, quando, pelos nossos descobrimentos, abriamos ao mundo, com um mundo novo, uma nova edade de progresso. Se não somos já de grandeza a constituirmos um centro artistico, industrial, ou scientifico d'attracção universal, recusar-nos-emos por isso a gravitar para os que o são? Não! Debalde o tentariamos. Corre-nos o dever de formarmos disciplinadamente em torno dos melhores da nossa especie. Porque é que hoje o padre, o financeiro e o politico estrangeiro nos conduzem? É, porque é mais instruido e vale mais do que o nosso padre, o nosso financeiro e o

nosso politico. E esta subordinação é inilludivel.

O que não consentimos, é que no-la intimem, é que convertam a direcção em collisão e nos deshonrem, ultrapassando a fronteira dos nossos direitos, a cuja defensa acudiremos sempre com todo o arranque do nosso pujante patriotismo. Desejamos commungar com os outros povos na mais pura fraternização, religiosa, economica, politica; mas por nosso proprio alvedrio, sem desar da nossa autonomia, escolhendo por nós mesmos tanto os nossos padres como os outros nossos ministros. E' necessario governo, e não só nacional, internacional tambem, que cimente a justiça entre os povos, mas voluntario, electivo, não dogmatico, imposto, que nos escravize seja a quem fôr.

A auctoridade não é feita da tôrpe abdicação das almas. Quando mesmo não seja a resultante da intervenção directa de todas as vontades na elaboração e na execução das leis, como vai sendo cada vez mais, — attente-se na lição da Suissa —, é e deve ser o fiel da balança que todas as liberdades pondere e equilibre com o maximo escru-

pulo. A liberdade só tem um limite, a liberdade. Associemo-nos, sim! para fazer o bem, mas não esquecendo jámais que o bem não é afinal senão um accrescimo de liberdade. O crime é essencialmente uma lesão da liberdade. E por isso não o ha maior do que o despotismo.

Se nos nossos proprios adversarios se exemplifica quanto póde a fôrça da associação, apesar de desnaturada da sua inspiração liberal, é que ainda aos que fazem voto perpetuo de absoluta servidão, a tyrannia não chega nunca a arrancar a sua inteira liberdade, reduzindo-os a uns completos automatos; o mais que consegue, e dolorosamente o presenceamos, é comprimir-lha e tanto retardar o seu desinvolvimento que ella se torne monstruosa para a nossa epoca.

Queremos associação, governo, não só para assegurarmos a liberdade, mas até para a accrescentarmos, para havermos as liberdades que individualmente não nos é dado lograr, a de cada um viver, quando lhe faltam as fôrças ou os meios de occorrer á sua subsistencia, na infancia ou na senectude, na doença, durante as crises, ainda

tão angustiosas, do trabalho, e a de viver não a vida grosseira, mesquinha, amarga, do selvagem, mas a delicada, a dôce, a cordial e effusiva vida do homem civilizado. Uma só condição pomos, é que não ha de ser a troco de nenhuma outra liberdade. Asylos, hospitaes, escholas, museus, jardins, bibliothecas, tudo quanto devotadamente cria a assistencia, a philantropia, a caridade, são de certo benemeritas, adoraveis instituições, comtanto que as não erija, como os antigos monumentos, o despotismo, flagellando os seus obreiros, sobre a renuncia espavorida, arquejante e allucinada da liberdade, que não é essa legendaria serpe demoniaca da rebelião e do peccado que á virtude incumbe supplantar.

Associação, que não timbre de liberal, volta-se contra a propria sociedade em cujo seio se gera, ferindo-a gravemente e até de morte. São as ordens professas, estigmatizando o amor e dissolvendo e extinguindo a familia; é o conluio dos açambarcadores, accendendo e desencadeando os odios de classe; e são as facções demagogicas e as camarilhas cesaristas, perseguindo por toda a parte o lealismo puritano dos cidadãos:

uns e outros associados, bandeados, para dividir, dissociar, e como que por isso mesmo apostados tambem a sublevar, a revolucionar, porque chega sempre um dia em que os lesados, não confiando em nenhuma hierarchia para onde appellem, e, divididos, não podendo improvizá-la por si, vendo que o despotismo tudo assalta brutalmente e só na fôrça bruta se esteia, acabam, no desespero da sua indignação, por procurar fazer justiça pelas suas mãos, e á insurreição moral dos espiritos segue-se o choque, a desordem material das ruas. E peor seria que nem esse dia de provação chegasse, porque então seria a morte da nação. Faça-se tudo por evitar a violencia, sempre lastimosa, mas reconheça-se que ella é o ultimo recurso da legitima defesa tanto dos individuos como dos povos.

Não pretendemos demolir auctoridade alguma legitima. Somos crentes; e queremos a associação e, com ella, o governo religioso dos crentes, mas em templos onde a celebração da virtude irrompa de peitos livres. Não movemos guerra ao capital; queremos, pelo contrario, poupá-lo, multiplicá-lo, socializando-o, entregando o seu

governo aos seus productores. Almejamos pela ordem; queremos mesmo uma forte constituição, um forte governo politico, mas que só um imperialismo estatua, o do dever, firmado na mais proporcionada e tolerante conciliação das opiniões. Quanto até não lamentamos que o estado, em cujas mãos se concentram dentro da nação todos os tres poderes, religioso, economico, politico, não tenha auctoridade bastante para nos afastar de qualquer delles as investidas estranhas! Mas como ha de ter, se não faz a unica solida politica internacional, que é a politica liberal, que todos os brios da alma nacional respeita, e por isso tambem conta com todos os milagres do seu arrojo na hora do perigo? Os governos despoticos, assim como occultam aos cidadãos os seus attentados, occultam egualmente os que com a fraqueza da sua fraude e mystificação estão provocando do estrangeiro, e cedem sempre, não para salvarem a nação dum conflicto desastroso, como apregoam, mas de facto para não succumbirem nelle, porque estão mesmo a cada passo requestando allianças de protecção, fatalmente ruinosas, e, ainda concedidas de

mão beijada, deprimentes da dignidade nacional, na esperança de abafarem os gritos de descontentamento e irritação da opinião, que não duvidam sequer, num lance final de luta pela existencia, arremessar ás mais temerarias aventuras, se antevêem que com o sangue da patria poderão talvez inocular um pouco de vida no seu moribundo poderio. O despotismo, nem as invasões que se não escudam em temerosos exercitos, está apercebido para repellir victoriosamente, nem as que hoje são as mais incruentas de todas, as religiosas. Não nos illudamos, pois, por nossa parte! nós nenhuma liberdade temos segura. Nem a religiosa.

Liberaes! é indispensavel sê-lo radicalmente. Não se póde ser liberal na praça publica e despotico dentro do partido, no seio da corporação, no gremio da classe, na repartição ou no escriptorio, ao balcão, na officina ou na granja, com os creados, com a familia. Como havemos de crer em liberaes que atordoam os comicios e a imprensa com as suas tiradas tribunicias, e que na educação dos seus filhos, na intimidade com a sua esposa, no exercicio

da sua profissão, na cathedra de professor, na mais humilde junta ou direcção, são uns tyrannetes intrataveis? Todas as liberdades são solidarias, e é indispensavel reclamá-las todas e para todos solidariamente tambem. Emquanto, por exemplo, fecharmos á mulher as portas das carreiras sociaes e da legislatura e administração publica, como estranhar que ella, ao impulso da sua ineffavel dedicação, para entrar na sociedade, onde só a sua presença é um dom do ceu, bata á unica porta que encontra aberta, á dum convento, amortalhando embora á entrada todas as suas outras aspirações, que chegam mesmo a figurar-se-lhe criminosas, desde que, para as satisfazer, a lei humana lhe não permitte desempenhar-se por maior da sua angelica missão social! Revindiquemos todos os direitos, principalmente os dos mais fracos.

E nada nos é licito ambicionar, emquanto os não obtivermos. Uma instituição que, sem a liberdade e a sua fiscalização, se implante, é um fóco a mais de arbitrariedades e depravação. Nada, nem a salvação neste mundo, nem no outro, esperemos da dictadura.

Bem sei que custa immenso a ver a miseria, ouvir os seus lamentos, e não lhe acudir, porque, para isso, neste atro regimen de nepotismo e simonia em que vivemos, ou, antes, vamos morrendo, teriamos de nos acorrentar á complacencia dos poderosos que de tudo dispõem a seu talante. E ha tanta miseria! Ai! em Portugal não soffrem só os desgraçados; soffrem com elles todos os que, depois de lhes darem tudo que podem, debalde procuram em volta de si, no civismo das instituições, um meio de lhes valer. Aproveitemos para o bem commum todos os serviços que, ainda quebrantada pelo despotismo, esta bôa sociedade portuguêsa, maternalmente, á custa do secular sacrificio das suas classes trabalhadoras, nos presta; mas não acceitemos nenhum por graça e favor do poder. Condescender com a arbitrariedade, com a reacção, não é sociabilidade, é cumplicidade; e não incorramos nella por nada, nem que nos promettam transfigurar dum dia para outro os nossos quatro milhões de analphabetos em outros tantos milhões de cabeças letradas. Saíriam uns mandarins, e já disso temos demais.

Sejamos intransigentes, duma irreductivel intransigencia com o mal. Não que partamos, em som de guerra, a atacar ninguem, nem os maus, que são, em verdade, os infelizes mais dignos de dó, que mais precisão tẽem do nosso amparo; bem basta já para seu castigo não lhes podermos dar toda a nossa confiança. Guerra ao mal, mas a ninguem, nem aos maus! Não foi, exterminando os animaes bravios e ferozes, foi domesticando-os, convertendo-os em seus auxiliares, não foi destruindo as plantas silvestres e venenosas, foi cultivando-as, fazendo duma solanea um tuberculo alimenticio, que o homem povoou e enriqueceu a terra de animaes e plantas uteis. Os maus, esses microbios moraes, hão de combater-se como nos ensinou o grande Pasteur, attenuando-lhes a virulencia, isto é, melhorando-os. E como? pela irresistivel magia da bondade. A tyrannia não provém só dos tyrannos, e por isso não desapparece logo com elles. Que importa expulsá-los, se ella não se expulsa, porque fica ainda nas almas captivas? Será preciso tratar o paiz como a creança, da frente de quem se tira uma fruta que lhe póde

fazer mal? Não digo que não; ás vezes, até isso é preciso. E' preciso evitar a suggestão. Mas, quando menos nos precatarmos, ella a terá comido. E' o que nos tem succedido tanta vez! o tyranno, passado tempo, volta, quando mesmo não encontra, como o fruto, um pobre coração compadecido que o guarde e encubra. O que é preciso, não é fazer mal aos maus, é não lhes conceder privilegios como em Espanha, e, mesmo entre nós, onde, por isenção da jurisdicção parochial, até, em muita parte, o registro civil tem estado á sua mercê, é não os encher esbanjadoramente e indiscretamene de benesses, de subsidios de toda a qualidade, em edificios, dinheiro, etc., que são armas que se metem nas suas mãos, como ahi se tem feito, é não os deixar praticar, commeter o mal, é passá-los de governantes a governados, é descingi-los de todos os diademas por elles usurpados, exauctorá-los da governação, negando-lhes logar tanto nas magistraturas como no magisterio social. Sobretudo não lhes entreguemos o ensino, que é o governo que, mais que nenhum, necessita de ser liberal, porque é o das almas tenras ainda, mimosas,

em germinação, que a mais leve pisadura póde para sempre tolher e abafar. Mas para tanto basta o nosso querer, o nosso voto livre. Não serão nossos eleitos, emquanto o não merecerem. Resta-lhes ainda muito campo aberto? Elles tentarão alliciar os pobres e simples, como o povo, e os fracos, como a mulher, como as raparigas, captar-lhes os votos? Condemnemos formalmente a escravatura, seja ella qual fôr, declarando irritos e nullos todos os votos servis, e façamos tudo por della resgatar as suas victimas.

Emancipar as almas, eis o eterno afan da humanidade. Mas como? como chamá-las, como attrahi-las, como socializá-las para a liberdade? Pela liberdade. Pela coacção seria paradoxal. Não neguemos a ninguem nenhuma liberdade, nem a de associação, desde que os seus membros não professem insolentemente ou desvairadamente, como uma quadrilha de malfeitores, ou como uns epilepticos, o culto do despotismo e a execração e o ataque da liberdade. Não é, respeitando as instituições das raças indigenas, que hoje por toda a parte os povos colonizadores procuram persuadir-lhes as

suas? Pois as proprias beatas, se não são melhores, tambem não são peores do que os selvagens nas suas abusões e crendices. E quem é que ha de negar ás suas associações o direito de existir? O estado, que é o seu principal promotor? Elle, que tem uma egreja official, de cuja cadeira parochial e episcopal, de cujo pulpito manda prégar que o reino do Senhor não é o deste mundo, ha de ser elle quem, depois desta propaganda, ao tomarem-lhe o conselho, condemne os que, por effeito della, rompam todos os laços terrenaes para se associarem pela vida comtemplativa com um deus sobrenatural que lhes ensinaram a invocar e preferir? Nem essas congregações elle tem logicamente auctoridade para supprimir. E quem a tem? Onde estão ahi as novas associações livres, egualmente, — que digo eu? — mais religiosas ainda, que as substituam? Onde novas cathedras e novos pulpitos liberaes de propaganda moral? Onde o confessionario tambem liberal a que recorrer, para pedir luz num caso difficil, delicado e penoso de consciencia? Onde o sino, a cujo som pensemos ternamente nos nossos irmãos, filhos da mesma

terra, que nascem, que se amam ou que morrem, a cujo toque larguemos a enxada, a plaina ou a penna, suspendamos mesmo todo o trabalho, para nos juntarmos com a familia á mesma mesa ou com os nossos visinhos no mesmo adro e perante o mesmo altar, e com ella e com elles erguermos o espirito ao nosso Deus, Deus verdadeiramente humanado, em piedosa idealização de todos os humanos affectos? O que é preciso, não é supprimir, é transformar as caducas associações religiosas, apressar a sua transformação, que, apesar de todas as antigas resistencias, se vai effectuando a olhos vistos, de associações contemplativas, mysticas, em associações activas, trabalhadoras, que educam, que vélam enfermos, que missionam, numa palavra, que crêem que esta vida não merece ser macerada, mas amada, porque é a fonte inexhaurivel de todo o bem. Que ninguem se isente da lei do trabalho!

A sociedade, que á força de obedecer á voz do mando, chegara a crer na omnipotencia do verbo, da prece, vai perdendo quasi de todo essa grande superstição do passado; e a egreja, triste é que tão lenta-

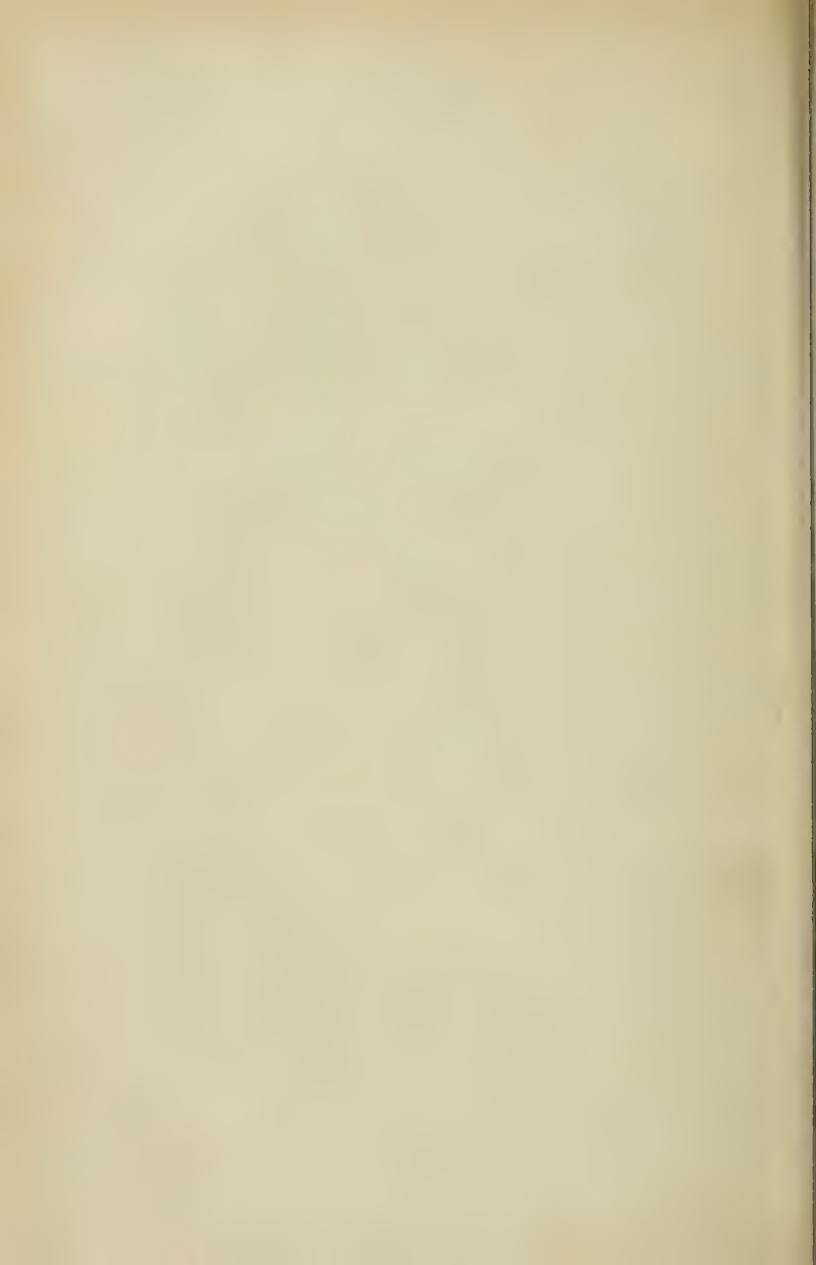
mente! acompanha-a, a egreja, sob pena de se sepultar na corrente, não podia deixar de caminhar tambem. Reconheça-se-lhe mesmo esta superioridade, que, pela propria perda successiva da sua ingerencia temporal, ella é já hoje o poder constituido que menos luta pelas armas. Se dentro della ainda são innumeraveis os conspiradores que se abraçam desgrenhadamente á bandeira negra da servidão e da guerra, cada vez mais firme e mais alto se hasteia nella á luz de Deus a bandeira branca da liberdade e da paz, a mesma que desfraldámos mais longe que ninguem por esse orbe fóra, fazendo do christianismo uma religião tão nossa, que, para rompermos com ella, sentimos que teriamos de romper com os nossos queridos mortos, com à nossa gloriosa epopeia. Mas para que romper? Inscrevamos, sim, em caracteres bem nitidos, no nosso lábaro liberal, tanto no dominio religioso, como no economico e como no politico, a divisa da nossa fé, que em todos elles atteste e lembre estas verdades moraes: O bem, a felicidade, não é nenhum goso, nenhum proveito, nenhuma perfeição individual, egoista, que submissamente im-

ploremos a nenhum grande poderoso, mas a perfeição social, mundial, para que cada um tem de contribuir por si com a sua quota, na esphera, grande ou pequena, da sua existencia, pelo livre exercicio da sua iniciativa e do seu esforço, pelo seu desprendimento e sacrificio. E a virtude não está em nos mortificarmos humildemente sem mais amor que o da propria salvação: mas sim em nos engrandecermos e multiplicarmos tanto por amor dos outros, que, para lhes acudirmos, ousemos arrostar ainda os maiores perigos. Esta a doutrina que por toda a parte devemos evangelizar. Não nos curvemos perante nenhum poder arbitrario; seja a suprema liberdade, e só ella, o nosso supremo arbitro. E, na egreja e fóra, todos se darão por entendidos.

A emancipação das almas, temos de operá-la, fundindo, harmonizando a sociabilidade com a liberdade. A nossa intransigencia com o mal não ha de ser apathica, ha de ser viva, militante: é o que se póde chamar a obrigatoriedade da liberdade. É-nos defeso ficar indifferentes ás machinações do despotismo; temos instantemente de nos pronunciar, de intervir contra ellas.

Mas, no ardor da nossa campanha, não aprisionemos a ninguem; não a fazemos para isso. Nada imponhamos a ninguem, nem a liberdade. Ella, que nunca jámais morre no fundo do nosso ser, porque é a sua propria substancia, ella, que é tão essencial á vida do espirito como o calor á do corpo, tambem como elle se desenvolve e accumula pelo exercicio, pelo trabalho, que nutre o corpo e instrue o espirito. Trabalho é redempção. Para apostolar a liberdade, trabalhemos ao lado dos nossos operarios, das nossas esposas, dos nossos filhos, não os abandonando a ninguem que lhes embarace e ate e quebre os movimentos. E quem hoje ahi senão quasi só os nossos adversarios e os seus adeptos lida com elles? Quem os agazalha e trata? Quem os educa e consola? Quem lhes ministra uma lição, uma regra, um preceito? Quem descerra ao seu coração e á sua imaginação, avidos de commoções e de maravilhoso, o tocante mysterio da belleza moral? Quem os acalenta á entrada e á despedida da vida, e os acolhe nos bons e nos maus dias? Vive o proprietario com o rendeiro, o patrão com o caixeiro ou com o artifice, o rico

com o pobre, o chefe da familia com ella? Dão-lhes o seu desdem! Então?

Façamos mais pela liberdade do que os nossos adversarios contra ella. Estreitamente unidos, como mais ninguem, organizemos uma grande associação que tenha um nucleo cerrado de fôrça e de resistencia em cada um dos nossos casaes; e, com todo o fervor da nossa solidariedade, provemos a efficacia incomparavel da liberdade, levando a toda a parte incessantes serviços e por toda a parte oppondo — ás instituições servis — maiores, mais numerosas, melhores instituições liberaes. Assim, e só assim, ao rubro calor das nossas virtudes, é que se irão dissolvendo todas as ordens nefastas. Como Christo, façamos do povo, da mulher, da creança a nossa familia, a nossa sagrada familia; que, no dia em que o povo, a mulher e a creança nos tiverem pelos seus amigos, nada já haverá que temer pela liberdade. Ella terá triumphado. A ella se offertarão todos os incensos, todas as flôres, todos os hymnos, todas as alegrias e todas as lagrimas desta vida.

A Associação liberal de Coimbra

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES! *

A Associação Liberal de Coimbra voltou a tomar o seu posto de combate, não para atacar ninguem, mas para pugnar contra o erro e a oppressão, pela verdade e pelo direito. E, como, sob a presidencia do eminente cidadão, que fôra secretario das nossas constituintes de 1820, o visconde de S. Jeronymo, inaugurou em 1875 a sua primeira campanha, assim inaugura agora esta, celebrando hoje, como então, a entrada triumphante do glorioso exercito libertador nesta cidade, não só para honrar a memo-

* Discurso proferido na presidencia da sessão solemne celebrada no salão do paço municipal na noite de 8 de maio de 1901, commemorando o anniversario da entrada do exercito libertador em Coimbra.

ria dos bravos que, atravez de tantos perigos, defenderam e revindicaram a liberdade, mas tambem para que jámais esqueçam os damnos e torturas que lhes infligiu o eterno inimigo da sociedade e da civilização, a reacção.

Á nova acommetida do negro bando, é indispensavel arredar para sempre da nossa terra a repetição de tão dolorosas e degradantes scenas. E graças a nossos paes, que já para isso não temos de pegar em armas, bastará envidarmos um nobre esforço patriotico, que póde e deve ser grande e decisivo pela estreita união de toda a familia liberal!

Nós descançámos demais. É certo que a liberdade nunca desfallece de todo, e, menos que em nenhum outro, em peitos portuguêses. Quando o despotismo a imagina avassalada, ei-la que irrompe de repente com todo o fulgor, como em 1385, como em 1640, como em 1820, como de 1828 a 1834. E em parte alguma podemos contar mais com os prodigios do amor da liberdade do que nesta historica Coimbra, que foi a capital dos heroicos fundadores da nossa nacionalidade, e tem sido prefe-

rentemente a capital das novas gerações, de cujo seio saem sempre os mais ardentes soldados das franquias nacionaes.

Mas a propria lição do passado nos aconselha a ser mais acautelados e vigilantes. Por mais frondosa e abundante de fructos que se nos mostre a arvore da liberdade, não nos persuadamos nunca de que ella se radicou já tanto no coração do paiz, que nada a possa abalar e enfraquecer. Foi essa confiança cega o que nos comprometeu ultimamente.

Vimos a nação constituir o governo popular das suas parochias, descentralizar os municipios, crear verdadeiros parlamentos districtaes, e o principio electivo vivificando todas as instituições, até chegar a intervir pela lei constitucional de 1885 na formação da camara dos proceres.

E, do mesmo passo, a instrucção prosperava: ao lado da iniciativa local, principalmente dos municipios, que multiplicava escholas primarias, procurando pela assistencia publica povoá-las de alumnos, o governo fundava em Lisboa o Museu agricola e em Lisboa e no Porto os Museus industriaes e commerciaes, e ia espalhando

pelos districtos escholas industriaes e laboratorios, estações e escholas agricolas; estreava-se ainda pela iniciativa local o ensino primario complementar, e o estado planeava o ensino secundario médio para o sexo feminino, sendo pelas côrtes discutida com ardor a reforma dos lyceus; imprimia-se pelo concurso das administrações, central e territorial, um forte impulso ao ensino normal para habilitação de professores primarios, o Ministerio das obras publicas amplificava os Institutos agricolas e industriaes e o Ministerio do reino accrescentava, ainda que modestamente, as dotações do ensino superior; transformava-se radicalmente a antiga Junta consultiva de instrucção num grande Conselho de eleição de todo o magisterio; e annunciava-se para breve o estabelecimento definitivo dum Ministerio especial para os negocios docentes. A liberdade parecia garantida.

Mas, dentro em pouco, um vento de insania começou a soprar; e, quando alguns politicos sinceros tentaram em 1893 travar a derrocada liberal, já era tarde de mais para a força de tão poucos. Dissolveram-se associações, annullou-se quasi a vida paro-

chial, reduziu-se o numero dos concelhos, supprimindo-se-lhes as regalias, amesquinhou-se de todo a administração districtal, suspendeu-se dictatorialmente o parlamento, e, usurpado o exercicio do poder legislativo, dictatorialmente se lançaram e cobraram impostos, dictatorialmente se promulgou até uma nova constituição retrograda. E tudo isto se fez affrontosa e impunemente, sem que a ninguem valesse o recurso para os tribunaes.

Ao mesmo tempo, fechavam-se escholas, abandonava-se o ensino geral para um e outro sexo da classe media, proclamava-se o dogmatismo do ensino secundario official e escravizava-se-lhe em tudo o ensino particular e domestico; cortaram-se os meios de trabalho ao ensino superior e ameaçou-se e preteriu-se o seu magisterio de opiniões mais avançadas; do Conselho superior de instrucção publica não se conservava mais do que o nome; e o Ministerio de instrucção publica durou apenas um momento. Tanto é certo que, quando soffre a liberdade, soffre tambem com ella a instrucção.

Assim chegámos ao lastimavel estado actual, a este ultimo acto, tão longo já

para os nossos brios, em que, sôbre um scenario de ruinas, temos visto fusilar lobregamente, quasi sem intervallo, as iras, as ameaças e os attentados dos poderosos estrangeiros. Um dia a Inglaterra, outro dia a Allemanha, outro a França. Faltava Roma? Não! não faltava. Ella tivera artes de assestar occultamente, antes de ninguem, as suas baterias; nós é que, na cegueira em que viviamos, não davamos por isso. A reacção religiosa levantou egrejas ao lado das nossas, oppoz aos nossos seminarios os seus noviciados, substituiu os nossos padres, e até, parece, alguns dos nossos prelados, pelos seus; e, emquanto não vingava empolgar o governo de toda a sociedade portuguêsa, foi-se apoderando do espirito dos fracos, dos velhos e doentes, das mulheres, das creanças. A maior parte dos hospitaes, asylos e collegios está nas suas mãos. E foi preciso que o povo, que é quem hoje em todas as partes revindica a causa da liberdade e da justiça, foi preciso que o nosso povo, indignado, se revoltasse contra mais uma das suas aggressões, já insolentemente feita a descoberto, para que os nossos corações, so-

bresaltando-se, dessem rebate de todo o risco que corriamos.

Juntemo-nos, pois, de vez, decididos, não é só a não desertar jámais do nosso posto de honra, é a nunca mais dispersar sequer. A situação está longe de ser desesperada. Não podemos confiar na lei e nos seus agentes, nem na justiça dos tribunaes, que tentam mesmo ás vezes ameaçar-nos com processos arbitrarios e inquisitoriaes; mas ainda se não improvizam alçadas que levantem deante de nós a figura tetrica do patibulo. Já não é pouco sermos, como somos, açoitados na nossa honra nos pelourinhos estrangeiros. A situação é critica, sem dúvida. Desesperada que fôsse, porém, haviamos de vencer, como os nossos maiores em 1834, e os vindoiros haviam certamente de poder celebrar o nosso triumpho, como hoje estamos celebrando o dessa gloriosa epoca.

O que cumpre instantemente, é arcar, sem nenhuma transigencia ingenua, onde quer que elle nos affronte, com o despotismo, para o desalojar de todos os seus baluartes e reductos. Os liberaes de então comprehenderam bem que elle era solidario

em todos os seus campos, e, a golpes redobrados, feriram-no incessantemente com a promulgação da carta constitucional no campo politico, com as reformas fiscaes da Terceira no campo economico, e com a extincção das congregações no campo religioso. Palmella, Mousinho da Silveira, e Silva Carvalho com Joaquim Antonio d'Aguiar personificam, em volta do rei-soldado, esta triplice campanha. Cumpre-nos, hoje, como então, restaurar a liberdade em cada um dos seus dominios.

Por isso eu assisto com jubilo ao duplo movimento generoso que neste momento agita e apaixona a alma nacional. Querem-se substituir por livres associações religiosas as obnoxias congregações servis, e as prepotentes companhias capitalistas por syndicatos agricolas e associações industriaes de classe fundadas sôbre o cooperativismo.

E tão necessaria é uma liberdade como a outra. A sociedade não vive só de interesses, mas tambem de crenças. A religião é o coroamento moral da arte. Por isso a Deus, ideal de todo o bem, se consagram basilicas, como a nossa Sé Velha,

que nos encantam pela solemne harmonia das suas proporções, e esses templos se recamam de esculpturas, como tantas de Santa Cruz, e de quadros, como os do nosso Grão Vasco e da nossa Josepha d'Obidos, e á divina imagem, encerrada, sôbre um throno de luzes e de flôres, em preciosa custodia, — como a dos Jeronymos, que vale só por si um poema —, os sacerdotes, com as suas vestes de brocado e pedrarias, erguem o calix da saudação e o incenso thuriferario, emquanto o povo, em trajes tambem de gala, lhe entôa em côro os seus hymnos mais enternecidos. É a santa aspiração, a anciosa convergencia de todas as emanações affectivas da arte para o supremo bem!

A religião é a união das almas pelo amor, como a economia o é pelo trabalho. E quem mais religioso do que nós, filhos deste abençoado paiz, onde tudo fala ao coração, tudo inspira affectos, tudo convida a amar, deste paiz, onde o sol cada dia nos faz uma nova surpreza com os prodigios arrebatadores das suas auroras e occasos, e, quando se esconde, ainda reflecte a sua magia em luares incomparaveis,

deste paiz, onde o campo se estrella tanto como o ceu, onde o rouxinol vem fazer o seu ninho e cantar os seus amores, e onde a voz da mulher é uma música e a poesia brota espontanea do estro do povo? Como não haviamos de ser religiosos, e com a exuberancia artistica que tanto caracteriza este tão meridional catholicismo?

O que é preciso, é moralizar a religião, é contrapor á religião do sobrenatural, da superstição, da crença num outro mundo e do desprêso deste, a da fé neste mundo e no seu immanente progresso para a justiça e para o bem. Ninguem pretende destruir a religião; o que pretendemos, é fazê-la sincera e pura, tornando-a voluntaria e livre.

Mas não basta erigir sôbre a liberdade as associações religiosas e economicas; falta-nos ainda fundar nella as associações politicas que não temos, porque não podem merecer tal nome os centros dos diversos partidos, sem contacto com o povo, onde a cubiça do poder reune os homens de opiniões as mais diversas e até oppostas. Todas essas associações são indispensaveis. mesmo para se fortalecerem umas ás

outras. Da sua força collectiva é que ha de resultar a força de independencia e dignidade da nação.

Em todas ellas devemos pensar, quando damos o nosso voto para a constituição das auctoridades, desde as parochiaes até ás do estado. Esse voto decide de todas as liberdades publicas. Por isso deste logar exoro a todos os liberaes não só para que elejam com toda a consciencia, mas ainda para que nunca se abstenham de ir á urna. Entendo mesmo que a lei devia, como na Belgica, preceituar a obrigatoriedade do voto, que é a obrigatoriedade da liberdade, e tambem, como lá e em tantos cantões suissos, a proporcionalidade eleitoral, que é para que a nimguem fique pretexto de se abster, desalentado, por não ter comsigo a maioria.

E, se todas as liberdades são necessarias, e todas são solidarias, e dahi as graves difficuldades deste momento, repare-se que tambem por isso, em compensação, a victoria que alcançarmos para uma, ganhará logo terreno para as outras.

A reacção religiosa é tambem politica, e reciprocamente Foi ella que sustentou no

throno o governo usurpador de D. Miguel, foi até mesmo a curia romana a unica côrte estrangeira que o reconheceu. Reciprocamente, quando foi que se auctorizaram os jesuitas, proscriptos de Portugal por Pombal, a cá voltarem! De 1828 a 1834. Quando, já depois de abolidas, estiveram para se introduzir de novo as congregações? Em 1848. E, ultimamente, sob que gabinete mais recresceram as tentativas reaccionarias, e a sua propaganda mais lavrou, chegando a arrolar, além das classes ricas e ociosas e da gente simples das aldeias, até numerosos membros das classes trabalhadoras das cidades? Foi sob o gabinete dictatorial de 1894. E o congresso dos prelados, celebrado em S. Vicente de Fóra, em Lisboa, abençoava os dictadores.

Ahi têem o jornalismo ultramontano: é ao mesmo tempo absolutista.

E, para comprovar como a reacção religiosa é ao mesmo tempo reacção economica, que opprime o trabalhador, bastará citar-lhes os dizimos, que o regimen liberal extinguiu: elles consumiam improductivamente 33 % dos rendimentos da terra, e eram consumidos em grande parte pelo

clero regular. Todos sabem os impostos que, sob color de pedidos de esmolas e de emprestimos, Roma lança sôbre o paiz; e, emquanto nelle estanciarem as congregações, o seu aboletamento continuará a pesar esmagadoramente sôbre a economia nacional. Por isso, quando clericaes e mesmo indiscretos liberaes nos falem das difficuldades economicas para nos affastarem da questão religiosa, respondamos-lhes: Já estamos tratando dellas!

As ordens religiosas atacam a um tempo a verdadeira religião, cujos primeiros vinculos devem ser os do amor da familia, porque prégam o voto de celibato; a cooperação economica, porque prégam o voto de pobreza; e o progresso politico da sociedade, porque prégam o voto de obediencia servil.

Digamo-lo bem claro aos nossos prelados, para que se desilludam: as ordens monasticas são a obediencia absoluta a Roma com desaire para todos nós. Acceitando-as, protegendo-as, elles vão irremediavelmente ferir a patria, portanto a si proprios, a sua dignidade tambem. Daqui, d'ao pé de Santa Cruz, onde jaz D. Affonso Henriques,

memoremos-lhes a lenda do bispo negro, que envolve o facto historico da violencia com que o nosso primeiro rei castigou o legado pontificio vindo a Coimbra para depôr o seu bispo. E não só a lenda e a historia antiga lhes podem servir de lição e escarmento; successos muito proximos falam eloquentemente a este respeito. Lembrem-se os bispos que reclamam agora as congregações religiosas, de que foram ellas que tramaram a guerra feita aos vigarios geraes seus antecessores de 1834 a 1839, desauctorizando-os até ao ponto de serem pela curia romana declarados nullos os sacramentos que ministrassem os parochos collados por elles. E não estará sequer viva no seu coração a dôr pelo desacato com que, já depois, até as irmãs da caridade se recusaram a subordinar-se á sua jurisdicção?

Mas, ainda quando as ordens monasticas não ultrajassem directamente a sua auctoridade prelaticia, o episcopado português não devia perfilhá-las. O ultramontanismo é um crime de lesa-patriotismo. Basta apontar um facto. Quem foi que nos ultimos tempos elle mais freneticamente agrediu entre nós?

Todos o sabem: foi o homem que mais se consubstanciou com a alma da nacionalidade portuguêsa, o seu immortal historiador, Alexandre Herculano. Os prelados, advogando a causa das congregações, estão sem querer chamando sôbre o sólo da patria a invasão inimiga dum exercito estrangeiro que, por não trazer armas na mão, não é menos perigoso, porque combate, enfraquecendo-nos, exterminando-nos pela superstição.

Até nas colonias, onde muitos liberaes ha que as admittem, como se ellas fôssem necessarias á obra civilizadora das missões religiosas, até lá ellas nos estão depredando. Quem, nos ultimos annos, encetou a nossa expropriação e desprestigio colonial, antes da Inglaterra, da Allemanha e da França, foi Roma, a oligarchia reaccionaria, que nos cerceou o nosso padroado de Gôa, e nos arrancou o de Pekim, onde tinhamos sé e seminario a attestarem que, primeiro que ninguem, lá chegaramos com o facho da civilização christã. Defraudou-nos em proveito das suas proprias missões de propaganda, e, para com o oiro das nossas conquistas, comprar as bôas graças dos

que hoje são mais poderosos, — porque são mais livres —, do que nós. E quem senão o negro bando reaccionario ensina aos indigenas do nosso ultramar uma lingua que não é a nossa? Elles não empolgam só os nossos bens; dilaceram, sem piedade, os nossos mais entranhados affectos.

Querem os prelados portuguêses pôr-se em luta aberta com a liberdade, com a nossa independencia nacional? Não o espero do seu patriotismo. Mas, se, em vez de emanciparem as almas, como o missionario Barroso, actual bispo do Porto, no ultramar, se, em vez de revindicarem os direitos historicos de Portugal á consideração da metropole catholica, como anno passado na propria Roma o bispo desta diocese de Coimbra, se, em vez disso, hastearem na sua mão a bandeira da reacção, por maiores que sejam as suas virtudes e por maior que seja a veneração que lhes consagramos, nós, liberaes, não mais poderemos beijar-lhes essa mão. E nem consentiremos que se tente castigar os nossos filhos, porque se recusem tambem a beijá-la.

Ex.^mo^ Sr. *

Dois ideaes dividem a humanidade. Um é o ideal asceta dos que maceram o corpo e o espirito, temem e malsinam a sciencia, a industria e a arte, abdicam de toda a iniciativa, e, rompendo os laços da familia, dissolvem a sociedade. É o ideal claustral, cellular, dos que, sem um sorriso para nada, nem para ninguem, de cabellos cortados e vestidos de negro, rojando-se pelo chão, desprendidos de tudo, de si e dos seus, esperam expiar a culpa de haverem nascido e alcançar a salvação eterna além-tumulo, á fôrça de se mortificarem. Que louco sacrificio, ou antes que cruel egoismo! A esse ideal mystico, de fraqueza, de ruina, de miseria e de servidão, que espalha o panico pelas almas, temos de oppôr o ideal humano, de vida, de trabalho, de liberdade, de patriotismo e de franca e generosa cordialidade; e, para isso, é necessario lutar

* Circular.

sobretudo pela educação, especialmente da mulher, em cuja sensibilidade tão facilmente se enreda a superstição. Abram-se collegios, onde ella, deixando de correr o risco de ser victima da sua natural abnegação, aprenda que o verdadeiro sacrificio é o que a todos, por amor da nossa dignidade, da nossa gente, da justiça e do bem, nos cumpre fazer, ao serviço da civilização e do progresso, para implantarmos sobre a propria terra o reinado do Senhor. A Associação liberal de Coimbra, propondo-se fundar um destes collegios, tem a honra de solicitar o concurso de V. Ex.ª. Digne-se V. Ex.ª declarar no livro que lhe será conjunctamente apresentado pela Commissão especial, as pessôas de sua familia que deseje confiar-lhe. Os cursos, a principio só de ensino primario e secundario, serão opportunamente organizados, antes da abertura das aulas, segundo a edade e as habilitações dos candidatos. Ás aulas primarias admittir-se-hão tambem creanças do sexo masculino.

Mensagem *

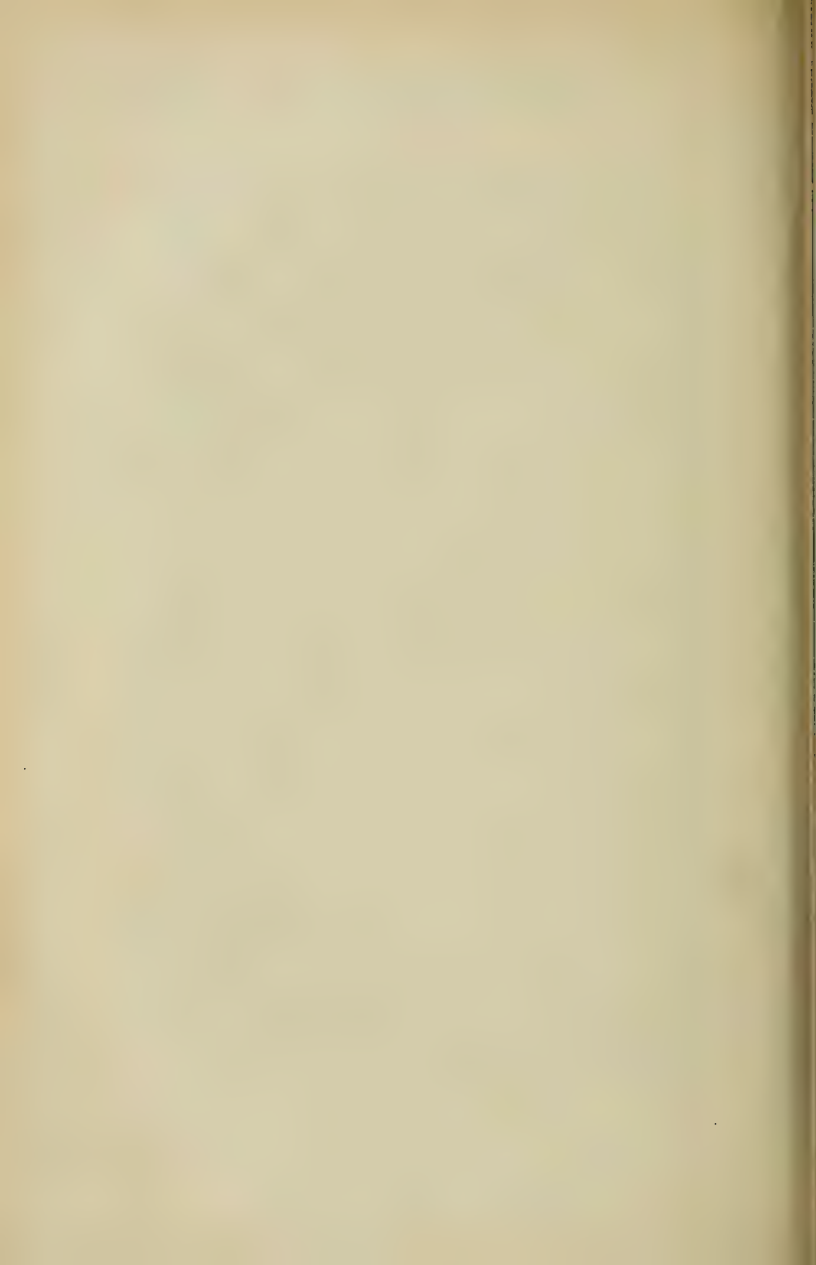
A Associação liberal de Coimbra, além de celebrar com o maior lustre o festivo anniversario da entrada do exercito libertador nesta cidade no dia 8 de maio, honrar solemnemente em 26 do mesmo mez a memoria preclara ** do grande patriota Joaquim Antonio d'Aguiar, e saudar pela voz do seu presidente o auspicioso certamen da filial coimbrã da União dos atiradores civis portuguêses, identificou-se com o movimento da nação em prol da liberdade religiosa, instando com o governo pela prohibição do ensino aos membros das congregações, pela publicação dos nomes e destino do pessoal congreganista e pela creação e organização dos serviços de inspecção official do ensino, fez profissão publica de dois principios que devem ser base da nossa regeneração politica, a obrigatoriedade do voto, que envolve o principio do suffragio

* 20 de julho de 1891.

** Consagrou-lhe o auctor nesse dia uma conferencia.

universal, e a representação equitativa de todos os partidos proporcionalmente ao numero dos seus eleitores, fundou a Associação das creches, dotando logo a cidade alta com uma, que inaugurou no dia 8 de maio, está colligindo meios para subsidiar uma colonia de creanças pobres, de compleição debil, que vão nos proximos mezes retemperar-se com o ar e com os banhos do mar, promoveu, em sessões preparatorias de uma grande assembléa que ha de reunir-se em outubro, a formação de uma cooperativa operaria de consumo, a cujo cargo virá a ficar a sustentação de cozinhas economicas para as classes trabalhadoras, e não só inaugurou no dia 26 de maio cursos de instrucção de adultos, que proseguirão depois de ferias, e vai por estes dias collocar em varios estabelecimentos particulares caixas de esmolas ou mealheiros para soccorro aos analphabetos, mas empenha os seus maiores esforços para constituir uma associação, em que as senhoras tomem principal parte, que, no principio do novo anno lectivo, possa abrir um collegio para a educação liberal do sexo feminino, contando, a demais, que para então começará

tambem a funccionar um curso de enfermeiras, de sua iniciativa. E não resumi ainda por completo a sua acção generosa. Acima de todas as obrigações, impunha-se-lhe a de ser uma verdadeira sociedade, digna do seu nome, pugnando corajosamente pela causa da honra e da segurança individual dos seus socios. Dessa obrigação teve que se desempenhar duas vezes, num processo disciplinar academico e num processo crime do fôro commum: de ambas ellas reclamou, como lhe cumpria, para os accusados o direito de serem julgados, com todas as garantias de justiça, pelos tribunaes legaes competentes, e não pelo arbitrio da auctoridade ou pela murmuração das ruas, porque tanto lhe repugna o despotismo do poder como o da multidão.

A Associação liberal de Coimbra deve estar contente de si; e eu, que tenho de me ausentar com demora, — declinando a sua presidencia, reconhecido, — faço votos sinceros por que ella continue fielmente, na mais perfeita cordialidade de cooperação entre os seus membros, sem jámais faltar a nenhum com a sua assistencia, a sua nobilissima campanha.

A liberdade e a egreja *

Ás provocações dos reaccionarios os liberaes não pretendem responder com provocações. O liberalismo não persegue nenhuma religião. E' tolerante para com todas. Todas as crenças reune e protege sob a egide da liberdade. E' por isso indifferente em religião? Não! Tem sobretudo a religião do amor, do trabalho, da verdade, isto é, da propria liberdade, e, dentro desta, acceita todas as outras, comtanto que a não ataquem. Não é contra nenhuma, mas só contra os seus desmandos despoticos.

A egreja nasceu e cresceu com a liberdade. Em luta porfiada contra a opressão

* Conferencia no Atheneu Commercial de Braga, em 8 de março de 1902. Excerpto.

antiga, ella amparava os humildes, dandolhes mesmo accesso no seu seio a todas as dignidades. Ella acudia pela independencia dos povos pequenos e fracos. Sob a sua protecção, o esforço dos fundadores da nossa nacionalidade vingou.

Assim cresceu e foi triumphando. A religião christã chega a ser o coroamento de toda a arte, architectura, esculptura e pintura, e toda a litteratura. As mesmas ordens militares que combatem pela cruz, arroteiam os maninhos. As corporações d'officios invocam os santos da egreja para patronos. E a sciencia faz-se tambem christã: é a escholastica. As Universidades e as bibliothecas são ecclesiasticas. A lingua universal é a da egreja, o latim. A propria egreja cria e protege uma confraria internacional de pedreiros livres, a franco-maçonaria, que leva por toda a parte a arte, a industria e a sciencia daquelles tempos, consagradas ao culto de Deus. E, com a arte, a industria e a sciencia, ella dispõe do governo religioso, economico e politico do mundo. Ella é o coração, o braço e a cabeça da civilização. A Europa christã constitue

mesmo um unico estado feudal, o da egreja. Os seus concilios são parlamentos, as leis são decretadas por ella. Ella é a justiça: reparte os bens e os reinos, sagra e desthrona os principes. O seu imperio estende-se a todos os continentes. E fômos nós que, pagando bizarramente a divida contrahida, levámos a hegemonia da cruz a toda a parte onde levámos com o nosso arrojo a bandeira da patria, e pelas nossas extraordinarias descobertas e conquistas contribuimos poderosamente para tornar catholica, universal, a egreja. A egreja assume sobretudo uma auctoridade irrecusavel, porque os grandes moralistas são seus. Ella povôa a terra de santos martyres. O catholicismo parece effectivamente uma instituição divina.

Mas a egreja, como todos os que possuem um dom superior, corria o risco de o julgar não relativo, imperfeito e progressivo, mas absoluto e intangivel, e de se julgar não simples depositaria, mas senhora delle. Ha dois modos de governar: o liberal e humano, dando-nos nós aos outros, sacrificando-nos por elles, e achando sempre pouco todo o bem que lhes fazemos, e o

despotico e deshumano, exigindo tudo dos outros, imaginando que só nós os podemos salvar, sacrificando-os ao nosso predominio. E o governo da egreja foi successivamente mudando do bom para o mau modo.

Prégando a pureza de costumes contra a relaxação do tempo, a egreja foi até proclamar o celibato como estado de santidade, e começou logo assim a exercer o despotismo religioso, oprimindo o coração, abafando os sentimentos de familia. Só o seu amor é legitimo! Só ella póde amar e merece ser amada! Prégando o desinteresse e a caridade contra a venalidade e a cubiça reinantes, foi até proclamar a pobreza como estado de santidade, e passou assim a exercer tambem o despotismo economico, apodando d'expiação o trabalho e condemnando como um pecado toda a empreza *profana*. Só os seus serviços são legitimos! Só a ella pertence toda a riqueza, que só ella é capaz de bem administrar! Prégando a humildade contra o orgulho, que confundia com os direitos da razão, foi até proclamar a obediencia passiva, a escravidão mental, a ignorancia, como estado de santidade, e chegou assim

a exercer ainda o despotismo politico, atacando a liberdade do pensamento. Só a sua opinião é legitima! A ella e só a ella cabe dictar dogmaticamente a verdade! Assim nasceram, com os votos servis, as congregações religiosas, primeiro o anachoretismo e cenobitismo, depois as ordens mendicantes, e por ultimo os jesuitas. E o clericalismo tornou-se o inimigo declarado da sociedade e da civilização.

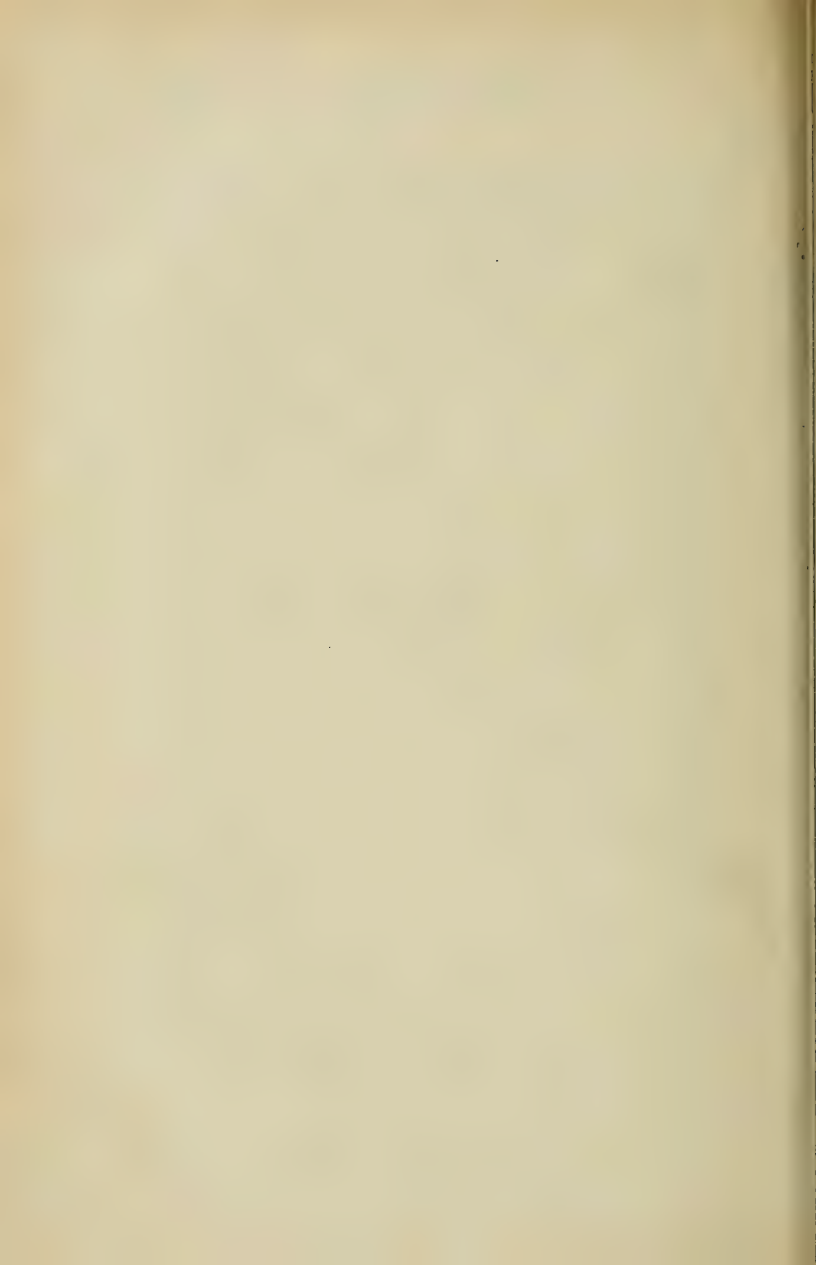
Que resultou do despotismo da egreja? o seu proprio abatimento. A sciencia, a industria e a arte apartam-se della. Os povos e os governos revindicam contra ella a sua autonomia. A lei seculariza-se. Rebenta mesmo o protesto da Reforma. A familia christã divide-se por lutas sanguinolentas. E quanto mais a egreja tenta snbmetter, comprimir o espirito humano para o unificar, mais se isola e vai perdendo as forças espirituaes e materiaes que em si concentrara.

E veja-se! Que dá a liberdade religiosa aos povos protestantes? O progresso. Que dá o despotismo religioso ás nações catholicas? Torquemada e os flagicios e as fogueiras da inquisição. E quaes são as

gentes mais christãs? As protestantes. E' até nellas que se abrem ainda as fontes da inspiração em canticos ao ideal christão. A poesia religiosa deixa a patria catholica de Dante e de Tasso pelas patrias protestantes de Milton e de Klopstock. E, no meio da indifferença, da desconfiança e da hostilidade crescente, a egreja só a custo encontra, e cada vez menos, onde recrutar os seus sacerdotes para a direcção das almas. São as consequencias desastrosas do seu despotismo, de que ella propria é victima tambem.

E' esse despotismo que cumpre denunciar e combater intransigentemente, sem treguas, porque não cessou. Se a egreja já não queima, ainda amaldiçoa, excommunga, anathematiza. Consente-nos ella porventura a liberdade dos nossos afectos? Podem os catholicos portuguêses ter sequer uma patria religiosa? Por todos os meios o clero romano tenta prevalecer sobre o clero nacional. Os prelados representam pelas congregações estrangeiras; e a cada passo ahi se desnacionaliza o seminario, o pulpito, o confessionario. E' sobre os nossos parochos, é sobre os nossos fieis,

que mais pésa logo o jugo ultramontano; e por isso elles deviam ser tambem os primeiros a querer sacudi-lo, pugnando pela liberdade dentro da egreja.

Torne-se a egreja liberal no seu regimen tanto interno como externo. Faça por toda a parte, como entre os povos mais cultos e livres, a que não póde hoje impor-se, como na França, onde a moral christã do padre discute com a moral leiga de Buisson, como na Suissa, onde, nas parochias mais pobres, catholicos e protestantes celebram os officios no mesmo templo, como nos Estados-Unidos, onde o cardeal Gibbons preside a um congresso de religiões, e, perante as assembléas populares, o bispo catholico se alterna na mesma cathedra com o reitor d'Universidade livre pensador. Seja a egreja liberal, que só a liberdade a defenderá.

O despotismo economico *

Lembra que, pouco antes, tinham vindo ao Porto dois illustres estadistas, o sr. José Dias Ferreira, que se occupara da questão fazendaria, e o sr. Augusto Fuschini, que versara o ponto mais palpitante dessa questão, o regimen da nossa divida externa. Elle, orador, não podia acrescentar nada sobre os mesmos assumptos, tão proficientemente desenvolvidos. Mas uma questão ha que é dominante: qual a causa de todos os males financeiros diagnosticados, quaes os remedios a aplicar-lhes? Era o que ia examinar.

Todos os nossos males financeiros derivam dum, que é o maior de todos: a

* Conferencia no Gremio Commercial do Porto em 22 de março de 1902, segundo os extractos do *Commercio do Porto* e do *Jornal de Noticias*, revistos pelo auctor.

opressão economica que péza esmagadoramente sobre o paiz productor.

O despotismo, mesmo quando tão illustrado como o pombalino, nunca vinga frutos sazonados. Os povos nem o progresso querem que lhes imponham, e até ás vezes parece que preferem destrui-lo para em seguida o refazerem por si, pelo seu proprio esforço. Ainda o marquês de Pombal não tinha morrido, e já a sua obra formidanda, assombrosa, de reconstrucção nacional ameaçava ruina por todos os lados. E, dentro em pouco, o despotismo politico, que nas suas mãos tudo subjugara, era prêsa dos assaltos senhoriaes e clericaes, que de novo nos escravizavam ás insolencias dos estrangeiros.

Para nos redimirmos foi necessario que a soberania popular acordasse no glorioso anno de 1820. Desde então, a luta liberal tem sido, a um tempo, religiosa, economica e politica.

Os nossos patriarchas do liberalismo atacaram a fundo muitos dos antigos privilegios, e a sua obra gigantesca de destruição ainda hoje maravilha e espanta a quantos imparcialmente a contemplam em toda a

sua grandeza. Mas não bastava derruir o passado despotico, corria-nos egualmente o imperioso dever de fundar sobre a liberdade um novo governo de vida, resuscitando para isso a arte, a industria e a sciencia patria, e, com ellas, o alto espirito collectivo da nação, quasi de todo extincto. A arte unir-nos-ia pelo acôrdo dos sentimentos e aspirações communs, a industria pela prestação dos serviços reciprocos, e a sciencia pela formação da razão social, da opinião pnblica. Tal tem sido a empreza do Portugal contemporaneo, cada dia mais ancioso d'avançar livremente pelos caminhos da civilização.

A restauração da arte, iniciou-a sobretudo Garrett, tendo a seu lado, a imprimir-lhe toda a uncção religiosa, Herculano, o epico adversario do clericalismo.

Fomentar a industria foi a grande preoccupação dos regeneradores de 1851, principalmente de Fontes. Mas Fontes, o intrepido propulsor dos melhoramentos materiaes entre nós pela construcção de vias de communicação, soffreu a illusão de momento, de que pela livre troca entre os povos se diffundiria por toda

a parte a prosperidade economica. As estradas, os caminhos de ferro, os telegraphos são excellentes, sem dúvida, para a aproximação entre individuos e nações, mas é necessario regular pelos principios da justiça essa aproximação para que não redunde em luta perigosa. O livre cambismo, sob as aparencias falazes da liberdade, envolveu-nos numa guerra para que não estavamos de prompto apercebidos. Se, a principio, o franqueamento das relações internacionaes aproveitou á expansão das nossas forças productoras, em breve a invasão dos mercados nacionaes pelas forças superiores dos centros estrangeiros de producção não só impediu o florecimento de novas industrias entre nós, mas vibrou mesmo golpes mortaes em muitas das nossas antigas industrias. Nós não tinhamos sequer estendido para a permuta internacional a nossa rede de communicações, acrescentando ás vias terrestres as maritimas pela reconstituição da nossa marinha mercante. O estrangeiro, com quem não podiamos competir industrialmente, tornou-se não só o nosso vendedor, mas até o nosso comprador

soberano. O resultado foi que a producção cerealifera, que déra mesmo para exportar, veiu a ser insufficiente para acudir ás nossas necessidades d'alimentação; e os nossos generos d'exportação, ainda o principal, o vinho, não encontrando quasi intermediarios portuguêses, iam perdendo o dominio directo dos mercados de consumo, até o do Brazil, e ficando á mercê das casas importadoras estrangeiras. Chegou-se assim a um *deficit* economico egual ao dos dias mais dolorosos da invasão francêsa. Dahi emprestimos sobre emprestimos. Pode dizer-se que, sob este regimen, com a industria d'obras publicas, em que principalmente se concentrara a actividade da nação, dirigida por estrangeiros, estrangeira já a propria moeda, não tardaria que em Portugal nada fôsse nacional, nada, a não ser o devedor.

Nesta situação tão precaria, qualquer forte abalo poria em risco a nossa vida economica. Produziu-o o conflicto de 1890 com a Inglaterra: muitos commerciantes tiveram de fazer liquidações ruinosas no estrangeiro, deu-se o *crack* dos bancos e companhias, comprometidos em maus

negocios, para não dizer peor, decretou-se a inconvertibilidade da nota e o estado abriu falencia.

O desastre fôra vaticinado. Nesta mesma cidade, Oliveira Martins, com Alberto Sampaio, Malheiro Dias e Pereira de Magalhães, haviam soltado o grito d'alarme em prol da nossa producção agricola e fabril, e Joaquim de Vasconcellos fizera a campanha pelas nossas tradicionaes industrias domesticas. E os seareiros do sul e os vinhateiros do norte tinham reclamado com alvoroço.

A obra da nossa defesa economica fôra mesmo encetada. A regeneração não a descurara inteiramente: desde Fontes, a quem se devem os Institutos industriaes e commerciaes e o Instituto agricola, e que foi quem apresentou no parlamento a primeira proposta d'ensino secundario para a classe media, até Antonio Augusto d'Aguiar, que deu um tão poderoso impulso nas escholas profissionaes para o operariado. E, durante o governo progressista, com Braamcamp na presidencia do conselho, os ministros Marianno de Carvalho e Emygdio Navarro, para obtem-

perar ás instancias da opinião, publicaram providencias de protecção economica, especialmente de protecção cerealifera e vinicola. Mas tudo fôra pouco para conjurar a crise.

Era indispensavel acelerar, com vigor e tenacidade, o fomento da producção, completando assim harmonicamente para a nossa autonomia e progresso economico o fomento da circulação, que fôra quasi o exclusivo pensamento governamental.

Ainda em meio da crise, Thomaz Ribeiro lançou os alicerces da nossa legislação socialista; o proprio Oliveira Martins pôde, extinctos em 1891 os tratados de commercio, acentuar internacionalmente o novo regimen, referendando as pautas proteccionistas de 1892; e, nesse mesmo anno, o ministro Pedro Victor da Costa Sequeira formulava preciosos dictames d'assistencia á agricultura e á industria. Assim se proclamou officialmente desde então o programma da nossa restauração economica pela solidariedade entre o capital e o trabalho e entre todas as industrias nacionaes.

Foi sobre este passado que se constituiu o gabinete de 1893, a que o orador per-

tenceu. Resumirá a obra governamental desse anno.

Antes de mais nada, fez-se a revisão orçamental, operando-se, principalmente pelo ministerio das obras publicas, profundas reducções de despesa. E logo se tratou, por um lado, do problema da nossa divida externa, que se resolvia honradamente, abrindo aos credores a esperança d'integral pagamento, e, por outro lado, e até para essa esperança não se malograr, do nosso problema economico, que tinha de ser resolvido pelo escrupuloso aproveitamento de todos os nossos recursos remanescentes.

Urgia consolidar a obra dispendiosissima, que tantos sacrificios importara, do fomento da circulação, que estava em risco de se desmantelar por culpa da nossa perdularia administração. Ordenou-se a reparação das estradas arruinadas; segurou-se a supremacia do estado no dominio publico dos caminhos de ferro; providenciou-se para o acabamento e a exploração do porto de Lisboa, e para as reparações das avarias dos portos de Leixões e do Funchal; adquiriram-se dragas para as barras d'Aveiro e da Figueira da Foz; dotou-se eficazmente

a construcção dos edificios dos pharoes, cujo material, comprado havia annos, jazia quasi ao abandono, continuando a nossa costa a ser infamada com o nome de costa negra da Europa; tentaram-se as primeiras experiencias para a ligação telephonica entre Lisboa e Porto e ligou-se de facto pelo cabo submarino o continente com os Açores; e decretou-se o serviço d'aviso das cheias e tempestades em beneficio das nossas populações ribeirinhas e maritimas.

Ao mesmo tempo, adeantava-se a obra do fomento da producção. Para se avaliar mais exactamente das forças economicas do paiz, procedeu-se a um ensaio cadastral e determinou-se a estatistica industrial e bancaria. Protegeu-se o trabalhador, organizando a inspecção industrial, limitando o trabalho dos menores e das mulheres nas fabricas, multiplicando e tornando pratico o ensino technico, cooperando na promulgação dos syndicatos agricolas, preparando a mais facil collocação e a melhor remuneração do operario pela regulamentação das bolsas de trabalho, e garantindo a validade dos contractos entre patrões e operarios pelo estabelecimento em Lisboa do primeiro tri-

bunal d'arbitros avindores. E protegeu-se especialmente a industria agricola, promovendo de modo pratico a colonização alemtejana, distribuindo pela primeira vez sementes seleccionadas de trigos, adubos e preparados cupricos; a industria vinicola, subsidiando a primeira adega social, em Vianna do Alemtejo, orientando o fabrico e commercio dos nossos vinhos, e planeando a sua propaganda nos mercados estrangeiros; a sericicultura, munindo de todos os meios de trabalho e d'acção a estação official de Mirandella, e auxiliando a iniciativa particular na Guarda e em Coimbra; e a aquicultura, creando a primeira estação aquicola em Villa do Conde.

E tudo isto se fez sem *deficit*, um verdadeiro escandalo para os nossos habitos governativos. E tudo isto se fez em dez mezes, de fevereiro a dezembro de 1893, liberalmente, descentralizadoramente, impondo o cumprimento do dever a todos, e atendendo desveladamente á sorte dos humildes e pobres, um completo horror para as cubiças vorazes de dentro e de fóra do paiz. Os dois ministros responsaveis por tamanhos delictos, o sr. Augusto Fus-

chini e elle, orador, acusados de governar com principios, foram portanto sacrificados, proscriptos.

A conspiração que os derrubou, apodera-se de chofre do governo. Centraliza dictatorialmente todos os poderes nas mãos do chefe do estado, e, alimentando todos os egoismos e ameaçando todos os direitos, erige sobre o paiz o predominio clerical e financeiro. O governo chamado do engrandecimento do poder real foi sobretudo o governo do engrandecimento do poder da theocracia e da plutocracia, que desde 1886 a 1891 tinham vindo ganhando força e audacia para nos assoberbarem. Foi elle que, abençoado e condecorado pelos clericaes, suspendeu o inquerito ás casas religiosas exigido pela opinião, que a morte de Sarah de Mattos sobresaltara pungentemente, infundindo-lhes alentos para tentarem uma grande mobilização de forças nos festejos antoninos. E foi elle que, conferindo constitucionalmente ao poder executivo o arbitrio para lançar e cobrar impostos independentemente do parlamento, introduzindo na camara dos deputados, com o titulo de representação das forças vivas do

paiz, elementos da agricultura, industria e commercio que não eram escolhidos pelas suas classes, e cujos interesses por isso não estavam identificados com os dellas, e dissolvendo as livres associações commercial, dos lojistas e industrial, de Lisboa para as substituir por uma oligarchia com o nome de camara de commercio e d'industria, se apartou radicalmente da massa trabalhadora, que devia ser o seu sustentaculo, ficando financeiramente escravizado aos magnates plutocratas que, reabrindo altiva e até insultuosamente todas as nossas questões financeiras, já derimidas, o forçaram a rasgar o decreto da reconstituição da Companhia real dos caminhos de ferro do norte e leste e a portaria do levantamento do deposito da Companhia dos caminhos de ferro do sul do Algarve, e a subscrever contractos tão leoninos como o do porto de Lisboa e liquidações onerosas como a do porto de Leixões. Eis as consequencias da dictadura. Nunca tivemos governo politico mais fraco do que esse governo de dictadores, que jactanciosamente se apellidava governo de força! E, — só para isso lhe servia a omnipotencia! — sob

o seu arbitrio, nenhuma transacção tinha seguro o dia d'amanhã.

Este despotismo triumphante ainda persiste. A' sua sombra se têem multiplicado os monopolios. E, agora mesmo, estamos ameaçados de mais um, o da cultura da vinha. Deviamos exultar com a abundancia do vinho, redobrando de propaganda para o aperfeiçoamento da sua fabricação e para a sua facil collocação no estrangeiro; e mal de nós, se os productores nacionaes se vão tornando cumplices do despotismo reinante!

Para valer á nossa actividade economica, é absolutamente necessario dar-lhe um governo liberal!

O primeiro artigo desse governo foi enunciado pela Associação industrial portuense: a protecção pautal. Temos efectivamente d'organizar antes de mais nada a nossa defesa contra as invasões dos competidores externos.

Mas a pauta precisa corrigida, eliminando-se sobretudo della as taxas sobre os generos alimenticios, como o arroz, o bacalhau, o assucar, o assucar que é hoje um expoente de civilização, e em cujo consumo

nós estamos abaixo de todas as outras nações civilizadas; precisa aditada com a taxa á navegação estrangeira, para protegermos sem mais perda de tempo a nossa marinha mercante, no intuito muito especialmente de conseguirmos communicações regulares com as colonias e com o Brazil; e precisa remodelada, para que á dupla pauta, continental e ultramarina, que só visa os interesses da metropole, se substitua uma federação aduaneira, que proteja por egual a metropole e as colonias, de modo a constituirmos um Portugal maior, em que se enlancem estreitamente com a familia portuguêsa todos os povos confiados historicamente á nossa guarda e hegemonia. E ha de esta defesa não se volver para fóra em ataque a ninguem, mas, contendo em limites inoffensivos a importação estrangeira, permittir as concessões apropriadas á celebração de tratados do commercio que desafrontem nos mercados lá de fóra a corrente da nossa exportação; e ha de esta protecção beneficiar não só capitalistas, proprietarios dos campos e das fabricas, mas toda inteira a classe trabalhadora, diffundindo-se sobretudo pelos operarios e jornaleiros.

Proclamada assim a nossa autonomia perante a industria estrangeira, organize-se liberalmente a economia interna da nação: a do estado, tanto a do poder legislativo, revindicando para o parlamento a votação annual do orçamento, como a do poder executivo, descentralizando os serviços publicos, nomeadamente os fiscaes, e conferindo toda a auctoridade, com toda a responsabilidade, ao funcionalismo, que deve reduzir-se ao seu numero imprescindivel, mas deve remunerar-se e dignificar-se justamente; a das corporações territoriaes, restituindo-lhes as franquias perdidas, para que não continuem a ser, como hoje, meras succursaes do Terreiro do Paço, obrigadas a cobrar as receitas que lhes mandam votar, mas que não consentem sequer que ellas administrem; a das associações de classe, abolindo a vexatoria auctorização prévia que hoje impende sobre a sua creação; e ainda a da propria officina, introduzindo legislativamente a justiça nas relações entre o patrão e o operario.

Dentro desta organização, proceda-se á revisão equitativa dos nossos impostos,

extinguindo, como propoz o sr. Augusto Fuschini em 1893, os de consumo, contra os quaes protestaram ainda ultimamente no parlamento, com a eloquencia dos algarismos, os medicos Oliveira Monteiro, do Porto, e Moreira Junior, de Lisboa, acusando-os da decadencia physica do nosso povo; e opere-se um forte movimento de cooperativismo publico, supprimindo e socializando os monopolios, quer sejam monopolios industriaes, como o dos tabacos e o dos phosphoros, do estado, e tantos outros, dos municipios, quer sejam monopolios commerciaes, principalmente o da moeda fiduciaria, que, necessaria ás transacções, não deve degenerar em meio de enriquecimento dalguns privilegiados, para, por intermedio delles, o estado, quebrando-a e depreciando-a, lançar sobre a nação successivos impostos, que recaem em grande parte sobre o salario e portanto sobre o sustento dos pobres, mas deve, sim, não se limitando a uma funcção passiva, animar e amparar todas as iniciativas productoras, sobretudo as mais desvalidas, levando-lhes generosamente, embora com as prudentes garantias, a assistencia publica

do capital. Por isso, mesmo no actual regimen, o que urgia, era, ao contrario do que o governo propõe no projecto de contracto entre o estado e o banco de Portugal submettido ás cortes, reduzir o estado a sua divida ao banco para este ir queimando as notas excessivas, como fizeram o Brazil e a Espanha, e, desoprimido dos emprestimos publicos, ramificar pelo paiz as suas agencias em auxilio dos syndicatos agricolas e das associações industriaes de classe.

E, com o producto dos impostos e dos rendimentos publicos, além do estado e dos municipios se irem resgatando fielmente das suas dividas, cuide-se zelosamente de prestar serviços de fomento, como, por exemplo, o da construcção dos ramos ferroviarios que tanta falta fazem ao norte e ao sul do paiz, e, aqui mesmo, o da transformação em porto commercial do porto d'abrigo de Leixões, e cuide-se amoravelmente da hygiene, da instrucção, e da independencia e elevação moral do trabalhador.

Não basta, porém, que os poderes publicos cumpram os seus deveres, cumpram-nos egualmente os particulares. E' fundamen-

tal. A' voz da imprensa, tão dignamente representada pelo *Commercio do Porto,* se estão construindo nesta cidade casas baratas para operarios. Prosiga-se no generoso empenho. E tome-se desde já o compromisso impreterivel de cooperar para uma lei, de justiça e piedade, de seguro contra os accidentes do trabalho, para que não mais, na partilha social entre o patrão e o operario, vão quasi todos os proventos e lucros para aquelle e quasi todos os riscos e damnos para este.

Hoje, os pobres, esquecidos e maltratados pelos ricos, desinteressam-se das reclamações das classes productoras. Mas, quando todos os membros dellas, unidos entre si pelo interesse commum do capital e do trabalho, se constituirem democraticamente, ellas possuirão uma força invencivel de governo, que ha de assegurar á nação a liberdade e a prosperidade economica.

Formas de governo *

Nada peor do que a ignorancia em que os membros duma nação estejam dos seus direitos e dos seus deveres. Nada mais necessario do que formar a opinião para que a opinião governe. Eis o alto intuito da educação civica. Em obediencia a esse intuito, é que determinou o tema para a inauguração da serie de conferencias promovidas este anno pelo Atheneu commercial de Lisboa, escolhendo entre todas as questões que podem interessar a esse tema, a que lhe pareceu de mais actualidade — a das fórmas de governo.

Não fala como falaria num comicio eleitoral, na praça publica. Falará didactica-

* Conferencia realizada no Atheneu Commercial de Lisboa, na noite de 31 d'outubro de 1903. Segundo o extracto de *O Mundo.*

mente, permittam-lhe o termo, como um professor, com imparcialidade, e, não dirá, sem paixão, mas com a paixão da verdade, da justiça e do patriotismo, como, ainda não ha muito, o grande historiador Mommsen, que, fazendo a critica do governo da sua nação, não duvidou opôr á condemnação fulminada pelo imperador contra o partido socialista o elogio do mesmo partido e do seu chefe, Bebel.

Uma lei sobreleva a todas na historia da humanidade: nenhuma instituição vive, se sustenta e radica senão pelo seu amor á liberdade. A historia da humanidade não é senão a historia da liberdade, que mais ainda do que a memoria dos heroes que a tornaram victoriosa, consagra sobretudo a dos seus martyres e das suas victimas.

Veja-se o mappa das nações. Quaes são as nações em que as instituições estão mais inabalaveis? São as nações que se têem consubstanciado com a liberdade: os Estados-Unidos na America do Norte, e a Suissa na Europa. Porque é que a Inglaterra é ainda um colosso monarchico? É, porque dentro della vão cabendo todas

as liberdades, como tẽem o Canadá, o Cabo. Dentro do imperio britannico cabe até a republica dos Estados-Unidos da Australia. A Austria conta com o lealismo monarchico dos povos, porque dentro da monarchia a Hungria vai conquistando todos os direitos de autonomia — até o de possuir um exercito proprio ella revindica actualmente —, e a Bohemia espera conseguir, como a Hungria, a sua autonomia parlamentar. Do mesmo modo, na Scandinavia, onde cada Estado vai sob a monarchia pugnando pela sua independencia até haver já conseguido cada um a sua independencia militar, e pretender mesmo agora uma representação consular e diplomatica propria. Ao mesmo tempo, na Allemanha, apesar do genio superior do imperador, a centralização militar vai levantando em ondas o partido republicano socialista. Quaes são as nações que se derruem e se esphacelam? São as que se tornaram incompativeis com a liberdade.

Esta lei aplica-se rigorosamente até mesmo ás nações republicanas. Ahi está a França. As instituições republicanas ali sofreram o assalto de todas as reacções

conjuradas no nacionalismo, quando, afrontando os direitos do proletariado, mandavam acutilar os manifestantes do primeiro de maio. Como se tẽem salvado? Pelo programma socialista liberal de Waldeck Rousseau, que está sendo rigorosamente applicado pelo ministerio Combes.

E' que a nação não é só o estado. Ha muitas republicas a implantar, além da republica no estado. Por isso, quando se accusa o nosso povo de indifferente, é-se injusto para com elle, porque elle está lutando por outros direitos tão sagrados como os da representação parlamentar, a começar nos direitos de existencia. Desafoguem-no, deem-lhe liberdade, e elle irá intervindo cada vez mais directamente nos negocios publicos. Por isso tambem tantas vezes a culpa dos homens que se ligam a partidos e instituições condemnaveis, tem atenuante na obsessão em que elles estão de pugnar pelos direitos e interesses da sua corporação, da sua localidade, da sua classe.

A lei de que só vivem instituições liberaes, verifica-se na nossa historia contemporanea.

De 1852 a 1885, tivemos um periodo de liberdade e de paz. Foi um periodo de ascenção liberal. Aboliu-se a pena de morte, isto é, proclamou-se pela lei a liberdade de viver. E proclamou-se este direito em toda a sua elevação, dando a todos, até aos indigenas das nossas colonias, onde se acabou com a escravatura, o direito de viver espiritualmente, com uma personalidade moral. Ampliou-se a liberdade religiosa, tornando efectiva a liberdade de crenças pela decretação do registo civil. Ampliou-se a liberdade economica pela extincção dos morgados, pela abolição dos monopolios e pela creação legal das associações de socorros mutuos e cooperativas. Ampliaram-se as liberdades politicas pelo alargamento do sufragio e pela representação das minorias. Descentralizaram-se os municipios, deram-se as maximas franquias aos districtos, e até na constituição se implantou o principio liberal da eleição parcial da camara dos pares. Nesse periodo, que começou, ouvindo-se a voz do grande tribuno José Estevam, parece que resoaram até final os acentos do seu verbo eloquente.

Foi isento d'erros esse periodo? Não foi. Mas muito se deve absolver a esses grandes liberaes, porque a sua culpa esteve principalmente em acreditarem em excesso nas forças individuaes. Inspirando-se no liberalismo inglês, eram liberaes até ao individualismo. Dahi os erros economicos que cometeram, abraçando illusoriamente pelo prestigio da palavra o livre cambismo, que era a luta do nosso productor, ainda fraco, sem instrucção, sem bem estar, contra o productor estrangeiro, principalmente inglês, já vigorosamente apercebido para essa luta. E foram tão tolerantes, que muitas vezes a sua tolerancia se converteu em relaxação.

Esse periodo fecha com a morte de Sampaio, Braamcamp e Fontes. Já nos seus ultimos tempos, como que se annunciava uma reacção; e é lastima que, tendo começado pela abolição da pena de morte, acabasse pelo restabelecimento della para os crimes militares. Por isso é no fim deste periodo que entra a avultar o partido republicano.

De 1886 até hoje, sopra um vento imperialista. A inspiração, em vez de vir da

Inglaterra liberal, vem da Allemanha cesarista. O partido progressista faz a centralização dos serviços materiaes. Segue-se o partido regenerador no poder, e faz a centralização dos serviços espirituaes na instrucção, e, depois, dissolve as associações, rasga as regalias municipaes, quasi extingue os districtos, acaba com a representação das minorias, legisla dictatorialmente e faz até mesmo dictadura constitucional. E, por fim, para que toda esta centralização não suscite uma revolta violenta, faz a lei sobre o anarchismo, que é uma ameaça suspensa sobre todos os liberaes.

A consequencia de tudo isto foi o engrandecimento do poder real, que, contra a constituição, se proclamava? Não. Se o partido repulicano propriamente se não desenvolveu, a ideia republicana alastrou-se por toda a parte. A consequencia foi a dissolução dos partidos e a anarchia da nação.

A prova da dissolução dos partidos está, não é preciso mais, em que elles fizeram como os exercitos em derrota, que fusilam os seus generaes: exautoraram os illustres

caudilhos que tinham sido os principaes fautores da centralização — o partido progressista, os srs. Marianno de Carvalho e Emygdio Navarro; o partido regenerador, os srs. João Franco e João Arroio — .

A anarchia da nação demonstra-se, dentro della, pelo desencadeamento das forças dissolventes do caciquismo, da plutocracia e agiotagem e do clericalismo; e, fóra, as mesmas consequencias dolorosas se seguiram a uma e outra dictadura progressista e regeneradora. Após a dictadura progressista, o *ultimatum,* a bancarrota com as negociações para o primeiro convenio, e a invasão congreganista sobresaltando os animos com o caso da irmã Collecta. Após a dictadura regeneradora, Kionga, o convenio definitivo, e, para ser em tudo rigoroso este parallelismo, de novo o fanatismo congreganista irrompe com o caso Calmon.

Donde nos ha de vir a salvação? Como arcar com a anarchia e vencê-la? Será a monarchia capaz de o fazer? Como? Promovendo a reconstituição liberal dos antigos partidos? Com quem? Com os seus actuaes chefes, os srs. José Luciano e Hintze Ribeiro? São bem dignos disso, mas ambos

já o tentaram e a experiencia está feita. O sr. Hintze Ribeiro organizou neste sentido a situação liberal de 1893, a que, com Augusto Fuschini, esse homem de bem e illustre estadista, pertenceu elle, orador. Todos sabem o que aconteceu. Tiveram ambos de sair vencidos, rendendo-se o sr. Hintze Ribeiro ás forças reaccionarias que conspiravam contra essa situação. O sr. José Luciano tentou o movimento oposicionista contra a dictadura, associando na oposição o partido republicano, como no governo o acaba de associar em Italia o sr. Zanardelli; mas, quando voltou dos comicios com as representações populares, teve de dependurar por inutil a espada liberal, esperando por melhores tempos. A oportunidade chegou um dia, e elle briosamente apresentou ás camaras a sua reforma da constituição num sentido liberal. Mas, quando essa reforma estava para ser votada, caiu o ministerio...

Se não é possivel a reconstituição liberal dos partidos pelos seus proprios chefes actuaes, sê-lo-á pelos seus caudilhos dissidentes — pelo sr. João Franco no partido regenerador, quem sabe se, ámanhã no

partido progressista, pelo sr. José Maria de Alpoim, que, como o sr. João Franco, possue notaveis qualidades e um grande poder de atracção pessoal? A experiencia está tambem feita. Logo que o sr. João Franco a tentou, conjuraram-se contra elle os antigos partidos numa guerra de exterminio, como que parecendo obedecer a um *mot d'ordre,* porque faz justiça aos srs. José Luciano e Hintze Ribeiro, e quer crer que estes veteranos das lides parlamentares não receassem, antes estimariam terçar armas e medir galhardias com o chefe do novo partido.

Se não é possivel a reconstituição dos partidos, será possivel a formação liberal dum novo partido sob os auspicios da monarchia? Quem o constituiria? Os nomes andam na bôca de todos: o sr. José Dias Ferreira, o sr. visconde de Chanceleiros, o sr. dr. Costa Lobo, o sr. Augusto Fuschini, o sr. Anselmo de Andrade, o sr. Augusto Castilho. Mas já viu alguem que a monarchia procurasse rodear-se destes homens de incontestavel merito? Foram sequer chamados ás suas festas, que são festas officiaes e não particulares? Ainda outro dia, por

occasião da visita de Eduardo VII, o sr. José Dias Ferreira, que fôra presidente do conselho de ministros, sentava-se á mesa do rei de Inglaterra, que deu assim nessa occasião com o seu convite um exemplo, que era ao mesmo tempo uma lição de bom governo constitucional. E, para não falar individualmente de mais ninguem, basta perguntar que apoio deu a monarchia ao bravo militar Augusto Castilho, quando elle era sujeito a um conselho de guerra por ter honrado o nome português, cobrindo com a nossa bandeira os vencidos das lutas civis do Brazil. Não pódem, pois, esses homens, não póde ninguem contar que elles encontrem na monarchia o apoio necessario para a organização efficaz dum novo partido.

Mas entenderá a monarchia que a salvação não póde vir assim, que as classes dirigentes, que a burguezia está profundamente contaminada e que é preciso governar por cima della e contra ella? Foi esse o sonho de socialismo de estado de Oliveira Martins e talvez de militarismo democratico de Mousinho de Albuquerque. A monarchia teve-os ao seu lado. Um não seria um estadista como Bismark, e o outro não seria

um estrategico como Moltke. Mas Oliveira Martins podia bem ser o continuador de Mousinho da Silveira, e Mousinho de Albuquerque era da raça dos Saldanhas e dos Terceiras, para não dizer antes que era da raça dos Mousinhos. A monarchia aproveitou-os? Oliveira Martins morria politicamente poucos mêses depois de ser elevado a ministro. Mousinho de Albuquerque não chegou mesmo aos conselhos da corôa, e, como se tivesse desesperado da sua proficuidade, suicidou-se. E a monarchia tinha para a realização deste programma, além destes homens, a voz mais eloquente dos nossos dias, Antonio Candido, o successor de José Estevam, que saberia conquistar para elle as sympathias das massas, e, para captar as sympathias internacionaes, um diplomata, o marquês de Soveral, que, pela sua gentileza de maneiras e pelo encanto do seu espirito, é bem do estofo dos Palmellas. Aproveitou-os? Antonio Candido, como que desenganado, emudeceu. O marquês de Soveral não pôde fazer mais do que converter a opressão inglêsa insolente de Salisbury no protectorado delicado, cortês, quasi afectuoso, de Eduardo VII.

E note-se que este programma de socialismo cesarista, que podia talvez vingar, começado com Oliveira Martins e continuado sob a impressão das gloriosas victorias africanas, já no tempo de Mousinho de Albuquerque era tarde de mais para se iniciar. Tomou parte nas ovações que por esse paiz as multidões acorriam a fazer ao heroe de Chaimite, que, quando lhe entoavam vivas, respondia sempre com vivas a el-rei; e viu-o regressar á capital, retirando-se as multidões do seu caminho, quasi despopularizado. Assim elle se sacrificara á sua devoção monarchica. O que não fez Mousinho, não pode decerto ousar ninguem mais.

Hoje as massas ainda se apartam mais da monarchia, porque, como tudo se concentrou no poder real, todas as responsabilidades, com fundamento ou sem elle, lhe imputam: o protectorado inglês é para salvaguarda da monarchia; a ruina financeira do paiz é a confusão dos dois erarios; e até o jesuitismo, se não se imputa ao rei, imputa-se ao paço.

Não é licito, pois, esperar a salvação dentro da monarchia. Não é possivel. Por

maior que seja a cultura do chefe de estado, por maior que seja o seu brio e coragem, o emprehendimento não é para as forças de nenhum individuo só. Só lhe pode meter hombros a massa inteira da nação, o seu valoroso povo, as suas classes trabalhadoras.

Ha quem objecte que a monarchia está identificada com a independencia da patria. Como se, sem ella, a nação não pudesse viver! Não. A nação foi de facto sempre monarchica; mas, infelizmente, a monarchia foi a monarchia usurpadora dos Filipes, foi o governo napoleonico de Junot e foi o governo de Beresford sob Jorge IV. Não. Efectivamente a monarchia tem um logar soberano no começo da nossa historia, mas gradualmente quem o vai tomando cada vez mais para si é o povo.

E as nossas alianças? Sem as discutir por agora, limitar-se-á a apontar a aliança entre a França republicana e a Russia absolutista, o tratado de arbitragem celebrado ultimamente entre a propria Inglaterra, nossa alliada, e a França republicana. Não. O tempo da santa aliança passou,

e hoje já não são dos reis as alianças, mas dos povos.

O que é indispensavel, é organizar as forças vivas da nação portuguêsa. Organize-as o partido republicano e a nação salvar-se-á!

E' preciso que o partido republicano, continuando a ser um partido de oposição, faça mais do que o ataque, do que a demolição, que já está feita. Transforme-se num partido de governo. Se não puder tentar a eleição parlamentar, faça por vingar a municipal; se nem no governo do municipio puder intervir, faça por intervir no da parochia. Não deixe ao abandono nenhum posto, por minimo que seja, que possa occupar. Faça sobretudo por amparar todas as justas revindicações dos pobres, dos humildes. Seja um partido republicano profundamente socialista. Quando os republicanos, por toda esta sua campanha, se mostrarem homens de governo, tenham como certo que a republica estará feita em Portugal, como se fez no Brazil, como aconteceu na França em 1871, onde a assembléa legislativa, com uma maioria de monarchicos, elegia para seu pre-

sidente o republicano Grévy e para chefe do estado um monarchico convertido á republica, Thiers.

E até esse momento, se a monarchia não é impenitente, o partido republicano, embora isto pareça um paradoxo, ter-lhe-á acordado os sentimentos liberaes, satisfazendo assim as esperanças de tantos homens de bem que ainda confiam nos serviços della ao paiz, e contribuindo para que ella, novamente congraçada com a liberdade, ao soar a hora de desaparecer, morra com honra e dignidade.

Governo e ensino *

Ao ver comprometido o presente, alguns espiritos que se preocupam sinceramente com a sorte do paiz e procuram remedio para os nossos males, clamam, num apêlo para o futuro: — escolas! Será possivel dentro do regimen a salvação do país pelo ensino?

Innegavelmente a influencia do ensino no destino dos povos é importantissima. Governo e ensino são solidarios: o bom ensino não é menos eficaz do que o bom governo para a prosperidade da nação. Atestam-no exemplos, tanto da historia patria como de estranhos.

Logo após a fundação da nossa nacionalidade, funda-se a Universidade. E, apesar

* Conferencia realizada em Lisboa na Academia dos Estudos livres, na noite de 21 de novembro de 1903. Segundo o extracto de *O Mundo*.

de vacillantes uma e outra nos seus primeiros passos, é já da Universidade que sai a completar a sua educação juridica em Bolonha o grande causidico da nossa independencia, João das Regras. Vencedores em Aljubarrota, surge-nos a figura patriotica do infante D. Henrique, que a um tempo impulsa os estudos mathematicos e as nossas navegações e descobrimentos. A escola de Sagres é uma escola naval pratica, ao lado da nossa Universidade. E tanto neste periodo heroico das nossas glorias o ensino serve o progresso nacional, que, ainda ao terminar, elle se personifica em Pedro Nunes, o grande cosmographo, professor da nossa Universidade, e D. João de Castro, o grande navegador e capitão, seu discipulo. Decaem os estudos em Portugal e decaimos até á perda da nossa independencia; mas bastou que do humanismo universitario ficasse o poema immortal de Camões, *Os Lusiadas,* para que esse compendio glorioso de patriotismo electrizasse os animos para a obra da restauração. Recobrada a independencia, o ensino vai sendo uma preocupação do estado, até que, com Pombal, que de

todas as opressões parecia querer libertar a nossa terra, submetendo-a transitoriamente a uma só, a do absolutismo politico, o ensino adquiriu uma tal força de emancipação, que tomou por divisa esta sentença dos novos estatutos da Universidade : « A razão é a alma da lei. » E é da Universidade reformada, da sua brihante escola juridica, que saem as legiões constituintes do nosso exercito libertador, entre cujas fileiras se batem valorosamente os juvenis batalhões academicos. A nossa historia, póde, pois, dizer-se, é a historia do ensino em Portugal.

O mesmo nas nações estrangeiras. A grandeza material e moral dos Estados Unidos e da Suissa assenta firmemente na larga base duma solida educação nacional. O exemplo da Allemanha, tantas vezes citado, é na verdade empolgante. Depois do desastre de Iena e da paz de Tilsitt, a Prussia, esquartejada, parecia não ter vida para muito tempo. Mas ouve-se a voz do philosopho Fichte nos seus discursos á nação allemã, chamando-a ao cumprimento dos seus deveres educativos; a sua palavra resôa em todos os corações, e, do alto do

throno, a rainha Luiza, tão desditosa como sympathica, presta todo o seu concurso a esta campanha patriotica. Cria-se a Universidade de Berlim, como um centro potente de idéas e de civismo, e como consequencia, de victoria em victoria, a Prussia conquista a hegemonia da Allemanha, e torna-se, finalmente, na grande potencia continental e colonial que a todos hoje causa admiração.

Não são menos eloquentes tambem os exemplos das duas outras grandes nações europeias, a França e a Inglaterra. Como é que a Republica francêsa se levanta do grande desastre de Sédan? Sangrando ainda, faz todos os sacrificios para o fortalecimento do ensino. Legisla um ensino primario leigo, gratuito e obrigatorio; cria os lyceus femininos; dá maior autonomia ás suas Universidades; e das bancadas escolares sáem as novas gerações, que vão tornando cada vez mais forte e respeitada a França, aliada hoje dum grande imperio, requestada por todas as outras nações, novamente grande potencia colonial com largo dominio na Africa e na Asia. E é tal a importancia que ali se liga ao ensino,

que agora mesmo é neste terreno que a França republicana tenta descarregar os ultimos golpes na mais antiga e na mais perigosa de todas as reacções, a reacção clerical.

A exposição internacional de Londres em 1851 marca para a Inglaterra uma epoca memoravel. O principe Alberto, marido da rainha Victoria, propugna em todas as ocasiões solemnes a causa do ensino. Spencer escreve os magnificos capitulos da sua tão sugestiva obra de educação physica, intellectual e moral. Decreta-se o ensino primario obrigatorio, chamando a intervir na sua administração toda a gente — homens e mulheres. Desenvolvem-se todos os ramos de ensino colonial. E a Inglaterra vai ao mesmo tempo percorrendo esse periodo victoriano de grande prosperidade, em que augmenta ainda o seu colossal poderio e procura finalmente estreitar os laços do seu enorme imperio, transformando-se duma federação de estados num estado federal.

E, na larga expansão mundial, que é o empenho commum destas tres poderosas nações — a Inglaterra, a Allemanha e a

França — quem são as suas figuras representativas?

Na Allemanha, o imperador Guilherme, que, ao mesmo tempo que promove o incessante incremento da marinha mercante e de guerra allemã, toma sempre uma posição decisiva na vanguarda de todas as innovações pedagogicas. Em França, Julio Ferry, o ministro do protectorado de Tunis e da annexação do Tonkin, é ao mesmo tempo o ministro reformador da instrucção publica. Em Inglaterra, sob o ministerio de Chamberlain, celebra-se tanto o congresso dos primeiros ministros coloniaes como o congresso interbritannico das Universidades da metropole e das colonias.

Assim se enlaçam intimamente, por toda a parte, o ensino e o governo da nação.

Poderemos, pois, nós contar com a acção salvadora do ensino dentro do actual regimen?

Não perguntará onde está entre nós uma rainha Luisa, porque para o seu respeito basta ver a rainha de Portugal á frente da cruzada em favor da assistencia ás creanças doentes e aos tuberculosos.

Mas julga-se no direito de perguntar se temos entre nós um Guilherme II, da Allemanha, ou um principe Alberto, da Inglaterra.

O rei de Portugal cultiva com distincção as sciencias e as artes; interessa-se pela lavoira da sua casa; dá mesmo a benefica lição, tão necessaria, do enrijamento physico pelo exercicio dos deportos; zela a educação de seus filhos, que confia a excellentes professores; e subsidia do seu bolso alumnos das diversas escolas do paiz. Exemplifica assim, nobremente, as virtudes do homem particular.

Mas o funccionario, o homem publico, o primeiro magistrado da nação eguala o homem particular? Que serviços presta á causa do ensino? E esta pergunta tem tanto mais razão de ser, quanto se sabe que todos os poderes se concentraram nas mãos do chefe do Estado. Mas vejam ao que chegou o nosso constitucionalismo! Deu-se toda a força á prerogativa régia, não para ella fazer o bem, mas para consentir e auctorizar todos os desmandos!

Tivemos, senão um Guilherme II, um principe Alberto no discipulo querido de

Herculano, em D. Pedro V, que precisamente pelo modelo moral daquelle seu parente se compunha e como elle se devotou ao progresso do ensino entre nós. Mas esses tempos eram outros.

O acto adicional de 1851 effectuou uma transacção entre a carta constitucional outorgada pelo rei e a constituição espontaneamente jurada pela nação. Nelle por isso vinha encerrada uma interrogação: se se caminharia para a carta outorgada, isto é, para o arbitrio real, ou para a constituição livremente jurada, isto é, para a emancipação popular. Os estadistas de 1851 a 1885 seguem o caminho das liberdades publicas; e, para as cimentar, fundam escolas, institutos, museus, organizam a direcção geral de instrucção publica, e, pela voz de Sampaio, chamam a si, liberalmente, o concurso de todas as corporações. E não só ellas, mas ainda as iniciativas particulares, respondem ao seu chamamento, destacando-se, entre estas, a de D. Pedro V, criador do Curso superior de letras, e a do benemerito conde de Ferreira, magnanimo bemfeitor da escola primaria. Viu-se então mesmo, ainda que

por momentos, no fastigio do ensino, a figura, hoje veneranda, do amoravel propagandista da educação popular, D. Antonio da Costa. A corrente dos melhoramentos do ensino tornara-se tão poderosa nesse periodo, que ella ainda se prolonga algum tempo pelo periodo seguinte, em que as corporações administrativas continuam a corresponder á confiança publica que nellas havia sido depositada, em qne no primeiro gabinete progressista, pelo ministerio das obras publicas, se dá um vigorosissimo impulso ao ensino profissional, e em que, já em 1890, para obedecer á opinião excitada, se criou o ministerio da instrucção publica, como que em desforço ao repto do *ultimatum* inglês.

Mas a centralização tudo ia destruindo e anarchizando. E chegámos a esta situação: o analphabetismo alastra-se pelo país, fecham-se as escolas, e mesmo na capital vende-se o terreno cujo destino devia ser sagrado, porque era o legado dum filho da cidade á sua instrucção; descura-se inteiramente a educação da classe média, que não tem escolas onde preparar-se; e continua-se com uma só Universidade, como

no principio da nacionalidade, quando a Suissa, tres vezes menor no territorio e com uma população que pouco excede tres milhões de habitantes, possue sete Universidades, todas numerosamente frequentadas, sendo o resultado da insuficiencia do ensino para as classes dirigentes, que a sua ignorancia ainda em geral é maior do que a das classes trabalhadoras analphabetas. E fez-se peor do que destruir o ensino: desacreditou-se. Tudo se tornou suspeito á opinião. Por mais respeitavel que seja individualmente cada um dos membros dos jurys, não ha concurso de professores, não ha exame de livros, que se não malsine. Em tudo se pretende ver um escandalo. A tal ponto que, em vez de se clamar — escolas! sente-se mas é por vezes a necessidade de gritar — abaixo as escolas!

Esta ruina, este descredito do ensino dar-se-á por falta de quem, dentro delle, o ampare e o nobilite? Não. Mas todos os esforços dos seus melhores professores são improficuos.

E' que não ha só a influencia do ensino sobre o governo; ha tambem a reciproca,

a influencia do governo sobre o ensino. E o mau governo não póde dar senão o mau ensino.

Citou monarchias onde o ensino prospera. Mas é que ha a monarchia patriota, que promove todos os progressos, e que, no dia em que pela força das coisas desaparecer, deixará de si memoria honrada e grata; é assim a monarchia inglêsa, onde até o prestigio da sua scenografia arcaica parece destinado a dar maior realce á majestade da lei, que assegura todas as liberdades. E ha a monarchia symbolo de todos os egoismos, que vai abrindo a cova onde se sepultará a nação, mas primeiro se enterrará a si propria dentro della; é a monarchia do arbitrio, da dictadura, da centralização, é o regimen em que ninguem cumpre as leis, desde o rei, que viola as leis constitucionaes, até ao regedor de parochia, que não conhece nenhuma.

Sob este regimen do arbitrio, não póde de certo viver o ensino. A questão do ensino é essencialmente uma questão de liberdade.

Os que esperam salvar a nação pelo ensino, que pretendem?

Querem escolas, isto é, que a nação tenha uma sciencia, uma arte, uma industria sua, original e independente, portuguêsa? Mas o regimen vive contente e festivamente sob a tutella estrangeira.

Querem que não só o estado, mas todas as corporações, contribuam para o engrandecimento escolar? Mas isso é a descentralização territorial, e o regimen tem suprimido quasi todas as franquias locaes.

Querem um ministerio autonomo para a instrucção e um conselho superior de instrucção e conselhos escolares electivos? Mas é a organização liberal das repartições do estado, e o regimen centraliza todos os serviços. Para tudo, até para os negocios do ultramar, é necessario recorrer ás secretarias do Terreiro do Paço e nestas aos ministros.

Querem professores competentes que desempenhem cabalmente o seu magisterio? E' querer, para todos os que têem merito, o direito, a liberdade de serem escolhidos para os logares publicos; é querer para o empregado a liberdade no desempenho das suas funcções. Mas o regimen é o regimen do nepotismo. E, se o funccionario não é

inamovivel, está sujeito ás transferencias, ás demissões; e ainda o inamovivel acha-se na colisão, ou de não cumprir bem os seus deveres profissionaes, se não quizer ser cumplice dos maus governos, porque então todos os meios de acção lhe recusam, ou, para os obter, de não cumprir intransigentemente os seus deveres publicos.

Querem alumnos para as escolas? Mas para isso é preciso haver liberdade de as frequentar; é preciso distribuir socorros pelas familias das creanças pobres; são precisas todas as liberdades economicas que o socialismo reclama. E o regimen não se importa com isso: extinguiu as commissões municipaes de beneficencia e ensino, e centralizou tudo, até a beneficencia! Não temos ainda uma lei de descanço semanal para que as classes trabalhadoras, ao menos uma vez por semana, frequentem a escola; não se executa o regulamento do trabalho dos menores; ha horas demais de trabalho na officina e de estudo nas aulas; e não se cuida de desafogar a vida do operario, para que elle mande os seus filhos á escola, assegurando-o contra a miseria, pelo menos nos dias de crise de trabalho e nos de

invalidez e da velhice. Pelo contrario, vive-se em grande parte da espoliação do trabalhador.

Querem ensino, o verdadeiro ensino, que dê não só a instrucção, mas tambem a educação? Mas esse é o ensino liberal, e como ha de querê-lo um regimen de arbitrio?

Logo, com as actuaes instituições, que esperanças póde haver de regeneração pela virtude do ensino?

Assuma o partido republicano os seus deveres para com as novas gerações. E aponta-lhe para exemplo José Elias Garcia, que sempre serviu desinteressadamente o ensino, no parlamento, no peloiro da instrucção de Lisboa e na imprensa, onde teve por companheiro o santo medico José da Cunha Castello Branco Saraiva, seu querido amigo, cuja morte pranteiam ainda muitos pobres da população desta cidade.

Os actuaes partidos politicos *

A prova de que a victoria da liberdade é inelutavel, é que até a reacção, para a combater, precisa de falar a linguagem da liberdade. A' opressão eleitoral chama liberdade politica; á opressão do trabalhador chama livre concorrencia, liberdade economica; e á opressão clerical, aos votos monacaes, chama liberdade religiosa.

E esta confusão não deixa de ser perturbante. Arrastados por ella, vemos liberaes desertarem para o campo do absolutismo, e reciprocamente reaccionarios invadirem o campo liberal. Todo o discrimen, pois, é necessario. Vem por isso serenamente, como educador, como o poderia fazer numa

* Conferencia realizada no Salão da Porta do Sol, do Porto, na noite de 23 de janeiro de 1904, segundo o extracto de *O Commercio do Porto, O Norte, O Primeiro de Janeiro* e *A Voz Publica*.

aula de direito publico, falar dos nossos actuaes partidos de governo, para apontar onde está a liberdade e onde os seus inimigos, que não se resumem, como disse um grande patriota, no clericalismo, mas são tambem, com a theocracia, a plutocracia e o cesarismo, são todos os usurpadores do poder, quer dizer, todas as reacções, religiosa, economica e politica. Ver-se-á quanto esses inimigos estão fortificados, e como precisamos, todos os liberaes, de andar bem vigilantes e apercebidos, não só para os desalojarmos das posições conquistadas, mas ainda para repelirmos a escalada que elles tentam contra os baluartes que nos restam e tantos sacrificios nos custaram.

Os partidos de governo definem-se pelo seu conceito da constituição da nação. Constituição liberal: partido liberal; constituição arbitraria: partido reaccionario. Porque o arbitrio póde ser um momento a liberdade, mas sempre se converte afinal no absolutismo.

No periodo da nossa iniciação liberal e atravez das lutas por vezes tão cruentas que ella custou, os heroicos emancipado-

res da nação que, ao impulso da gloriosa conspiração do synhedrio portuense, vingaram a revolução de 24 de agosto de 1820, fizeram a sua constituição quasi republicana de 1822; os constitucionaes da campanha da Terceira, do cerco do Porto, de Almoster e da Asseiceira, tiveram a carta outorgada de 1826, que foi, ao arbitrio do imperante, a liberdade com D. Pedro IV e a opressão com D. Maria II; e, em oposição á carta outorgada, Passos Manuel e os setembristas fizeram a democratica constituição de 1838, decretada pela vontade da nação. No segundo periodo da nossa vida constitucional, que ainda abre com José Estevam e que se fecha pouco depois da morte de Sampaio, periodo que inaugura entre nós o parlamentarismo, os regeneradores fizeram os actos adicionaes de 1852 e de 1885, que são já verdadeiros pactos constitucionaes, e, no intervallo, historicos, reformistas, constituintes, republicanos, apresentam os seus projectos, em progressão avançada, de reforma constitucional.

Desde então o nosso systema representativo faz crise. E' a crise do sombrio periodo que atravessamos.

Ainda tres partidos intentam proseguir na ascenção liberal: são o partido da Esquerda dynastica, o partido das Ligas nacionaes e o partido da Liga liberal, cada um dos quaes tem, pelas suas palavras ou pela significação dos seus homens, o seu plano constituinte radical. Mas essas tentativas malogram-se; e, com o ministerio de 1893, a que teve a honra de pertencer com Augusto Fuschini, que ali está presente, perde-se toda a esperança de conciliação entre a monarchia e a democracia.

O partido chamado do engrandecimento do poder real, constituido principalmente pelos ramos mais atrevidos do partido progressista e do partido regenerador, acaudilhados pelo sr. João Franco e pelo fallecido Carlos Lobo d'Avila, decreta em ditadura o acto adicional de 1895, jurado pelas côrtes em 1896, que deveremos antes denominar acto subtractivo, porque restabelece de novo a carta outorgada de 1826; e o antigo partido regenerador, rasgadas as suas nobres tradições de 1852 a 1885, colabora nelle; e o partido progressista, que principia briosamente por protestar contra elle, acaba por se lhe submeter.

Dois partidos novos appareceram, que pretendem ser governo, o partido regenerador-liberal e o partido nacionalista *não menos liberal:* ambos o reconhecem.

Todos os partidos monarchicos actuaes, portanto, proclamam como lei suprema da nação o acto de 1896, isto é, a carta outorgada de 1826, isto é o arbitrio. Necessitamos, pois, de saber o que nos trouxe já e o que nos trará ámanhã o arbitrio que nos rege, se a dictadura liberal de D. Pedro IV, se a dictadura opressiva de D. Maria II, senão ainda peor, a de D. Miguel. Recuamos até 1826, ou voltaremos mesmo até aos tres estados, aos ominosos tempos anteriores á implantação das instituições liberaes, perdendo cem annos quasi de vida constitucional?

Desde 1820 que, sem embargo de todas as vicissitudes, o progresso liberal se foi operando em Portugal em todos os dominios, politico, economico e religioso. Esse progresso accentua-se de 1852 a 1855 principalmente. Mas depois a reacção envida todas as suas forças para o conter, e vai-o infelizmente suplantando. Mostrará esta luta em cada um dos tres dominios.

Politicamente, crearam-se as juntas de parochia, generalizaram-se as camaras municipaes a todos os concelhos, crearam-se as juntas geraes de districto; levou-se assim o principio electivo a todas as corporações locaes; e, ainda depois, na constituição do Estado, até a camara dos pares se tornou electiva. E, embora não estivesse inscripta na lei a liberdade de associação politica, inscreveu-se a de reunião; e, de facto, havia a liberdade de associação politica, porque os partidos tinham os seus centros de organização mais ou menos popular, que o digam o movimento do *Primeiro de Janeiro* e o antigo partido progressista do Porto. Era a monarchia cercada de instituições republicanas, como a sonhara Passos Manuel.

Foi contra esta republicanização politica que a monarchia assestou as suas baterias desde 1886. Como vencer? Substituindo em toda a parte a eleição popular pela nomeação regia. Foi o que praticaram successivamente progressistas e regeneradores e o que levou ao seu auge o partido do engrandecimento do poder real. A centralização inutilizou as corporações locaes,

anulando-lhes as regalias, deixando-lhes quasi só uma magistratura consultiva. Acabaram com a eleição do pariato, e não acabaram com a dos deputados, porque era preciso que ficasse uma corporação, não electiva, mas temporaria, onde a oligarchia politica pudesse a seu talante experimentar os seus favoritos antes de lhes dar o encarte definitivo na camara dos pares. Ao mesmo tempo que centralizava os empregos publicos locaes, chamando-os a si, o estado multiplicava enormemente os seus. E assim pôde ir atacando e abatendo todas as influencias populares e opondo-lhes as dos seus clientes, de tal modo que todos os centros politicos livres foram desaparecendo, transformando-se em delegações executivas da vontade dos chefes de clientella. Os centros republicanos que resistiram, dissolveram-se, e, renascendo, tem-se feito tudo para os reduzir á impotencia.

O resultado é termos hoje o governo politico da nação convertido numa immensa burocracia cesarista, ou corpo d'exercitos mais ou inconciliaveis de empregados publicos, de influentes sem auctoridade propria,

commandados pelos oligarchas politicos. E as lutas politicas reduzem-se hoje no campo monarchico a escaramuças entre esses oligarchas e suas clientellas, deixando indifferente a opinião do paiz, que apenas as commenta, como ultimamente as de Braga e Espozende, com um sorriso triste.

Eis o que tẽem sido os tres partidos que tẽem governado com a legislação constitucional de 1896, partido do engrandecimento do poder real, partido progressista e partido regenerador: partidos de reacção politica. Escravizaram a opinião.

As consequencias desta reacção não foram, é claro, só politicas, mas tambem economicas e religiosas. Nunca, como nos ultimos tempos, desde 1886, foram maiores os esbanjamentos; só após a queda do sr. João Franco com o ministerio proclamador do engrandecimento do poder real, foi necessario legalizar mais de 5:000 contos de dividas. Nunca se feriu mais, pela exaltação de homens suspeitos aos postos eminentes, o culto delicado da honra, que é o apanagio de todas as almas bem formadas!

Se os partidos que ultimamente tẽem disposto do poder, representam a reacção politica, o novo partido dos *homens que tẽem que perder,* cujo chefe referendou o artigo constitucional que confere ao rei o arbitrio de lançar e cobrar impostos, independentemente da vontade da nação, esse partido representa a plutocracia, a reacção economica.

Com o progresso das liberdades politicas, veiu tambem o progresso das liberdades economicas. Fundaram-se associações commerciaes pelas principaes cidades do paiz, as Associações dos logistas de Lisboa e do Porto, o Centro commercial e o Gremio commercial do Porto, os Atheneus commerciaes de Lisboa, do Porto, de Coimbra, de Braga, etc., as Associações industriaes, a Associação d'agricultura portuguêsa, ligas e syndicatos agricolas, montepios, associações de socorros mutuos, cooperativas, associações, centros e federações de classe. Creou-se assim uma força eleitoral admiravel. Basta lembrar o Monte-pio geral com os seus avultados capitaes e o seu immenso credito, basta lembrar a Voz do operario, de Lisboa, com 44:000 socios e 84 escolas para os seus associados.

Era preciso dar batalha a esta formidanda legião, e é o que se propõe o partido da oligarchia financeira.

As tentativas datam de 1886, e o ataque foi sobretudo violento durante o governo do engrandecimento do poder real. Para essa campanha se fez a centralização financeira, pondo dependentes do governo todas as concessões locaes, ainda mesmo as das camaras municipaes, que só nominalmente as fazem, pois pouco mais são do que auctoridades ao serviço dos oligarchas que tudo decidem e mandam. E bem tem demonstrado reconhecê-lo o Porto nos seus recentes protestos. Depois, o Estado foi concentrando na sua mão toda a força financeira que dá monopolios, que augmenta ou diminue, a seu bel-prazer, as pautas alfandegarias no continente e no ultramar, que influe nos descontos do Banco de Portugal e suas caixas filiaes, e que, como já dissera, pela legislação constitucional de 1896, dispõe discrecionariamente dos impostos, que póde lançar e cobrar como quizer. Esta força é enorme tambem. Com ella se procurou suffocar o eleitorado economico, e, escudado nella, os ministros de 1894 a 1897

dissolveram a Associação industrial e as Associações commercial e dos logistas de Lisboa e transformaram-nas numa Camara de commercio e industria tutelada pelo governo. Essas associações, graças aos esforços dos seus benemeritos defensores, alguns dos quaes tem o prazer de ver ali a seu lado, puderam resuscitar; mas o golpe dado pela reacção não foi perdido, e os seus auctores lá estão hoje predominando nos corpos gerentes da Associação commercial de Lisboa.

A obra, porém, tão desabridamente proseguida de 1894 a 1897 não ficara completa. E é por isso que a mesma oligarchia economica, com os seus novos proselytos, aqui se reuniu ha dias, em ágape festivo, pretendendo estender ramificações pelo país. Pergunta: *Os homens que teem que perder,* que então se apresentaram coligados em partido, haviam sido escolhidos para se pronunciar sobre as questões publicas do paiz, como representantes das associações commerciaes e industriaes do Porto? Não? Então tentaram substituir-se aos legitimos representantes, e por esse modo atentaram contra a independencia e os direitos sagra-

dos da sua classe. E que não representavam os verdadeiros interesses economicos desta terra, viu-se bem, pois que nem uma palavra tiveram de sympathia para as questões que mais a tẽem agitado ultimamente, uma questão organica, a da hygiene da cidade e das habitações operarias, e duas questões moraes, a questão pungente do contracto do trabalho entre operarios e patrões, e a questão do descanço semanal dos empregados do commercio, de cuja solução dependem a saude, a instrucção e o futuro da classe commercial. Nem a peste, nem as reclamações dos congressos das classes textis e dos empregados do commercio celebrados nesta cidade, nem a gréve de ha pouco ainda, que comoveu todo o país, deram rebate no seu coração endurecido!

Oh! elles são bem a reacção financeira, que será ainda peor do que a actual reacção politica, se algum dia alcançar o poder, porque hoje, com os actuaes governantes, ainda as classes desvalidas, nas suas revindicações contra a plutocracia, apellam para a auctoridade; mas, depois, já não o poderão fazer, porque a auctoridade será ella.

Condecora-se com o titulo de partido liberal a facção plutocrata, porque pretende arrancar o poder aos partidos de reacção politica, que até agora exclusivamente se tẽem alternado na governança. Querem entrar tambem na rotação, na partilha do poder; e dahi todo o seu programma monarchico-liberal, que se cifra em dois artigos: um, de adhesão ao rei, de cujo arbitrio depende supremamente o seu advento aos conselhos da corôa; outro, de reforma eleitoral, que decrete os circulos uninominaes, por meio dos quaes esperam, se tanto fôr preciso, atestar a sua força, acrescentando com o peso das suas clientellas o que já hoje tanto oprime em cada ponto isolado do país o eleitorado. Todos os mais artigos do programma são pouco mais ou menos tão vãos como o artigo da responsabilidade ministerial, que, no dia em que se tornasse efectiva, exautoraria moralmente a maior parte dos homens publicos que nos ultimos tempos tẽem servido a monarchia em Portugal, reus de atentados contra a liberdade dos cidadãos, e, com elles, os partidos que os consideram seus chefes. E' verdade que, se não fôr tão cedo chamado ao

poder o partido reaccionario dos que tẽem que perder, o seu liberalismo crescerá indomavelmente. Elles o protestaram: — o seu chefe, bradando: *Senão, não!* — o seu estado maior, clamando: *Para a frente, sempre para a frente!* — e os seus novos adeptos, declarando na sua mensagem ao chefe que então *irão até onde as exigencias da salvação nacional os levarem!* — Felizmente que, para os moderar, vigora a lei de 13 de fevereiro de 1896, da iniciativa do seu chefe... Em nome da ordem social, poderão ir, mas é para Timor!

Peor do que esta reacção plutocrata que nos ameaça, só a clerical do nacionalismo.

Desde 1880, em que se celebrou o centenario de Camões, ao lado da velha liturgia eclesiastica começou a formar-se entre nós uma nova liturgia civica. Ás festas de Camões seguiram-se outras aos nossos gloriosos antepassados: o Porto ergueu uma estatua ao infante D. Henrique; guardaram-se piedosamente as cinzas de Herculano e de Garrett; Lisboa, Porto e Coimbra acompanharam em recolhido cortejo ao cemiterio os seus queridos mortos, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas e José Falcão.

Uma nova religião foi despontando, humana, toda feita de cordialidade e de amor. O fanatismo alvoroçou-se, a theocracia chamou ás armas as suas hostes e constituiu-se o partido nacionalista. Que pretende? Elle já invade o seio das familias, faz casamentos, dita o testamento dos moribundos e apodera-se dos bens particulares; mas, como soffre ainda a soberania do estado, que nomeia e estipendia o clero, o seu liberalismo revolta-se contra esta dependencia· Quer tambem dispôr, em proveito dos seus, da auctoridade e dos bens publicos. E, para isso, para escalar o poder, como elle é liberal! Quanto mais do que a plutocracia! O clericalismo promette todas as liberdades, inclusivamente a liberdade dos cultos, e tudo, sob uma clausula apenas... dentro tambem da ordem social.

Aqui têem, pois, o que são os partidos monarchicos em Portugal: os dois que estão no goso do poder, a reacção politica; os que o pretendem, um, a reação financeira, outro, a reacção clerical.

Contra esta triplice reacção levanta o partido republicano o seu estandarte, em cuja divisa se lê esta triplice aspiração:

liberdade politica, liberdade economica e liberdade religiosa.

Por todos os que querem saber e não podem, oprimidos pela reacção politica, — por esse sem numero de creanças analphabetas — ; por todos os que querem trabalhar e não podem, oprimidos pela reacção economica, — por esse sem numero de proletarios — ; por todos os que querem amar, ser bons, e em cujo seio a reacção religiosa lança a semente dos odios, — por esse sem numero de santas e piedosas mulheres que ella tenta desvairar e arrastar após si para fóra dos seus deveres — ; por todos os pobres, por todos os humildes e por todos os fracos, saudemos a liberdade e com ella o unico partido que hoje a sustenta e defende em Portugal — o partido republicano!

Contra as propostas de fazenda

Comicio de Coimbra em 28 de fevereiro de 1904 *

Todos conhecem as propostas de fazenda apresentadas pelo governo ao parlamento; dellas ha uma que tem por fim a remodelação pautal. Não é dessa que se vai ocupar, e a seu respeito apenas dirá que, sendo o proteccionismo um dever de solidariedade nacional, é mister exercitá-lo, não só em beneficio dos industriaes, mas muito principalmente dos operarios, melhorando-lhes o salario e proporcionando-lhes instituições de ensino e de assistencia social.

As outras propostas envolvem todas agravamentos de impostos, que mais veem ferir todas as manifestações de vida e de iniciativa nacional.

* Discurso pronunciado na presidencia do comicio republicano, segundo o extracto da *Resistencia.*

Coimbra, que ha um anno, num arranco de indignação, se insurgiu contra a violencia das exacções fiscaes, não podia deixar de se associar ao movimento de protesto que neste momento vai lavrando por todo o país, contra as propostas de fazenda que agravam todos os impostos existentes, acrescentando-lhes ainda outros não menos vexatorios e opressivos.

A nossa situação financeira e economica é tal como se tivessemos sofrido uma guerra exterior. E' a guerra interior que temos sofrido das oligarchias dominantes contra as classes que trabalham. Por isso os impostos ultimamente tẽem sido verdadeiros impostos de guerra. Em 1892 lançavam-se os impostos da guerra feita ao país pelas dictaduras progressista e regeneradora. Agora lançam-se tambem os impostos da guerra, que principalmente foi feita contra as liberdades publicas pelo governo do poder pessoal de 1894 a 1897.

Estão ainda na memoria de todos as afrontas que foram feitas por esse governo contra Coimbra, terra da Universidade, á qual elle arrancou representação parlamen-

tar, cujos funcionarios ameaçou e preteriu por motivo das suas opiniões democraticas, chegando a demitir o secretario, Cerqueira Coimbra, que desde então, longe desta cidade, tem continuado a estar sempre presente na saudade de todos os que o conheciam e apreciavam as suas primorosas qualidades. Esse governo pessoal, que se ufanava de ser um governo de força, foi — por lhe faltar precisamente a força que só pode dar a um governo a opinião —, foi, com a sua ditadura, não só dos mais opressivos, mas tambem dos mais esbanjadôres, escravizado, como esteve, aos poderosos de dentro e de fóra da nação. Foi então que Casimiro Périer, em nome da oligarchia financeira, nos esbofeteou deante de todo o mundo, em pleno parlamento francês. E' a conta de todos os gastos de então, acrescentados com os dos partidos que se seguiram ao do poder pessoal de 1894 a 1897, que se nos apresenta agora para pagarmos pelo agravamento de impostos.

Recusamo-nos a isso. E advertimos os poderes constituidos de que é possivel, e bem provavel, que, se insistirem no seu proposito, a insurreição que no anno passado

se limitou a Coimbra, se alastre, estuando no coração de todo o país.

O partido republicano é um partido d'ordem; pretende conquistar o poder pela força da opinião; mas contem as classes trabalhadoras com elle na vanguarda para todos os sacrificios, em qualquer vicissitude.

Quando os diversos partidos monarchicos que têem governado ou querem governar, são unanimes em reclamar mais impostos ao país, em oposição a elles o partido republicano proclama bem alto, assumindo um compromisso solemne, que *o povo português não deve, nem pode pagar mais impostos.*

Comicio de Coimbra em 27 de março de 1904 *

Sauda o commercio de Coimbra e as delegações e representantes do commercio de todos os pontos do país, que se acham ali

* Discurso no comicio promovido pelo corpo commercial, segundo o extracto da *Resistencia.*

reunidos, por mais aquella demonstração da sua cohesão, do seu espirito corporativo, e sobretudo do seu patriotismo, porque nesta campanha travada com os poderes publicos não se trata dos interesses só duma classe, mas sim dos interesses solidarios de todas as classes trabalhadoras.

Expõe como as propostas de agravamento d'impostos apresentadas pelo governo ao parlamento vinham envolvidas e acobertadas com outras de fomento economico ao commeroio, á industria e á agricultura. Como se, na desvalidez a que chegámos, por mais numerosas que sejam as nossas necessidades, não sobreleve a todas a necessidade de vivermos! Só ao povo proletario o governo não offereceu nada, e descarregou rudemente a ameaça de nova tributação sobre a sua alimentação e a sua luz.

Por isso o partido republicano soltou o grito d'alarme contra as propostas de fazenda. E logo as federações operarias no seu comicio as combateram. As outras classes estudaram-nas, discutiram-nas; e, dentro em pouco, as associações commerciaes representavam ás côrtes contra ellas,

e, organizando uma acção commum, operavam essa admiravel mobilização de forças do dia 14 de março, que ficará para sempre como uma data gloriosa para o commercio português, — e folga de poder apontar á assembléa os promotores dessa grandiosa manifestação, alli presentes, o sr. José Pinheiro de Mello, de Lisboa, e os srs. José Ferreira Gonçalves, e José Pimentel, do Porto —; a agricultura representava tambem contra ellas, e a industria, a principio vacillante e mesmo inclinada á aprovação das propostas de fazenda, parece finalmente já convencida de que todas as vantagens e beneficios da reforma da pauta em favor da producção não compensariam os prejuizos que lhe haviam d'advir da diminuição de capacidade do consumo. Assim foi crescendo o movimento de protesto. Alastrou-se. Tornou-se verdadeiramente nacional.

E, qualquer que seja o seu exito, não se póde negar-lhe alta importancia. E' assim que a opinião se forma. Este é o grande meio d'educação politica do país, porque este movimento, essencialmente economico dentro das associações, desde que saiu

de dentro dellas para a praça publica, converteu-se num movimento politico. E' assim que se poderá ir conseguindo o governo da nação pela nação. E, quando o obtivermos, quando todos os poderes, desde o mais humilde até ao mais elevado, fôrem da vontade e eleição da nação, teremos feito ordeiramente, pacificamente, a maior de todas as revoluções, alcançando com ella o triumpho não só dum partido, mas da liberdade e da patria.

Não quer acentuar a nota partidaria, mas não póde deixar de tirar a moralidade politica que o movimento de protesto encerra. Achando-se nesta questão vital, dum lado, todas as classes trabalhadoras, e, do outro, apenas a minoria dos privilegiados, é licito procurar saber com quem estão os nossos partidos politicos. E vê-se que com a oligarchia dos privilegiados que devoram a substancia da nação, não estão só os partidarios do actual governo, estão todos os partidos monarchicos, pois todos elles, por mais que ataquem as propostas de fazenda em discussão, todos ao desafio, como se isso fosse condição para captarem a confiança da corôa, declaram permanen-

temente que, quando houver um governo de moralidade na administração, eufemismo que significa — quando elles forem governo —, já o país se não recusará a novos sacrificios, o que é redondamente falso, porque o país não póde nem quer pagar mais, e o primeiro acto de moralidade, de coragem civica, que se tem d'exigir, hoje, dos governantes, é que equilibrem o orçamento e as contas do estado, não pelo augmento dos impostos, mas pela sua propria reducção e pela supressão de todas as despesas inuteis e faustosas. Com as classes trabalhadoras, identificado com ellas, só o partido republicano, que iniciou este movimento de protesto e que o acompanhará sem esmorecer até final. Tanto é certo que o partido republicano é hoje o unico profundamento nacional!

A insurreição de Coimbra *

O movimento d'insurreição de Coimbra contra as expoliações governativas, por mais lamentaveis que sejam as mortes dos dois infelizes, — um delles uma creança ainda! — que foram victimas do seu choque com a arrebatada repressão das tropas, tem um alto significado civico e prestou a todos os animos atribulados e feridos de desalento o inapreciavel serviço de tornar bem patente que ainda ha aqui corações e braços robustos e dedicados para estreitar e soerguer com toda a paixão e toda a hombridade o estandarte da revolta contra as prepotencias que nos arruinam, nos vexam e deshonram. Provou-se claramente que este bom povo,

* No supplemento da *Justiça*, commemorativo do dia 12 de março de 1903.

que, — dia a dia, de sol a sol, — gasta a sua vida num improbo labor, sem nada mais lograr senão ver escarnecida a sua paciencia e sobrecarregada a sua miseria, é tambem capaz de arriscá-la duma vez, num momento de nobre e heroica indignação, pela esperança generosa de haver melhores dias para a sua familia e para a sua patria. Podem contar seguramente com elle, com os seus homens, com as suas mulheres e até com os seus filhos, com as suas sympathias e com o seu apoio material e moral, todos os que se unirem em santa cruzada para a defesa, revindicação e conquista dos nossos direitos individuaes e collectivos, sem os quaes é absolutamente impossivel a nossa restauração nacional.

Protecção ás mulheres e aos menores

Congresso da « Liga contra a Tuberculose » celebrado em Coimbra (abril de 1904)

Discurso *

Nunca como nos ultimos tempos o naturalismo foi tão dominante. Mas nem por isso a vida se materializou, antes hoje mais do que nunca a civilização é generosa, espiritual e idealista. Exemplo relevante da influencia humanista e moralizadora do naturalismo é a hygiene, cujos dictames cada dia mais se vão convertendo nas nações cultas em codigos de direitos e de leis.

Uma destas leis é a da regulamentação das mulheres e menores nas fabricas, que foi a obra de varios homens publicos,

* Segundo o extracto da *Resistencia* e da *Justiça*.

entre os quaes é dever lembrar dois mortos ilustres, Saraiva de Carvalho e Thomaz Ribeiro, obra a que teve a honra de pôr termo em 1893, ao lado de Augusto Fuschini, que tanto tambem contribuira para ella.

Embora reputada uma das mais perfeitas, senão mesmo a mais perfeita de todas, esta lei tem decerto lacunas e incorrecções.

Apontará algumas. Entre os misteres prohibidos aos menores, importa incluir o de varredores de rua, que, perigôso até mesmo para os adultos, o é sobretudo para as compleições tão susceptiveis de creanças.

A prohibição do trabalho das mulheres nas proximidades do parto deve ser não só depois, mas tambem antes delle; e quereria até que se condemnassem os contractos de creação, em que duas mães, uma rica e outra pobre, uma tantas vezes por egoismo, outra quasi sempre por miseria, abandonam os seus filhos, impondo-se a todas, ricas e pobres, a obrigação de, sempre que possam, crearem os seus filhos.

E a nossa aspiração não hade limitar-se a defendermos os menores e as mulheres só nas fabricas, mas tambem na industria

domiciliaria, que tantos progressos tem feito ultimamente no norte do país.

E não só na industria, mas em todas as profissões. Para mostrar quanto isto é preciso, basta dizer que os empregados do commercio, mesmo as mulheres, mesmo os menores, não tẽem ainda sequer por lei o direito ao descanço dum dia por semana. E quanto não precisam de protecção os creados de servir, principalmente os menores e mulheres, que, na prestação dos seus serviços, vivem inteiramente á mercê do arbitrio humano ou deshumano dos patrões!

E não só o exercicio das profissões, mas tambem o seu aprendizado, cumpre tornar hygienico. Ora o alumno entre nós está submetido a um regimen de trabalho forçado: na escola primaria, a estreiteza do ensino viola a integridade do seu desenvolvimento physico e moral, e no lyceu, a multiplicidade dos professores, especializando o estudo de cada disciplina, torna-lho duma intensidade e duração incomportavel; ao contrario, no ensino superior, que deve ser especial, por causa da amplitude dos programmas elle é arrastado de materia em materia, sem nunca poder parar em

nenhuma, com fatigante irritabilidade do seu espirito, que não pode deixar de reverter em damno para a sua saude.

Todas as leis de protecção são necessarias para a mulher e para a creança e ainda para o homem do povo. Por todas ellas devemos pugnar, principalmente numa Universidade, onde crê interpretar os sentimentos de todo o magisterio, declarando que não é sem dôr, e muitas vezes mesmo sem indignação, que se tem de ensinar um direito civil, que é principalmente o direito dos proprietarios e dos ricos, um direito publico, que é o direito duma oligarchia sobre a vontade da nação, um direito financial, que é o direito que tẽem os ricos de tributarem os pobres, um direito penal, que é o direito que assiste aos poderosos de castigarem os humildes e desvalidos que lhes não pagam ou não obedecem.

Mas, se tantos direitos novos de solidariedade social é necessario ir implantando na nossa legislação, faça-se ao menos por cumprir o inicio dessa legislação que já possuimos e que é principalmente importante como promessa. Para pôr em execução a regulamentação do trabalho dos menores e

mulheres nas fabricas, organizou e dotou convenientemente a inspecção industrial, e os inspectores desempenham-se com zelo das suas funcções. Sem embargo, a lei pouco ou quasi nada se executa. Porque?

Opõem-se-lhe as mesmas causas que em Portugal se opõem a todas as leis de justiça e de progresso, a triple reacção religiosa, politica e economica.

A reacção religiosa, que sempre embaraça quanto pode o exercicio do poder civil, tem-lhe creado difficuldades, recusando-se muitos parochos a passar gratuitamente as certidões de edade que são necessarias para definir as obrigações impostas pela lei.

A reacção politica, pelo seu favoritismo, tira a força aos inspectores para empregarem os meios necessarios á sancção das prescripções da lei.

A reacção economica que empobrece e arruina a nação, pela sua avidez e dissipação torna a vida, a alimentação, o vestuario, a habitação do operario cada vez mais cara, enfraquecendo-lhe, por isso, as suas forças, donde resulta, mais do que em qualquer outra nação, necessario entre nós proteger o menor e a mulher no trabalho.

Para que a familia possa dispensar o salario da creança, que tantas vezes é o unico braço que lhe resta para a sua sustentação, é preciso organizar em seu favor a assistencia publica. Para que a mulher, nas crises da maternidade, possa dispensar-se de trabalhar, é preciso organizar em seu favor caixas de seguros ou socorros. E como se desempenham destas obrigações as classes possidentes e governamentaes? Ai! em Portugal, são os pobres que prestam a assistencia aos ricos e não os poderosos aos desvalidos. Em prol dos industriaes, ha o proteccionismo pautal, que é feito á custa dos contribuintes e portanto, em grande parte, pelas classes trabalhadoras. E quantos repartem com ellas essa protecção? Os poderes publicos lançam sobre a nação impostos, em grande parte impostos indirectos, que recaem principalmente sobre as classes trabalhadoras. E que beneficio lhes prestam em troca?

Nem, ao menos, quando os patrões tentem resarcir-se da falta de braços baratos dos menores e da reducção do tempo de trabalho dos menores e das mulheres, reduzindo elles o salario, o operario, pela faci-

lidade da sua organização associativa e pelo direito de greve pode reagir. Para se ver como é ainda difficil ás classes operarias associar-se, porque a lei das associações de classe exige a auctorização prévia do governo, sempre fatigante e esterilizadora para todas as iniciativas, basta dizer que na circumscripção industrial de Coimbra apenas existe com estatutos aprovados uma associação de classe. E a greve, a colligação operaria, que devia ser um direito, embora tolerada pela brandura dos nossos costumes, é punivel pela lei penal como um delicto.

Ao operario nem resta sequer o recurso de por toda a parte apelar para os tribunaes, quando nem mesmo o minguado jornal a que se sujeitou, o patrão lhe queira afinal pagar lealmente, porque não existe em todo o país ainda senão um tribunal de arbitros avindores, o que elle creou em Lisboa em 1893, e esse mesmo com vida precaria, muito abandonado pelos poderes publicos.

Eis a conclusão a que chega sempre em todas as questões sociaes entre nós quem tem alma e coração: é que, para resolver

qualquer dellas, de que depende a vida e o futuro da nação, é absolutamente indispensavel uma profunda e radical reforma nas instituições que nos regem.

Conclusões

1.ª — Ha um direito novo do operariado, e, em especial, da mulher e do menor, que é necessario proclamar bem alto, inscrevendo-o na legislação civil.

2.ª — O proteccionismo aos industriaes deve ter sobretudo por fim o proteccionismo aos operarios, e, primeiramente, ás mulheres e aos menores.

3.ª — Sem o barateamento da vida do operario por effeito da socialização do imposto, mal se poderá, ainda á custa duma larga beneficencia, pôr em execução a lei do trabalho das mulheres e dos menores nas fabricas.

4.ª — O procedimento duma parte do clero, recusando-se a passar gratuitamente as certidões de edade aos menores empregados nas fabricas, é mais um argumento que demonstra a necessidade de se tornar obrigatorio para todos o registro civil.

5.ª — A Repartição do trabalho industrial deve publicar regularmente um boletim estatistico, onde se insiram os relatorios dos inspectores industriaes.

6.ª — Provisoriamente os inspectores industriaes poderiam com vantagem acumular as funcções de inspectores do ensino industrial.

7.ª — As caixas escolares, como tão benemeritamente as têem instituido muitos professores primarios, são um poderoso meio de assistencia para se conseguir aliar o trabalho com a instrucção dos menores.

8.ª — E' necessario ministrar um ensino complementar aos menores dum e doutro sexo, empregados na industria, que já se achem habilitados com a instrucção elementar obrigatoria.

9.ª — Cumpre tornar extensiva a todas as classes de trabalhadores e profissões a protecção social para com os menores e as mulheres.

Eleições *

Eleger ou não eleger, eis o problema politico. Sobre a eleição se funda o governo liberal, como sobre o arbitrio o governo despotico. Eleição e liberdade são irmãs. Por isso, de todos os governos o mais liberal é o republicano, que é o mais electivo.

Com o progresso do sufragio, cresce a liberdade; com o retrocesso, decresce.

Entre nós, no periodo constitucional, á medida que se vai ganhando em eleição, ganha-se em liberdade. Sem falar já nas nossas grandes epocas liberaes, 1822 e 1838, que se assignalam pela organização do parlamento, com uma ou duas

* Conferencia realizada no Centro eleitoral republicano José Falcão, de Coimbra, na noite de 30 de maio de 1904, segundo o extracto da *Resistencia*.

camaras, todo de eleição, em 1826 a carta declara electiva a camara dos deputados, o acto adicional de 1851 torna electivas todas as camaras municipaes, e o acto adicional de 1885 introduz o principio electivo na camara dos pares. As eleições vão passando de indirectas a directas. A temporalidade do mandato reduz-se, amiudando-as. E o sufragio alarga-se: em 1878 confere-se o voto a todos os chefes de familia, o que é quasi o sufragio universal. Efectivamente, emquanto em 1877 havia recenseados no continente 476:120 eleitores, ou 10 por cento da população, em 1880 o corpo eleitoral subiu a 844:838, e, logo em 1883, a 863:280, ou cerca de 18 por cento da população, percentagem sensivelmente egual á da Allemanha, onde ha o sufragio universal aos 25 annos d'edade. Conjuntamente com o numero de eleitores, augmentou tambem, embora com varias oscilações, o numero de deputados, que em 1884 foi de 170.

Ao contrario, com o governo do engrandecimento do poder real, a camara dos pares volta a ser de nomeação regia, as juntas geraes de districto passam a ser

presididas pelos governadores civis, e para as camaras municipaes de Lisboa e Porto os presidentes são nomeados pelo chefe do estado. As eleições districtaes tornam-se indirectas. Restringe-se o eleitorado pela supressão da capacidade eleitoral dos simples chefes de familia. O numero de deputados desce a 120.

E, assim como os direitos do eleito e portanto do eleitor se foram elevando pelos actos adicionaes de 1851 e 1885, que, em proveito do parlamento, limitaram a prerogativa da corôa sobre impostos e sobre a dissolução, e pelo codigo administrativo de 1878, largamente descentralizador; assim depois, pelo acto constitucional *subtractivo* e pelo codigo administrativo de 1896, diminuiram.

As nações mais liberaes são as que mais professam o principio da eleição. A Inglaterra leva-o até ás colonias. Nos Estados Unidos e na França o proprio chefe do estado é electivo. E a Suissa elege não só as auctoridades do poder legislativo, mas ainda, em grande parte, as do poder executivo; mais, faz de cada eleitor um eleito pelo direito d'iniciativa e de *refe-*

rendum. Inversamente, as nações mais escravizadas, como hoje a nossa, não conhecem ou não acatam o principio electivo.

A eleição, aqui mesmo celebrada nas côrtes de Coimbra de 1385, deu-nos Aljubarrota, abrindo-nos todo o glorioso periodo das nossas navegações e descobrimentos. Depois, com a supremacia do jesuita e a abolição de todo o voto livre, tudo tivemos perdido, até a independencia nacional.

Porque é que a nossa nação está tão dividida, tão arruinada e desauctorizada? Porque é que lá fóra lançam sobre nós as suspeitas mais afrontosas: não ha muito, que, atraiçoando a hospitalidade que deviamos a Kruger, o iamos entregar aos inglêses; agora, que o protesto do Vaticano contra a visita do presidente Loubet á Italia se tornou do dominio publico por inconfidencia da nossa chancelaria? Que calumnias nos não assacam? E' precizo ter viajado no estrangeiro para se ver, com o coração retalhado de dôr e o rubor nas faces, até que ponto tem baixado a nossa reputação. O que soffrem sobretudo os nossos filhos que tẽem d'ir procurar o

ensino ás escolas doutros paizes! E porque? Porque somos uma nação, uma raça moribunda? porque já não possuimos homens de entendimento e de caracter para o nosso governo? Não! porque os não escolhemos.

O principio electivo é o lemma da bandeira dos reformadores politicos por toda a parte. Que reclamam os valorosos representantes da infeliz Irlanda? o *home rule,* isto é, o direito della se governar por sua eleição. Por que anceiam os epicos patriotas do Transwaal? pela restauração do seu direito eleitoral.

Foi o principio electivo o que, em poucos annos, communicou ao Japão a força, a cohesão que está demonstrando nas suas tremendas lutas com a Russia autocratica. Restitua-se-nos esse principio de vida, e Portugal resuscitará.

Um povo indifferente pela eleição é um povo indifferente pela liberdade.

A questão religiosa, a questão economica e a questão politica são fundamentalmente questões d'eleição.

Que pretendemos em religião? Pretendemos que todos tenham o direito de

escolher o seu culto; e, dentro do culto catholico, que é o nosso culto tradicional, a que todos queremos muito, porque, ainda quando não seja o dalguns de nós, foi o dos nossos paes e é o de quasi todas as nossas mulheres, pretendemos que á nossa egreja-matriz e ao nosso seminario diocesano, governados pelos nossos parochos e bispos, da nossa escolha, porque são da escolha da nação, se não substituam as capellas e os noviciados da propaganda romana, que ás nossas misericordias, irmandades e confrarias, de nossa eleição, se não substituam as congregações religiosas adscritas passivamente á obediencia de Roma, e não mesmo da Roma do papa branco, mas da Roma do papa negro.

Que pretendemos economicamente? Pretendemos que não só os ricos, mas todos tenham direito á vida economica, podendo unir-se, associar-se cooperativamente para escolherem livremente os seus chefes, os seus mestres e directores; e que os que não tenham meios de trabalhar por sua conta, possam solidariamente debater pelos seus representantes os seus contractos de trabalho e por meio delles assegurar em

tribunaes d'arbitragem o exacto cumprimento desses contractos.

Que pretendemos politicamente? Que todas as corporações até o estado sejam francamente electivas, dando-se a cada uma das nossas divisões administrativas, tanto da metropole como das colonias, a mais liberal autonomia. Quem não vê que os litigios que hoje ameaçam despedaçar a unidade nacional, como, por exemplo, entre S. Thomé e Angola, só assim se podem resolver?

Ai! é muito difficil o exercicio do direito de eleição entre nós, de toda eleição e sobretudo de eleição politica, bem o sei. Contra elle avança não só o despotismo politico, commandando a legião dos seus influentes, mas tambem o despotismo financeiro, ou a plutocracia, e o despotismo clerical, ou a theocracia. Custa a ter a liberdade politica, porque é preciso ter primeiro a liberdade economica e a liberdade religiosa.

Mas, se é certo que, nos individuos como nas sociedades, a nossa opinião depende muito dos nossos interesses como das nossas paixões, não é menos certo recipro-

camente que, desde que a razão se desenvolve, tende a ser predominante. O poder politico vai cada vez mais regulando e garantindo a liberdade economica e a liberdade religiosa das nações. A questão economica e a questão religiosa têem de ser decididas superiormente por elle. Daqui a suprema importancia da eleição politica. E' necessario que todos, não só os que têem uma opinião sobre as coisas publicas a sustentar, mas tambem os que têem interesses geraes a defender e sentimentos de fraternidade a salvaguardar, apellem para ella.

Ás almas piedosas que se confrangem do materialismo grosseiro duns e do impio fanatismo de tantos outros; aos proletarios que se vêem sem trabalho, ou esfalfados pelo excesso de trabalho, sem o descanço diario ou semanal indispensavel, e sem segurança para a desvalidez do dia d'amanhã por accidente, doença ou velhice, e aos negociantes, industriaes e lavradores que protestam contra os esbanjamentos e os impostos que nos arruinam a todos; aos nossos mestre-escolas e professores, aos nossos jornalistas e aos nossos tribunos,

que combatem a ignorancia e o erro e procuram formar a razão social para que, em seu nome, a lei governe; a todos direi: Lutem pela eleição!

Reunamo-nos! Que nada neste momento nos divida e enfraqueça! Não macule o clero liberal as suas mãos com os presentes que, agora no periodo eleitoral, o governo lhe quer fazer para as suas egrejas e cathedraes; não peça nada ao governo a nossa burguezia liberal, nem caminhos de ferro nem estradas, nem serviço algum, por mais que urja aos interesses publicos, nada; ninguem que tenha uma parcella d'influencia na opinião, solicite do governo nem sequer o reconhecimento do minimo direito que do comprazimento delle dependa. Tudo têem nas suas mãos: Votem!

Sejam absolutamente intransigentes! Não se comprometam! Não vão, pela vantagem da ocasião, alimentar e dar alento ao arbitrio governativo, que os abaterá e subjugará amanhã.

Lutemos pelo direito d'eleição! E' para travar essa luta que se criam os partidos politicos, uns para esmagar a elei-

ção, outros para a proclamar e defender. E conhece-se logo os que são por ella ou contra ella, pela sua propria constituição electiva, democratica, ou arbitraria, despotica. Entre nós, os partidos progressista e regenerador, cujos membros estão todos os dias abdicando nos seus chefes, são inimigos da eleição ; o partido neo-regenerador dos homens que têem que perder, logo pelo seu apelido de franquismo, que atesta quanto o magnetismo pessoal do seu chefe se impõe discrecionariamente aos seus correligionarios, parece ainda mais inimigo da eleição ; e o nacionalismo, que acaricia no seu seio as congregações religiosas e portanto sustenta o voto perpetuo, isto é, por anti-phrase, a abolição do voto, esse é de todos o maior inimigo da eleição. Em Portugal hoje só ha um partido que se vai organisando electiva e democraticamente, e que é capaz por conseguinte de revindicar o principio da eleição para a nação ; é o partido republicano. Não falte, pois, ao seu dever.

Tomemos, republicanos, todos nós, sem excepção de ninguem, o nosso posto de combate.

Primeiro de tudo, a revindicação do sufragio universal.

Protestemos contra um regimen que, deixando o país sem escolas, exige para se ser eleitor a habilitação de saber ler e escrever; contra um regimen que, ao passo que lança sobre os desvalidos o maior encargo d'impostos, sob a fórma d'impostos indirectos, os risca do censo dos contribuintes para lhes negar a capacidade eleitoral, tornando-os duplamente proletarios. E' um ludibrio! Todo o cidadão que dá a um país o seu amor, o seu trabalho e a sua intelligencia, tem o direito d'intervir no governo dos destinos desse país. Nem se pode constituir a grande familia nacional, sem que, a dentro da nação, cada um possa ser, como é na familia, não só um eleitor, mas tambem um eleito. A Constituição define a nação, a associação politica de todos os cidadãos portuguêses. Sem o sufragio universal, é falso.

Após o sufragio universal, revendiquemos uma representação eleitoral tão fiel que assegure a cada partido um numero d'eleitos proporcional ao numero dos seus eleitores, protestando tanto contra o systema

vigente da lista plurinominal como contra a resurreição do systema dos circulos uni nominaes, que, um e outro, oprimem o eleitor e falsificam o acto eleitoral. Num impera o feudalismo local, no outro o absolutismo central.

E, protestando, façamos ao mesmo tempo a demonstração solemne das nossas forças, das forças liberaes e republicanas do país. Se, por culpa da lei e por dolo dos seus agentes, os nossos votos se não contarem, deixar que os partidos monarchicos declamem amanhã que foram elles que triumpharam, vamos com os nossos recenseamentos e as nossas actas, tudo devidamente authenticado, ao parlamento representar contra a legislação eleitoral que nos arranca, viola e escamoteia a eleição. E, se não nos atenderem, se a lei não fôr honradamente reformada, voltemos então lá já com os nossos deputados para que elles tomem o seu logar. Quem é que se nos ha-de opôr? A força publica? O exercito respeitará a vontade expressa da maioria da nação.

A' urna, cidadãos!

Aos eleitores *

---

19 de junho de 1904

Em 1884, celebravam os partidos monarchicos um acôrdo para se reformar liberalmente a lei eleitoral e a lei constitucional, isto é, para se augmentarem as liberdades. Hoje os partidos monarchicos celebram o acôrdo para ludribiar a lei eleitoral, viciando na sua origem o regimen representativo.

E' que os nossos antigos estadistas do periodo constitucional, ainda os mais conservadores, eram sinceramente liberaes e faziam a politica do engrandecimento popular. E os partidos monarchicos, desde 1886, e sobretudo depois de 1894, foram cada vez mais tornando-se em partidos reaccio-

* Discursos nos comicios eleitoraes celebrados em Lisboa, para a apresentação dos candidatos republicanos, segundo os extractos de *O Debate* e *O Mundo*.

narios até chegarem a proclamar a politica do engrandecimento do poder real, isto é, do restabelecimento do absolutismo. Por isso, não se importam com o sufragio popular. O seu eleitor é outro, que cortejam e adulam ciumentamente.

E o acôrdo que agora selaram da dictadura eleitoral, não é senão uma manifestação do acôrdo geral em que estão intimamente identificados na sua luta commum contra a liberdade.

Na politica interna, estão unidos por um systema de leis opressivas que vão desde a constituição dictatorial de 1895, que ameaça todas as liberdades publicas, até á odiosa lei de 13 de fevereiro de 1896, que ameaça todas as liberdades individuaes.

Na politica externa, estão unidos por tres actos de exautoração nacional, que o actual presidente do conselho de ministros na Sala do risco, por ocasião do banquete que lhe ofereceram os seus correligionarios, obcecadamente capitulou de tres relevantes serviços prestados nos ultimos tempos pela monarchia: a aliança inglêsa, o convenio, e o decreto de legalização das ordens religiosas, a que o sr. Hintze Ribeiro deu

o nome de pacificação religiosa. Ora a aliança inglêsa, mostrou ainda ha pouco a Inglaterra o que é, ocupando como suas as nossas aguas territoriaes para as manobras das suas esquadras. Não é aliança, é protectorado. O convenio foi a confissão da nossa insolvencia e a intervenção dos credores externos na nossa administração financeira. E o que foi a legalização das ordens religiosas, viu-se no atrevimento com que outro dia a curia romana feriu os nossos brios no exemplar deprimente que nos destinou da sua circular de protesto ás nações catholicas contra a viagem do presidente Loubet ao rei de Italia. Foi ao menos de pacificação? Di-lo bem claro a parada de forças que acaba de fazer em Braga o clericalismo para solemnizar o cincoentenario da definição do dogma da Immaculada Conceição.

Se a politica interna dos actuaes partidos monarchicos tem sido de dictadura, a externa tem sido de subserviencia.

Hoje, só o partido republicano tem o direito de se chamar liberal.

Só os republicanos são os continuadores da politica de Mousinho da Silveira, Passos

Manoel, José Estevam, Rodrigues Sampaio. Só elles podem adeantar e acrescentar a obra de emancipação economica, religiosa e politica iniciada por esses grandes liberaes e patriotas. E não faltarão ao desempenho de tão sagrado dever. E' o que os candidatos republicanos veem dizer a toda a nação, desfraldando perante os seus eleitores o programma do partido.

Nós queremos a plena liberdade de cultos, portanto a liberdade de associação religiosa, mas sem que dentro de nenhuma se professem votos que sejam a anulação da propria liberdade. E, como respeitamos todas as crenças, não queremos que nas nossas escolas se obriguem os nossos filhos a nenhum catecismo nem a nenhum juramento confessional, e tão pouco queremos que se desnature a missão civilizadora, moralizadora, que nos compete sobre as raças incultas das possessões ultramarinas confiadas á nossa guarda, convertendo-a numa missão sectaria, fanatica, de propagação da fé ultramontana de nenhuma egreja. O estado, que é a grande associação onde se reunem todos os crentes da nação, das mais diversas confissões, a todas deve

respeito e protecção, mas só uma religião pode e deve ter sua propria, que é a do bem, da fraternidade, da assistencia pelos humildes e pelos infelizes.

Queremos que não só os ricos tenham o direito á vida economica; que todos os trabalhadores se possam associar economicamente entre si, sem dependencia da auctorização previa que hoje se lhes exige, e que, emquanto essas associações não forem de força para contractar livremente com o capitalismo, o estado intervenha com leis humanitarias que evitem o trabalho sobreposse não sómente dos menores e das mulheres, mas de todos os operarios, e que imponham aos patrões a devida responsabilidade pelo risco profissional, cujas lastimosas consequencias não é justo que pesem só sobre os proletarios, hoje, quando victimas dum sinistro, quasi sempre forçados a estender a mão á caridade por essas ruas e estradas. E, assim como combatemos a tyrannia do patrão na officina, egualmente combatemos a tyrannia dos ricos sobre os pobres na sociedade. Não queremos monopolios que encareçam o preço de todos os generos, até o das

substancias alimenticias, em proveito dos syndicatos financeiros. Não queremos privilegiados do imposto, nem na sua incidencia nem na sua applicação. Hoje, são principalmente os pobres que pagam os tributos e são principalmente os ricos que os aproveitam. Queremos o contrario: que sejam principalmente os ricos que contribuam para as despesas publicas, não só proporcionalmente, progressivamente, e que os rendimentos publicos sirvam não para o fausto e dissipação de nenhumas familias poderosas, mas para o fomento da producção, e sobretudo para que o estado possa acudir nos dias sombrios e tristes da inactividade e da velhice aos pobres trabalhadores que, apesar de todas as canceiras, nada puderam amealhar para si e para as suas familias. Não são só benemeritos os que pelejam pela patria no campo da batalha, mas tambem os que labutam, dia a dia, nas lides não menos incruentas tantas vezes do trabalho nacional.

Queremos a inteira liberdade de pensamento, desde a escola, que ministre a toda a nação a educação mais liberal, até á praça publica, onde tanto a liberdade da

tribuna como a liberdade da imprensa sejam unicamente garantidas pela responsabilidade do orador ou do escriptor. Queremos a liberdade de associação politica, que ainda hoje é defesa segundo o nosso codigo penal. Queremos a autonomia das corporações locaes, tanto na metropole como nas colonias, suprimindo-se na metropole, como fazem a Suissa e a Inglaterra, os agentes do poder central junto a essas corporações, que, salvo honrosas excepções, se convertem quasi sempre em instrumentos da corrupção e opressão dos governos. E queremos os membros do parlamento, não como hoje são — uns, os pares do reino, de nomeação régia, por lei; outros, os deputados, de nomeação régia, de facto —, mas todos electivos; e, acima de todos, revendicamos o direito de escolher para chefe supremo da nação o melhor dos portuguêses.

Ao cumprimento deste programma devotará todas as suas forças, nos annos que lhe possam restar de vida, convicto de que da sua execução dependem a honra e a salvação da patria.

5 de fevereiro de 1905

Meus senhores!

Antes de mais nada, quero agradecer á cidade de Lisboa a carinhosa manifestação que hontem me dispensou, e que era tambem dirigida ao meu querido camarada, o grande causidico da democracia portuguêsa, dr. Affonso Costa. Assim esta cidade demonstra este anno, como já demonstrara o anno passado, nas vesperas do acto eleitoral, que só ha um partido verdadeiramente popular, um partido que principalmente tem direito á sua representação parlamentar, que é o partido republicano.

Meus senhores! Desde que, ha quasi um seculo, os nossos constituintes proclamaram os direitos do homem e do cidadão, tres vezes sobretudo a reacção tentou suplantar as liberdades publicas. Primeiro foi a reacção miguelista, depois a reacção cabralina, e ultimamente a reacção fran-

quista, que assim tem que ser dominada, porque, embora dos dois principaes fautores da politica chamada do engrandecimento real, e que não é senão do engrandecimento do poder pessoal dos ministros valídos, o unico sobrevivente não tenha feito parte dos ultimos ministerios regeneradores e progressistas, a verdade é que elle é que tem continuado a governar o país pela observancia da sua legislação dictatorial, que está ainda de pé. Elle e os seus adeptos é que caracterizam a ultima reacção politica; todos os outros estadistas monarchicos, qualquer que seja o seu valor individual, não passam nella de comparsas.

Felizmente, porém, se a reacção miguelista venceu logo de principio facilmente os liberaes e foi necessario depois toda essa epica campanha que elles fizeram desde a Terceira até Almoster e Asseiceira, já a reacção cabralina não pôde conter a revolução popular que provocou, sem o socorro da intervenção estranjeira, e foi quasi sem resistencia que os liberaes operaram o movimento da regeneração. E hoje a reacção dominante não tem força, interna nem externa, em que se apoie.

Se o regimen contava com dedicações no exercito, ellas pode dizer-se que se suicidaram com Mousinho de Albuquerque, e o exercito não se indigna menos do que o povo contra as protervias dos nossos governantes, porque soffre, como elle, as consequencias desastrosas dos seus desmandos e prodigalidades, sofre-as até ao sacrificio, até á morte desesperada, como outro dia na horrenda catastrophe do Cunene, cuja noticia resoou na alma da nação mais do que como um dobre de finados por alguns dos nossos melhores irmãos, como um toque de rebate contra a reacção criminosa que os immolou.

E do protectorado estrangeiro a que o regimen se acolheu, nenhuma força lhe pode advir, porque, se lá fóra lhe aceitam com desvanecimento as homenagens, porque parecem as homenagens da nação, nenhum governo estrangeiro que se preza, pode ter pelos nossos dictadores senão o desdem e a antipathia que merece o seu servilismo.

O espirito liberal em Portugal, até mesmo pelas suas lutas com a reacção, tem-se aguerrido, fortificado. A prova é que os nossos partidos monarchicos, que são todos

reaccionarios, todos pretendem encobrir-se hypocritamente, inculcando-se liberaes, até propriamente a facção franquista, que poz taboleta de liberal, sem embargo de ainda outro dia o seu chefe revindicar com ostentação sobre os outros partidos como seu titulo supremo ás boas graças da reacção, a responsabilidade directa do acto mais odioso da sua dictadura, a lei nefanda de 13 de fevereiro de 1896.

Nem, por isso, comtudo o liberalismo deve desarmar, supondo-se perfeitamente seguro. Tambem D. Miguel começou por jurar a carta constitucional, tambem Costa Cabral prometeu uma constituição mais liberal do que a carta, e depois..., depois seguiram-se os dias sombrios e pungitivos das sanguinolentas lutas civis. E' que, após a reacção politica, veem sempre a reacção senhorial e plutocrata e a reacção clerical, que são as suas verdadeiras aliadas, e, todas tres reunidas, adquirem uma força tremenda. Eis o perigo que já neste momento vamos correndo.

Hoje, na Europa, ha governos republicanos, como o da Suissa ou da França, ha governos parlamentares, como o da Ingla-

terra, sempre justamente citado para modelo, que é como o duma republica presidida por um chefe coroado, ha governos representativos, como o d'Allemanha, onde o poder legislativo é de livre eleição, mas o poder executivo é de nomeação do imperante, ha governos em que o chefe do estado intervem tambem no legislativo, e ha finalmente governos pessoaes absolutos, como o da Russia, essa desgraçada nação, a cujas tragedias externas e internas todos assistimos assombrados de dôr.

Pois o governo português, muito mais fraco, é claro, do que o governo russo, porque tem apenas a força que lhe provém da desorganização dos liberaes, e que, se persegue só á pranchada da policia os manifestantes pacificos, como hontem á noite, nesta cidade, e não os espingardeia pela tropa, como em S. Petersburgo, é unicamente porque lhe não secundaria as violencias o nosso exercito, que não é nenhum corpo de malfeitores armados á custa da nação, que sabe muito bem que o seu dever, o seu glorioso dever é dar a vida pela patria, e que não ha dever de obediencia e disciplina que possa com-

peli-lo a atentar contra a vida dos seus concidadãos para defender e salvar a tirania; o governo português, que não é menos despotico do que o governo russo, porque, se lá se deportam para a Siberia, sem culpa formada, os revoltosos, cá deportam-se para Timor; o governo português, que é mesmo mais despotico do que o governo russo, porque, ao passo que lá o despotismo, descarregando os seus golpes sobre os *zemvstos,* suspendia a sua sanha perante o de Moscow, aqui não duvidou dissolver quantos municipios quiz, inclusivamente o da propria Lisboa; o governo português está ainda abaixo do governo russo. Para achar algum que lhe seja comparavel, é preciso sair da Europa e ir até á Africa, onde ha os governos das companhias, e lá ainda ao menos sob a garantia duma fiscalização superior, emquanto que entre nós ellas reinam discrecionariamente. E, peor ainda, vamos sendo governados tambem pelo clericalismo, que, no seu atrevimento, já pretende erguer no coração da capital, opor, na grande avenida, ao monumento dos restauradores, que é o monumento da independencia, o monumento da escraviza-

ção, porque o é do fanatismo, já mesmo o inaugurou com a assistencia e aplauso dos nossos dirigentes.

Que nos cumpre fazer? Renovar a obra dos nossos constituintes e liberaes, interrompida, suspensa, pela terceira vez pela reacção. Com Joaquim Antonio de Aguiar e com Silva Carvalho combatamos a teocracia, as suas congregações opressivas e as suas odientas perseguições religiosas. Com Mousinho da Silveira e os seus continuadores, combatamos todas as servidões do trabalhador, combatamo-las desde a granja e oficina até ao estado, onde o regimen, dia a dia, multiplica os monopolios, que são outros tantos tentaculos com que elle dessangra e esgota, quasi até á inanição, a economia nacional. Com Passos Manoel, José Estevam e Sampaio, combatamos as oligarchias politicas, reclamando a liberdade do pensamento, tanto na tribuna como na imprensa, e, para isso, antes de mais nada, a immediata derogação da lei de 13 de fevereiro de 1896; reclamando a liberdade de reunião e a liberdade de associação, sem as quaes a nação mal pode preparar-se para o livre governo da grande associação,

o estado; reclamando a liberdade corporativa, a descentralização local, tanto das divisões administrativas da metropole como das provincias ultramarinas; e reclamando enfim todas as liberdades constitucionaes, todas, porque, se os nossos constituintes e antigos liberaes contavam com o apoio da monarchia para a realização das suas reformas, nós, a nação, passado já quasi um seculo depois de 1820, é que não podemos contar com isso.

Implantemos no nosso torrão natal a liberdade religiosa, a liberdade economica e a liberdade politica, para com ellas assegurarmos a ordem á nação, porque a ordem só se estabelece firmemente pelo respeito de todos os direitos do homem e do cidadão, para, com ellas, não só evitarmos novas guerras fratricidas, mas estreitarmos intimamente os nossos laços de solidariedade, fazendo com que nos amemos mais, com que trabalhemos melhor, com que sejamos mais instruidos e rectos, e, fraternalmente unidos, protejamos por todos os meios os pobres, os desvalidos, os fracos, a mulher, a criança e os velhos, e levemos ainda a nossa civilizadora e benefica influencia até

aos povos longinquos, cuja guarda e direcção nos foi confiada pelos nossos heroicos antepassados.

E, reassumida assim a nossa antiga missão na historia, o nome português, hoje tão amesquinhado, voltará a ser por toda a parte honrado e bemdito.

O descanço semanal

Minhas senhoras e meus senhores! *

Nenhuma causa mais justa do que o descanço semanal. Defendendo-o, as classes laboriosas defendem a sua vida, e não só a sua vida physica, mas tambem a sua vida espiritual e sobretudo a sua vida moral.

E todas as outras classes lhes devem prestar o seu apoio nesta campanha, porque os membros dellas, por mais ricos e poderosos que hoje sejam, quem lhes diz que os seus descendentes a breve prazo não necessitarão tambem inteiramente do trabalho e portanto do descanço para viver?

É, por isso, por ser o descanço semanal um principio de justiça e de interesse geral,

* Conferencia no Teatro de Santarem, na noite de 17 de julho de 1905, segundo *O Mundo*.

que ha muito o tenho inscripto entre as revindicações liberaes do meu programma. Por elle propugnei especialmente numa conferencia que ha dois annos fiz na Figueira da Foz e ainda ha dias noutra na Povoa de Varzim, e venho novamente agora aqui sustentá-lo nesta conferencia que me é muito grato fazer, correspondendo ao amavel convite que me dirigiram os empregados de commercio desta cidade.

O nosso tempo distingue-se de todos principalmente pelo seu humanismo. Nunca como durante o seculo XIX o homem foi tão humano para com todos, até mesmo para com os criminosos.

Entre nós, a constituição de 1826 aboliu as torturas, o acto adicional de 1851 aboliu a pena de morte nos crimes politicos, e a lei de 1 de julho de 1867 estendeu essa abolição a todos os crimes communs. E' certo que mais tarde um vento de despotismo, que ainda não passou, restabeleceu a pena de morte nos crimes militares, e depois, sob o governo do engrandecimento do poder real, foi até restabelecê-la mesmo em certos delitos civis, equiparando-os aos delitos militares. Mas o senti-

mento nacional não sancionou estas prescripções de violencia, e até hoje não se executaram. Desappareceram, pois, as crueldades para com os individuos declarados criminosos pela lei.

Veja-se, porém, que contradicção e que anomalia tão dolorosa! As crueldades subsistem para com os cidadãos mais benemeritos, para com as classes produtoras da nação, que estão sujeitas a um trabalho insano sem pausa e sem respiro, a um trabalho torturante, que origina fatalmente a doença e a morte prematura.

Em todas as suas profissões, a vida media do operariado desce abaixo da media normal da vida humana; em algumas dellas não atinge sequer metade! E aos damnos do regimen, e, quasi sempre tambem, aos damnos logo da propria profissão, que agravante tão descaroada! Ao patrão estraga-se-lhe uma machina, uma peça de mobiliario? procura repará-la. Adoece-lhe um animal domestico? trata de o melhorar. Mas quantas vezes se deteriora a saude do operario ou do caixeiro, do seu empregado, e elle o despede! Porque? Porque o empregado é um homem livre? Se trabalhou demais

e adoeceu, foi porque quiz? Ah! é atroz. Devemo-nos gloriar de termos ido na vanguarda das nações, abolindo a escravatura até nas nossas colonias. Foi uma nobre conquista! Mas não consintamos insensatamente e cruamente que a pague com a sua vida a classe trabalhadora.

Foi para acabar com esta cruel hypocrisia que alguns estadistas, entre os quaes devo lembrar dois já falecidos, Saraiva de Carvalho e Thomaz Ribeiro, promoveram a obra da regulamentação do trabalho dos menores e mulheres nas officinas, que pude completar em 1893, ao lado de Augusto Fuschini, que tanto contribuira tambem para ella. Por essa legislação não só se preceitua o descanço diario, mas ainda um dia de descanço semanal para os menores.

E' indispensavel geralisá-lo aos adultos de ambos os sexos, bem como a todas as classes trabalhadoras, industriaes, agricolas e commerciaes.

E, como, apesar de todos os cuidados de previdencia, sempre algum acidente póde advir, que tire a vida ao operario ou que o invalide ás vezes para todo o resto dos seus dias, reclamemos, como ha já hoje em quasi

toda a parte e como a França agora procura ampliar aos empregados do commercio, uma lei do risco profissional, que imponha aos patrões a obrigação de acudirem ao operario durante a sua invalidez ou, por sua morte, á familia, orphã do seu amparo.

Lá fóra leva-se o zelo pela saude do trabalhador ao ponto dos legisladores mandarem que nos armazens servidos por mulheres os patrões lhes ponham cadeiras, para ellas poderem pelo dia adeante assentar-se e descançar.

Ha assim um direito novo das classes trabalhadoras, que é indispensavel que nós vamos tambem inserindo no nosso codigo civil.

O descanço semanal aproveita não só á saude do corpo, mas tambem á do espirito; queremo-lo no interesse do proprio trabalho, para se poder trabalhar mais e melhor.

Não ha profissão nenhuma que ponha em jogo, em perfeito equilibrio, desenvolvendo-as completamente, todas as nossas faculdades; todas as profissões mais ou menos as mutilam. E, se as faculdades feridas de abandono reagem quanto podem pela vida, sempre afinal acabam por se atrophiar.

Temos um exemplo flagrante nos nossos estudantes. Os rapazes, oprimidos dentro da escola primaria, fazem explosão á saída; ao depois, nos lyceus, vão-se tornando dormentes; e finalmente, mais tarde, quando frequentam as aulas superiores, tornam-se tão apathicos que não excursionam, não passeiam, e estagnam nas ferias grandes pelos casinos balneares. E, uma vez concluido o seu curso, formados, por que aspiram? Por um emprego burocratico, sedentario, quando não é logo por uma aposentação. E' que o nosso vicioso regimen claustral de ensino, prolongando-se annos e annos, acaba por lhes atrophiar e suprimir toda a faculdade de acção.

Até os profissionaes que mais fulgentemente parece pôrem em actividade nas suas obras todos os dons da alma humana, até esses necessitam de descançar, mudando de ocupação, para refazerem as forças do seu espirito, já num trabalho de instrucção geral, que melhor os habilite a devotarem-se de novo á sua profissão, já mesmo num trabalho especial duma outra profissão, quasi sempre, pelo que ella tem effectiva-

mente de atrahente, a lavoira. Alexandre Herculano descançava dos seus immortaes trabalhos historicos, fabricando o seu azeite, que se tornou famoso, tanto que, conta-se, perguntando-lhe uma vez, ao despedir-se, alguem que com elle fizera uma viagem sem o reconhecer, a quem tinha tido a honra de estar falando, elle respondeu: Alexandre Herculano, azeiteiro em Valle de Lobos. Ahi têem Guerra Junqueiro, que descança dos geniaes poemas, não só dissertando sobre a radiação universal, mas tambem tratando das suas vinhas na Barca d'Alva. Escuso de lhes dizer quanto valem as suas concepções philosophicas, depois da apreciação que ellas acabam de receber em Paris. E, se não sou entendido para os informar dos vinhos que elle prepara mas não bebe, posso assegurar-lhes que as uvas dos seus vinhedos são quasi tão doces como os seus deliciosos versos lyricos.

Que vida espiritual levam as nossas classes trabalhadoras? Hão de repetir incessantemente o mesmo trabalho, torturando, consumindo, mortificando não só o corpo, mas o espirito tambem.

E' indispensavel que o empregado do commercio, como todo operario, tenha horas e dias feriados, em que possa ir vêr o nosso mar, as nossas montanhas, os nossos campos e arvoredos, em que possa pegar num microscopio ou num telescopio para admirar as maravilhas do mundo dos infinitamente pequenos ou dos infinitamente grandes, e sobretudo em que possa communicar com as outras almas, frequentando uma aula, assistindo a uma conferencia, lendo um livro, visitando os museus, indo a um teatro, a um concerto, etc.

São divertimentos? São exercicios espirituaes egualmente necessarios a todos.

Por isso, outro dia, uma das minhas filhas, ouvindo que uma menina das nossas relações tivera de assumir, apesar da sua tenra edade, os pesados encargos profissionaes, com razão a lamentou: Tão nova ainda! nem brincou!

Não é toleravel que a sociedade se divida em duas castas: uma de regalões, que só se divertem e nada produzem, outra de parias, que labutam constantemente no seu mister, sem nunca terem um momento unico de desenfado e distracção.

Nas nações mais adeantadas, em que o trabalhador já póde descançar das fadigas do seu trabalho, até as universidades lhes enviam professores que por meio de leituras e conferencias os põem em communhão com os mais elevados representantes da nossa especie, um Homero, por exemplo. Para que mesmo o tempo que o trabalhador passa em sua casa, lhe seja grato e educativo, delicadas associações de homens e, ainda mais, de senhoras fazem frequentemente distribuição de flores e estampas pelas habitações dos pobres operarios.

E, de todas as faculdades, a que sobretudo é necessario não deixar nunca atrophiar, é a liberdade, esta faculdade soberana que cria as artes, as industrias e as sciencias, isto é, toda a civilização.

O trabalho regulamentado, arregimentado, forçado, servil é sempre afinal penoso. Por isso, até aos condemnados nas modernas casas de regeneração se vai pouco a pouco permitindo o trabalho livre.

Não ha faculdade que não resista e que não repugne ás imposições estranhas.

Quantas vezes os paes estão acariciando o sonho do casamento duma filha com

um noivo exemplar, e indiscretamente pela sua demasiada intervenção compromettem a realização desse seu doirado sonho! Como o sentimento, revolta-se tambem contra imposições, a intelligencia. Todos os que somos professores, sabemos quantos rapazes são capazes de estudar tudo, menos as lições para as suas aulas. E o que custa egualmente fazer qualquer serviço forçado! Nem o auxilio d'outrem queremos para aquillo que podemos fazer por nós mesmos. Toda creança nos vem contar jubilosa: Fiz isto só! E lembra-me que uma vez, que a minha filha Gigi, muito pequena ainda, a custo trepava para a sua cadeira, e eu fui sentá-la, ella logo de golpe se atirou abaixo para poder subir á cadeira por si só.

E' necessario a todo o homem descançar do trabalho forçado no trabalho livre.

Se nos dissessem que não poderiamos por muitas horas saír desta sala, que aflicção nos não acometeria a todos! Imaginem pois o sofrimento das classes proletarias, oprimidas não só na sua faculdade de movimento, mas em todas as faculdades da sua alma, durante toda a vida, pelas regras da sua profissão, que as encerram dentro

della, como se fôsse dentro duma prisão, dum ergastulo.

O christianismo, para redimir o trabalhador, ao menos um dia por semana, das mãos dos seus senhores deste mundo, chamou a esse dia de descanço — domingo —, o dia do Senhor. Nós, para o redimirmos de toda a tyrania, ainda daquella que invoca para se autorizar o nome de Deus, chamaremos ao dia de descanço semanal — o dia da liberdade —.

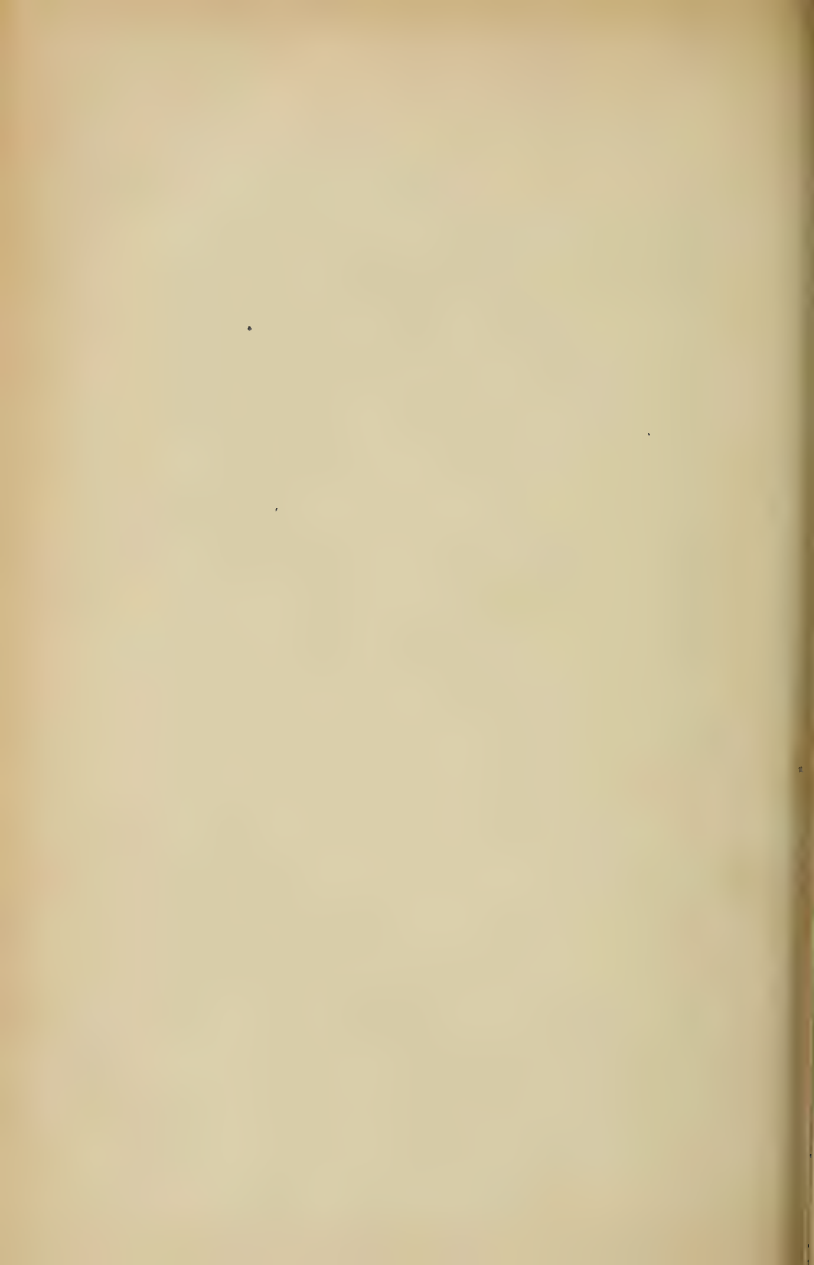
Para que queremos, portanto, o descanço semanal?

Para que o trabalhador possa robustecer-se, instruir-se, elevar-se, ser alguem, alcançar a plenitude da sua personalidade, para que deixe de padecer este martyrio de conhecer que tem dentro de si a semente da verdade, do bello e do util, e não poder vingá-la e não poder convertê-la em frutos que lhe deixem prelibar ao menos os prazeres da sciencia, da arte e da industria, que são os maiores que podemos sentir, depois do prazer supremo de fazer o bem.

Porque é, sobretudo, para que o homem possa fazer o bem, que reclamamos o descanço do trabalho.

Queremo-lo robusto e rijo, para que as gerações não depereçam e a nossa raça se não definhe e extinga. O que a mim me confrange na desgraça dos filhos dos pobres, não é tanto a miseria economica como a miseria physica, o rachitismo, os aleijões, as enfermidades constitucionaes. Queremo-lo culto e emprehendedor, para termos um exercito activo, poderoso, de lidadores, que possam medir-se na paz e na guerra com os melhores do estrangeiro. Mas o descanço semanal é, sobretudo, para que o trabalhador possa fazer o bem á sua familia, á sua classe e á sua patria; para que possa fazer vida de familia, fazer companhia a seus paes, brincar com os seus irmãos mais novos, renovar as flores sobre sepulturas queridas, escolher o seu noivo ou a sua noiva; para que possa, como homem livre, tratar da sua ocupação e dos seus direitos, que lhe cumpre defender, tanto dentro da oficina ou da loja, como dentro da nação.

Hoje, a sociedade é composta de dirigentes que não trabalham e de trabalhadores que não dirigem. E' preciso entregar a direcção da nação ás classes trabalhadoras.

Por isso, eu, que não admitto o sacrificio forçado, que não quero que as classes produtivas se arruinem pelo excesso do trabalho, para que as classes dirigentes se arruinem tambem pelo excesso da ociosidade; eu não proclamo o egoismo, não tento cortar os vôos da abnegação e do sacrificio livre a ninguem, e quero pelo contrario que ao operario seja licito deixar a oficina ou a loja para se votar devéras ao desempenho dos seus deveres, jogando a vida por elles nos lances ainda os mais arriscados, se tanto fôr necessario, como parece que vai sendo. Quero a liberdade e a republica na oficina e na loja para as alcançar na nação.

O anarchismo *

Ex.^{mo} sr.!

Acompanho-os cordialmente na sua benemerita campanha pela revogação da lei de 13 de fevereiro de 1896. Não ha delitos de opinião. E o anarchismo, em toda a sua pureza, é um sublime ideal que as sociedades vão cada dia mais realizando. Já hoje não queremos profissões religiosas, já vamos suprimindo os intermediarios economicos, o direito de iniciativa e o *referendum* já esboçam na Suissa o anarchismo politico. Incriminá-lo é sobretudo prova de ignorancia. Está sucedendo com elle o mesmo que sucedeu com a republica: as violencias cometidas em

* Carta ao presidente da Liga contra a lei de 13 de fevereiro de 1896.

seu nome deturpam-lhe o seu verdadeiro sentido. Mas não tardará tambem que se lhe faça justiça. E' questão de propaganda, de instrucção. Para ella contem sempre com o

Todo seu,

Bernardino Machado.

Coimbra, 31-12-1904.

A aliança inglêsa *

Minhas senhoras e meus senhores!

As minhas primeiras palavras serão de publicas congratulações pela sessão solemne com que esta tarde se inaugurou o Centro republicano de Vizeu, que eu espero que seja, no coração desta heroica e lendaria Beira, mais do que um poderoso nucleo de organização e força partidaria, um verdadeiro centro de reconstituição nacional.

Estamos hoje como no principio do seculo XIX, dividida a nação em dois campos opostos, o reaccionario e o liberal, com a diferença, que então reaccionarios e liberaes eram todos monarchicos, e hoje ha de certo ainda muitos monarchicos libe-

* Conferencia no Teatro Viriato, de Vizeu, na noite de 29 de janeiro de 1905, segundo a *Resistencia*.

raes, mas os partidos monarchicos é que são todos reaccionarios e o unico partido sinceramente liberal é o republicano. Ora a reacção nas instituições politicas produz fatalmente o retrocesso e a decadencia da nação. Por isso, hoje só ha um partido que nos póde salvar, que é o partido republicano. E dahi os nossos pergaminhos nobiliarchicos, o nosso titulo sagrado de existencia legal, mas dahi tambem as nossas tremendas obrigações e responsabilidades.

Preciso demonstrar-lhes que todos os actuaes partidos monarchicos são reaccionarios? Todos são reus ou cumplices dum regimen que suprime todas as liberdades, desde as constitucionaes até ás individuaes. Pela constituição vigente, completada pela lei eleitoral subsidiaria, a nação não póde intervir livremente na gerencia dos negocios geraes do estado. Pelo codigo administrativo tão pouco póde intervir livremente na gerencia dos negocios locaes. Carecemos ainda da liberdade d'associação: os cultos diversos do catholico são aviltantemente tolerados como o jogo e a prostituição; á liberdade d'associação de classe, sujeita

ainda á autorização prévia, falta o instrumento imprescindivel do direito de greve; e a associação politica de mais de vinte pessoas é punida como um delito pelo codigo penal. Finalmente, as liberdades individuaes acham-se totalmente á mercê do arbitrio governativo: a lei é ainda inquisitorial, e persegue por motivos religiosos, como, outro dia, a Alexandre Braga; não ha leis, ou não se cumprem, de garantia e protecção para o trabalho; e a liberdade de pensamento não é só coarctada na tribuna e na imprensa, mas está ahi hoje sob a alçada permanente da lei scelerada de 13 de fevereiro de 1896.

E' um systema completo do absolutismo. E são tantas as leis despoticas entre nós, que dir-se-iam obra de monomaniacos, atacados da paixão vesanica de collecionadores.

Quem é que em Portugal defende hoje a liberdade de crenças? O partido republicano; e defendi-a eu na propria Braga, logo depois de acêsa a questão Calmon. Quem é que defende os direitos do operariado? O partido republicano; e tenho-os defendido eu sempre, e ainda ultimamente

na Figueira da Foz e depois na Povoa de Varzim e Santarem, fazendo a justa campanha do descanço semanal, que póde e deve ser em grande parte dominical, mas não é o descanço dominical que os reaccionarios advogam, porque elles só querem a emancipação economica do trabalhador para o reduzirem nesse dia á escravização clerical, e nós queremos que o dia de descanço seja um dia de plena libertação. Quem é que defende a liberdade de opinião? O partido republicano, que agora mesmo por todo o país formúla o libello contra a lei de 13 de fevereiro; defendi-a eu ainda outro dia na historica sala dos capellos da nossa Universidade, reclamando-a não só para os individuos de maior edade, mas ainda para todos os educandos das nossas escolas, que só pela disciplina dum ensino liberal se irão formando para o desempenho cabal dos deveres de cidadãos livres na sociedade.

Só nós, republicanos, somos os continuadores da politica liberal de Mousinho, de Passos, de José Estevam e Sampaio, e, para lembrar nomes sempre queridos nesta terra, da politica liberal do bispo de Vizeu, dos Mendes e dos Campos, venerando chefe

e distintos membros do valoroso partido reformista, partido profundamente popular, donde saíram para a republica, já então desenganados, alguns dos seus eminentes fundadores, Latino Coelho, José Elias Garcia, Rodrigues de Freitas, Bernardino Pinheiro, cujo exemplo parece estar indicando aos habitantes de Vizeu o caminho que tẽem de seguir para honrarem as suas tradições liberaes.

A concentração dos poderes operada pelos partidos monarchicos foi, como alguns dos seus promotores apregoaram, para engrandecimento do poder real e elevação do prestigio do principio da autoridade? A grandeza da autoridade mede-se unicamente pela grandeza dos seus serviços á liberdade.

Mas havia sem duvida na nossa vida publica muitos abusos a corrigir, muitos vicios a extirpar. Foi a essa missão que os nossos governantes se dedicaram? Deram ao menos essa compensação dos seus damnos á liberdade, servindo-a assim, ainda que indirectamente, á pombalina? Não! O regimen é um regimen de fraquezas, de abatimento e de desprestigio do poder e da autoridade. Não somos nós

sós que o dizemos. Dizem-no tambem, e bem alto, os proprios monarchicos: os progressistas, que acusam os regeneradores de haverem passado ultimamente pelas secretarias como uma epidemia moral; os regeneradores, respondendo-lhes que teem na sua mão a documentação photographica das malversações progressistas; e os franquistas, que, visando a progressistas e regeneradores, senão mesmo mais alto, lançam sobre a dissolução geral, para que tanto contribuiram, a interrogação, se haverá logar dentro da monarchia para uma administração honesta, isto é, o partido que tem por chefe um dos principaes fautores da politica do engrandecimento real, reconhece, embora atribuindo-o aos seus adversarios, o desastre dessa politica.

E não é só no ardor da refrega, em luta uns contra os outros, que os partidos monarchicos acusam a queda moral do regimen; dentro dos proprios partidos essas acusações se erguem, determinando o movimento de desagregação dos seus homens de maior valor. Ha poucos dias ainda, que todos vimos um dos ilustres

caudilhos do partido governamental, apesar de toda a sua estima e consideração pessoal pelo seu chefe, rejeitar com um gesto de escrupuloso desdem a gran-cruz de S. Thiago com que elle desejava galardoá-lo.

A fraqueza do poder civil denuncia-se, como sempre tem sucedido historicamente, pelos atrevimentos da reacção feudal, que é hoje a plutocrata, e da reacção clerical, que estão sempre espreitando o ensejo de o assaltar. Como ambas têem recobrado alentos e vão empolgando o governo da sociedade!

Já a reacção plutocrata, pelos seus syndicatos, decide da sorte dos ministerios: foi assim que caíu, envolvido nas suas lutas de rivalidade, o ultimo ministerio regenerador. Já a reacção theocrata infringe abertamente as leis da nação, já tem autoridades civis suas e vai ter deputados seus egualmente nomeados pelo governo; e amanhã fará e desfará tambem ministerios, se não chegar mesmo, como nos seus bons tempos, a sagrar e a desthronar o proprio chefe do estado, em previsão do que, será de bom aviso lembrar aos nossos governantes que para a theocracia o genuino

chefe do estado não é o descendente do pedreiro livre D. Pedro IV, mas sim o do apostolico D. Miguel I.

Que sustenta pois hoje o regimen? Desautorizado, sem força moral, intenta apoiar-se na força physica. Esse é hoje o seu unico meio de governo. Um dia assalta as redacções dos jornaes, outro dia fere ás pranchadas nas ruas os manifestantes pacificos, encarniçando-se principalmente contra aquelles que victoriam as grandes personalidades que, como Guerra Junqueiro, são honra e gloria da patria portuguêsa. E, para cometer impunemente todas as violencias, não duvidou cobrir-se com a irresponsabilidade, estendendo-a desde o rei até ao simples policia civil. De tal modo, que eu, que sou um homem d'ordem, um homem de paz, que entendo que as almas se conquistam sobretudo pela sympathia e pelo amor, eu devo dizer que hoje os liberaes não têem de lutar contra a tyrania e corrupção só pela palavra, na tribuna e na imprensa, mas tambem defendendo-se, braço a braço, na praça publica, como nos tempos mais agitados da iniciação do nosso constitucionalismo.

E só nós, partido republicano, podemos lutar contra os desmandos do regimen. Reconhecem-no os proprios monarchicos, que, presos dentro delle pelas suas convicções, se julgam impotentes para defender, de per si sós, os seus direitos ultrajados, e, em nome desses direitos, apellam para a intervenção e fiscalização republicana. Tanto nós somos hoje a unica esperança de justiça até para os nossos mais intransigentes adversarios!

E este regimen, sem força moral, sem autoridade, que tem atentado contra todas as nossas liberdades internas e que ninguem respeita dentro do país, tem a audacia de querer fazer acreditar que inspira todas as sympathias e respeitos lá fóra, e é o sustentaculo e o unico amparo das nossas liberdades externas, da integridade nacional, pela sua estreita aliança com uma grande potencia! Como se a politica externa não fôsse uma consequencia directa da politica interna! E isto, quando temos perdido a nossa influencia internacional até na nossa segunda patria — o Brazil, donde ainda no dia 22, em meio das aclamações festivas

dos aulicos pelo regresso dos reis, nos chegava a noticia de haverem sido acintosamente confundidos com os desordeiros e maltratados pelas tropas muitos compatriotas nossos na ultima revolta militar.

Quem é que nos respeita desde o ultimatum inglês? A Allemanha, arreando a nossa bandeira em Kionga? A França, disparando aos nossos governos as insolencias com que oficialmente deu força ás reclamações injuriosas dos nossos credores? Respeita-nos a propria Inglaterra, que, ainda ha pouco, na guerra com o Transwaal, nos forçou a violar a nossa neutralidade, atravessando-nos o territorio com os seus soldados? Como foi que tudo isto mudou? Que grande mystificação!

O charlatanismo dos nossos governantes resalta manifestamente dos alardes que fazem do elixir da aliança inglêsa. Por virtude della, milagrosamente, Portugal não só restaurou já todas as suas forças, mas recuperou, afirmam mesmo, no concerto das nações, o logar que ocupava na epoca gloriosa em que os nossos arrojados navegadores abriram á civilização o caminho da India!! Dir-se-ia até, ouvindo-os,

que não somos simplesmente os aliados da Inglaterra, mas sim os seus conquistadores. A' viagem dos reis a Londres chama-lhe a camara de Lisboa triumphal, e a folha oficiosa do governo, entoando-lhe o seu hymno, declara-a mais gloriosa do que a missão dos nossos antigos guerreiros...

Para prova de que a aliança inglêsa não passa dum engôdo, para prova de que não ha de facto tal aliança, basta observar a insistencia com que os seus pretendidos autores procuram confirmá-la com actos que, aliás, são a sua propria negação, como ultimamente o tratado de arbitragem celebrado entre Inglaterra e Portugal para todas as divergencias que não envolvam interesses vitaes ou não sejam casos de honra ou de independencia das duas nações. Nem que fôsse preciso, havendo entre ellas uma aliança! Porque é claro que então essas divergencias se derimiriam amigavelmente. Celebram tratados d'arbitragem, como esse, a Inglaterra com a França, a França com a Italia, a Suissa e os Estados Unidos com varias nações, mas, que conste, não os celebraram até agora, porque seria redundante, a França com a Russia,

a Italia com a Allemanha, nações aliadas entre si.

Aliança entre o governo inglês e o governo português? Que póde haver de commum entre elles? E' uma aliança religiosa? Mas como ha de aliar-se a um governo que tem sobretudo por dogma o respeito de todas as crenças, um governo que acata e festeja servilmente todos os dogmas, ainda os mais revoltantes para a razão e para o sentimento humano? E' uma aliança economica? Mas como ha de aliar-se a um governo que cimenta fortemente a independencia da nação na sua liberdade financeira, um governo arruinado, falido, na dependencia de todos os autocratas da finança mundial? E' uma aliança politica? Mas como ha de aliar-se a um governo exemplarmente liberal, que sustenta, sem a minima quebra, o direito do *habeas corpus*, um governo despotico, arbitrario, o governo da lei de 13 de fevereiro? Póde haver uma aproximação politica entre a Inglaterra, a França e a Italia, todas liberaes, podem até mutuar visitas os seus parlamentos. Mas quem se não riria até ás gargalhadas, se os nossos deputados

tivessem a pretenção de visitar os deputados inglêses? Eu bem sei que os nossos governantes, pela voz do chefe do estado, renderam homenagem á liberdade na Inglaterra e até em França se curvaram devotamente perante a republica. Mas sucede-lhes como aos selvagens, que, nos centros da civilisação, trajam á ultima moda, e, que, em chegando á terra natal, voltam á tanga: assim que chegaram cá, voltaram ao regimen do poder pessoal. O seu primeiro acto de expiação devia ser a amnistia de Bartholomeu Constantino. Pois não só o não praticaram, mas até pleiteiam entre si a paternidade da lei scelerada que o condemnou. Aliança militar? Como, sem exercito e marinha? Não basta o valor e o arrojo dos nossos militares, quando a dissipação e a incuria dos governantes os deixa sem recursos, ao abandono, condemnados a perecer fatalmente, como outro dia, nesse horrendo desastre de Cunene.

Aliança, não a pode haver hoje entre o nosso governo e o governo inglês, nem infelizmente, sob o actual regimen, o nosso povo trabalhador, esmagado na sua industria sob o peso dos impostos, póde esperar

realizá-la com o povo inglês sequer ao menos por um tratado de commercio. Para alcançarmos uma aliança que nos honre e nos preste, havemos de mudar primeiro de instituições.

Protectorado inglês, isso é o que ha, diz-se lá fóra em todas as chancelarias, sentimo-lo dolorosamente cá dentro todos que temos consciencia e coração. E este protectorado, pelas suas condições irregulares, instaveis, — porque, no dia em que elle se declarasse formalmente, ruiria a monarchia, — este protectorado, deprimente para a nossa dignidade nacional, nem sequer assegura aos espiritos pusilanimes a propriedade e a vida dos portuguêses. Já o marquês de Soveral, que o deve conhecer bem, na camara dos pares aconselhou o governo a não contar demais com elle. E com razão. Tambem, depois da viagem de el-rei D. Luiz a Berlim em 1885, tivemos o protectorado allemão, e seguiu-se-lhe o ultimatum de 1890 e a perda do nosso *hinterland* africano. Agora, depois das viagens sucessivas d'el-rei D. Carlos a Londres, que futuro nos estará reservado? Então o perigo era o perigo inglês na costa oriental

da Africa. Agora não é menor o perigo alemão na costa occidental. E não é com cartas de conselho aos representantes da Allemanha entre nós que elle se debella.

Façamos a aliança interna, a aliança das nossas crenças, a aliança dos nossos misteres, a aliança das nossas opiniões; façamo-la pela liberdade, como a quer o partido republicano, como só elle a póde fazer, e a aliança externa virá. E então as palavras justas que el-rei D. Carlos, em resposta ao lord maior de Londres, dirigiu á Inglaterra, ouvi-las-emos, nós, em nossa honra, da bôca dos nossos aliados, saudando em nós a livre, forte e progressiva nação portuguêsa.

Serão excessivas as nossas aspirações, temerarias as nossas revindicações? Certamente que não. Fizemos com todos os crentes liberaes a campanha anti-clerical e obrigámos o governo a revalidar os decretos de Pombal e Joaquim Antonio d'Aguiar contra as congregações religiosas: e, se não vencemos, foi porque parámos. Fizemos com as classes produtoras a campanha contra o augmento dos impostos e o ministro que o propunha, caíu; e só não

venceremos, se pararmos. Façamos egualmente a campanha pela implantação de todas as liberdades politicas em Portugal, desde as individuaes até ás constitucionaes, façamo-la com coragem e perseverança, e triumpharemos.

Perante o tribunal de verificação de poderes *

Senhores Juizes!

Não venho aqui para defender só os direitos eleitoraes dos meus correligionarios, mas os de todos os eleitores do circulo oriental de Lisboa, que foram politicamente espoliados pelas oligarchias dominantes no ultimo acto eleitoral. O partido republicano é um partido de principios, que tanto os acata nos seus correligionarios como nos seus adversarios. Nós desejamos mesmo que os nossos adversarios exerçam os seus direitos eleitoraes, porque, habituando-se a elles, em breve acabarão por querer exercer todos os seus direitos politicos, e, nesse dia, a linha divisoria que nos

* Discurso em 24 de março de 1905, segundo o extracto de *O Mundo*.

separa, se apagará, e constituiremos juntos uma só grande familia, a livre e altiva nação portuguêsa.

Deante de magistrados encanecidos no estudo, ocioso será demonstrar que o principio eleitoral, é na altura em que hoje se acham as sociedades, uma condição imprescindivel de vida para as nações. Onde esse principio falta, as nações convulsionam-se e esfacelam-se como neste momento e tão tragicamente o colossal imperio russo. Onde elle vigora e se radica, as nações florescem e prosperam, como, entre as primeiras, a grande e nobre nação inglêsa.

Porque é que, agora mesmo, o povo português acolhe tão festivamente a esposa e as filhas do chefe de estado da Inglaterra? Não é só porque elle sabe corresponder gentilmente á delicada visita de tão sympathicas senhoras, mas sobretudo porque essas senhoras são a esposa e as filhas dum chefe de estado que timbra em cumprir escrupulosamente as suas obrigações constitucionaes, e porque esse chefe de estado é o chefe dum governo que, embora monarchico, é, a muitos respeitos, modelo de liberalismo, que atesta logo

fundamentalmente na sua legislação eleitoral. Estes festejos que o povo português celebra em honra da briosa nação inglêsa, são ao mesmo tempo a condemnação e o protesto que elle lavra contra o regimen pessoal que nos oprime todas as franquias, desde as franquias eleitoraes, como acaba de suceder mais uma vez na ultima eleição para deputados.

E' contra semelhante agravo que venho pedir reparação ao tribunal.

Em todos os concelhos ruraes do circulo oriental de Lisboa, pode afirmar-se, duma maneira geral, que a eleição se não realizou. O direito eleitoral foi arrancado, em massa, a assembléas inteiras.

Não me demorarei a examinar minuciosamente o processo eleitoral. Não é preciso. Ha nelle dois elementos que são capitaes para denunciar a falsificação eleitoral. Um é o numero dos eleitores inscriptos nas actas das assembléas ruraes. Quasi que não faltou nenhum. Ha freguezia mesmo em que votaram todos os recenseados. Compare-se essa votação compacta das aldeias com a da cidade, onde, travando-se tão intensamente a luta, foram

comtudo ainda muito numerosas as abstenções, e tanto bastará para tornar muito suspeita, inverosimil mesmo, a votação descarregada nas actas das assembléas ruraes. O outro elemento, tambem capital, é a duração do acto eleitoral. Nessas assembléas ruraes estão tão pouco praticos em fazer verdadeiras eleições, que nem sabem o tempo que ellas levam, e por isso não falsificaram habilmente as actas eleitoraes. Assim como dispozeram dos eleitores, calcularam caprichosamente a duração do acto eleitoral. Imaginem que ha assembléa de mais de seiscentos eleitores em que, principiando o acto eleitoral ás nove horas, logo ás onze horas começaram as duas horas d'espera. Ora vejam. Constituiu-se a mesa, lavrou-se a acta da sua constituição em tres exemplares, afixou-se o edital respectivo, e fizeram-se as duas chamadas, tudo em duas horas. Meio minuto que levem as duas chamadas de cada eleitor, cada uma das quaes ainda a miude se repete, seriam para seiscentos eleitores precisas cinco horas. Pois em duas horas estava tudo feito!

Mas, dir-se-á, bem sei: o tribunal ordenou um inquerito ás assembléas ruraes do

circulo, e os juizes encarregados dessa missão concluem nos seus relatorios pela validade da eleição nas mesmas assembléas. E' certo. Infelizmente não foram só ludibriados os eleitores pelos nossos dirigentes, foi-o tambem este tribunal. O relatorio dum dos juizes, o de Villa Franca, não procede, porque elle não pôde considerar o documento essencial, que era o depoimento dos delegados oposicionistas que protestaram contra a eleição nos concelhos sujeitos ao seu inquerito. Esse depoimento, tarde pedido por deprecada para Lisboa, não foi de Lisboa remetido a tempo de o ponderar o juiz syndicante. E por isso o seu relatorio não tem valor algum. O outro inquerito, que devia ser feito pelo juiz de direito do Cartaxo, não o foi por elle, mas sim por um juiz substituto, que se identificou inteiramente com os mandões locaes. O seu relatorio é a consagração da falsificação eleitoral. E nem ha meio de a encobrir, desde que o chefe principal das facções locaes a confessou, pretendendo até obter de dois meus correligionarios a declaração formal de que o sr. dr. Affonso Costa e eu concordaramos nessa falsificação, quando,

pelo contrario, a verdade é, como se tornou publico, que nós envidámos todos os nossos esforços para a evitar.

Tudo nos leva, portanto, a presumir que a eleição não se realizou nas assembléas ruraes do circulo oriental de Lisboa. E aqui têem v. ex.[as] como ás portas da capital se faz escravatura politica. É, pois, indispensavel que a eleição se realize, que a lei eleitoral se cumpra. E digo-o com todo o desassombro de imparcialidade, porque é claro que, por maior que seja a minha confiança no prestigio do ideal politico que professo, eu não posso imaginar que de repente, sem uma radical transformação politica da nação, dum momento para outro, como por milagre, se vá operar a republicanização das populações campesinas deste circulo, ainda, pelas pressões monarchicas que sobre ellas pesam, tão atrazadas civicamente. Isso ha de vir, e muito breve, espero-o, da educação e da assistencia republicana, mas, em todo o caso, não já d'aqui a alguns dias apenas.

E eu peço o cumprimento da lei eleitoral vigente, sem que por isso a adopte e abrace. Não! Esta lei foi forjada pela

ditadura de proposito para ferir as liberdades publicas. Mas nem as suas proprias leis ella cumpre! Os republicanos são hoje o unico partido que em Portugal sustenta e revindica a legalidade. E para prova ahi está a ultima eleição. Onde foi que se procedeu legalmente? Na cidade de Lisboa, onde as forças republicanas predominam. E onde é que a legalidade foi desprezada e calcada? Nas assembléas ruraes, onde predominaram as influencias monarchicas. Eu peço o cumprimento da lei, porque peor do que uma lei má é o arbitrio absolutista das facções.

Espero que este tribunal não quererá submeter-se ao regimen pessoal que tudo e todos tem intentado avassalar no nosso paiz. Não sancionará por certo como suprema lei o arbitrio governativo. Seria converter a sua magistratura num instrumento liberticida de que os nossos governantes, sem se atreverem a abolir declaradamente todas as liberdades, se serviriam para, simulando consigná-las até certo ponto na lei, impunemente as violarem de facto, na sua execução. A irresponsabilidade do poder executivo, que já

hoje é completa para todos os seus representantes legaes, estender-se-ia desse modo até mesmo áquelles que o governo não póde sem crime reconhecer como taes.

Não! não ha de suceder assim. Este tribunal ha de, pelo contrario, espero-o, sancionar hoje aqui solemnemente que a politica é e deve ser para todos, desde o chefe do estado até o simples cidadão, uma coisa séria, aquillo mesmo que numa nação ha de mais sério, de mais grave e de mais sagrado, que a ninguem é licito prostituir. E não precisarei certamente para isso de invocar as suas tradições liberaes, nesta mesma sala personificadas nas figuras venerandas de Paschoal José de Mello, o mestre da escola juridica donde sairam os nossos illustres constituintes dessa gloriosa revolução de 20 que conferiu a autonomia á magistratura judicial, e de Mousinho da Silveira, o formidavel fundador do nosso constitucionalismo, em cujo codigo se formulou como primeiro principio da organização politica da nação a divisão e independencia dos poderes. E menos ainda precisarei de invocar a vv. ex.as a sua dignidade de homens e de magistrados,

para que vv. ex.as zelem acima de tudo, custe a quem custar, como a sua mais imperativa lei, a autonomia e a independencia do poder que lhes foi confiado pela nação. Os juizes, em Portugal, já hoje não são juizes senhoriaes, dos potentados locaes, nem tão pouco juizes do rei, da monarchia, como nos velhos tempos do feudalismo e da monarchia absoluta. São juizes de direito, que a todos, sem distinção de classes nem categorias, devem egualmente justiça.

Reparem vv. ex.as, com todo o seu patriotismo, na responsabilidade que, no actual momento critico que o país atravessa, impende sobre este tribunal. Todos sabem a violencia de paixão com que, em volta duma grande questão economica que está na ordem do dia, se discute na imprensa, chegando-se ao ataque e á suspeita mais dilacerante e cruel. Pois eu digo-o, com a mais profunda comoção da minha alma: somem-se todos os gritos de dôr e de raiva que por esse país fóra soltam incessantemente, nos milhares de questões que nelle dia a dia se debatem, todos os interesses que se julgam ameaçados ou se

sentem feridos, e o seu enorme clamor abafará por completo a vociferação jornalistica que ahi agora estruge tão atroadoramente. E porque é toda essa irritação, porque toda essa tempestade, que por vezes parece anunciar-nos a calamidade duma proxima guerra civil? E' porque hoje infelizmente, entre nós, domina absolutamente a autocracia dos chefes das facções que se alternam no poder. E' porque os interesses e os direitos não se acham representados e defendidos nas instituições pelos nossos governantes. E' porque o parlamentarismo desapareceu entre nós.

Urge que este tribunal o restabeleça.

E, de duas, uma. Ou a nação vê que póde contar com a justiça para progredir pacificamente nas revindicações das suas reformas liberaes, ou, faltando-lhe esse ultimo recurso legal, é de recear que, para viver livre e honrada, ella se lance na revolução. Tal é o tremendo dilema que está suspenso do veredictum deste tribunal. Escuso de dizer eu, homem de ordem e de paz, quaes os votos que cordialmente formulo perante vv. ex.as.

A psycologia da reacção *

Minhas senhoras e meus senhores!

O titulo desta associação — Centro democratico d'instrução — sôa como o toque dum clarim. Ha efectivamente dois ensinos, o ensino liberal e o ensino reaccionario, e a nós liberaes cumpre-nos travar a luta contra a reacção, não só na praça publica, nos nossos comicios e na nossa imprensa, mas tambem na escola, nos nossos salões de conferencia, como este.

Os principios que proclamamos para o governo da nação, temos de proclamar tambem para o seu ensino. As nossas revindicações mesmo da liberdade d'amar, de trabalhar e de pensar não são senão as

* Conferencia no Centro democratico d'instrução do Porto, em 6 de maio de 1905, segundo o extracto de *O Norte* e *Voz Publica*.

revindicações do direito de exercitarmos as nossas faculdades, do direito de nos educarmos.

E tão sagrada é para nós a vida duma das nossas faculdades como a de qualquer das outras. Todas tres são indispensaveis á afirmação da nossa personalidade, da nossa dignidade moral.

Cada uma dellas, é certo, tem o seu periodo de maior desinvolvimento. Nós somos primeiro sobretudo coração. A creança é toda risos e lagrimas. Depois somos sobretudo acção. A mocidade é toda força, emprehendimento, aventuras. E mais tarde somos sobretudo reflexão. A edade adulta é a da madureza da inteligencia. Por isso até não ha maior tortura para a infancia do que conter-lhe os risos e os choros, para a mocidade do que forçá-la á imobilidade e ao silencio horas seguidas, e para os adultos do que reprimir-lhes a razão, a liberdade d'opinião. E, se as creanças ainda só se desesperam, coitaditas! os rapazes já vão reagindo em arruaças e tumultos á saída das aulas, e a consequencia inevitavel da opressão da opinião publica é sempre a revolução.

Mas, se cada faculdade tem a sua edade propria em que mais se desenvolve, e se a edade não é só a physiologica e ha pessoas sempre um tanto infantis ou que, pelo contrario, logo desde a adolescencia parecem maduras e até velhas, nenhuma faculdade falta ou cessa em qualquer das epocas da vida. A creança, que é tão emocionavel, é tambem logo movimento e curiosidade. Todos sabem como para a entreter, para lhe dissipar o mais forte amuo, basta darlhe alguma coisa que fazer, basta contar-lhe uma historia. A juventude, que é a edade da acção, é ao mesmo tempo a do amor, e as mais fecundas e originaes idéas da nossa edade madura tiveram quasi sempre o seu germen nos annos juvenis. O adulto é reflexão, mas o adulto é tambem o pae, e só na edade madura é que o homem atinge a perseverança da acção e todo o apuro e perfeição technica na execução da sua obra.

O beato, que só ama, o agiota, que só agencía, e o figurão que passa por deante de nós na rua, a dar-se ares de sabio sem nunca se rir, solemne e hirto, como se fôsse levado num andor pela propria admiração dos transeuntes, são monstruosidades espi-

rituaes; e nem o beato ama, nem o agiota agencía, nem o sabichão sabe nada.

O homem normal, o homem perfeito, integro, não pode passar sem exercitar por completo todas as suas faculdades.

De que é feita esta coisa dulcissima que parece ser o melhor de nós mesmos, a que nós chamamos amor de familia e amor de patria, e que não é só amor, porque nós pertencemos á familia e á patria conjuntamente pelo coração, pelo braço e pelo cerebro?

E' que, em parte alguma como no seio da familia, nós damos tão plena efusão aos nossos sentimentos, nós fazemos tanto o que queremos e comunicamos tanto os nossos pensamentos até á confidencia. Se em familia a gente se ama! é escusado dizê-lo, é claro. Que todos estão sempre dentro della pelo que intentamos fazer, não é menos certo. A dificuldade para a nossa acção provém ás vezes até de todos nos quererem ajudar. E' o que sucede aos nossos filhos, a quem tanto queremos ajudar, que os não deixamos fazer nada. E aos paes tambem isso sucede, não com os filhos, mas com as boas das nossas filhas, que correm sempre pressurosas, tão

dedicadas como tyranicas, a tirarem-nos o serviço das mãos para o tomarem ellas a seu cargo. E na familia não ha idéa, não ha dito dos nossos filhos que nos não pareça genial e que nós não repitamos logo e não quizessemos ver impresso e publicado por toda a parte. E, se um delles faz o seu verso? as irmãs cantam-no, e o pae e a mãe recitam-no de cór um ao outro em comum, e, se o não cantam tambem, é simplesmente porque não podem: chorariam de ternura. E elles, os filhos, pagam-no-lo na melhor moeda. As nossas idéas são sempre para elles sublimes, para elles ninguem sabe tanto nunca como seus paes. Os meus já me prometeram que eu hei de figurar no pantheão da historia entre os homens notaveis do periodo contemporaneo em Portugal. Se elles forem os chronistas... E o meu Domingos, ainda muito pequeno, ainda sem saber ler, já andava pelos corredores da casa, com um masso de provas typographicas debaixo do braço, apregoando: Notas dum pae! Notas dum pae!

O amor da patria é tambem assim feito como o da familia. O que logo nos custa,

longe della, não podermos desafogar o nosso coração! Falamos dos nossos amigos, de tudo que nos é mais caro da nossa terra, mas ninguem comunga comnosco nos mesmos sentimentos, e temos de os conter... Depois, o país estrangeiro é sempre um tanto como a quinta do proprietario soberbo e avaro, cercada d'altos muros que nos não deixam ver nada para dentro, e fechada por pezados portaes ao nosso transito. E, ainda por cima, lá fóra, ninguem dá conta da nossa opinião: os estrangeiros não têem voto. Por isso, quando numa nação não pode cada um dos seus membros prestar livremente homenagem nem aos seus homens mais ilustres, como, por exemplo, ainda ha pouco aqui mesmo nesta cidade a Guerra Junqueiro; quando, pela dissipação dos poderes publicos, o trabalho falta ou é penosissimo; e quando não é licito a cada um expôr desassombradamente tudo quanto pensa, sem correr o risco de ir degredado para Timor, o conflito está travado entre a patria e a tyrania, e uma tem de sucumbir.

Ha de ser a tyrania, porque a vida da patria é a vida da alma nacional, a vida

das nossas faculdades, que se não rendem pusíllanimemente.

Para prova, vejam: Quanto ahi se não descura e contraría nas classes cultas a faculdade d'acção! Primeiro ha de o menino estar quietinho em casa, depois encerra-se o rapaz meses consecutivos num colegio, e não se lhe ensina nunca pelo tempo adeante nenhum oficio, o minimo trabalho manual. Calumnia-se-lhe ainda a sua faculdade de acção: chama-se-lhe faculdade de destruição. Pois bem! Um dia, que elle, já fóra das aulas, hesita em escrever uma palavra, sem saber se ella se escreve com uma consoante simples ou dobrada, e não lhe lembra a sua graphia, que a memoria vísual lhe devia dar, e nem tão pouco, repetindo-a d'alto, a memoria auditiva lhe diz nada, é esse pobre sentido, contrariado, maltratado, amesquinhado, mas resistindo até á ultima, que o tirá d'embaraço. O nosso heroe pega na penna e escreve para deante, entregando-se á sua faculdade motriz, e a ortographia sai-lhe certa.

Por isso a reacção, seja qual fôr, clerical, plutocrata ou cesarista, para atacar as almas emprega sempre o mesmo estra-

tagema de guerra: divide as nossas faculdades, põe-nas em conflito.

Todos sabem quanto esses conflitos são frequentes. Surge perante nós uma paisagem, uma pessoa muito bella? Paramos, ficamos em extase deante della, sem podermos mexer-nos nem pensar. A emoção paralysa-nos as outras faculdades. Um passeio, uma viagem, uma ocupação, faz-nos passar a dôr e a tristeza, e até ás vezes tambem, infelizmente, distrae dos afectos, do amor. E como o estudo absorvente a que se sujeita a mocidade nas aulas, lhes vai fechando tanto o coração e tanto apoucando a acção e a serventia!

Os reaccionarios excitam, alimentam e multiplicam estes conflitos.

O clericalismo, invocando o amor, excomunga o trabalho e a razão.

O trabalho desperta o interesse, que corrompe o coração. O ideal é o ascetismo, o estado de pobreza. Dôe-se, legue-se tudo á egreja. Ella distribuirá depois a riqueza a cada um segundo os merecimentos da sua devoção. O grande caso é tê-la.

O estado de ignorancia é tambem o de santidade. O pensamento gera a duvida,

que é a descrença, e o erro, que é o pecado. E para que pensar? Para saber? Lá está a egreja infalivel para com os seus dogmas nos infundir toda a sabedoria, sem ser necessario pensarmos. E para que saber? Para grangear autoridade? Ella é que é a suprema autoridade, e reparte-a tambem, como a fortuna, entre os seus fieis.

Sobre a ignorancia e a miseria a teocracia ergue-se então ousadamente contra o amor. Rompe todos os laços afectivos. Separa o homem da natureza, da familia e da patria. Os laços da familia são carnaes, os laços da patria são mundanos, e a carne e o mundo, com o diabo, são os tres inimigos da alma. E não se contenta de extinguir o amor, acende os odios dos seus sectarios contra todos que não comunguem no mesmo crédo, principalmente contra os bons, contra aqueles que pela virtude da sua atracção moral possam fundar sobre a terra uma nova religião, melhor, mais humana.

A plutocracia, essa, invoca o interesse contra o amor e a razão.

O sentimento distrae dos negocios. E para que perder tempo, que é dinheiro,

a amar? O pobre não o tem, e o rico não ha de assim malbaratá-lo. Amar a nossa terra, o campo arroteado e plantado por nossos paes e avós, para que? Para colher-lhe os fructos? Fica mais barato mandá-los comprar ao mercado. Amar a mulher, os filhos? O rico não precisa de amar para casar; nem precisa d'ocupar-se nunca da sua familia, toma para isso creados, mestras e professores, medicos e enfermeiros, em suma não lhe faltam serventuarios. Ter amigos? As amizades saem sempre muito caras, e tê-las com pobres é a ruina.

Nem divertimentos nem estudos! Nada de teorias! Sejamos praticos. E para que estudar? Para saber? O pobre não póde dar-se o luxo da instrução. Quem é rico, passa facilmente por culto; quando muito, tem para isso de comprar alguns quadros, estatuas ou livros d'autores celebres, e, ainda melhor, dar-lhes a honra de os sentar á sua meza. E para que saber? Para alcançar consideração social? O homem rico, que passa altivo e triumphante na sua carruagem de altas molas, vê logo todos a pararem no caminho para o cortejar. E' para alcançar autoridade? A autori-

dade compra-se. Compram-se empregos, compram-se votos. E o rico tem sempre um ultimo recurso decisivo para intervir na governança, que é emprestar aos altos poderes do estado.

Sacrificados assim o amor e a razão ao interesse, e portanto enfraquecido o trabalhador, a plutocracia dá-lhe o seu assalto. Ha de trabalhar só para ella. Ella é que dispõe soberanamente do capital. Paga-lhe o que quer de soldada; e, se não quer, não lhe paga mesmo nada, porque o pobre proletario não tem para onde apelar. O unico tribunal d'arbitros avindores que temos, creado por mim em Lisboa, vegeta a custo, e o que eu quiz crear aqui no Porto, ainda não existe. E, se o trabalhador adoece ou se invalida, ou quando envelhece? Peça uma esmola.

O cezarismo, por sua vez, invoca a razão para ferir o coração e o braço do homem, e, depois delle assim enfraquecido, impõe á razão o seu proprio arbitrio!

As paixões desvairam. O coração é uma cratera acesa donde por vezes irrompe e se projecta a lava das revoluções. E' indispensavel arrancá-lo do peito. Acima de

tudo, a lei. Ella vai buscar aos braços dos paes o filho, que é o seu colaborador insubstituivel, para o arremessar á vida insana e crapulosa dos quarteis? Abram os braços, obedeçam-lhe. Ella manda a esse rapaz, feito soldado, que aponte e faça fogo sobre os concidadãos, talvez sobre os seus irmãos? Dispare, obedeça-lhe. Ella decreta-nos festejos nos dias lutuosos em que um telegrama nos acabou de anunciar a catastrophe do nosso bravo exercito, imolado em Africa não pelas armas do gentio, mas pelo descaroamento governativo da metropole? Pois façamos-lhe a vontade, vistamo-nos de gala e bailemos, que é para assim irmos perdendo de todo até ao ultimo os assomos da nossa emotividade moral.

E os interesses não são melhores conselheiros do que as paixões. A lei deve recalcá-los egualmente. Se ella, em nome da salvação publica, nos manda levar tudo o que temos á bôca do erario, obedeça-se, ainda que depois não reste nada para levar á bôca dos nossos filhos. O cezarismo faz isso mesmo por systema. A riqueza póde cimentar a independencia. Por isso nas

nações escravizadas politicamente se dá esta contradição flagrante: que, quanto mais empobrecido está o povo, mais os governantes luxam e esbanjam.

E' assim que o cezarismo, esmagando o amor e o trabalho, firma sobre a inteligencia, consequentemente tambem enfraquecida, a sua ditadura politica. A vontade do principe é a suprema lei. Proclama-se a sua omnipotencia na constituição e nas leis. Suprimem-se todos os outros poderes constituidos: parlamento, juntas geraes, camaras municipaes. Todos os partidos liberaes, democraticos, e toda e qualquer associação politica declaram-se fóra da lei. Nenhuma liberdade politica individual. Basta até simplesmente um homem ter grande valor para ser logo suspeito ao cezarismo, mesmo que seja seu subdito leal; dentro em pouco, ou está anulado ou é sepultado vivo nos grandes mausoleus consagrados á sua apoteose. Portugal tem em Mousinho uma espada vitoriosa? Embainhe o heroico capitão a espada e faça-se mestre de meninos, de principes. Serpa Pinto e Capello e Ivens percorrem o continente negro, atravessando-o de lado

a lado e sondando os mysterios do seu interior? Fechem-se e imobilizem-se adentro das quatro paredes dum paço, onde até num simples salão lhes seja defeso pela etiqueta mover-se á sua vontade. Ha uma palavra primacial na eloquencia portuguêsa? E' a de Antonio Candido? Tire-se o grande orador da camara dos deputados onde se falla mais, para a camara dos pares onde se falla menos, e na camara dos pares ponha-se no logar onde tenha mais por obrigação ouvir do que fallar.

E na sociedade não ha só a grande reacção. O clericalismo, a plutocracia, o cezarismo tomam a cada passo, por ahi, fórmas profanas, vulgares, frustes. Que é o marido que exige da mulher que o ame só a elle e a ninguem mais, nem a seus proprios paes, não lhe consentindo sequer, como dizia o chanceler Bulow, referindo-se a uma especie mais alta de casamentos, que ella dê uma volta de valsa com outro par? Um teocrata. Que é o negociante que recusa a mais pequena distracção ao seu caixeiro e não tolera que elle vá á escola, clamando que não lhe foi a si preciso estudar nada para ganhar a sua

vida? Um plutocrata. Que é o intelectual que não ouve o que os outros lhe dizem, porque não presta atenção a ninguem, não se importando senão só com a sua propria idéa? Um cezarista.

E aqui tẽem, minhas senhoras e meus senhores, como a escravização das faculdades arrasta a escravização e a divisão e guerra social, e como portanto a maneira de operarmos a solidariedade e a paz na sociedade é operando o equilibrio das nossas faculdades pela implantação, logo no ensino, da triplice liberdade, d'amar, de trabalhar e de pensar.

Coimbra republicana *

Meus senhores!

Em nome de Coimbra, a que pertenço, desde muito novo, por laços afectivos que o tempo tem cada vez mais estreitado, eu agradeço as palavras inolvidaveis que acabam de aqui pronunciar os tres tribunos da democracia portuguêsa: Manuel d'Arriaga, o genio da oratoria e do bem, exemplo venerando das mais bellas e nobres virtudes civicas, e Antonio José d'Almeida e Antonio Luiz Gomes, duas das esperanças mais sanguineas de todas as almas que anceiam ardentemente pelo resurgimento da nossa grandeza historica.

E este dia de festa, em que Coimbra teve o prazer de receber tão ilustres visitas,

* Allocução no Centro republicano « José Falcão », de Coimbra, em 7 de maio de 1905, segundo o extracto de *A Resistencia*.

deve-o ella ao seu valoroso partido republicano, que tantas provas eloquentes tem dado ultimamente da sua vida e solidariedade e da sua progressiva força e influencia, agitando as mais graves questões publicas nos seus comicios, e que é o partido que efectivamente já hoje melhor representa esta cidade, porque conta no seu seio professores da nossa Universidade tão insignes como Affonso Costa, o causidico incomparavel, mestre abalizado do direito e da jurisprudencia, nome sempre aqui saudosamente evocado e entusiasticamente aclamado por toda a parte, como Philomeno da Camara, o sabio physiologista e o benemerito clinico dos pobres, carinhoso presidente das Creches, que foi um dos intimos companheiros de espirito de Anthero e de Falcão, e como Angelo da Fonseca, um novo, tão modesto como talentoso e trabalhador, que é uma das promessas mais solidas e brilhantes da moderna medicina portuguêsa, um jornalista tão empolgante e primoroso como Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, que põe sempre em todos os assumptos que versa com a mais ampla cultura, o

relevo, o colorido e a nota vibrante, caustica ou delicada e terna, da sua poderosa emotividade, e que, por esse seu poder de cordialidade, tanto tem atraído em volta de si a unanime simpatia da mocidade academica, o artista proeminente, que se chama Antonio Augusto Gonçalves, honra, a um tempo, da arte e do magisterio nacional, que é de direito a figura de mais autoridade e de mais prestigio para o operariado e para a industria conimbricense, porque ninguem lhes tem prestado serviços mais assinalados para a sua educação e para a sua defesa, negociantes de tanta valia e tanto credito, como Cassiano Martins Ribeiro, Manoel Antonio da Costa, Manoel Augusto Rodrigues da Silva, Manoel José Telles, e como Francisco Villaça da Fonseca, que mereceu mesmo á sua classe a distincção de ser o seu eleito para a presidencia da Associação Commercial, e os tres, João da Fonseca Barata, Jayme Lopes Lobo e Manoel Augusto da Silva, a quem me cumpre fazer hoje aqui uma menção muito especial, porque a elles, á sua imperterrita dedicação partidaria, de que são o mais louvavel exemplo, se deve

principalmente a vida deste Centro, cujo anniversario estamos celebrando, e, entre todas as outras classes sociaes, personalidades de tanto merito, de tanta consideração social, e tão queridas, como, por exemplo, o distinto professor e advogado Francisco Fernandes Costa.

Todas estas suas forças os republicanos de Coimbra põem confiadamente ao serviço da nossa emancipação nacional. E, ao saudar, por elles, nesta solemnidade, nos nossos tres amados hospedes todos os outros membros da nossa familia politica, sei bem que interpreto essa profunda e inabalavel confiança, exclamando: Viva o partido republicano português!

Só a liberdade é a paz *

Minhas senhoras e meus senhores!

Poderá parecer a algumas pessoas que esta Liga da Paz é descabida e vã num país como o nosso, onde ninguem pensa em aventurar-se a guerras exteriores; nem faltará talvez vontade a essas pessoas de pedir á Liga que faça a sua propaganda pacificadora, não dentro do país, que não precisa della para se convencer, mas, além fronteiras, a todos os que no estrangeiro nos ameacem com as suas cubiças. E ironicamente estarão repetindo os versos camoneanos: Aos infieis, Senhor, aos infieis, e não a mim, que creio o que dizeis.

Mas não têem razão. A sociedade portuguêsa oferece hoje um contraste profundo

* Conferencia na Liga da Paz, em Lisboa, na noite de 18 de maio de 1905, segundo o extracto de *O Mundo*.

entre governantes e governados. Os governados não podem ser melhores. O nosso povo é tudo quanto ha de mais generoso e fraternal. Percorrendo o país, d'extremo a extremo, se revê a cada passo a sua hospitalidade. Eu ia com os meus filhos aqui por Monsanto, ao pé de Lisboa, quando nos apareceu um padeiro sobre a sua forte mula carregada das canastras do pão. Escuso de lhes dizer que não foram só os pequenos que apeteceram o pão saloio. Comprei-o. E, ao proceder á sua distribuição, ouvi atraz de mim uma voz simpatica de mulher, que me dizia quasi exprobatoriamente: « Mas os meninos não hão de comer assim o pão sem mais nada... ». Era a dona dumas vacas leiteiras, que morava ali ao cimo, e que logo correu ao seu casal para nos trazer, e presentear com ella, a mais deliciosa, a mais delicada das manteigas. Isto, ao sul. Outro anno, que eu estava com a familia no norte, em Moledo do Minho, a banhos, saímos a passeio pelos campos fóra, e, ao passarmos por ao pé dum, cujas macieiras avergavam de fruto, parámos, maravilhados. Pois não era menos exuberante o coração do dono!

Veiu logo convidar-nos a entrar no seu eido, e a colher das suas maçãs. Imagina-se a cresta que os meus filhos lhes dariam. Não contente com isso, ainda o excelente amphitryão lhes encheu os bolsos por fim, e, ao despedirmo-nos, instou comigo para lá voltarmos, pedindo-me: « E, para a outra vez, traga um creado com um sacco para levar para casa para os meninos ». Um sacco! Minha mulher frequentemente me observa: « Não temos presentes senão de pobres ». E é assim. O nosso povo está tão afeito á vida de trabalho e dedicação, que não ha renuncia e sacrificio de que não seja capaz. São o contrario, em geral, os nossos dirigentes: ociosos, egoistas e avidos, e por isso mesmo insociaveis, brigões, por vezes, até á ferocidade. Se a consciencia publica, a brandura dos costumes do nosso povo abolira já antes da lei a pena capital, e não consentiria a ninguem, hoje, que ella se acha restabelecida no codigo militar, a sua execução, os nossos dirigentes ardem no delirio de continuas expedições e guerras coloniaes, e ainda ultimamente, possessos de colera, tẽem reclamado, vozes em grita, que se

castigue com a morte barbara o gentio africano que nos infligiu a cruel derrota de Cunene. E' o atavismo do ponto d'honra militar da edade media, que o genio de Cervantes, agora comemorado solemnemente não só pela Espanha, até nos seus nobres arroubamentos caricaturou na figura imortal de D. Quixote; com a diferença, que os nossos dirigentes, á maneira de tantos dos nossos morgados pugnazes e poltrões, que mandavam os seus creados liquidar por elles as suas contas, pretendem desagravar o seu brio, mandando o exercito, de que, na grande maioria, cautelosamente se isentaram, e que é, portanto, quasi todo, o exercito só do povo, arriscar por elles a vida, como se fossem seus lacaios, no aspero recontro com os rebeldes.

E as lutas não são unicamente as que se travam com as armas na mão. Por muitos outros modos se dilaceram tambem rudemente os nossos dirigentes entre si, e é raro que se juntem, a não ser para melhor poderem dar o golpe nas justas revindicações nacionaes

Das lutas clericaes o ultimo caso, que veiu a lume, é o do Seminario de Bragança,

que teve o seu tanto de dramatico, especialmente para as pobres familias campezinas dos seminaristas, para contrapôr aos casos hilariantes, ainda não de todo esquecidos, da batalha heroi-comica dos padres do Hospicio de Santa Martha, que chegaram a vias de facto, e das contenções de passamanaria, menos violentas, mas não menos ruidosas e ridiculas, do patriarcado de Lisboa com a curia romana. Aqui têem uma briga que tomou as proporções duma luta externa. E da furia com que o clericalismo assalta todos que não são seus sectarios, posso eu dar-lhes pessoalmente testemunho. Ver-se-ha a que ponto elle excita contra os herejes as sanhas da sua grei. Ha pouco ainda, uma pessoa das minhas relações propunha-se solicitar de mim um serviço; informadas disso, duas beatas, logo a procuraram para a demover do seu proposito, comprometendo-se a conseguir-lhe o que ella desejava. E conseguiram, é claro. Mas isto é simplesmente a excomunhão, e os clericaes não se limitam a afastar zelosamente os seus devotos, as suas ovelhas, dos herejes, dos lobos. E' preciso exterminar a gente de pouca fé. Para isso

fanatizam tanto as suas ovelhas, que fazem dellas feras, muito peores do que os verdadeiros lobos, levando-as a crer que, para alcançar a bemaventurança eterna, não devem mesmo hesitar em atentar contra a vida dos herejes. E desgraçadamente chega-se a essa loucura moral. Eu lhes conto. Passando por ao pé duma casa em Coimbra, ouvi gritos aflitivos, e nessa ocasião entrava para a casa um medico, que me explicou: « E' uma senhora, que sofre da monomania religiosa. » E vim depois a saber que essa infeliz, na força dos seus acessos, impunha a todos que nesses momentos a rodeavam, que gritassem com ella: « Morra o Bernardino Machado! » Eu era então o grão-mestre da Maçonaria portuguêsa, quer dizer, o proprio Satanaz em pessoa. Coitada!

As lutas financeiras entre sindicatos rugem ahi neste mesmo momento, desgrenhadamente, os mais pungentes doestos, no prelio em volta do contracto dos tabacos. E, para avaliar quanto toda essa plutocracia fere de inanição o trabalho nacional, basta lembrar a torrente d'emigração que cada anno desangra o corpo social, e essa outra

torrente de miseria, orphãos, viuvas, invalidos e velhos, que por toda a parte, nos caminhos e nas ruas, estendem a mão á caridade publica, e até, para nosso maior desdouro, á dos estrangeiros que nos visitam, e que deixam aqui, como deixam em Marrocos, as suas esmolas. Os plutocratas tratam os infelizes desalmadamente, á semelhança dos povos selvagens, que os imolam para não se sobrecarregarem com a sua sustentação, mas sem terem, como os selvagens, a atenuante da penuria geral, porque o que tiram ao alimento, ao vestuario e ao abrigo dos proletarios, dissipam-no no luxo e na corrupção.

As lutas politicas ahi estão tambem patentes. Os partidos monarchicos esfacelam-se, um após outro; e, no proprio partido republicano, se os dirigentes se não dilaceram, se muitos mesmo dão os melhores exemplos da mais leal camaradagem, é certo que tambem alguns não unem. Um amigo meu referiu-me ha tempo a queixa significativa que um desses dissidentes formulava contra o nosso querido jornalista França Borges: que elle elogiava incessantemente os seus correligionarios,

dizia bem demais delles. Que foi elle fazer, realmente! E nem lhe valiam, para resgate de tão grave pecado perante esse rispido censor, as vezes que elle, com egual ardor partidario, teria tambem, para compensação, dito mal demais dos seus adversarios. Isto é dentro de cada partido. Dum para outro, a luta mais se encarniça. Para muitos monarchicos todo o republicano é um discolo, quasi um bandoleiro; para varios republicanos todo o monarchico é um criminoso, um malfeitor. Eu mesmo, para a intolerancia de taes republicanos, não passarei nunca, apesar da unidade moral de toda a minha vida, duma especie de christão novo, cuja conversão se celebra festivamente no dia do baptismo, mas que, passado esse dia, a breve trecho se lança ao lume vivo da fogueira para o expurgar de toda a peçonha original. Tem muitas relações com monarchicos! arguirão, como se repetissem a acusação do Santo Oficio: Tem sangue de judeu! Quasi todos os monarchicos só sonham com medidas de repressão contra o povo; e não faltam republicanos que só sonhem com as incandescencias da revolução popular. E, em-

quanto para estes republicanos não chega a hora anciada da revolução, hora em que podem contar que terão ao seu lado, senão á sua frente, muitos dos monarchicos que já hoje, nas suas agressões reciprocas, invocam a alçada dos candieiros, os monarchicos aproveitam o seu tempo, não perdendo ensejo de ir acutilando as mil cabeças da hidra democratica e embarcando-as no porão dos navios para Timor, com tanta crueza, que não tardará que efectivamente aos seus excessos de repressão responda a explosão espumante da onda revolucionaria.

E' uma demolição geral. As nossas classes dirigentes, ou não se associam, ou as suas corporações não se reunem. Estão em perpetuos conflitos d'interesses, tratam-se pelas alcunhas mais deprimentes e infamantes, e um facto bem caracteristico da sua dissociação: em Portugal, seja sobre o que fôr, não se cita um português.

E, entre nós, estrugem como um grito de guerra as palavras desapiedadas de Brenno aos romanos: *Væ victis!* Ai de todos os fracos! Não se poupa a fraquêsa de ninguem. Basta alguem cahir doente ou entrar

na velhice para logo tentarem acabar com elle: « Não serve para nada! Está perdido! Está chôcho! »

Já vêem quanto na sociedade portuguêsa persiste ainda, como uma sobrevivencia canibalesca, o espirito da guerra.

Será necessario demonstrar que esse espirito pre-historico é o espirito da destruição e do mal? Estarão as nossas classes chamadas cultas, que até moralmente se vestem das modas estrangeiras, compenetradas de que o *struggle for life*, a luta pela existencia, é a lei do universo?

Hoje a sciencia não proclama, como dantes, a antitese, a luta das idéas, que agitava o cerebro d'Hamlet no celebre monologo: Ser ou não ser, eis o problema! Não. Desde Hegel que ella proclama a sintese, a unidade, a harmonia. Nem os corpos inorganicos se separam por substancias, nem os seres vivos se separam por especies, nem os homens se separam por castas e classes. Unidade e conversão da materia e da força, unidade e transformismo dos mineraes, plantas e animaes, unidade e evolução da humanidade, eis os altissimos principios do nosso tempo.

E a sciencia, já hoje, no começo do seculo XX, não julga, como julgava Hegel, no começo do seculo XIX, que a sintese, a unidade, a harmonia envolve a antitese, que a conversão, o transformismo, a evolução, que o progresso se opéra por meio da luta.

A gravitação que Newton demonstrara para os astros, generalizou-a a sciencia contemporanea para todas as massas dos corpos, ainda as mais pequenas, desvendando os misterios da cohesão molecular e da afinidade atomica.

E seria contraditorio, paradoxal, não é verdade? que a atracção fôsse a lei dos corpos brutos, e a dos corpos vivos e animados fôsse a luta, a destruição. Para os organismos, desde os mais simples, como o lichen, que é uma simbiose, a lei é tambem a associação, a solidariedade. Para uns viverem não é preciso que morram outros. As duas grandes leis, enunciadas pelos sabios naturalistas, de Lamark a Darwin, da hereditariedade e da adaptação, são incompativeis com a pretendida lei da luta pela existencia. A hereditariedade é a solidariedade das novas com as antigas gerações; e a adaptação é a solidariedade

de cada ser vivo com o meio, o qual não é sómente o meio inorganico, mas tambem o organico, e, mais do que com qualquer outro meio, com o dos seus semelhantes.

A figura então do homem é a propria figura da paz. Já não tem, como os seus proximos parentes, os antropoides, prêsas, garras, e a cabeça conformada em tom de guerra, a face prognata, aguçada como um punhal, e o cranio encimado de cristas como um capacete. A sua cabeça aproxima-se da fórma espherica, que é a fórma do equilibrio, da suprema harmonia, a bôca deixou de ser um orgão de prêsa, d'ataque e dilaceração, para se converter no orgão da palavra, pela qual exprimimos os mais doces sentimentos, e as mãos deixaram de ser garras para se transformarem em instrumento de trabalho e meio de sociabilidade. E, pela sua atitude erecta, o homem não só póde estender afectuosamente a mão ao outro homem, mas póde ir de peito para elle e apertá-lo nos seus braços junto ao seu coração. Por isso, chamem ainda, se quizerem, ao homem rei da creação, mas o que já não é licito, é dar-lhe o titulo de seu generalissimo.

A unidade dos seres vivos não é só a organica, é tambem a espiritual. A psicologia reune hoje creanças com adultos, a mulher com o homem, o povo com os grandes, o selvagem com o civilizado, os anormaes, até os monstros, com os normaes, os animaes com os homens. E as mesmas leis do desenvolvimento dos organismos presidem ao dos espiritos. Os povos são tanto mais fortes quanto mais unidos com os seus antepassados e com os seus coetaneos. A civilização dum não se faz á custa da civilização de nenhum dos outros, mas assimilando em si a de todos elles. Exemplo: o Japão.

Ha, em suma, para os seres vivos e animados, uma atracção organica e espiritual, que se estreita tanto mais quanto mais consanguineos elles são, da mesma raça, da mesma patria, da mesma familia. O prazer tão intenso que os moços sentem em estar uns com os outros, o prazer que todos, novos e velhos, sentimos em nos encontrarmos, o prazer tão saboreado pelos lisboetas de fazer a Avenida, não tem outra explicação.

A luta, pois, entre os seres, é ainda um facto infelizmente muito frequente, mas não

é uma lei. Tal é a afirmação da sciencia moderna. E por isso, se dantes, que a sciencia era a sciencia da luta, como ella não descobrisse a paz neste mundo, o homem tinha de procurá-la noutro, hoje que a paz impera como uma verdade scientifica sobre a terra, não tem já ninguem de procurá-la noutro mundo, mas a nossa obrigação é contribuir por todos os nossos esforços para consolidar o seu reinado cá neste.

A industria deixou tambem de ser a industria da guerra. Dantes, a principal ocupação era a das armas. Os cavaleiros desdenhavam de letras, não aprendiam sequer a ler. A sociedade moderna desmilitarizou-se. Hoje nem os proprios ministros da guerra e da marinha são sempre militares. Da militarização antiga dos chefes quasi só resta, archeologicamente, a farda e a durindana dos reis e dos principes. Até a industria da caça, que é a industria da guerra aos animaes, vai sendo só delles... e dos presidentes de republica, para os obsequiarem. A industria é a da fabrica, dos caminhos de ferro, dos túneis, dos canaes, industria que tudo pacifica, e

até da bala da espingarda mortifera faz o projectil dum cabo de salvação a naufragos, do corcel de guerra faz o cavallo do medico que percorre a aldeia para dar alivio aos seus doentes, e da luva de combate, do guante, faz a luva do britador de pedra nos Estados Unidos da America do Norte.

A' arte guerreira sucedeu egualmente uma arte que nos comove com os quadros mais ternos. Erguemos estatuas, não aos grandes capitães, mas aos grandes patriotas e bemfeitores da humanidade. Pinta-se a creança, pintam-se as outras raças, pintam-se animaes e plantas, pinta-se o ceu, o mar, e a montanha. A arte interpreta, sob todas as formas esteticas, o movimento de efusiva simpatia que anima o homem moderno para com todos os seres.

E sciencia, e industria e arte vão vinculando as mais diversas gentes e nacionalidades, até na mesma oficina ou laboratorio, pelos laços dos seus descobrimentos scientificos, dos seus inventos industriaes, das suas creações artisticas. Para nada disso ha fronteiras. O mesmo drama apaixona desde a Scandinavia todas as plateias do mundo. Mais: uma idéa gera-se em França,

desenvolve-se na Inglaterra e na Alemanha, amadurece na Italia, e assim torna as diversas nações colaboradoras, consocias e amigas. E, se entre os representantes da actual cultura, surgem competencias. ellas se derimem e resolvem nesses certamens de paz, que se denominam exposições e congressos, onde os homens se aproximam e tratam de perto, travando entre si relações afectuosas que nunca jámais arrefecem de todo.

Assim arte, industria e sciencia convergem para uma nova moral humana, de cooperação e fraternidade, se não foi mesmo a moral do imperativo categorico de Kant, do dever, da solidariedade, que preparou toda esta florescencia de concordia e de paz pelo universo.

Como as antigas catastrophes da natureza, já tão raras nos tempos recentes, as guerras diminuem. As lutas singulares e as lutas de bandos tendem por toda a parte a desaparecer das sociedades policiadas. Nellas a força publica serve, não para armar desordens, mas para manter a ordem. Quer-se, por exemplo, atravessar com um cortejo as ruas da cidade? A tropa vai

adeante abrindo caminho, e ladeia mesmo e fecha o cortejo para que ninguem se atreva a perturbá-lo. As lutas hodiernas são quasi só de nação para nação, e essas mesmas ferem-se cada vez menos corpo a corpo e cada vez mais espiritualmente, diplomaticamente. Os exercitos são o ultimo recurso, e recurso de que só é licito lançar mão para a defesa, não para o ataque. Devemos todos fazer o serviço militar, como nos cumpre educarmo-nos, aguerrirmo-nos fisicamente, profilaticamente, para nos defendermos de todo agente de destruição, seja qual fôr, seja um microbio, seja um homem. E' este o nosso espirito militar. Temos oficiaes, instrutores militares, como temos medicos. Quando paramos na rua para ver o regimento que passa, com a sua banda de musica á frente, não é o odio ao estrangeiro que nos agita, mas o cuidado pelos nossos filhos, pelas nossas mulheres, pelos nossos velhos paes, é a figura da patria que perpassa pelos nossos olhos, representada na bandeira do regimento, á vista da qual todos nos descobrimos, com os corações inquietos, mas unisonos, palpitantes de anciedade e de ternura.

O que augmenta prodigiosamente na humanidade, é a união, a cooperação. Organizam-se legalmente em todas as nações avançadas associações politicas; o cooperativismo é o mote da economia; e as proprias religiões, com todas as suas dissidencias, senão mesmo antagonismos, congregam-se pelas suas mais eminentes personalidades no congresso de Chicago. Estes laços atam-se até d'estado para estado, cimentando-se cada dia mais entre elles a grande internacional do amor, do trabalho e da instrucção, sobre que se hão de erigir no futuro os Estados Unidos da humanidade inteira.

E, assim como no mundo phisico a força d'atracção se estendeu dos astros até aos atomos, assim tambem no mundo moral a atracção das almas se foi estendendo dos grandes e poderosos até aos fracos, aos humildes, aos infelizes. A nossa ordem não é como a de Varsovia, não se firma sobre a dôr. O mundo moral moderno é em grande parte a obra d'integração social de todos os pequenos. Socializa-se a creança pelo ensino. Socializa-se a mulher, dando-lhe logar ao lado do homem em todas as

profissões e reuniões publicas. Socializa-se o povo, abrindo á jaqueta do lavrador e á blusa do operario todas as carreiras e dignidades até ao parlamento, até á suprema magistratura nacional. Queremos que a colonização seja, não o exterminio das raças selvagens, mas a sua educação, a sua socialização, a transfusão do sangue da civilização na alma inculta dessas raças juvenis. Nem os lazaros e pestiferos emparedamos e isolamos, mas entregamo-los aos desvélos dos mais habeis e devotados clinicos, e apressamos a convalescença de todos os doentes, distribuindo-lhes nos hospitaes ilustrações e jornaes, que os ponham em comunicação com a sociedade. Mais ainda: nem guerra aos criminosos hoje fazemos. Acabou-se com a pena de morte, acabou-se com os suplicios e as torturas; está condemnado o degredo, condemnada a penitenciaria cellular. Tratamo-los como doentes, pelo convivio sobretudo dos homens de bem, em casas de regeneração, como as que amoravelmente dirigem o padre Areosa, Pinheiro Torres, Silva Pinto e os dois irmãos Vasconcellos. Até os animaes ferozes e as plantas venenosas o homem foi

domesticando, cultivando, trazendo para ao pé do seu lar, e até os microbios mais terriveis procura hoje regenerar, atenuando-lhes a virulencia. Guerra, nem aos maus! Para se defenderem delles, os bons não precisam senão de unir-se, unir-se até para lhes acudirem. Nesse elevado sentido é que se devem orientar os tratados e as alianças; por essa elevada significação moral é que hoje por todo o mundo civilizado se consagra esperançosamente o anniversario da Confederação internacional da paz e arbitragem inaugurada em egual dia na cidade da Haya.

Desde o mineral até ao homem, que o universo se vae solidarizando, organizando, pacificando. A paz é tão indispensavel ao progresso da civilização, como ao de toda a cristalização.

Mal dos países, onde, como em Portugal, aos enfermos indigentes faltam enxergas nos asilos e nos hospitaes! Mal dos países onde as cadeias são como as nossas! Mal, muito mal, dos países, onde, como entre nós, não só se deixa morrer, se mata muita gente por falta d'altruismo e d'assistencia dos poderosos! As sociedades assim de-

caem abaixo da natureza bruta, porque a desordem moral é ainda mais incomportavel do que a desordem phisica; e por isso os membros dessas sociedades decadentes, sem crença nos homens, apellam para a superstição das coisas, para os bruxedos e feitiços, sem meios de ganhar a sua vida e amealhar a minima economia, apellam para os azares da sorte, para o jogo e loteria, e, sem confiança na justiça de ninguem, apellam para os ditamens naturalistas da hereditariedade para a investidura dos cargos publicos e da antiguidade para as suas promoções. Não será este o retrato do estado d'alma de tantos portuguêses no angustioso momento historico que hoje atravessamos?

A guerra, a luta, é o mal. Mas como suprimi-la? E' mister atacá-la na sua origem. Ora a sua causa é o despotismo. Hobbes disse: *homo homini lupus*. Mas disse tambem: *homo homini deus*. A luta é sempre a obra infesta dos despotas que se divinizam, que se investem absolutamente no poder por direito proprio.

As guerras e lutas religiosas, com todos os seus horrores, provieram do despotismo

sectario, que ainda hoje desencadeia os paroxismos da furia musulmana contra os christãos da Armenia e da Macedonia. As conflagrações economicas, acendeu-as o despotismo ávido dos senhores, e, se mesmo nos nossos dias se ouve, por vezes, o seu fragor, é que as renova a tirania do capital contra o trabalho. As convulsões politicas, provocou-as sempre o despotismo cesarista, provocou-as quasi por toda a Europa ainda na primeira metade do seculo passado, durante a qual a nação portuguêsa teve tambem de defender-se, á mão armada, do miguelismo e do cabralismo.

Porque é tão medonha a tragedia russa? E' que nessa desditosa nação todos os despotismos se concentram para a oprimir e revolver.

Mas para que buscar exemplos lá fóra? Porque é que actualmente em Portugal estamos tão divididos, governantes de governados e governantes uns dos outros, que parece até que sofremos do panico da nossa decomposição social? Qual a causa das nossas agitações religiosas? E' que os nossos teocratas pretendem fazer da religião catholica, que o estado subsidia,

a propria religião do estado, excomungando delle todos que publicamente a não professem, pelo restabelecimento de leis penaes, atentatorias da liberdade de cultos, que haviam cahido em desuso e esquecimento no nosso fôro, e que nunca foram legitimas, porque estavam em contradição com a letra expressa da constituição, que declara que ninguem póde ser perseguido por motivo religioso. Qual a causa das nossas agitações economicas? E' esse sem numero de monopolios, que, dia a dia, se multiplicam — monopolios de tudo, até da luz —, que todo o trabalho nacional vão avassalando e toda a seiva da nossa producção vão sugando, como se fossem os mil tentaculos dum polvo enorme, insaciavel de riqueza e de carnagem. Qual a causa das nossas agitações politicas? E' que não temos liberdades publicas, não temos franquias locaes, não temos direitos e regalias individuaes. O arbitrio cesarista é que é a lei: está na legislação constitucional e eleitoral, está na legislação colonial, e está num sem numero de disposições legislativas geraes, que tiveram como soberano remate a lei nefanda de 13 de fevereiro de 1896; e,

quando não está na lei, rasga-a, passa por cima della e calca-a aos pés. Os partidos monarchicos esfacelam-se, porque reina dentro delles discrecionariamente a autocracia dos chefes; e, se até mesmo dentro do partido republicano nem todos os correligionarios se unem como um só homem, uma só alma, é que dentro delles ha tambem dirigentes, aliás cheios das melhores ambições, que são, talvez mesmo sem o saber, como a egreja, e, como ella, não querem que ninguem se salve senão pela sua graça.

Toda centralização, todo monopolio, todo privilegio é a dissolução dos laços sociaes, é um estado de tanta divisão, e por isso de equilibrio tão instavel, que se torna fatalmente precursor do rompimento e da luta. Não é pela convergencia de todos para um só homem, amando-o só a elle, trabalhando só para elle e pensando só nelle e como elle, mas pelo entralaçamento mais intimo de todos, amando-se uns aos outros, trabalhando uns para os outros e pensando uns nos outros e como os outros, que se edifica e firma e profunda inabalavelmente a unidade e integridade da patria. O despotismo interior deslaça, enfraquece e degrada as nações,

expondo-as aos atrevimentos do despotismo exterior, que não tarda que, até em nome da civilização e da justiça, pretenda impôr-se-lhes.

Onde é que ha menos lutas? E' na familia, onde, como em nenhuma outra parte, nós temos liberdade, onde, mais que em qualquer outra parte, nós fazemos as nossas vontades. Porque é que as guerras civis dentro das nações vão desaparecendo? E' porque em nenhuma outra nós temos tantas liberdades como na que é nossa patria. Quando numa nação abafam os nossos sentimentos, entorpecem e paralysam o nosso braço e roubam os nossos votos, deixa de haver nella um centro de cohesão e de paz, deixa de haver patria, porque deixa de haver liberdade, e a revolta é certa.

Quaes as nações mais ordeiras e pacificas? As mais liberaes. A Suissa, tão dividida de territorio, de raça e até de lingua, atingiu uma tranquilidade inalteravel, graças ao seu entranhado culto pela liberdade. A Inglaterra sustenta em pé o seu collossal imperio pela força do *self government*. E a França, sem embargo de todas as conspirações

reaccionarias, vai cada vez mais, pelo desenvolvimento das suas instituições republicanas, afastando para o passado a era dos golpes de estado, das insurreições, das guerras e desmembramentos territoriaes.

Uma nação, ainda que seja mais pequena do que a nossa, ainda que tenha sobre si visinhos mais poderosos do que os nossos, e ainda que tenha, como nós, possessões longinquas a guardar e a socorrer, basta que seja fiel á liberdade, seja, como a Holanda, antigo asilo inviolavel de raças e individuos oprimidos, desde Spinoza até Kruger, e hoje pretorio augusto da justiça internacional, e póde descançar; que ninguem atentará contra a sua autonomia. A independencia dentro garante a independencia fóra.

A ordem, a paz, obtem-se pela liberdade, é o seu premio. Atesta-o admiravelmente a Inglaterra, que, depois da rude experiencia que lhe custou a separação dos Estados-Unidos da America do Norte, pacificou pela liberdade o Canadá revoltado, é pela sucessiva emancipação religiosa, economica e politica que vai pacificando a Irlanda, e é pela concessão do governo representativo

que agora mesmo inicia a obra da pacificação do Transwaal. Atestam-no egualmente neste momento os Estados-Unidos da America do Norte, que, á medida que augmentam as imunidades nas Filipinas, reduzem lá as suas guarnições.

Só nas nações livremente governadas, onde todos os cidadãos estão certos de que ninguem os deshonrará, usurpando e ludibriando os seus direitos, póde cada qual dedicar-se serenamente aos seus negocios, entregar-se de todo, proficuamente, ás suas ocupações. Entre nós, impossivel. Na irrequietação moral que nos consome, receosos sempre dos peores desaires e afrontas, mal se póde trabalhar, mal se póde pensar, quasi se não póde sequer amar. Quantas vezes se me depara uma das formosissimas paisagens do nosso querido torrão, e eu fico encantado, extasiado, mas alguma cousa dentro em mim me não deixa parar e ver bem, e digo comigo: Que beleza, se houvesse bom governo em Portugal! Isto é, como eu então a gosaria!

Como foi que nós acalmámos as nossas lutas e agitações civis? Foi pelo liberalismo do acto adicional de 1852. Como foi

que desde então mantivemos quasi sem secussões a paz por mais de trinta annos? Foi pelo liberalismo progressivo desse periodo que se fecha logicamente pelo acto adicional de 1885. Como ha de voltar a paz á nossa nação, aos nossos casaes? Só a liberdade é a paz.

"A Reforma" *

Minhas senhoras e meus senhores!

Apesar de ainda coberto de luto pela morte recente duma pessoa de minha familia, por toda ella venerada, apressei-me a vir a esta sessão solemne, que os seus promotores tão amavelmente haviam adiado para quando eu pudesse estar presente, para, ao lado dos oradores que acabam de abrilhantá-la, o dr. Francisco Joaquim Fernandes, que é honra da cathedra e da tribuna portuguêsa, Antonio Leite da Silva, que é um dos mais prometedores talentos do fôro portuense, e Americo da Silva Castro, esperançoso e simpatico alumno da Faculdade de direito da nossa Universidade,

* Discurso na inauguração do Monte-pio da classe commercial do Porto, « A Reforma », segundo o *Norte* e *A Voz Publica,* em 16 de julho de 1905.

saudar com toda a efusão da minha alma a generosa instituição que hoje aqui se inaugura, os seus benemeritos fundadores, e nomeadamente José Ferreira Gonçalves, meu querido amigo e correligionario prestantissimo.

« A Reforma » é mais uma afirmação eloquente das inesgotaveis forças com que a sociedade portuguêsa se vai renovando e vai reconstituindo o seu abatido credito e prestigio antigo.

Graças ás classes trabalhadoras, a nação cada dia opéra mais solidamente e profundamente a sua organização religiosa, economica e politica.

Nunca como nos ultimos tempos houve o culto dos antepassados. Iniciam-se mesmo em honra das grandes figuras historicas verdadeiras associações religiosas. O povo sente a necessidade d'amar, de festejar os seus contemporaneos ilustres. Não ha muito que, com a nossa mocidade escolar, celebrou em Lisboa a apotheose de João de Deus, e ainda ha pouco nesta cidade manifestava a Guerra Junqueiro a sua carinhosa admiração. E a piedade pelos fracos e humildes tem augmentado sempre.

As Misericordias acrescentam as suas enfermarias, e erguem, ao lado dos seus hospitaes, novos recolhimentos para os cegos e surdos-mudos. Criam-se creches e asylos para as creanças, hospicios para os velhos e invalidos. Então as creancinhas, pega-se até nas mais anemicas e levam-se amoravelmente em bandos, em colonias, á beira-mar, onde se lhes retempere a saude com o ar puro e o banho tonificante.

Economicamente, têem-se sobretudo multiplicado as sociedades de socorros mutuos, e o Monte-pio Geral de Lisboa, que é hoje uma potencia financeira, exemplifica o incremento que ellas vão tomando. Por varias partes se estreiam auspiciosamente caixas economicas. Esboça-se já a protecção aos invalidos do trabalho, e agora mesmo o faz relevantemente a classe commercial do Porto com esta magnifica instituição — « A Reforma » — destinada a assegurar previdentemente aos seus membros e ás suas familias o pão e a independencia nos dias precarios da invalidez e da velhice. E estes laços economicos das classes trabalhadoras não são sómente locaes, mas geraes. Basta lembrar a soberba parada

de forças que no anno passado as associações comerciaes de todo o país fizeram na capital contra as onerosas propostas de fazenda então em discussão.

Politicamente, cada vez mais o nosso povo procura unir-se pelas idéas, pela razão. Cada vez se forma mais em Portugal, e se torna mais imperativa a opinião publica. Surgem jornaes até nas povoações mais modestas. Fundam-se academias e universidades populares de estudos livres. E de todos os pontos do país se solicitam avidamente conferencias, conferentes.

E esta obra de organização da patria, elaborada infatigavelmente pelas classes trabalhadoras, é tanto mais de admirar, quanto é lastimosamente certo que ellas a têem emprehendido e realizado, sósinhas, ao criminoso abandono dos poderes publicos, das classes dirigentes, que são colectivamente irreligiosas, anti-economicas e tão ignorantes como caprichosas e vesanicas.

Os nossos dirigentes amam o tabaco, a mêsa lauta, as carruagens e os automoveis, têem todos estes cultos feiticistas, mas, em geral, não amam a ninguem. Ainda agora estrugiu dilacerantemente nesta cidade um

grito d'angustia da classe piscatoria, espavorida pelo espectro da fome: e quem dos nossos governantes a ouviu e lhe acode?

A vida dos nossos dirigentes é uma vida de perdularios. Sangram incessantemente o corpo da nação e tudo é sempre pouco para a sua insaciavel voracidade. Os *deficits* acumulam-se assustadoramente. E, quando, acossado pela miseria, alguem ousa ir além mar em busca de trabalho, ainda os nossos governantes fazem da miseria materia colectavel, e cominam, sob penas graves, ao desditoso emigrante o imposto dos passaportes.

E, entre os dirigentes, ninguem se importa com idéas. Não é isso que os liga. Riem-se dos principios ás gargalhadas, chamam-lhes trocistamente os imortaes principios. Os partidos monarchicos não tēem programa. Dantes no partido regenerador Fontes e Casal Ribeiro, nos seus discursos no parlamento e fóra delle, expunham os seus planos governativos; hoje ao seu chefe basta-lhe merecer a confiança da corôa, não tem que pensar em mais nada. O actual chefe dos progressistas, faça-se-lhe esta justiça, ainda até ao seu penultimo minis-

terio quiz sustentar o programa do partido, mas os seus proprios correligionarios arrancaram-lho das mãos e rasgaram-no. O chefe dum partido recente apresentou se, é verdade, ao país com um discurso programa. Mas quem não vê que esse simulacro de programa, tecida dos farrapos das liberdades que o seu autor febrilmente se fartou de despedaçar durante o governo do engrandecimento do poder real, não passa duma capa de furta-côres, com os seus laivos vermelhos, com que esse partido, especie de bulangismo nacional, unicamente pretende atrahir e bandarilhar o toiro popular, que felizmente já se não cega assim com tamanha facilidade, e oxalá um dia, d'enraivecido, não macule a arena com o sangue dos seus bandarilheiros.

E não só os nossos governantes não ajudam o progresso religioso, economico e politico da nação, antes o dificultam e enfraquecem, mas até, a cada passo, combatem sem treguas os esforços que por elle envidam as classes trabalhadoras.

A' solidariedade religiosa da nação, ao nosso amor pela familia, pela patria e pela humanidade, opõem uma religião d'estado,

que não é a doce e caroavel religião de Jesus, zelosamente praticada por muitos membros do nosso clero parochial, mas sim a religião sectaria, das congregações ultramontanas, que é feita de superstição, de terror e d'odio.

A' solidariedade economica da nação, á sua organização cooperativa, mutualista, opõem os monopolios egoistas e avaros, que são a depredação da riqueza publica e a guerra declarada ao consumidor e ao productor nacional.

A' união politica da nação pelo governo da opinião publica opõem o arbitrio, a autocracia dos chefes dos partidos, que todos os élos da cohesão civica rompem entre os seus correligionarios. Os actuaes partidos monarchicos são monarchicos até na sua constituição interior. Os seus chefes, investidos numa magistratura vitalicia, são dentro delles uns reis. E este vicio constitucional parece irremediavel. Observe-se como se tem constituido esse ultimo partido monarchico que se denomina liberal, e que agora anda a protestar democracia entre o operariado. O seu chefe impoz-se-lhe, e faz no governo do partido a politica

do engrandecimento do poder pessoal, emquanto não póde tornar a fazê-la no governo da nação. E é curioso e significativo que elle pregue aos ouvintes dos seus centros — aristocraticamente divididos em centros dos homens que têem que perder e centros dos operarios que nem muitas vezes terão que ganhar — que devem intervir pelos seus eleitos no governo da nação, começando por não lhes consentir que elejam sequer o seu chefe a dentro do partido. Imagine-se que eleições livres ha a esperar dahi. Tanto esse partido é o seu chefe, que os seus membros se chamam ordinariamente franquistas, tanto é o chefe e só elle, que os seus correligionarios proclamam que no dia em que elle não corresponder á sua confiante espectativa, se dispersarão, alguns até promettem vir então desenganados para a republica. E em que titulo se funda o seu chefe para assim se impôr? Que tem atraz de si no seu passado para assim se julgar de direito aclamado pelas gentes? Fontes blasonava um dia, na camara dos deputados, de não haver precisado nunca de ser eleito chefe do seu partido; mas a Fontes havia que lhe des-

culpar essa altanaria, porque, quaesquer que fossem os erros da sua administração, tinha a falar por elle as estradas, os caminhos de ferro, os telegraphos, inumeros serviços prestados na sua longa carreira á nação...

Não excomungo ninguem da democracia. Tomara vê-la acrescentada com todos os seus actuaes adversarios. Faço mesmo quanto posso por isso. Entendo que é do meu dever fazer uma politica de atracção, de tal modo que, no dia em que os monarchicos reconhecerem que nada podem tentar com èxito para bem da patria senão nas fileiras dos republicanos, nem uns nem outros se sintam humilhados ao estenderem-se mutuamente as mãos. Por varios dos meus adversarios tenho mesmo a ternura que me fica sempre pelos meus camaradas dalgum dia. Mas, assim como por mais amigo que eu seja dum côxo, não o recommendarei nunca para estafête e moço de recados, assim tambem não posso recommendar a ninguem um antigo despota para chefe de liberaes. Sirva a liberdade! Faça primeiro as suas provas de que é capaz d'amá-la e de defendê-la; e, amnis-

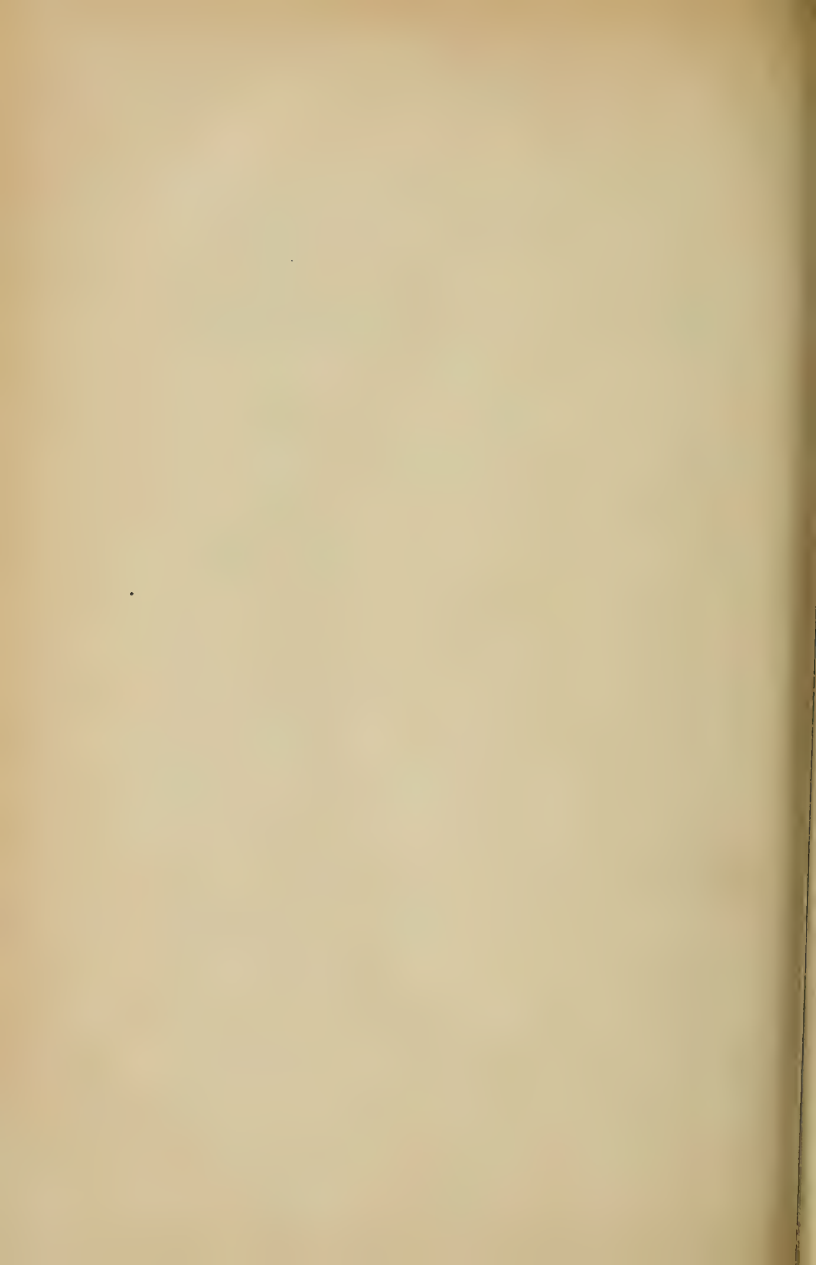
tiando-o então das suas ditaduras passadas, acreditaremos confiadamente nos seus protestos d'emenda.

Contra a força das classes trabalhadoras que organizam a nação, ha, pois, uma força apostada a desorganizá-la, que é sempre o absolutismo, ou o das congregações religiosas, ou o das companhias financeiras, ou o dos corrilhos monarchicos. E esta força absolutista tem crescido tanto nos ultimos tempos, que é indispensavel que cresça tambem muito, por sua vez, para não sossobrar na luta, a força do socialismo liberal.

Prosiga a classe commercial na sua louvavel campanha, e á protecção dos seus veteranos junte em breve a protecção aos seus recrutas, regulando-lhes a edade de admissão, as horas e os dias de trabalho, e concedendo-lhes o tempo e os ocios necessarios para o seu enrijamento fisico e espiritual. E, reunidos assim estreitamente entre si patrões e caixeiros, celebre o commercio os seus congressos, as suas audiencias geraes, onde pondere e discuta as magnas questões da estatistica dos commerciantes portuguêses dentro e fóra

do país, do ensino commercial, da moeda e das pautas, da marinha mercante e dos tratados de commercio, e donde reclame os orgãos de que necessita na administração publica, pelo menos um ministerio independente com a agricultura e a industria.

E, tendo-se assim socializado e consequentemente nacionalizado o capital, ponha-o ao serviço da socialização da classe operaria, que é desgraçadamente ainda em grande parte a classe dos proletarios. Ninguem no partido republicano combate o capital. A fortuna publica é a somma das fortunas particulares. O que se quer, é que o capitalista se considere austeramente como o depositario fiel de bens que lhe cumpre administrar com todo o zêlo em proveito geral da nação, acudindo com elles a toda a parte onde haja um necessitado, onde, por mais tenue e abafado que seja, se solte um soluço de dôr.

E' essa, minhas senhoras e meus senhores, a abençoada fortuna que do coração lhes desejo.

Manoel d'Arriaga *

A vida de Manoel d'Arriaga é sobretudo um apostolado. Essa a santa missão a que elle se devotou na sociedade portuguêsa.

A sua larga e fecunda acção moral ultrapassa os lindes do seu partido, porque tudo nelle, a physionomia, a palavra, as maneiras, tudo desperta simpatia. Vendo-o e ouvindo-o, não ha quem se não sinta atraído para elle e para a nobre causa que elle tão dignamente personifica, pelo irresistivel magnetismo religioso que se difunde de todo o seu ser. Inabalavel nas suas generosas aspirações, tem a intransigencia austera dum forte e dum delicado; mas, ainda quando com mais ardor denuncia e ataca os erros e os desvarios dos seus adversarios, o seu braço estende-se-lhes

* No *Mundo* de 5 de setembro de 1905.

fraternalmente. Não combate por insociabilidade, por odio ou irreverencia a ninguem. Ama a liberdade, porque ama os seus concidadãos, revindica a republica, porque revindica para a sua querida patria o direito e a honra de se associar livremente, intimamente; e, se o seu civismo não receia sacrificios, a sua tolerancia resiste ás mais acerbas provações. Symbolo da bondade e da fé, a sua radiosa figura sorri docemente a todas as almas como uma rosea esperança d'emancipação e de revisvicencia nacional.

Para o seu partido elle é mais do que um caudilho prestigioso. E' um chefe devéras querido e venerado. E elevou-se aos mais altos respeitos dos seus correligionarios, incontestavelmente, sem nunca acender ou provocar sequer entre elles a minima discussão. A sua influencia e preponderancia não se fizeram e cresceram á custa de nenhuma outra. E' uma grande força dirigente, porque é um centro cordialissimo de cohesão. Espirito independente, mas familiar, sem sombra d'autoritarismo, d'impertinencia ou d'animosidade pessoal, conciliador e paciente, lealissimo, dum tracto

primoroso, elle tem exemplificado edificantemente em todas as phases da sua carreira publica as mais acrisoladas virtudes democraticas. Ninguem melhor do que esse republicano modelar, educando liberalmente o seu partido, opondo sempre dentro delle á ditadura dos individuos e dos bandos o governo dos principios, da lei, o prepara para, num dia que tudo anuncia cada vez mais proximo, elle cumprir fielmente o seu destino, que é o imprescriptivel destino historico da nação. Por isso o estreitamos hoje festivamente ao nosso seio, saudando nelle com toda a efusão uma das mais puras encarnações do nosso glorioso ideal.

O contracto dos tabacos *

Meus senhores!

Diz-se frequentemente ao povo — e essas vozes, ainda mal! saem muitas vezes mesmo dentre o operariado — que o tempo das revindicações politicas passou, que ás classes laboriosas do nosso tempo só interessam e importam as lutas e conquistas economicas. Quanto é falsa a asserção! E como o nosso país lhe vibra a cada instante o mais formal desmentido!

A politica e a economia são inter-dependentes; mas a politica deve dominar a economia como a inteligencia os nossos actos. Nação onde os financeiros sobrepujam os politicos, é nação irremediavelmente delapidada e consumida pela agiotagem.

* Discurso no comicio republicano de 10 de setembro de 1905, no Porto.

De certo que a nossa penuria e servilismo financeiro nos enfraquecem e escravizam politicamente; mas nós, se não temos boas finanças, é porque não temos boa politica, nós, se não temos a riqueza, a abundancia, a abastança sequer em cada lar, é porque não temos nenhuma liberdade politica, nem colectiva, nem individual. Hoje, entre nós não ha mesmo questão alguma economica de trabalho e de assistencia ao trabalhador, que se não prenda entranhavelmente e pungitivamente na questão politica por excelencia, na questão constitucional do nosso regimen. E, sem se resolver esta radicalmente, pela mudança de instituições, não se resolverá já agora bem nenhuma outra.

Exemplo flagrante desta dependencia substancial é a questão dos tabacos que actualmente excita os animos por toda a parte no país. Qual a sua mais nefasta solução? A mais ruinosa e a mais opressiva? O monopolio. Qual a solução que um e outro partido monarchico sucessivamente tẽem proposto para ella? O monopolio com todas as suas agravantes leoninas e deprimentes.

E porque é isto? Porque nas nações, como nos individuos, onde a razão não impera, desencadeiam-se e prevalecem contra ella os interesses ainda os mais illegitimos; e o governo politico em Portugal ha muito que deixou de ser o governo da razão publica, da opinião, para se transformar deploravelmente no governo do arbitrio pessoal, da autocracia e do nepotismo dos chefes, no governo do despotismo. Dahi a sua fraqueza, dahi a sua subserviencia ás oligarchias financeiras.

Veiu demonstrá-lo mais uma vez a actual questão dos tabacos. Submissos ás oligarchias financeiras, nenhum dos nossos politicos que tiveram de tratá-la no governo, pensou sequer em arrancar-lhes das mãos o monopolio, que é mais que lesivo para os interesses nacionaes, porque é sobretudo uma arma tremenda de reacção.

E, nas lutas da avidez travadas entre ellas, os nossos governantes tẽem sido sempre arrastados rudemente pelo predominio da mais poderosa. E' assim que a antiga companhia dos tabacos impõe ao partido regenerador a renovação do contracto; e, quando outra companhia por

momentos a põe em cheque, concitando contra ella a oposição progressista, o governo regenerador não se eleva acima das lutas entre uma e outra, demite-se, isto é, retira-se para que a companhia mais poderosa converta a si o partido progressista, desde que elle esteja no poder. Assim foi. O governo progressista apresentava dentro em pouco a proposta de renovação do contracto com a antiga companhia dos tabacos, como haviam feito os regeneradores, com as mesmas agravantes que combatera, quasi com as mesmas clausulas, quasi com os mesmos termos de redacção. Tal a insolencia da omnipotente companhia!

E, assim como, perante a oposição progressista, ella forçara o governo regenerador a pedir a sua demissão e a corôa a conceder-lha, assim depois, levantando-se dissidencia contra o contracto no seio do proprio partido progressista, ella força o seu governo a pedir uma reconstituição ministerial e um adiamento parlamentar e a corôa a conceder-lhos para castigar o ministro rebelde e para acalmar os deputados irrequietos, dispensando-lhes mais alguns mêses para a sua

definitiva conversão. Quem governa, pois, em Portugal?

Eis a consequencia da politica do engrandecimento do poder real, que não é de engrandecimento, mas de enfraquecimento de todo o poder politico desde o menor até ao mais alto. Eis para o que se concentraram todos os poderes no estado e todos os do estado no seu chefe. Foi para o submeter ao nuto das oligarchias financeiras.

E o que se passa entre nós, sucede em toda a parte. Ao menor deslise mesmo do poder politico, mal elle deixe de ser no minimo acto o governo da razão social, da justiça, logo a agiotagem, que o está espreitando continuamente, investe contra elle e o explora. Porque é que a propria França, republicana, radical e socialista, a França de Waldeck Rousseau e de Combes, que tem levado de vencida no seu solo tantas tyranias do capital, promulgando cordialissimas leis d'assistencia ás classes trabalhadoras, porque é que ella é ao mesmo tempo para comnosco a França de Reillac e de tantos aventureiros e jogadores da finança? E' porque ainda não ha

um direito publico internacional liberal e republicano; e, nas suas relações externas, a França é ainda, infelizmente, a França militarista, aliada da Russia despotica, e, quando nella Jaurés, o grande campeão da socialização e da paz internacional, proclama que o governo da França deve ser republicano, tanto na sua politica interna como na sua politica externa, o republicano *Temps* declara-o atacado da loucura da renuncia.

A opressão financeira, o monopolio, é a consequencia letal, o fruto venenoso do despotismo politico. Nós, se quizemos abolir o peor de todos, o monopolio da terra, se quizemos libertá-la, tivemos de fazer a revolução de 20 e de pelejar as campanhas liberaes de 28 a 34. O proprio monopolio dos tabacos nasceu com o absolutismo, cresceu e medrou com o seu crescimento e violencia, com o miguelismo, revigorou-se com o cabralismo, e, se foram necessarios os esforços reiterados das revoluções de 36, de 46 e de 51 para se entrar num largo periodo de ascenção liberal, de 52 a 85, no qual se aboliu esse monopolio, hoje, que elle resuscitou com a resurreição do

despotismo de 86 para cá, como é que havemos de tornar a aboli-lo? Só por uma profunda e radical reforma politica da nação.

Quem a ha de fazer?

Os regeneradores, impenitentes nos seus reaccionarios processos governativos? Os progressistas, que no poder tẽem apostatado de todos os seus principios liberaes? Quem? Outros monarchicos entoam agora dithyrambos á liberdade. Quem são elles? O sr. João Franco, o sr. Alpoim, o sr. Dias Ferreira? Mas o sr. João Franco já em 1893 proclamou a descentralização, a liberdade de imprensa e o direito de reunião, e depois, no governo, foi um dos dois principaes fautores da politica do engrandecimento do poder real. Mas o sr. Alpoim foi em 1895 um dos corifeus da coligação liberal; e depois, no governo, abraçou a politica do engrandecimento do poder real, e, em nome delle, ditou a proscripção aos republicanos para fóra do parlamento. Mas o sr. Dias Ferreira, sempre liberal na sua longa oposição, foi em 1892 o precursor dessa politica ominosa do engrandecimento do poder real. O regimen empolgara-os.

Só ha um partido que póde já agora resolver as nossas incomportaveis dificuldades financeiras e opôr um véto soberano ao monstruoso contracto dos tabacos. E' o partido do povo, o unico que tem por si a opinião, o partido republicano, o partido que não repelle ninguem, partido dentro do qual pódem vir tomar logar todos os patriotas que os ultimos acontecimentos governativos, tão vergonhosos, devem ter desenganado por completo das virtudes da monarchia, hoje irremediavelmente incompativel com os sagrados destinos da nação.

Para escarmento dos novos, ahi está o sr. José Maria de Alpoim, cheio de talento, tendo-se batido em todos os terrenos pelo seu partido, o caudilho, depois do seu chefe, mais querido e o unico popular dentro delle: no dia em que ousou rebelar-se contra as demasias da oligarchia financeira predominante, foi pelo seu proprio chefe exautorado de todas as suas dignidades, como se fosse um desertor. Para escarmento dos veteranos, ahi está o sr. Pereira de Miranda, antigo lutador inquebrantavel, cercado dos respeitos de correligionarios e adversarios, tantas vezes indigitado e solicitado para

ministro e ultimamente considerado indispensavel á formação do actual gabinete progressista: pois, apesar de toda a sua provadissima dedicação pelo seu partido e pelo seu chefe, poucos mêses pôde sobraçar a pasta politica do ministerio do reino que lhe fôra confiada... E, para aviso e escarmento de todos, ahi está o proprio chefe, o sr. José Luciano de Castro, com uma longa carreira de serviços ao seu partido, tendo sacrificado á monarchia muitas das suas aspirações liberaes e até na derradeira quadra da vida a sua saude, ahi está, em meio das refregas financeiras, injuriado e lapidado, dentro mesmo da monarchia, mesmo pelos seus correligionarios, que não vêem, que não comprehendem que elle não é senão uma victima expiatoria do fatalismo das instituições. Que fim de vida! Como acabam ultimamente entre nós os maiores homens da monarchia!

O regimen gasta, despedaça e anula todos que o servem. E, quando os homens são individualidades excepcionaes, tamanhas como um Emygdio Navarro ou um Mariano de Carvalho, e não os póde anular, abusa da força delles, compromette-os nos

proprios desmandos, e fere-os e mortifica-os afrontosamente nas suas mais altas ambições.

Hoje em Portugal só um campo politico resta a quem quizer servir a sua patria, nobilitando o seu nome. E' o republicano.

"O Mundo" *

Meus senhores!

Viva a republica portuguêsa!

Meus senhores! Levanto um brinde ao *Mundo,* aos nossos valorosos correligionarios que, dia a dia, com o maior denodo, sem jamais esmorecerem, defendem e sustentam na vanguarda do jornalismo a causa da republica. E brindo a todos, ao seu director, aos seus redactores e collaboradores, aos seus typographos, aos seus auxiliares ainda os mais modestos, porque todos são benemeritos da liberdade e da patria.

A todos cumprimento e rendo homenagem na pessoa do seu director, França

* No almoço em honra d'*O Mundo,* por ocasião do seu 5.º anniversario, em 16 de setembro de 1905.

Borges, o nosso querido amigo, que tão brilhantemente representa a heroica mocidade portuguêsa, com todo o seu coração, com a toda sua fé, com todo o seu impeto e todas as suas exaltações no ataque, e com todos os seus enthusiasmos, todas as suas ternuras, nos afectos e na dedicação. Ha nelle tanta cordialidade e delicadeza, que não posso festejá-lo dignamente sem evocar perante esta reunião a figura da sua santa mãe, da veneranda educadora que lhe instillou na alma os mais nobres predicados sociaes, e, acima de todos, a sua abnegação pessoal, a sua modestia em todos os lances e sacrificios. Nelle admiro não menos do que o lutador inquebrantavel, que por vezes tem concentrado na sua arremetida todo o ardor militante do seu partido, o correligionario leal, prestantissimo e extremoso, que não perde o minimo ensejo de louvar e exaltar os seus camaradas. Um partido não precisa só de combatentes, mas tambem de homens que se prezem e se estendam e se dêem fraternalmente as mãos. Um partido não é só um exercito, mas é, mas deve ser sobretudo uma grande familia. Eu por mim lhes

confesso que uma das grandes satisfações que encontrei no partido republicano, tem sido o fino trato, a convivencia encantadora de França Borges.

Viva *O Mundo!* Viva França Borges!

A Associação dos Artistas de Coimbra *

Minhas senhoras e meus senhores!

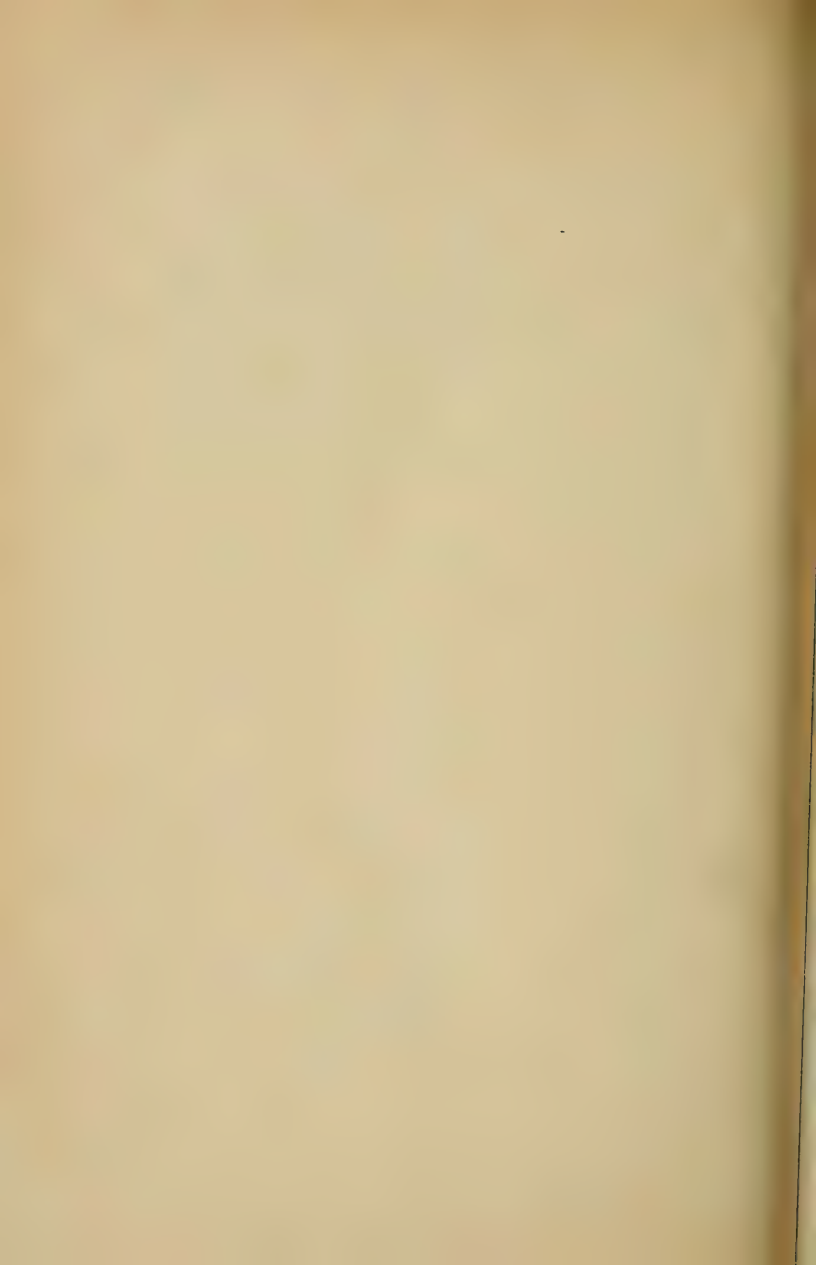
A Associação dos Artistas de Coimbra festeja no seu anniversario d'hoje quarenta e tres annos de vida, isto é, de camaradagem, de socorros mutuos, de discussão e d'orientação commum. E' assim, amando-se, assistindo-se e disciplinando-se, que o nosso bom povo vai por todo o país promovendo a irresistivel mudança das instituições. A sua crescente força organica assegura cada vez mais entre nós a victoria da soberania da nação.

A democracia impõe-se. Para prova, ahi está a creação do tribunal d'arbitros-avin-

* Alocução na presidencia da sessão solemne de 8 de dezembro de 1905.

dores, que, reclamado pelos operarios desta cidade, a camara municipal, — sob a presidencia do insigne economista, o lente da nossa Universidade, dr. Marnoco e Sousa, — apoiando-se nelles, conseguiu ha pouco fazer decretar. A esta conquista outras devem seguir-se incessantemente. E' um codigo civil inteiro de que o operariado necessita. E precisa revindicar tambem todos os seus direitos politicos, a começar pelo do sufragio, até mesmo para com elle possuir na sua mão o mais poderoso instrumento de reforma e progresso social.

Para esta sua campanha d'emancipação tēem as classes trabalhadoras de marchar em massa, sem quebra alguma de continuidade de geração em geração, inspirando-se sucessivamente nas virtudes preclaras dos seus precursores, e preparando com toda a diligencia o espirito de novas phalanges para o culto da independencia e da honra. E' o que a Associação dos Artistas de Coimbra comprehende perfeitamente. E eu com todo o fervor a acompanho tanto nas suas reiteradas homenagens pela memoria do seu e meu querido amigo, Olympio Nicolau Ruy Fernandes, o venerando apostolo do

socialismo liberal, como na sua carinhosa faina educativa, em que me é dado esta noite tomar uma parte gratissima, entregando aos seus melhores alumnos o justo premio do seu esforço. Não só esta associação, toda a familia operaria sabe muito bem quanto lhe quero, como estou identificado com ella nos mesmos sentimentos e aspirações, e o enternecido afecto que voto aos seus filhos.

Orientação republicana

Declarações *

Meus senhores!

Em nome do partido republicano cumpre-me declarar:

Que os republicanos votaram a moção proposta ao comicio, porque a abolição das leis d'excepção e de monopolio, a autonomia local, a liberdade eleitoral e a fiscalização parlamentar são ha muito revindicações do partido republicano, que as faz sob este governo como as tem feito e fará sob todos os ministerios de engrandecimento do poder real.

* No comicio promovido em Coimbra pelos dissidentes do partido progressista, em 8 de dezembro de 1905.

Que, depois do malôgro final dos esforços quasi seculares dos grandes partidos constitucionaes para se estabelecer em Portugal o regimen monarchico-representativo, toda nova tentativa de reconciliação entre o povo e o trono não é hoje para as forças de ninguem, não só porque a monarchia, impenitentemente reaccionaria, a não quer, mas ainda porque a não quer tão pouco o espirito progressivo do nosso povo, cada dia mais consciente e cioso dos seus direitos e desenganado de que nenhum estará garantido pela lei, emquanto acima della houver autoridade constituida que possa afrontosamente e impunemente infrigi-la pelo seu arbitrio ditatorial, emquanto, pois, não se implantar entre nós o genuino governo da nação pela nação, o governo republicano.

Que, portanto, aos dissidentes dos actuaes partidos monarchicos, progressistas ou regeneradores, para bem servirem com segurança d'exito a liberdade, só resta um recurso, e é tornarem-se tambem dissidentes da monarchia, vindo alistar-se lealmente sob a bandeira republicana; e, quanto a nós, republicanos, não pense ninguem que

fazemos ainda hoje alguma campanha, esperançados em ver a liberdade, por minima que seja, definitivamente triumphante dentro da monarchia, as nossas revindicações são sobretudo libellos d'acusação contra ella, que todas as liberdades individuaes e colectivas nos tem ultrajantemente conculcado, para que a nação, que a julgou e condemna, a exautore para sempre do poder.

Discurso *

MEUS SENHORES!

Desde 1894, e sobretudo nos annos ominosos de 1895 e 1896, o governo do engrandecimento do poder real suprimiu todas as liberdades, liberdades parlamentares e elei-

* No comicio republicano de Lisboa, em 10 de dezembro de 1905.

toraes, liberdades corporativas, liberdades publicas e individuaes, e, para ser absoluta a omnipotencia do mando real, estendeu a sua irresponsabilidade até aos seus minimos agentes. Tudo se centralizou no estado e todo o estado no seu chefe. E para que? Sobre as ruinas da liberdade ergueu-se assim por ventura um governo de força? Não! O chefe do estado viaja, o regente do reino é ainda uma creança, o presidente do conselho de ministros é (com pezar o digo) um enfermo, e a maior parte das autoridades constituidas não passam duns anonimos. Não ha governo! Infestam impunemente o país as quadrilhas sindicateiras e congreganistas; e, se lá fóra respeitam o nosso povo, pela sua cordura, pela sua laboriosidade e pela sua inteligencia, e, mais do que tudo, pela sua honradez e espirito de bondade e sacrificio, se por isso os governos estrangeiros cumprimentam o representante oficial da nação como quem saúda a gloriosa bandeira portuguêsa, é de lá que os chefes dessas quadrilhas planeiam e dirigem afrontosamente os seus assaltos ao nosso coração e aos nossos bens.

É, pois, necessario hoje opôr o governo do engrandecimento do poder popular ao governo do engrandecimento do poder real, não só para revindicar entre nós a liberdade, mas até tambem para assegurar a autoridade, a ordem, o respeito á lei.

E' o que tẽem ultimamente comprehendido bem todas as classes, tanto proletarias como conservadoras, todos que tẽem a conquistar ou manter algum direito. A nação republicaniza-se cada vez mais. Prova eloquente disso foram os dias de outubro que Casimiro Freire, á beira do mausoleu de Alves Correia, tão justamente chamou historicos, em que não só Lisboa inteira, mas muitos milhares de pessoas de todo o país, vibrantes de enthusiasmo, aclamaram Loubet, anciosas do fundo de alma por um governo e por um chefe de estado como o governo republicano e como o presidente eleito da França.

Se já em 1894, nos inicios do governo do engrandecimento do poder real, o teorico do cesarismo, Oliveira Martins, lamentava a profunda separação entre as instituições e o nosso povo, de 1894 para cá essa separação tornou-se irredutivel. A' medida

que a monarchia se foi fazendo reaccionaria, o espirito do nosso povo foi-se acentuando progressivamente liberal. Hoje não póde haver transacção alguma entre a monarchia e a liberdade. A monarchia liberal morreu. Resuscitá-la, depois do malôgro secular dos nossos grandes patriotas constitucionaes, é uma tentativa que excede as forças, seja de quem fôr. E' uma especie de sonho sebastianista. Os dissidentes, regeneradores ou progressistas, que se queixam da autocracia dos seus antigos chefes de partido, deviam reconhecer que essa autocracia não é senão a consequencia doutra legalmente proclamada pela constituição.

Quer isto dizer que lhes vamos fanaticamente impôr, como um dogma, o nosso credo republicano, com o risco de fazê-los recuar para o absolutismo monarchico? Não! O partido republicano é um partido tolerante, de atracção e de assimilação. Não excomungamos, não repelimos ninguem. Fiamo-nos na virtude educativa da liberdade, e em que, vindo á praça publica, na convivencia com o povo os dissidentes dos partidos monarchicos da rotação em

breve se converterão em dissidentes da propria monarchia.

Entretanto declaramos-lhes leal e francamente: Não se trata só da restauração das liberdades perdidas. Queremos a abolição dos votos religiosos, como a fez Joaquim Antonio de Aguiar; queremos a abolição dos monopolios e de tantos impostos, especialmente os impostos de consumo, que tendem a restabelecer um regimen financeiro como o dos dizimos e foraes abolidos por Mousinho da Silveira; queremos, como Passos Manoel, cercar de instituições republicanas o supremo poder politico. Mas não estamos em 1836. Queremos mais. Queremos a plena liberdade de cultos, queremos a emancipação economica do trabalhador, e queremos todas as liberdades politicas, todas, sem excepção, até a da eleição do nosso chefe do estado. Portanto, se os dissidentes monarchicos não vierem para nós, no dia em que pararem, nós avançaremos contra elles, como seus adversarios intransigentes. A nossa campanha contra a monarchia é sem treguas.

Mas é uma campanha pacifica, ordeira. Não pretendemos contrapôr á ditadura do

poder a da revolução. Não sômos nós que a intentamos; quem incessantemente a provoca, são os partidos monarchicos. Nós nem ameaçamos pegar em armas para sustentar a liberdade, nem pensamos aliciar o exercito em favor da nossa causa. A nossa doutrina é que, assim como todo o cidadão deve ser um soldado, todo o soldado deve ser um cidadão; mas não queremos um exercito partidario, do partido do rei ou do partido republicano; queremo-lo para assegurar, com a honra e a independencia da patria, a liberdade e a lei, seja contra governados, seja contra governantes. Mas, se não somos um partido de violentos, não o somos tambem de fracos, de cobardes, e levaremos a luta pelo nosso ideal, pelos nossos direitos, até ao ultimo transe, repelindo, se tanto fôr preciso, a força pela força.

Oh! não! não é na força bruta, na sedição, na guerra civil, que pomos as nossas esperanças. As nossas armas são de paz. Esperamos vencer pela fraternidade, pela assistencia, pela persuasão. Cada dia se vai formando mais a consciencia republicana da nação. E, nós, republicanos, temos por

nós a força irresistivel da civilização, porque a democracia, a republica, não é hoje só uma fórma de governo das sociedades, é a propria fórma do sentimento, da acção e do pensamento contemporaneo.

INDICE